

ISSN 1809-8606

# Cadernos do Desenvolvimento

8

---

Rio de Janeiro, maio de 2011, ano 6, nº. 8



Centro Internacional  
**CELSO FURTADO**  
de Políticas para o Desenvolvimento

# Cadernos do Desenvolvimento



8

---

Rio de Janeiro, maio de 2011, ano 6, nº. 8

*Cadernos do Desenvolvimento* é uma publicação do  
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Diretoria:

Luiz Carlos Thadeu Delorme Prado – *Diretor-presidente*

Rosa Freire d'Aguiar Furtado

Carlos Tibúrcio de Oliveira

Antônio Corrêa de Lacerda

Superintendente executivo – *Pedro de Souza*

Assessor executivo – *Glauber Cardoso*

Assistente de direção – *Adriana Gomes de Carvalho*

Assistente executivo – *Alexandre França*

Bibliotecária – *Aline Balué*

*Cadernos do Desenvolvimento*

Editora – *Rosa Freire d'Aguiar Furtado* (rosa@centrocelsofurtado.org.br)

Transcrição – *Estopim Comunicação e Eventos*

Preparação e revisão – *Sbeila Mazzolenis*

Tradução do francês – *Lucia Maia*

Projeto Gráfico – *Carlota Rios*

Editoração Eletrônica – *A 4 Mãos Comunicação e Design*

Copyright da entrevista de Celso Furtado – *Rosa Freire d'Aguiar e Neila Cecílio*

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,  
em vigor no Brasil desde 2009.

- 
- C122    *Cadernos do Desenvolvimento*. – Ano 1, n.1 (2006)  
Rio de Janeiro : Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o  
Desenvolvimento, 2006.  
v.  
ISSN 1809-8606  
1. Furtado, Celso, 1920-2004. 2. Sudene – Periódicos. 3. Nordeste – Periódicos. 4.  
Desenvolvimento Regional – Periódicos. 5. Pobreza – Periódicos. I. Centro  
Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento.  
CDU 338.1(812/813)
- 

Todos os direitos desta edição reservados ao  
*Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento*  
Av. República do Chile, 100 – subsolo1, salas 15-17  
20031-917 Rio de Janeiro, RJ, Brasil  
Tel: (5521) 2172-6312/6313  
Site: [www.centrocelsofurtado.org.br](http://www.centrocelsofurtado.org.br)  
Email: [centro@centrocelsofurtado.org.br](mailto:centro@centrocelsofurtado.org.br)

## SUMÁRIO

EDITORIAL .....	5
PESQUISA “A SUDENE DE CELSO FURTADO, 1958-1964” .....	9
Relatório final .....	11
1959. Das ideias à ação, a Sudene de Celso Furtado – oportunidade histórica e resistência conservadora	
<i>Renan Cabral</i> .....	17
1960. Sudene – resistência e desconfiança	
<i>Anderson Cardozo</i> .....	35
1961. Sudene – consolidação nacional e reinserção internacional	
<i>Diogo Villela Garcia Moura</i> .....	45
1962. Um roteiro para entender os temas que dominavam a Sudene	
<i>Rodrigo Santiago</i> .....	57
1963. A Sudene compreendida à luz dos efeitos da Guerra Fria – uma análise do jornal <i>O Estado de S. Paulo</i>	
<i>Augusto W. M. Teixeira Jr</i> .....	63
1964. A construção interrompida. Sudene, Celso Furtado e o Golpe de 1964 – considerações com base em <i>O Estado de S. Paulo</i>	
<i>Antonio Henrique Lucena Silva</i> .....	69
Um cartesiano na encruzilhada da revolução	
<i>Denis A. M. Bernardes e Marcos Costa Lima</i> .....	75
O acervo nos jornais .....	85



SEGURANÇA ALIMENTAR E SEGURANÇA ENERGÉTICA .....	279
Segurança alimentar e segurança energética: opções políticas e opções econômicas <i>Christian Comeliau</i> .....	283
O comércio das empresas, territórios e insegurança social. Reflexões preliminares ao estudo dos investimentos europeus no setor do bioetanol no Brasil. <i>Michel Villette</i> .....	305
Dilemas institucionais na promoção dos biocombustíveis: o caso do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel no Brasil <i>Georges Flexor, Karina Yosbie Martins Kato, Maria do Socorro Lima</i> e <i>Betty Nogueira Rocha</i> .....	329
Segurança alimentar e segurança energética: algumas questões de ecologia política <i>Antônio Augusto Rossotto Ioris</i> .....	355
 DOSSIÊ CELSO FURTADO .....	 377
Entrevista <i>Eduardo Kugelmas</i> .....	379
Encantos e desencantos de Celso Furtado com a racionalidade do planejamento estatal <i>José Elesbão de Almeida</i> .....	417

## EDITORIAL

Este número de *Cadernos do desenvolvimento* se dedica a três temas. O primeiro é de resgate histórico, e consiste nos resultados de uma abrangente pesquisa documental encomendada em 2009 pelo Centro Celso Furtado ao cientista político Marcos Costa Lima, que dirige na Universidade Federal de Pernambuco um grupo de estudos sobre região e desenvolvimento. O intuito era mapear nos jornais da época a repercussão da criação da Sudene, em 1958, e da atuação de Celso Furtado no Nordeste, como idealizador e superintendente do órgão até o golpe militar de 1964. Uma equipe de seis graduandos e mestrandos, sob orientação de Costa Lima, escaneou, fichou e comentou mais de mil recortes de quatro jornais, dois de audiência regional – o *Jornal do Commercio* e o *Diário de Pernambuco* – e dois de audiência nacional – o *Última Hora* e o *O Estado de S. Paulo*. Esse riquíssimo material, aqui listado, breve estará disponível no site do Centro Celso Furtado.

O debate sobre a produção de alimentos em confronto, ou mesmo em concorrência, com a produção de biocombustíveis vem ocupando agendas de pesquisas, programas de governo, de agências multilaterais e de movimentos sociais. Os aumentos descontrolados do preço do petróleo, que exacerbam o problema da segurança alimentar do planeta, e o próprio compromisso dos Estados Unidos em desenvolver uma matriz energética mais sustentável colocam na ordem do dia a questão dos biocombustíveis. O Brasil tem assumido posição de destaque nessa pauta, como se comprovará pelos artigos aqui reunidos de sete especialistas do Brasil e da França que estiveram presentes ao seminário internacional Segurança Alimentar e Segurança Energética, copatrocinado pelo Centro Celso Furtado no Rio de Janeiro, em outubro de 2009.

O terceiro dossiê é dedicado a Celso Furtado. Traz uma longa entrevista inédita, cuja publicação se tornou possível graças à doação da educadora Neila

Cecílio, que encontrou entre os pertences de seu marido Eduardo Kugelmas, falecido em 14 de novembro de 2006, um conjunto de quatro fitas cassete com a legenda: “Celso Furtado, junho de 1993”. Transcritas, e em seguida revistas por Rosa Freire d’Aguiar, viúva de Celso, as fitas ora publicadas contêm uma belíssima conversa entre ele e Eduardo, ocorrida no salão de um hotel em São Paulo. Completa esse dossiê um trabalho do professor José Elesbão de Almeida, do Rio Grande do Norte, que vem se dedicando a estudar a obra de Celso Furtado e aqui discorre sobre os “encantos e desencantos” do economista com a racionalidade do planejamento estatal.

*Cadernos do desenvolvimento* encerra, neste número, sua primeira fase. Em seis anos de existência, esta que foi a primeira publicação acadêmica do Centro Celso Furtado cumpriu a proposta original de divulgar suas atividades. Agora, à versão impressa junta-se uma versão eletrônica, que estará disponível em site próprio em meados deste ano. Mais moderna, mais ágil, com muitas novidades de conteúdo, e também mais adequada aos critérios de qualificação e avaliação dos periódicos acadêmicos brasileiros, *Cadernos do desenvolvimento* continuará, porém, a tratar da temática do desenvolvimento nas suas diversas facetas, tendo como editor o professor Ricardo Ismael, do programa de pós-graduação em ciências sociais da PUC do Rio de Janeiro. Certos de que nossos leitores apreciação a nova série de *Cadernos do desenvolvimento*, dizemo-lhes um “obrigado” por estes anos em que nos leram.

1964



### Celso: enorme interesse dos EUA pelo Nordeste

WASHINGTON, 12 (UOL) - O presidente dos Estados Unidos, John F. Kennedy, demonstrou enorme interesse pelo Nordeste brasileiro durante sua visita ao Brasil em 1961. Segundo fontes americanas, o presidente norte-americano ficou impressionado com a situação econômica da região e prometeu prestar assistência técnica e financeira para o desenvolvimento da área.



### A Miséria Rural do Nordeste: TV Yankee Descobre

Seconato e Cines Cossívia Por 18 Horas de Trabalho - 'Trouble Land' Foi o Documentário Captado

Celso Furtado e o presidente John Kennedy

"Altas funções da administração federal não impedem Celso Furtado de atuar no Nordeste. Seu antigo programa de ajuda ao Nordeste, seguindo duas linhas e direção de Celso, Sr. Celso Furtado."

"O documentário, intitulado THE TROUBLE LAND, revela o lado obscuro do Nordeste. Seu trabalho começa às 5 horas da manhã e se estende até o anoitecer, recebendo apenas 25 centos (65 cruzeiros) por dia de um requizante infatigável."

"Neste, sob todos os aspectos, a tenaz campanha de destinação de recursos estaduais como desenvolvimento do trabalho, que vem sendo, sistematicamente, mantida por elementos burgueses e velha mentalidade colonizadora desta vasta e empobrecida área."

"Estamos convencidos de que o Nordeste não deve nem poder permanecer por mais tempo no dependente estado-pobre da rica comunidade nacional - área a qual a política brasileira, Filipe Magalhães da Universidade de Califórnia, não desmentem em que processo maior de que para aquela comunidade está recusada por uma longa série de séculos, ao movimento de integração do Nordeste: que era dirigida ao avanço dos atuais empreendimentos aqui instalados."

"A diretoria da União dos Estudantes de PE, após uma manifestação de que dentro, dentro, a nível, melhores, por oportunidade, essas fotografias do presidente João Goulart e a primeira ministra Sarah Kubitschek, sob o comando de Sr. Celso Furtado, a superintendência de SUDENE, é que considero "a importância real para o desenvolvimento do Nordeste."

#### INSPIRAÇÃO DO NORDESTE

Clara e o Nordeste

Clara e o Nordeste

#### Nordeste não pode continuar na condição de estado pobre da rica comunidade nacional

#### Diretoria Da UNE Pede A JG Permanência De Celso Furtado

OLINDA, ADOLETA DO AMARRO BRANCO E OBRA DE SENTIDO REMANESCENTE

OLINDA, ADOLETA DO AMARRO BRANCO E OBRA DE SENTIDO REMANESCENTE

#### Novas Reações Contra A SUDENE Agora Nos Setores Aquearceiros

GANHE UM Dinheiro

#### Plano Da SUDENE Não É Subversivo: Celso

CELSE FURTADO E ALMOGO JORNAL REPRESENTA A SUDENE

#### Celso Furtado: SUDENE Dura Ao Nordeste Nova Estrutura Agrária

CELSE FURTADO E ALMOGO JORNAL REPRESENTA A SUDENE

"Com as atividades de apoio desenvolvidas, estamos em condições de trabalhar para um plano organizado baseado na realidade nordestina."

"A SUDENE pretende trabalhar no sentido de possibilitar ao Nordeste novo estrutura agrária"

"Embora continuando o desenvolvimento, fazem manifestar o poder de ser. Os Campos, de que SUDENE não sabe: os distritos de produção de açúcar, com os custos de transporte de café, além de não disponíveis para a cultura, com relação à localização da usina, etc."

"[...] e Sr. Celso Furtado, Superintendente da SUDENE, afirmou que o sistema agrário figurando ainda pouco que "uma admissão de que a situação de desenvolvimento precisa contribuir quando possível e que sua tarefa no Nordeste é subversiva apenas para os subdesenvolvidos."

"O Sr. Almino Afonso disse que os industrialistas brasileiros precisam, urgentemente, do sistema agrário que integre as populações rurais no mesmo sistema econômico visando um mercado interno para os seus produtos."

Um dos 20 painéis da exposição "Celso Furtado: Vocaçao Nordeste", que retrata alguns aspectos da açao de Celso Furtado no Nordeste, de 1958 a 1964. Crédito: Amélia Paes.





PESQUISA  
A SUDENE DE CELSO FURTADO,  
1958-1964



## RELATÓRIO FINAL\*

O acervo de Celso Furtado relativo aos anos da Sudene possui cerca de 7 mil documentos, desde seu encontro com o presidente Juscelino Kubitschek, em 1958, até o golpe militar de 31 de março de 1964. Nesses seis anos, Celso Furtado trabalhou com três presidentes – Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart –, idealizou e implantou a Sudene, concebeu a primeira legislação de incentivos fiscais no Brasil, foi o primeiro ministro do Planejamento do País, elaborou o Plano Trienal. Uma das características da Sudene de Celso Furtado foi o interesse internacional que despertou por seu pioneirismo de programa destinado à superação do subdesenvolvimento na região nordestina. Daí os diversos encontros que ele teve, no período, com personalidades como John Kennedy, Ernesto Che Guevara, David Ben Gourion, Pierre Mendès-France, Henry Kissinger, Edward Kennedy. De todos há alguma documentação nos acervos.

Completar essa documentação por meio do rastreamento de novas fontes documentais e de depoimentos acerca desses anos em que Celso Furtado esteve dedicado ao Nordeste foi a sugestão inicial que o Centro Celso Furtado encaminhou ao professor Marcos Costa Lima, em 2009.

### **A pesquisa documental**

A pesquisa documental teve por base dois objetivos centrais:

---

\* No início de 2009 o Centro Celso Furtado encomendou ao professor Marcos Costa Lima, do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco, uma pesquisa documental sobre “A Sudene de Celso Furtado, 1958-1964”, com o intuito de mapear a repercussão na imprensa da presença de Celso Furtado no Nordeste durante esses anos fundamentais de sua trajetória de intelectual e homem público. A pesquisa foi concluída em 2010. (N. E.)



- reunir documentos e testemunhos relativos à “recepção” no Nordeste da ação de Celso Furtado no período 1958-1964, e também alguns documentos de contexto político, social e econômico da mesma época, sempre relativos ao Nordeste;

- elaborar uma cronologia fina dos principais acontecimentos e decisões.

Sem pretender ser exaustiva, ela visou apenas recolher alguns elementos significativos e abrir caminho para eventuais futuras pesquisas. Foi feito um amplo levantamento dos jornais da época, no período 1958-1964, que tratam direta ou indiretamente dos temas vinculados à Sudene e à presença de Celso Furtado como seu primeiro superintendente, acompanhando e ressaltando os aspectos políticos, econômicos e sociais e os impactos provocados pelo órgão na realidade regional e nacional. Foram selecionados, como documentos base da pesquisa, os seguintes periódicos: *Diário de Pernambuco* e *Jornal do Commercio*, de Pernambuco, *O Estado de S. Paulo* e o *Última Hora*, do Rio de Janeiro.

Selecionaram-se documentos e iconografias para compor painéis cronológicos do período, capazes de a um só tempo informar sobre a Sudene, sobre a gestão Celso Furtado, sobre o Nordeste e o Brasil do período. Realizou-se uma varredura na biblioteca da Sudene, procurando documentos que venham a enriquecer o arquivo já existente. Os documentos e testemunhos encontrados se destinaram a fins acadêmicos, arquivísticos e editoriais, mais especificamente a:

- enriquecer o acervo do Centro Celso Furtado
- ter eventual divulgação no *site* do Centro Celso Furtado
- servir de suporte a eventos organizados pelo Centro, como exposições de obras de Celso Furtado, cenário de cursos e seminários relativos à sua obra e à sua atuação política no período.
- ser publicados na coleção *Arquivos Celso Furtado* e/ou em publicações comemorativas dos 50 anos da fundação da Sudene.

### **A equipe**

O projeto foi coordenado pelo professor Marcos Costa Lima, do programa de pós-graduação em ciência política da Universidade Federal de Pernambuco. Teve como consultores os professores Gildo Marçal Brandão, cientista político da USP, e Denis Mendonça Bernardes, historiador da UFPE. Os pesquisadores estudantes, todos membros do Núcleo de Estudos e Pesquisa Regionais e do

Desenvolvimento – D&R/CNPq, foram Antonio Henrique Lucena Silva (mestrando), Augusto Menezes (mestrando), Anderson Matias Cardozo (graduação), Diogo Cabral (graduação), Renan Cabral (graduação) e Rodrigo Santiago (graduação), tendo este último trabalhado como pesquisador voluntário.

### **Relatório**

Para a realização do projeto houve várias reuniões com a equipe com o objetivo de estabelecer o planejamento anual, que se inicia com a leitura e discussão do tríptico autobiográfico de Celso Furtado.\* Em seguida, passou-se a estruturar o processo de pesquisa documental, no qual seriam levantadas as informações contidas nos jornais mais importantes de Pernambuco, no Arquivo Público do estado. Ao mesmo tempo, a equipe visitou a biblioteca da Sudene em busca de informações, tendo ali realizado uma pesquisa bibliográfica de trabalhos que poderiam ser importantes tanto para a pesquisa como para a Biblioteca Celso Furtado, na sede do Centro Celso Furtado, no Rio de Janeiro.

Estabelecidas as fichas para indexação, os jornais *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Última Hora* foram analisados dia a dia. As fichas foram indexadas por dia, mês e ano e serão um instrumento extremamente útil para os pesquisadores que acessarem o *site* ou consultarem a biblioteca do Centro Celso Furtado.\*\* O temário selecionado tinha duas expressões de referência centrais: *Celso Furtado* e *Sudene*. Além desses, buscaram-se os termos: Conselho Deliberativo da Sudene, Nordeste, Ligas Camponesas, secas, reforma agrária, desenvolvimento, políticos nordestinos, governo Arraes, fome, pobreza, migração, industrialização do Nordeste. Toda matéria que direta ou indiretamente se relacionasse com estas questões – como governo dos Estados Unidos e Sudene; políticas regionais, governo Juscelino; governo Kennedy; Fidel Castro, Cuba, e um conjunto de temas convergentes – seria analisada e, se tivesse interesse para o projeto, devidamente selecionada, fotografada e catalogada. É importante sublinhar que, devido ao manuseio e à deterioração, muitos desses jornais já não podem ser filmados. Portanto, tornou-se muito

---

\* *A fantasia organizada* (São Paulo: Paz e Terra, 1985), *A fantasia desfeita* (São Paulo: Paz e Terra, 1989), *Os ares do mundo* (São Paulo: Paz e Terra, 1992). (N. E.)

\*\* Ver mais adiante a lista dos recortes de jornais que foram escaneados, com as datas, nome da publicação, código da foto, título e resumo da matéria. (N. E.)

relevante o registro, que do contrário se perderia, das informações históricas de relevância.

Como havia dois alunos de mestrado que viajariam por quatro meses a São Paulo, para estágio na USP, decidiu-se que fariam o mesmo tipo de trabalho, analisando e catalogando matérias do período no jornal *O Estado de S. Paulo*, o que foi realizado com sucesso. Este foi o primeiro produto do projeto, que teve por finalidade a criação de um banco de dados jornalísticos sobre Celso Furtado e a Sudene.

O segundo produto foi a organização de uma exposição intitulada “Celso Furtado: vocação Nordeste”, montada a partir de uma ampla seleção das matérias que, sob a curadoria de Marcos Costa Lima e Rosa Freire d’Aguilar Furtado – e com o apoio dos pesquisadores e da *designer* Amélia Paes –, foi inaugurada com grande sucesso no seminário internacional “O desenvolvimento regional do Nordeste”, organizado pelo Centro Celso Furtado, em outubro de 2009, na UFPE, onde a exposição permaneceu quatro dias. A exposição tem por objetivo circular pelo Brasil, seja por outras universidades brasileiras, seja nos espaços do Banco do Nordeste do Brasil, que mostrou todo o interesse em apoiar financeiramente sua circulação.\* Ainda foi proposta da equipe que realizou o projeto a confecção de um livreto para a exposição, que a explicasse e fornecesse novas informações que, em certa medida, são apenas resumidamente apresentadas na exposição. Para isso, os pesquisadores produziram textos relativos, cada um, a um dos anos da mostra 1958-1964.

O projeto foi considerado muito importante para os alunos-pesquisadores, que tiveram a oportunidade de conhecer mais de perto um período histórico fundamental da vida nacional, por meio da leitura dos jornais, e verificar quão importante é buscar fontes, avaliá-las, reconstruí-las. Puderam estudar e avaliar criticamente as teorias do desenvolvimento que se delineavam no período, além de conhecer mais de perto os aspectos da questão regional. Hoje, muitos estão escrevendo sobre desenvolvimento, sobre a obra de Celso Furtado ou sobre os problemas regionais. Além do mais, a grande aceitação que teve a exposição foi

---

\* A exposição “Celso Furtado: vocação Nordeste” foi exibida na sede do BNB, em Fortaleza, em julho de 2010, durante seminário comemorativo da fundação do Banco e realização da Anpec regional. Foi também levada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, durante o seminário “Cidades Médias do Nordeste”, organizado pelo Centro Celso Furtado de 6 a 8 de outubro de 2010; e à Conferência do desenvolvimento, organizada pelo Ipea, em Brasília, novembro de 2010. (N. E.)

motivo de orgulho, pois o produto de seus esforços possibilitou uma ampla divulgação de ideias historicamente bem articuladas, permitindo uma compreensão crítica e ampla da criação da Sudene, dos embates políticos, dos enfrentamentos regionais, de como são construídas as políticas públicas de desenvolvimento. Portanto, do ponto de vista educacional o projeto foi plenamente bem-sucedido e teve retorno por parte do público e da imprensa.

Para o Centro Celso Furtado, os produtos foram:

- Um banco de dados fotografados com matérias de jornais de Pernambuco e São Paulo entre 1958 e 1964, instrumento de pesquisa para a Biblioteca Celso Furtado;
- A exposição “Celso Furtado: vocação Nordeste”, que pode ter desdobramentos;
- Uma seleção de livros e artigos que podem servir ao Centro, seja como fonte de pesquisa seja como material a ser publicado.

Foram encaminhados ao Centro os seguintes anexos em cd-rom:

1. Versão digital em formato doc (Word) do projeto “A Sudene de Celso Furtado – 1958-1964”;
2. Versão digital em formato pdf do mesmo projeto;
3. Software Picasa 3.1.
4. Acervo
  - 4.1 *Diário de Pernambuco*;
  - 4.2 *O Estado de S. Paulo*;
  - 4.3 *Jornal do Commercio*;
  - 4.4 *Última Hora*;
  - 4.5 Fotos da exposição “Celso Furtado: vocação Nordeste”;
  - 4.6 Bibliografia encontrada na Sudene;
  - 4.7 Tabela com os meses dos jornais disponíveis e pesquisados nos arquivo públicos;
  - 4.8 Textos sobre 1958,1959,1960,1961,1962,1963,1964 para livreto sobre a exposição “Celso Furtado: vocação Nordeste”;
  - 4.9 Prefácio para o livro *A pré-revolução brasileira*, de Celso Furtado, por Denis Mendonça Bernardes e Marcos Costa Lima, reeditado em 2009 pela Editora Universitária UFPE;
  - 4.10 Cópia digital com 180 páginas do documento “O Nordeste, uma

área composta (informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN)”, do economista Souza Barros, importante documento publicado pela Confederação Nacional da Indústria, com os resultados do seminário para o desenvolvimento do Nordeste realizado entre 26 de abril e 3 de maio de 1959 e que ficou conhecido como Seminário de Garanhuns.

# 1959. DAS IDEIAS À AÇÃO, A SUDENE DE CELSO FURTADO – OPORTUNIDADE HISTÓRICA E RESISTÊNCIA CONSERVADORA

RENAN CABRAL\*

## Introdução

Como economista, pensador e “homem público”, o paraibano de Pombal Celso Monteiro Furtado (1920-2004) se destacou extraordinariamente em seu tempo. Nos anos 1950, junto com Raúl Prebisch, fez parte da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), exercendo grande influência nesta parte do continente com suas ideias sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento que divergiam das doutrinas econômicas dominantes. Estas ideias estimularam a adoção de políticas intervencionistas no funcionamento da economia brasileira, muitas das vezes com o próprio Celso Furtado à frente. É sua faceta de “homem público” aquela destacada aqui, sendo o período no qual a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi fundada e teve suas ações lideradas por Furtado, seguramente uma das partes mais relevantes de sua vida.

Há muitos textos sobre a biografia e a bibliografia de Celso Furtado, de modo que não haveria razão para encararmos o desafio de escrever sobre personagem tão comentado se não acreditássemos poder apresentar alguma contribuição particular, capaz de animar este texto e torná-lo relevante. Dessa

---

\* Graduado em ciências sociais pela UFPE e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento, da UFPE (D& R-UFPE).

maneira, este ensaio tem o intuito de narrar os principais acontecimentos envolvendo a concepção e a instituição da Sudene em 1959, sobretudo a partir do relato da imprensa (eis, então, aquilo que acreditamos que torna original esta contribuição). A principal base documental que nos ajudou a compor este texto é a coleção de matérias de jornais<sup>1</sup> coletadas na pesquisa “A Sudene de Celso Furtado, 1958-64”, encomendada pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, para a qual foram pesquisados os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Commercio* e *Última Hora*, em busca de informações sobre o tema e o período indicado pelo título da pesquisa. Dessa forma, este trabalho pretende abranger da concepção à sanção da lei que institui a Sudene, interessando sobretudo àqueles que estudam a biografia de Celso Furtado, a Sudene, ou mesmo o governo do presidente Juscelino Kubistchek.

### **O contexto**

1959. Após um dos períodos mais conturbados da história política da República – que inclui o suicídio do presidente Getúlio Vargas e a tentativa de golpe –, assumira em 1956 o presidente Juscelino Kubitschek. O Brasil estava efervescente, o processo de industrialização, em curso, e Brasília – futura capital do País, obra do visionário JK, que estava sendo erguida desde 1956 – estaria pronta no ano seguinte (1960). O presidente havia sido eleito com o entusiasmo dos que acreditaram no seu Plano de Metas,<sup>2</sup> que tinha como objetivo cumprir o *slogan* de crescer “50 anos em 5”. Desenvolver indústrias de base, investir na produção hidrelétrica, construir estradas e fazer crescer a extração de petróleo, dentre outras, eram algumas das metas para transformar o Brasil num País industrializado. A campanha que levou JK à presidência tinha sido um sucesso. Mais difícil seria a missão do agora presidente JK de atender à enorme expectativa gerada, levando-se em consideração as condições econômicas vigentes.

---

<sup>1</sup> A opção pelo jornal é justificada em razão de ser no período o segundo grande veículo de comunicação, atrás, obviamente, do rádio.

<sup>2</sup> Com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek (1956-1961), o Plano Salte, no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), e posteriormente os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) da década de 1970, o Brasil acumulou uma bagagem valiosa em termos de planejamento governamental.

Eram, indubitavelmente, tempos de mudança no Brasil. Inaugurava-se uma nova etapa do capitalismo, que nos introduzia nas linhas de consumo modernas, com eletrodomésticos, carros e produtos de consumo industrializados em geral. As populações migravam para os centros urbanos. O Rio, que por cerca de 200 anos tinha sido “centro de tudo” – cultural, econômico etc. –, em breve deixaria de ser o centro da política nacional. E assim, com o término da construção de Brasília, em breve não seríamos mais “um povo de caranguejos presos à beira da praia” (FURTADO, 1989, p. 33).

A construção da nova capital era o principal projeto do ambicioso JK – sua “grande obra”. Em razão da priorização desse projeto, o governo de Kubitschek (1956-1961) sofreu diversas críticas e incomodava ao presidente um possível desvio de foco, ou a possibilidade de a construção da nova capital vir a ser interrompida. Sobre Brasília, era denunciado o fato de sua construção absorver um montante importante de recursos,<sup>3</sup> que costumava (ou poderia) ser destinado a políticas sociais, as quais deveriam agir, sobretudo, na região mais carente de investimentos do Brasil: o Nordeste.

Nesse contexto, vale lembrar que o Nordeste já era identificado como aquela região periodicamente assolada pela seca. Na literatura, de 1926 aos anos 1930 o movimento regionalista já apresentava as condições de vida dos nordestinos nas suas representações sobre a seca, a pobreza e as estruturas perversas e resistentes aos novos tempos, como o coronelismo. Na década em questão, 1950, há o registro de duas secas rigorosas. A primeira delas ocorre em 1952<sup>4</sup> e, na música popular, inspira a canção *Vozes da seca*, de autoria de Luiz Gonzaga – “o nosso Homero”, segundo Darcy Ribeiro – e Zé Dantas, com a qual protestam em verso por uma ação mais efetiva dos políticos para o Nordeste. A seguir, apresentamos a canção e uma breve análise.

*Seu dotô os nordestinos  
Têm muita gratidão  
Pelo auxílio dos sulistas  
Nesta seca do Sertão*

<sup>3</sup> Furtado (1989, p. 34), cita ainda como efeitos negativos da construção de Brasília a “baixa dos salários reais e aumento da pressão inflacionária”.

<sup>4</sup> Essa seca motivou, inclusive, a criação do Banco do Nordeste do Brasil, a partir da Lei Federal n.º 1649, de 19.7.1952.



*Mas dotô uma esmola  
A um homem qui é são  
Ou lbe mata de vergonha  
Ou vicia o cidadão.*

*É por isso que pedimos  
Proteção a vosmicê  
Home pur nós escuido  
Para as rédias do podê  
**Pois Douto dos vinte Estados  
Temos oito sem chuvê  
Veja bem, quase a metade  
Do Brasil ta sem cumê***

*Dê serviço a nosso povo  
Encha os rios de barragem  
Dê cumida a prego bão*

*Não esqueça a açudagem  
Livre assim nós da esmola  
Qui no fim dessa estiagem  
Lbe pagamo intê os juru  
Sem gastar nossa coragem.*

*Seu doutô fizer assim  
Salva o povo do Sertão  
Quando um dia a chuva vim  
Que riqueza pra nação.*

*Nunca mais nois pensa em seca  
Vai dá tudo nesse chão  
**Cumo vê, nosso destino  
Mecê tem na vossa mão.***

*(Luiz Gonzaga e Zé Dantas. Vozes da Seca,<sup>5</sup> 1953.)*

Os versos da canção dirigem-se aos políticos – em especial ao presidente da República. Há nela uma distinção evidente entre Norte e Sul, ou entre nordestinos e “sulistas”, em que os primeiros são ajudados pelo auxílio, as

---

<sup>5</sup> Disponível em [www.luizluagonzaga.mus.br](http://www.luizluagonzaga.mus.br)

“escolas”, dos segundos. A canção continua com o agradecimento nordestino pela ajuda dos “sulistas”, e protesta colocando que, em vez dessas “escolas”, o Nordeste precisa de ações definitivas, na visão dos autores. Ações que não arranhassem a dignidade do povo nordestino, tais como: emprego, barragens, “comida a preço bom” e açudagem. A letra também denuncia a quantidade de estados que sofrem com a seca e a fome e, ao fim, acentua a responsabilidade política do governante: “*nosso destino, mecê tem na vossa mão.*”

Porém, se de fato o atraso do Nordeste era em boa medida um fenômeno político, as soluções reclamadas por Gonzagão e Zé Dantas em 1953 – como, por exemplo, a açudagem – se mostrariam incrivelmente ineficazes anos depois, conforme as denúncias sobre a “indústria das secas”.

Em 1958, o Nordeste é atingido por mais uma grande seca, não menos severa. Por esta razão, em 1959 os governadores recém-eleitos no Nordeste assumiam um discurso desenvolvimentista à JK, ao mesmo tempo em que formavam um coro sobre o abandono da região pelo governo federal. A seca era uma tragédia inevitável, ao mesmo tempo em que quase nada se conhecia sobre as formas de “convivência com o semiárido”. Em resumo, os problemas da Região Nordeste faziam-na a mais atrasada do País e a construção de Brasília em nada remediava seus problemas. E, como contraponto, havia a imagem do Sul como espaço do progresso, da indústria, “do futuro”.

É preocupado com essa pressão – que poderia vir a atrapalhar sua grande obra, a obsessiva construção de Brasília, além de seu plano de ser novamente eleito –, que o presidente Juscelino Kubitschek convocou para o dia 6 de janeiro de 1959, no Palácio Rio Negro, uma reunião com uma série de “produtores de ideias”. Dentre estes, estava Celso Furtado, então um dos diretores do BNDE,<sup>6</sup> que falou sobre a região Nordeste. Na reunião, Celso Furtado consegue convencer o presidente da ineficácia das políticas vigentes, após uma exposição que abordou os problemas da açudagem para a resolução das deficiências na produção de alimentos na região, em razão da oligarquia agrária local ter se apossado do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), além de apresentar números do quadro regional que serviriam à sua defesa de uma política global

---

<sup>6</sup> Celso Furtado havia retornado ao Brasil em agosto de 1958 e logo aceitou um convite para a direção do BNDE sob a condição de que sua atuação se restringisse à Região Nordeste, renunciando então a seu cargo nas Nações Unidas.

para o desenvolvimento econômico do Nordeste, em lugar das ações desconexas vigentes. Para Furtado, a ação do governo deveria priorizar a criação das bases para a industrialização e o aumento da oferta de alimentos. O presidente então trata de incumbir Celso Furtado de tomar as providências para lançar a nova política para a região, a qual ele chama de “Operação Nordeste”, também conhecida como Openo.

### **A “indústria da seca” e a Sudene**

Um apoio inicial conseguido por Celso Furtado ao projeto da Sudene se destaca. O de Paulo Bittencourt, então diretor do *Correio da Manhã*, à época o principal jornal da capital. Este jornal foi fundamental para a receptividade geral do projeto<sup>7</sup> e para colocar o assunto na pauta de discussão política do País. Inicialmente, pode-se destacar a publicação de entrevista com Celso Furtado falando do projeto da Sudene e, depois, a série de matérias feitas por Antonio Callado no Nordeste, em geral sobre as consequências das políticas do DNOCS, nas quais relata a exploração do trabalhador rural pelos latifundiários e a luta das Ligas Camponesas contra esta exploração.

As Ligas Camponesas tiveram atuação mais destacada no período que vai do final da década de 1950 ao início da década de 1960, e ajudaram os trabalhadores rurais a se organizar, com o intuito de lutar para que valessem os direitos previstos nas leis trabalhistas da Constituição de 1946, que previa a sindicalização rural, meta de alguns governos até então. Em 1959, por exemplo, se um pedido de sindicalização dos trabalhadores rurais do País era encaminhado ao Ministério, esse pedido era negado, em razão da forte pressão contra a sua aprovação, por meio da Confederação Rural Brasileira, representante dos proprietários de terra.

A primeira série de reportagens do jornalista Antonio Callado<sup>8</sup> foi publicada no jornal *Correio da Manhã* entre 10 e 23 de setembro de 1959. Mais adiante, uma nova visita, que resultou em matérias publicadas entre 29 de novembro e 2 de dezembro de 1959. As reportagens denunciavam a oligarquia agrária nordestina – do latifúndio e seus coronéis – que tinham se apossado do DNOCS. Segundo Montenegro (2008):

---

<sup>7</sup> Talvez por isso, figuras sabidamente pouco simpáticas ao projeto da Sudene e a Celso Furtado, como o influente Assis Chateaubriand, tenham contido sua indisposição e suas críticas neste primeiro ano.

<sup>8</sup> Ver Callado (1960).

Antonio Callado viajou ao Nordeste a convite do Codeno (Conselho de Desenvolvimento Econômico do Nordeste) e visitou os estados do Ceará, Paraíba e Pernambuco. Estava em discussão na época, na Câmara Federal, uma Lei de Irrigação que, entretanto, encontrava resistência de parlamentares do Ceará e da Paraíba, onde os problemas da seca eram dos mais graves. Na série de reportagens que realizou, Callado denuncia a indústria da seca, ou seja, os mecanismos através dos quais os latifundiários transformaram os problemas decorrentes da seca em um grande negócio. Denuncia também como os açudes construídos com verbas públicas, para beneficiar toda uma população rural, acabam atendendo a uns poucos latifundiários.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas pressionavam pelos direitos do trabalhador rural. De Pernambuco, ganha notoriedade nacional a luta dos moradores do Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, que formaram uma associação de ajuda mútua que contava com a defesa jurídica de seus anseios, com o apoio do deputado e advogado Francisco Julião (PSB), na luta pela desapropriação das terras do Engenho. Para eles, esta seria a melhor via para tentar superar problemas como atraso nos pagamentos, medição errada da área trabalhada pelo agricultor (por aqueles que se aproveitavam da falta de letramento do trabalhador) e pagamento em crédito para compra na venda do próprio latifundiário.

Segundo Montenegro (idem):

As reportagens de Callado resultaram de um movimento dentro do governo Juscelino Kubitschek, que estrategicamente procurava obter o apoio daquele jornal aos projetos que apresentava para responder à grave crise que dominava o Nordeste, ampliada com a enorme seca de 1958. O apoio da opinião pública era considerado de grande importância para vencer a resistência de muitos parlamentares no Congresso ao projeto Operação Nordeste, implementado por Celso Furtado e que resultou na fundação da Sudene.

As reportagens de Antonio Callado, publicadas no *Correio da Manhã*, adquiriram uma grande repercussão nacional, inclusive sendo publicadas nos Anais da Câmara Federal. Rapidamente, a “indústria da seca”, a criação da Sudene e a luta das Ligas Camponesas de Galileia transformaram-se em temas centrais do debate nacional. Para uma parcela da sociedade, as Ligas Camponesas tornaram-se nos últimos anos da década de 1950 um símbolo de resistência,

enquanto para outros era um sinal do avanço do comunismo e da ruptura da *paz agrária*, assentada sobre bases patriarcais e de grande exploração.

Para o historiador Antônio Torres Montenegro (*ibidem*):

As reportagens de Callado produziram um efeito de verdade sobre uma parcela da opinião pública, dos políticos, da Igreja católica. Dom Hélder procurou Celso Furtado, após ter conhecimento da Operação Nordeste, e garantiu-lhe todo apoio, como também abraçou o projeto da criação da Sudene. O Nordeste precisava modernizar-se, combater a corrupção das oligarquias que utilizavam os recursos públicos para projetos particulares, e possibilitar ao seu trabalhador rural tornar-se cidadão. Em torno dessa verdade é que o governo federal projetou a Operação Nordeste e aprovou a Sudene. Mas, para muitos que combatiam qualquer mudança, todas essas propostas eram indicativas de iniciativas comunistas. O governo caminhava entre dois focos. De um lado, os proprietários, herdeiros de uma longa tradição de completo domínio sobre os trabalhadores/moradores de suas terras. Reproduziam práticas patriarcais em que pequenos favores e apadrinhamentos se misturavam com relações de exploração, que se manifestavam através do cambão, do foro, do pulo da vara, do barracão e apareciam como naturais.

### **O anúncio da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste**

O anúncio da Sudene na mídia impressa começa a ser preparado já no começo de fevereiro. No *Diário de Pernambuco* de 5 de fevereiro de 1959, por exemplo, há uma matéria emblemática, intitulada *Indústria e não açudes para o Nordeste*, na qual Celso Furtado expõe os problemas da política de açudagem (“solução hidráulica”) que se repetia já há alguns anos sem muito sucesso. O economista também demonstra como essa diretriz equivocada na política para a região deixava o Nordeste em situação cada vez mais desvantajosa em relação ao Centro-Sul. Por fim, o então diretor do BNDE, após criticar a “ilusão da açudagem”, afirma que o caminho natural para o desenvolvimento passa pela industrialização. Em depoimento na mesma matéria, Celso Furtado aponta para uma reorientação das políticas para o Nordeste: da “solução hidráulica” para a indústria e o desenvolvimento.

Pouco mais de uma semana depois, sob o título de “*Desenvolvimento do Nordeste tem novo órgão: Sudene*”,<sup>9</sup> a primeira página do *Diário de Pernambuco* é tomada por notícias sobre o anúncio da autarquia e sobre o início da Operação Nordeste,

<sup>9</sup> *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1959.

ocorrido no Palácio do Catete no dia anterior (16/2/1959). A reunião se passa em presença de nove governadores do Nordeste, além – é claro – de Celso Furtado e do presidente Juscelino Kubitschek, que no mesmo dia envia ao Congresso uma mensagem apresentando o projeto de criação da Sudene.<sup>10</sup> Até então, o único projeto de porte do presidente para a região Nordeste, antes da Sudene, era a Barragem de Orós,<sup>11</sup> que seria a maior da região. No mais, havia de relevante o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que estudava a região.

Conforme a matéria *Juscelino encaminhou projeto ao Congresso*,<sup>12</sup> a Superintendência seria uma instituição diretamente subordinada à Presidência da República e teria por finalidade:

- A – estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste;
- B – coordenar e controlar a elaboração e execução de projetos a cargo dos órgãos federais da região;
- C – executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, projetos referentes ao desenvolvimento do Nordeste que lhe forem atribuídos, bem como contratar diretamente créditos de exterior;
- D – coordenar programas de assistência técnica estrangeira.

Na matéria, ainda são destacados artigos como:

O artigo 2º declara que, “para fins desta Lei, considera-se como Nordeste a região abrangida pelos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia”.

O artigo 3º dispõe que “os programas anuais de trabalho das entidades federais da região serão elaborados em comum e com a cooperação dos órgãos que sejam também interessados”.

Na mesma página, uma matéria tem como título um fragmento da exposição de Celso Furtado, realizada na reunião no Palácio do Catete: “*Trata-se realmente de um plano ambicioso*”.<sup>13</sup> Nela, o economista fala sobre a criação de “uma economia adaptada ao semiárido”, e declara:

<sup>10</sup> A mensagem e o projeto estão disponíveis no volume O Nordeste, uma área composta. (Informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN) Organizador: economista Souza Barros.

<sup>11</sup> Em 1960, a barragem teve fim catastrófico (Furtado, 1989, p. 83-85), pois não suportou as chuvas e, antes de ser inaugurada, rompeu, o que ocasionou a inundação dos arredores e prejudicou bastante a vida dos moradores atingidos.

<sup>12</sup> Ver *Diário de Pernambuco*, 17 de fevereiro de 1959.

<sup>13</sup> Idem.

O plano de reabilitação econômica do Nordeste consiste antes de tudo, em aproveitar o nordestino em sua própria região. Podemos afirmar com convicção que isto é possível e não um sonho. O Nordeste não pesa ao Brasil. Nos últimos anos foi, inclusive, espoliado pela nação. Na última década, teve participação fundamental no progresso econômico.

Ao final de sua exposição no Catete, Furtado afirma:

Como economista e depositando fé nos homens públicos do Brasil, tenho convicção de que estamos em condições de dizer que viemos a este encontro para mudar o curso dos acontecimentos, abrindo uma nova era para o desenvolvimento do Nordeste.

A partir daí tem início o longo caminho até a aprovação do projeto, com a forte atuação do Codeno que visava, sobretudo, a formulação do I Plano Diretor.

### **A instalação do Codeno**

O Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) foi instalado no dia 25 abril de 1959, no Teatro de Santa Isabel, em Recife.<sup>14</sup> Compunham a comitiva presidencial o ministro Lúcio Meira e cinco parlamentares, sendo dois da oposição: Etelvino Lins, Aluísio Alves (presidente da Comissão do Polígono das Secas), José Candido Ferraz, Dino Ferreira e Colombo Souza. Há de se destacar que Etelvino Lins e Apolônio Sales,<sup>15</sup> que faziam parte da comitiva, não compareceram na instalação do Codeno nem no Seminário de Garanhuns.

Nove governadores estiveram presentes: Matos Carvalho (Maranhão), Chagas Rodrigues (Piauí), Parfisa Barroso (Ceará), Dinarte Mariz (Rio Grande do Norte), Pedro Gondim (Paraíba), Cid Sampaio (Pernambuco), Luiz Garcia (Sergipe), Juracy Magalhães (Bahia), coronel Costa (Ilha de Fernando de Noronha).

No dia seguinte, às 10h, no Auditório da Delegacia Federal de Saúde, na rua Conde da Boa Vista, 1570, em Recife, foi realizada a primeira reunião do

<sup>14</sup> Ver *Jornal do Commercio*, de 26 de abril de 1959. A matéria em questão refere-se em seu título à “instalação da Openo”. Preferimos, no entanto, usar no texto o termo instalação do Codeno, em conformidade com o que escreve Celso Furtado (1989). Esse parece mais um erro de impressa, como naquelas matérias que mencionam Sudeno em vez de Sudene.

<sup>15</sup> Mais adiante, Apolônio Sales teria seu nome envolvido em especulações como possível primeiro superintendente da Sudene, no lugar de Celso Furtado.

Codeno, contando com os mesmos governadores presentes na cerimônia ocorrida no Teatro Santa Isabel, além, é claro, de Celso Furtado. Após a instalação do Codeno, boa parte dessas pessoas seguiu com destino a Garanhuns, onde seria realizado o Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste.

### **O Seminário para o Desenvolvimento do Nordeste**

No dia 5 de fevereiro, é anunciado no *Diário de Pernambuco*: “Seminário do Nordeste será feito em Garanhuns.”<sup>16</sup> O seminário foi convocado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), por iniciativa de Lídio Lunardi, então presidente da CNI, e contou com a presença do presidente JK, de nove governadores da região e ministros de Estado. Tendo em vista a obtenção de investimentos no Brasil, também foram convidados grupos financeiros dos seguintes países: França, Bélgica, Japão, Estados Unidos, Inglaterra, Itália, Israel (este, convidado em virtude da sua experiência em recuperação de regiões secas) e Alemanha Ocidental.<sup>17</sup>

Além disso, o seminário objetivava reunir os importantes subsídios para a Operação Nordeste. Para tanto, também foram convidados membros dos órgãos governamentais especializados e organismos internacionais, como OEA, OPA, FAO e ONU, com o intuito de que os recursos destinados ao Brasil fossem aplicados racionalmente, dentro dos critérios de prioridade dos problemas.<sup>18</sup>

Essa parece ter sido a primeira viagem que Juscelino Kubitschek fez a Pernambuco no ano de 1959. Nela, o presidente instala o Codeno e participa do Seminário de Garanhuns, os dois primeiros eventos para a apresentação da Sudene no estado onde o órgão seria sediado. No seminário foram tratados os problemas nordestinos e questões da indústria. Em síntese, lá foram discutidas recomendações para a política da indústria e dos governos sobre os seguintes assuntos: reforma agrária, instalação de usinas siderúrgicas no Nordeste, financiamento dos empreendimentos regionais, produção de alimentos, emprego de mão de obra, instalação da rede de frigoríficos (plano de eletrificação), reforma do código de pesca, incentivo a cooperativas de pescadores.<sup>19</sup>

<sup>16</sup> Nota disponível em *Diário de Pernambuco*, 5 de fevereiro de 1959, p. 6.

<sup>17</sup> Ver *Jornal do Commercio*, de 19 de abril de 1959.

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> Ver “*Chegou o secretário geral do Seminário de Garanhuns: o “temário” foi confirmado*”, em *Jornal do Commercio*, Recife, 23 de abril de 1959.



Cerca de 400 pessoas estiveram presentes aos debates e a direção dos trabalhos de abertura ficou a cargo do economista Celso Furtado. No geral, o evento esteve voltado para a discussão de duas teses, a do sociólogo Artur Rios, que defendia a modificação da estrutura agrária nordestina; e a de Celso Furtado, que defendia a extensão das fronteiras agrícolas do Polígono das Secas em direção ao interior maranhense e goiano.<sup>20</sup>

Ao fim do seminário, que teve início um dia após a instalação do Codeno, o presidente e sua comitiva apresentaram em Pernambuco a nova política para a região Nordeste e, conforme indicam as matérias, conquistaram a confiança dos espectadores e da mídia. Como exemplo disso, podemos citar o *Jornal do Commercio* na sua edição de 26 de abril de 1959, que traz em letras garrafais: “*COMEÇOU EM GARANHUNS A LUTA PELA RECUPERAÇÃO DO NORDESTE*”. Na reportagem, o jornalista Carlos Garcia assim reproduz as palavras do presidente Kubitschek:

Anima-nos a todos um só propósito, uma só aspiração e uma só esperança, que é promover a aceleração do desenvolvimento harmônico do Brasil. Chegamos à conclusão de que o nosso próprio crescimento será perigoso para o equilíbrio da Nação se persistir a terrível coexistência de zonas cada vez mais prósperas com outras estagnadas, sob o trágico domínio do subdesenvolvimento.

### **A reunião em Teresina e a Lei de Irrigação**

Em agosto de 1959, deu-se a primeira reunião do Codeno fora do Recife (em Teresina), que teve como mote a discussão da Lei de Irrigação. Consideradas as potencialidades de irrigação da bacia do São Francisco, uma lei específica era crucial para evitar que recursos fossem desperdiçados, favorecendo estruturas tradicionais como o latifúndio. A irrigação privilegiava as terras de grandes fazendeiros, ou a chamada indústria da seca. O desperdício era enorme. Furtado (1989, p. 63) relata que testemunhou ensaios de projetos de irrigação em que a água era financiada quase de graça para os latifundiários, para culturas como banana, pouco exigente de mão de obra – portanto sem geração de emprego –, e arroz, muito exigente de água.

<sup>20</sup> Ver “*Concluídos os trabalhos do Seminário da Indústria: hoje a sessão de encerramento*”, em *Diário de Pernambuco*, de 5 de maio de 1959, p. 3 e 11(H).

Costa Lima (2008) tem um importante trabalho feito a partir das atas de reunião do Codeno e do conselho deliberativo da Sudene, em que mostra claramente a resistência a projetos dessa natureza por parte dos representantes nordestinos. Por exemplo, na ocasião da reunião em Teresina, o representante do Ceará, Francisco de Almeida, alegava ser o projeto da Lei de Irrigação antidemocrático, por ferir a Constituição, em depoimento claramente pró-latifúndio.

Numa reunião até então de posições dessa natureza, surpreende a declaração do coronel Afonso Albuquerque Lima, representante das Forças Armadas – onde prevalecia uma forte tendência reacionária. O depoimento do coronel sobre o anteprojeto vai contra o governador do Ceará, afirmando que a Lei de Irrigação não contribuiria para a intranquilidade social na região.

A representação das Forças Armadas tomou conhecimento do anteprojeto de Lei da Irrigação do Nordeste, que tem como objetivo principal regular o uso da terra e da água, nas áreas de irrigação do Nordeste. Cabe-me, inicialmente, após estudo detalhado do assunto em apreço, dar todo o apoio no sentido de aprovar esta lei que procura de modo justo e humano estabelecer as bases para o arrendamento da terra, principalmente quando beneficiada por obras públicas e irrigação. Com essa corajosa e oportuna iniciativa, dá-se o primeiro passo para criar verdadeiramente a base indispensável à expansão industrial que se pretende levar a cabo no Nordeste, e, até o presente momento, deixada inexplicavelmente de ser levada em consideração. Esta lei há de sofrer contestações e talvez mesmo forte oposição, porque virá modificar, em parte, os alicerces econômicos da região nordestina e, sobretudo, porque virá atingir a uma poderosa classe de grandes proprietários de terras. (costa lima , 2008)<sup>21</sup>

O anteprojeto da Lei de Irrigação, que se pretendia uma espécie de ensaio de reforma agrária no Nordeste, acabou sendo aprovado por unanimidade no conselho deliberativo. Isto, muito provavelmente em razão do posicionamento do representante das Forças Armadas, haja vista a composição nitidamente oligárquica dos governadores. Além do mais, havia a confiança de que o anteprojeto jamais seria aprovado pelo Congresso Nacional, em razão da posição de parlamentares e governadores nordestinos de diversos partidos, inclusive de membros do PTB da Paraíba, do Rio Grande do Norte e, sobretudo, do Ceará.

---

<sup>21</sup> *Apud* Celso Furtado e o Conselho Deliberativo da Sudene (1959-1964).

Enquanto isso, em nível nacional o partido encampava e reivindicava as reformas de base, nelas incluídas a Reforma Agrária (*idem*).

### **A aprovação do projeto da Sudene**

A Sudene foi criada como uma autarquia subordinada diretamente à Presidência da República, cabendo a Celso Furtado seu comando de 1959 a 1964. Boa parte da estratégia de atuação do órgão foi definida a partir do diagnóstico apresentado no livro *A operação Nordeste* (1959). As diretrizes adotadas tinham como finalidade suprir a falta de coordenação entre os órgãos federais existentes, e a Superintendência deveria ser um órgão de planejamento, coordenador de políticas para o desenvolvimento do Nordeste.

A criação da Sudene resulta da necessidade de desenvolver economicamente a região Nordeste, a partir da percepção de que, com o processo de industrialização, crescia a diferença entre o Nordeste e o Centro-Sul do Brasil. Era necessário, então, intervir diretamente na região, guiada pelo planejamento, entendido este como caminho fundamental para o desenvolvimento.

O projeto de lei que criou a Sudene enfrentou uma série de obstáculos<sup>22</sup> na sua tramitação pela Câmara dos Deputados, onde interesses políticos, sobretudo impostos pelos parlamentares nordestinos, pretendiam praticamente inutilizar a formulação da nova política econômica para o Nordeste, como no caso da emenda que retiraria o DNOCS da subordinação da Sudene, proposta pelo deputado paraibano Argemiro Figueiredo.

No início de dezembro de 1959, a aprovação da Sudene com ou sem DNOCS era a questão a ser resolvida. A votação do projeto que instituiria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste caiu em pauta quando já não havia mais esperanças para sua votação antes do recesso parlamentar. “O sr. Nestor Duarte, então líder da oposição, aproveitando-se da discórdia da maioria sobre requerimento de sua autoria, de urgência para a proposição que cria a Fundação das Pioneiras Sociais, foi à mesa e fez a substituição: Em vez das Pioneiras, a Sudene”.<sup>23</sup>

Próximo à aprovação do projeto, a oposição falava em aprovar o projeto com a condição de que Celso Furtado não fosse o seu superintendente (FURTADO, 1989). Neste sentido, há a publicação de notícias divergentes, ora colocando

<sup>22</sup> *Diário de Pernambuco*, 3 de novembro de 1959, p. 1.

<sup>23</sup> *Sudene: Diário provocará, agora, os pronunciamentos*. Em *Diário de Pernambuco*, 2 de dezembro de 1959, p. 1.

Apolônio Sales como superintendente do órgão, ora pondo Celso Furtado. A confusão na mídia era tanta que, na véspera da aprovação da lei que instituiu a Sudene, até mesmo Autran Dourado, então secretário de Imprensa do Palácio do Catete, dizia não saber nada sobre o assunto.<sup>24</sup> Segundo Furtado (1989), para a aprovação do projeto, JK teria feito mistério sobre o futuro superintendente, dando a entender que seria Apolônio Sales – e não Celso Furtado – o indicado para o cargo. O mistério sobre a nomeação de Celso Furtado seguiria na mídia impressa até perto da sua nomeação, que ocorreu no dia 8 de janeiro de 1960.<sup>25</sup>

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste foi criada em 15 de dezembro de 1959,<sup>26</sup> pela Lei nº. 3.692, como meio de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. A instituição definia o espaço do Nordeste de forma diferente do usual. Assim, a região compreendida, que passaria a ser objeto da ação governamental, incluía os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e parte de Minas Gerais. O que também motivou uma série de discussões, tendo em vista a proposta da Sudene de considerar um Nordeste diferente do “verdadeiro”.

Logo após aprovada a Sudene, surge uma notícia sobre uma espécie de resposta do Sul, o Conselho do Desenvolvimento Sul (Codesul),<sup>27</sup> com plano a ser elaborado por uma comissão parlamentar de representantes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e com o intuito de buscar para estes estados, junto ao governo federal, mais recursos, melhores condições de financiamento, assistência à agricultura etc.

Com a aprovação da lei que instituiu a Sudene,<sup>28</sup> é publicada matéria em que o presidente Juscelino Kubitschek comemora afirmando que “sem a Sudene, seria impossível a recuperação do Nordeste”. Na mesma matéria, há novos rumores de que, assim que estivesse funcionando plenamente, a Sudene teria seu superintendente, Celso Furtado, substituído por Apolônio Sales.

<sup>24</sup> *Diário de Pernambuco*, 14 de dezembro de 1959.

<sup>25</sup> *Celso Furtado nomeado para a Sudene*. Em *Diário de Pernambuco*, 9 de janeiro de 1960, p. 1.

<sup>26</sup> “Sudene sancionada: JK ressalta a importância”. Em *Diário de Pernambuco*, 16 de dezembro de 1959, páginas 1 e 5 (2º Caderno T).

<sup>27</sup> *Aberto já tem réplica: Codesul com protocolo*. Em *Diário de Pernambuco*, 17 de dezembro de 1959, p. 1.

<sup>28</sup> “Sudene sancionada: JK ressalta a importância”, *op. cit.*

Em editorial publicado no *Diário de Pernambuco*,<sup>29</sup> Aníbal Fernandes defende o nome de Celso Furtado para a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, colocando o economista como o técnico necessário para manter a Sudene fora da política partidária, além de seu histórico de trabalho pela região, numa época de rumores sobre uma possível substituição de Celso Furtado por Apolônio Sales. Em 20 de dezembro, o *Diário* publica: “Celso Furtado só voltará a Recife se nomeado por JK”,<sup>30</sup> matéria em que se diz que Furtado teria comunicado a JK – desde o início do Codeno – que não cederia a pressões políticas nem aceitaria colaborar sob orientação partidária.

Mas somente no dia 24 de dezembro de 1959 uma nova matéria do *Diário* informa definitivamente sobre a futura nomeação do primeiro superintendente da Sudene: Celso Furtado. A matéria, intitulada “Inalterada, até agora, a opinião de Juscelino: Sudene fora da política”,<sup>31</sup> possivelmente deixou furiosos muitos opositoristas que votaram a favor do projeto.

Mais adiante, a Sudene teria um belo começo de seus trabalhos, contando com regras que priorizavam a classe empresarial local, destacando-se o modelo em que a empresa investidora abdicava do seu imposto de renda para repassar o dinheiro ao Nordeste. No entanto, fazia aquilo por meio de uma companhia regional, que receberia o montante para cumprir um plano de implantação de uma nova indústria. Isto fazia parte do plano de “evoluir” os empresários nordestinos que tivessem projetos a apresentar. Além disso, a Sudene também tinha seus recursos complementados pela volumosa percentagem de 3% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e também do Imposto de Renda (IR), compondo assim um bom orçamento próprio.

Agora, o próximo objetivo seria conseguir a aprovação do I Plano Diretor.

### **Considerações finais, ou algumas notas sobre Celso Furtado, transformação, resistência e interrupção**

O que fica destacado no nosso entendimento é a influência progressista da atuação de Furtado. Através de suas ideias e atuação como homem público, o economista pretendia uma transformação/evolução das classes política e

---

<sup>29</sup> FERNANDES, A. A Sudene fora da política. *Diário de Pernambuco*, 18 de dezembro, p.1.

<sup>30</sup> *Diário de Pernambuco*, 20 de dezembro de 1959, p. 10.

<sup>31</sup> *Diário de Pernambuco*, 24 de dezembro de 1959, p. 8.

empresarial do Nordeste. Na política, esperava-se a formação de uma classe mais progressista e identificada com a “consciência regional”. Na economia, que um grupo industrial da região pusesse fim à hegemonia do latifúndio.

No entanto, apesar dos avanços conquistados, a literatura a respeito evidencia enorme distância entre a ideia do projeto de desenvolvimento regional que os técnicos da Sudene tinham em mente e a ideia de desenvolvimento mais “egoísta” (ou estadualista) dos políticos nordestinos. Isso para não falar da pressão de grupos como a oligarquia do gado e do algodão e de plantadores de cana-de-açúcar – em geral, com fortes relações no Congresso Nacional.

Apesar da forte resistência conservadora, que sustentava muitas das estruturas responsáveis pelos problemas de desenvolvimento e justiça social no Nordeste, Juscelino Kubistchek conseguiu a aprovação do projeto que instituía a Sudene, idealizada por Furtado. Isto, além de outros avanços que o economista conseguiu desde o Codeno até sua atuação na Sudene, que duraria até o golpe de 1964. Por essa razão, Furtado, em entrevista de 1997, não esconde o tom melancólico de quem tinha a consciência do quanto o País perdeu com a ruptura do pacto constitucional:

A classe política não teve a evolução que nós esperávamos. E a verdade é que a classe política brasileira se degradou muito com a ditadura. A ditadura fez uma seleção negativa da classe política. Cortava a cabeça dos melhores, deixava os piores tomando conta [...] E quando do fim da ditadura não houve uma renovação importante da classe política.<sup>32</sup>

Para encerrar, observamos que, ao contrário desse recorte, a atuação de Celso Furtado foi em geral entusiasmada e movida por uma certeza: a de que é possível fazer do Brasil um País desenvolvido em sentido amplo, com justiça social. Sobre o tema “desenvolvimento”, o economista brasileiro deixou um legado dos mais relevantes da economia mundial, chegando a ser indicado em 2003 para o Prêmio Nobel. Um exemplo para que continuemos a lutar em diversas frentes, pelo desenvolvimento do Brasil. Só nos resta agradecer:

Obrigado, Celso Furtado.

---

<sup>32</sup> Celso Furtado, entrevista realizada num café do Quartier Latin, em Paris, em 1997, exibida no *Programa Conexão Roberto D’Avila*, em 26 de novembro de 2004.

### Referências bibliográficas

BRANDÃO, G.M.; REIS, R.R.; COSTA LIMA, M. (Orgs.). *Regionalismos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Humanitas, 2007.

CALLADO, A. *Os industriais da seca e os "Galileus" de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1960.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. *Seminário para o desenvolvimento do Nordeste. O Nordeste, uma área composta. (Informe sobre a região compreendida pelo Plano de Estudos do GTDN)* Organizador: economista Souza Barros

COSTA LIMA, M.; DAVID, M.D. (Orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Brasília: Verbena Editora, 2008.

FERRETI, M.M.R. *Baião de dois: a música de Zé Dantas e Luiz Gonzaga no seu contexto de produção e sua atualização na década de 70*. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1988. 281 p.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

\_\_\_\_\_. *Arquivos de Celso Furtado 2*. Ed. Centro Internacional Celso Furtado, Contraponto Editora.

MONTENEGRO, A.T., As ligas camponesas e os conflitos no campo. *In: Saeculum; Revista de História*, 18. João Pessoa, Jan/jun. 2008. p. 11 a 38.

OLIVEIRA, L.L. *A criação da Sudene*. Disponível em:  
[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/html/o\\_Brasil\\_de\\_JK/a\\_criacao\\_da\\_sudene.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/html/o_Brasil_de_JK/a_criacao_da_sudene.asp)

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste*. Disponível em:  
[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/html/o\\_Brasil\\_de\\_JK/A\\_invencao\\_do\\_nordeste.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/html/o_Brasil_de_JK/A_invencao_do_nordeste.asp)

# 1960. SUDENE – RESISTÊNCIA E DESCONFIANÇA

ANDERSON CARDOZO\*

## Introdução

“Nascido” no governo de Getúlio Vargas, a partir da divisão regional do Brasil desenvolvida pelo IBGE,<sup>1</sup> o Nordeste passa a ser rotulado como um lugar com características bem particulares, tendo como traços marcantes a seca e a figura do rural, sempre resistente às mudanças e ao progresso, diferentemente do Centro-Sul, tida como a região de vanguarda, do sucesso. A partir da década de 1920, com a exaltação do regionalismo, se destacam as figuras do cangaceiro e do vaqueiro, retratados na literatura e nos filmes,<sup>2</sup> como construtores da identidade da região. Uma identidade sofrida, em que prevalecem o atraso e a crueldade, reforçada pelas grandes secas que assolaram seu povo em 1952 e 1958, e evidenciaram, dessa forma, uma desigualdade em relação a outras regiões do País, causada pelo determinismo geográfico.

O final da década de 1950 trouxe um ar de esperança para o povo nordestino, tendo como marco a nomeação, pelo presidente Juscelino Kubitschek, de Celso Furtado como interventor do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do

---

\* Graduado em ciências sociais pela UFPE e membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento, da UFPE (D&R-UFPE).

<sup>1</sup> Durante o império e a primeira república, os estados hoje nordestinos eram chamados de “do norte”. A divisão regional feita pelo IBGE em 1941 levava em conta sobretudo as condições naturais (Correia de Andrade, 1988).

<sup>2</sup> *O cangaceiro*, de Lima Barreto (1953); *O pagador de promessas*, de Anselmo Duarte (1960), baseado em peça de Dias Gomes, que conquista a Palma de Ouro em Cannes em 1962; *Vidas Secas*, de Nelson Pereira dos Santos (1963), baseado em livro de Graciliano Ramos.



Nordeste (GTDN). Após apresentar os resultados dos estudos que vinha realizando junto ao GTDN, Furtado recebeu a incumbência de elaborar um plano de política econômica para aquela região, o que posteriormente levou à criação da Sudene (Lei nº. 3.692), com Celso Furtado como primeiro superintendente. Uma das metas da Sudene era o desenvolvimento industrial, esperando-se que a indústria possibilitasse a criação de novos empregos a fim de reter na região a mão de obra que vinha migrando de forma muito intensa para o Sudeste e o Sul do País (CORREIA DE ANDRADE, 1988).

O Nordeste era uma região com um histórico em que sempre prevaleceu uma política assentada nos interesses de uma oligarquia agrária, a qual não aceitaria sem resistências uma nova proposta de desenvolvimento que colocasse em risco antigos privilégios locais já consolidados.

A partir dessa abordagem, procuramos destacar a reação negativa, por parte de uma parcela da população nordestina, à política da Sudene para desenvolver a região. Portanto, o enfoque é baseado no sentimento de desconfiança de um povo acostumado a receber notícias de ajuda para a região e promessas de mudanças, mas que, na prática, apenas reproduzia uma desigualdade já criada anteriormente e aparentemente insolúvel. Esta análise é baseada na coleta de informações obtidas em matérias de jornais da época (*Jornal do Commercio*, *Diário de Pernambuco*, *Última Hora* e *O Estado de S. Paulo*), bem como a partir da literatura biográfica de Celso Furtado (*A fantasia desfeita*), de autores que abordam o tema e de entrevistas com pessoas que vivenciaram o período (1960).

### **Panorama de 1960**

O ano de 1960 marca a posse de Celso Furtado como superintendente da Sudene, levando o sentimento de esperança e de mudanças para uma região tão sofrida historicamente. A partir de então, “são introduzidas formas mais racionais de intervenção do Estado na esfera econômica” (FURTADO, 1989, p. 81). Como afirmou Celso Furtado (1989):

Com a criação da Sudene o governo federal equipou-se para formular a sua política de desenvolvimento no Nordeste dentro de diretrizes unificadas.

Entretanto, o que se viu por parte de uma parcela da população foram uma desconfiança e uma indiferença que destacavam que os problemas do povo

nordestino sempre foram vistos à distância, ao mesmo tempo em que recursos financeiros eram destinados às regiões ricas e prósperas do País, o Centro-Sul: “Portanto, novas siglas que se criam para dar nomes a serviços ditos de defesa do Nordeste não trazem alento nem otimismo”.<sup>3</sup>

O olhar de descrédito diante da criação da Sudene não se limita à população pobre do Nordeste. Setores importantes da sociedade brasileira também demonstraram sua inquietação em reação a política da Sudene. O jornal *O Estado de S. Paulo* publicou um editorial em que afirma categoricamente que a proposta de Celso Furtado não condiz com a realidade nordestina. Segundo o jornal, “a política para desenvolver a região deveria se basear em exemplos estrangeiros e do estado de São Paulo, com a criação de estudos de pesquisas de variados segmentos”.<sup>4</sup> Portanto, a ideia de desenvolvimento do Nordeste causou decepção e resistência. O que se expressa a partir deste ponto de vista:

A ação da Sudene será precisamente o instrumento de ação da política partidária, dos interesses inconfessáveis, e dos coronéis que dominam o eleitorado local. Não é com um ministério regional que o Nordeste resolverá os seus problemas. O caminho a seguir terá de ser diferente.<sup>5</sup>

A resistência à Sudene se deu bem antes de sua criação, com a luta de parlamentares nordestinos para barrar sua criação. O conservadorismo visava à manutenção de privilégios por parte dos grandes senhores que dominavam a região, que sempre se privilegiaram com as políticas de combate à seca. Encaminhado em 1960 ao Congresso Nacional, o primeiro Plano Diretor foi tema de intenso debate político.

O Plano norteava-se por quatro diretrizes: a sistematização dos investimentos em matéria de transportes, o aumento da capacidade de energia elétrica, o aproveitamento dos recursos humanos e a reestruturação da economia rural. Outros objetivos eram a industrialização, a colonização do Maranhão, a criação de uma reserva alimentar de emergência e o levantamento dos recursos minerais.

---

<sup>3</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de março de 1960.

<sup>4</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de março de 1960, p. 4.

<sup>5</sup> *Jornal do Commercio*, 25 de março de 1960.

A partir daí já poderíamos perceber as grandes dificuldades que a Sudene iria enfrentar ao longo de sua trajetória, comprometida com a verdadeira situação nordestina, empenhada em diminuir as grandes desigualdades regionais presentes até então. A oposição começa no Congresso, envolvendo muitos políticos nordestinos que se diziam preocupados com a situação desprivilegiada da região. Intensas acusações foram disparadas contra Celso Furtado. Gritava um jornal do Recife em cinco colunas, transcrevendo discurso parlamentar (FURTADO, 1989, p. 82): “Celso Furtado elaborou um verdadeiro plano subversivo para o Nordeste, fazendo eclodir através da Sudene a atmosfera social explosiva de uma guerra civil”.

### **A descrença do sertanejo**

Acostumado com políticas paliativas destinadas à região, o sertanejo já não tinha confiança nos novos projetos de desenvolvimento. Portanto, todo o esforço de planejamento para efetivar a Sudene não foi entendido e nem teve receptividade no sertão alagoano e em outras áreas vizinhas. Agricultores e criadores reconheciam que havia interferência político-partidária nociva nos serviços criados para ampará-los. Uma descrença que é justificada como uma consequência da intensa exploração que sempre submeteu a população local. Neste momento o olhar lançado à Sudene era como se ela fosse uma instituição que, ao contrário de resolver os problemas da região, criaria uma classe de privilegiados, distante das verdadeiras necessidades do Nordeste. Em meio a tantas promessas que vinham se sucedendo há vários anos, na percepção do sertanejo, não seria a Sudene mais uma promessa? A esperança de um povo que já assistiu a mais de mil promessas de um Nordeste melhor, desvanecia-se com os anos.<sup>6</sup>

Um sertanejo, ainda pouco conhecedor do superintendente da Sudene, afirmava:

Conhecemos o dr. Celso Furtado de referências boas, de conferências. Ele nunca esteve aqui conosco, nem passou por nossas terras, nem comeu o nosso inhame com mel de rapadura. Sabemos que nasceu no Nordeste e só.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de março de 1960, p. 3.

<sup>7</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de março de 1960.

### **Queremos ação, não palavras**

Diante da situação de calamidade causada pelas enchentes na região nordestina, o “povo” começou a observar a Sudene como ineficiente para restaurar a economia de sua região. Com uma visão voltada para resultados de curto prazo, o “nordestino” deixou de lado o sentimento de esperança e passou a subestimar o novo órgão. O trecho do *Jornal do Commercio* de 26 de março de 1960 (p. 16) ilustra bem essa desconfiança:

É certo que não se pode culpar o governo pelo que vem acontecendo. Mas, quando atentamos no desamparo na região, somos naturalmente levados a pensar que não há maiores motivos para alimentar a ilusão de que as novas entidades oficiais, que constituem, em conjunto, a chamada Operação Nordeste, venham a ser, como tanto se desejava, a solução que o nosso caso impõe. A Sudene não pode viver apenas de planos, ainda que sejam os melhores, como na verdade o são. Planos já os temos. É indispensável que seja uma entidade objetiva, que se ponha à frente do nosso drama, que o sinta não apenas em palavras, mas através da ação imediata com que assista à população desprotegida. Em siglas ninguém mais acredita. São paliativos para o sofrimento geral. São adornos oficiais para iniciativas vistosas, e só. O Nordeste que viva como puder e se puder.

A situação de intensas e contínuas calamidades que assolavam o Nordeste “enraizou” no pensamento de seu povo que os projetos federais voltados para a região apenas mudavam de nomenclatura, mas na verdade não alteravam em nada o sofrimento local, com aprovação de projetos e liberação de verbas que apenas se concretizavam em períodos de catástrofes naturais (secas e enchentes).

A visão de que a Sudene é criada para reproduzir uma estrutura antiga pode ser percebida na matéria do *Jornal do Commercio* (1960):

Já agora, especula-se na imprensa sulista, notadamente a bandeirante, a respeito das conferências que o sr. Celso Furtado vem fazendo sobre a Sudene, acentuando os excepcionais poderes executivos de que dispõe esse órgão, mas resvalando sempre, segundo a velha linguagem, para os chavões que não resolveram jamais os nossos problemas.<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> *Jornal do Commercio*, 26 de março de 1960, p. 16.

## A única política do Nordeste

Os primeiros momentos de atuação da Sudene trouxeram muitas dúvidas e especulações incertas, o que fez pensar que, na prática suas ações se resumiriam a mediar a liberação de verbas, o que não traria nada de novo. Esta visão distorcida pode ser observada nas palavras a seguir:

Até agora, o que há sobre a Sudene são as mesmas notícias de liberação de verbas e assinatura de convênios. Se é para ficar tudo no papel, como vem acontecendo, pouco terá valido ao Nordeste a criação desse órgão, que é de imediata assistência à região e de restauração de sua economia.<sup>9</sup>

Observa-se esse sentimento, presente no início da criação da Sudene, e destacado no *Jornal do Commercio* de 5 de junho de 1960:

A notícia da liberação de verbas para o Nordeste já não é motivo para animar a sua população, isso porque a experiência prova que o dinheiro nem sempre chega para a região. Todos percebem as necessidades do Nordeste e se solidarizam, mas as medidas concretas não aparecem.<sup>10</sup>

O I Plano Diretor lançado por Celso Furtado foi alvo de desconfianças e críticas, pelo fato de o mesmo ter sido votado, mas com restrições, pelo sociólogo e representante do Ministério de Educação e Cultura, Gilberto Freyre. A partir dessa observação e dessa perspectiva:

A última esperança do Nordeste, sob o ponto de vista do planejamento oficial, é a Sudene. Quando se cuidou de nomear o seu superintendente, firmou-se o ponto de vista de não a entregar a políticos profissionais, para que o órgão não caísse na vala comum das injunções de corrilhos e de grupos. Alcançado esse objetivo, estamos apenas iniciando as atividades da Sudene e temos de assinalar que o povo anda desiludido de medidas salvadoras, pois que não saímos ainda dos terrenos das discussões e dos debates. Precisamos entrar imediatamente na fase da ação realizadora.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1960.

<sup>10</sup> *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1960.

<sup>11</sup> *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1960, p. 36.

Mesmo diante de um forte ceticismo, reflexo das políticas anteriores destinadas ao Nordeste, a esperança ainda se faz presente, como observado no *Jornal do Commercio*:

Para uma maior eficácia, muitos erros não devem ser cometidos novamente, trazendo novas maneiras de lidar com a realidade nordestina. Precisamos fazer valer pela coesão política, social e econômica os nossos direitos. Se não fizermos assim, a Sudene terminará como tantos outros órgãos inúteis, que caíram no descrédito do povo.<sup>12</sup>

### **A visão da Sudene após 50 anos de sua criação**

Hoje, mais de 50 anos após a criação da Sudene, o que paira em várias mentes<sup>13</sup> é o fato de a Superintendência ter superado as expectativas, ou seja, a desconfiança inicial deu lugar a um forte sentimento de otimismo e confiança. A credibilidade conquistada por Celso Furtado renovou a esperança da construção de um Nordeste melhor, capaz de proporcionar uma qualidade de vida mais digna para sua população, e na qual a politicagem “abriu espaço” para ações sensatas e sensíveis à realidade nordestina. Foi um recorte da história do Brasil que trouxe um ensaio do verdadeiro caminho para o desenvolvimento do Nordeste. A luta de um homem comprometido com as causas locais, e que hoje tem o reconhecimento de quem vivenciou o período (1960-1964). O reconhecimento do valor de Furtado como homem público, empenhado com o desenvolvimento do Nordeste, é destacado no depoimento a seguir, dado por um habitante recifense que acompanhou sua trajetória:

Celso Furtado foi um dos maiores intelectuais que o Brasil já teve, com uma capacidade extraordinária, o que fez renovar minhas esperanças. Com ele não tinha politicagem; era um homem sério e transparente.<sup>14</sup>

### **Oposições de todos os lados**

A resistência à política e atuação da Sudene não é um fato que se limita ao período inicial. A desconfiança de algumas pessoas face a Celso Furtado foi

<sup>12</sup> *Jornal do Commercio*, 5 de junho de 1960.

<sup>13</sup> Entrevistas com populares.

<sup>14</sup> Depoimento (entrevistado) de um repórter do *Jornal do Commercio*, que lá trabalhou no ano de 1962.

algo que acompanhou toda a sua trajetória de superintendente. A execução do projeto também enfrentou intensas dificuldades e resistências diante das atitudes de um homem que procurou combater toda a politicagem e o conservadorismo da região, fato pelo qual foi alvo de inúmeras críticas (infundadas) e oposições vindas de políticos, jornalistas e das elites nordestinas temerosas da perda de privilégios. Em fins de 1961,

[...] atinge um de seus pontos de mais alta tensão a execução dos planos da Sudene no Nordeste. É que o órgão dirigido por Celso Furtado resolveu atacar na ordem prática uma das maiores chagas da região, causa destacada de muitos de seus maiores males: a estrutura agrária obsoleta, antieconômica e desumana. Por esse motivo [...] intensificou-se a pressão contra a atuação da Sudene e, em especial, contra o homem que personifica o espírito de redenção da região – Celso Furtado.<sup>15</sup>

A seguir, trechos de críticas disparadas contra Celso Furtado:

Assim prossegue a dança fatal sobre o abismo! Se a missão do sr. Celso Furtado é promover a rebelião das massas camponesas, levar os nordestinos ao desespero, semear a fome na região, comunizar o Nordeste e o Brasil, rendamos homenagens ao grande artista que soube hipnotizar dois governos.<sup>16</sup>

Essa Aliança [para o Progresso] não pode ser instrumento de avanço para o progresso do Brasil enquanto a economia brasileira estiver nas mãos do dr. Celso Furtado, porque ele é um tipo de comunista chinês que não quer entendimento com o Ocidente. Se fosse possível trazê-lo até Kruchev ainda havia esperança de um diálogo com a Casa Branca. Mas Furtado é da espécie asiática.<sup>17</sup>

Celso Furtado “quebrou” com um velho conservadorismo que fez parte da estrutura política nordestina, atingindo um ponto que talvez tenha sido o principal entrave para o desenvolvimento da região, e isto justifica que não tenha sido por acaso que enfrentou uma grande oposição. O fato é que Furtado não se inclinou diante dos obstáculos, porque seu ideal era maior. Ideal que foi interrompido pelo maior obstáculo até então, ou seja, pelas forças que eram

<sup>15</sup> “À beira da salvação”, *Visão*, 1 dez. 1961, in “A Batalha da Sudene” (Rosa Freire d’Aguiar Furtado).

<sup>16</sup> “Ainda as barragens”, Argemiro de Figueiredo, *O Jornal*, 5 fev. 1963, in “A Batalha da Sudene” (Rosa Freire d’Aguiar Furtado).

<sup>17</sup> Assis Chateaubriand, *O Cruzeiro*, 5 jan. 1963, in “A Batalha da Sudene” (Rosa Freire d’Aguiar Furtado).

contra o desenvolvimento do Nordeste, e que introduziram uma “nova” proposta de governo em 1964, “roubando” a esperança de um Nordeste diferente, que hoje poderia ter uma realidade diferente, que atendesse aos anseios de um povo que até hoje convive com preconceitos e injustiças.

### **Referências bibliográficas**

CORREIA DE ANDRADE, M.. *O Nordeste e a questão regional*. São Paulo: Ática, 1988.

*Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em:

[http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/celso\\_furtado](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/celso_furtado)

FURTADO, C.. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JORNAL DO COMMERCIO, março de 1960.

\_\_\_\_\_. Junho de 1960.

OLIVEIRA, L.L. *A criação da Sudene*. Disponível em:

[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/o\\_Brasil\\_de\\_JK/a\\_criacao\\_da\\_sudene.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/a_criacao_da_sudene.asp)

\_\_\_\_\_. *A invenção do Nordeste*. Disponível em:

[www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/htm/o\\_Brasil\\_de\\_JK/A\\_invencao\\_do\\_nordeste.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/htm/o_Brasil_de_JK/A_invencao_do_nordeste.asp)





# 1961. SUDENE – CONSOLIDAÇÃO NACIONAL E REINSERÇÃO INTERNACIONAL

DIOGO VILLELA GARCIA MOURA\*

## Introdução

O ano de 1961 pode ser considerado um ano de consolidação, tanto para o projeto da Sudene como para Celso Furtado. Se, por um lado, a Sudene já se encontrava concretizada como uma instituição que tinha como função difundir o processo de renovação econômico-social do Nordeste, por outro, no eixo político ainda havia muitos atores que não se conformavam com essa nova realidade e utilizavam todos os métodos cabíveis para tentar de alguma forma detratar sua função.

Porém, um leitor atento pode observar que essas “batalhas” dir-se-iam corriqueiras nos meandros da política nacional, mas vale ressaltar que, ainda assim, ocorreu um processo de “blindagem” tanto da Sudene como de seu superintendente que não era normal àquela época. Isto porque Celso Furtado fez questão de deixar claro publicamente a sua posição apolítica<sup>1</sup> desde a sua concordância com o convite para a direção da Superintendência. E esse comportamento se refletia no respaldo público que alguns segmentos da imprensa, instituições políticas e segmentos da população davam à sua pessoa, em quem enxergavam um técnico qualificado, sem

---

\* Bacharel em ciências sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestrando do programa de pós-graduação em ciência política da UFPE (PPGCP-UFPE), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento – D&R.

<sup>1</sup> “Sudene à margem da política”, *Jornal do Commercio*, 16.9.1961. “O Nordeste, problema despolitizado”, *O Estado de S. Paulo*, 23.9.1961.

ligações políticas, que conseguiu unir diferentes pontos de vista em prol da construção de um novo projeto para o Nordeste.

Por outro lado, podemos sinalizar como importante no ano de 1961 outra perspectiva que foi aberta pela Sudene: a inserção do Nordeste brasileiro na política internacional. Nesse ano ocorreram fatos importantes que abriram o caminho para uma nova visão político-econômica da região como agente ativo na política internacional. A ascensão do presidente John Kennedy abria um novo horizonte de novas expectativas para toda a América Latina. Com o novo presidente, o mundo acadêmico voltou a dialogar, com proximidade, com o centro do poder norte-americano, que desde a Segunda Guerra Mundial se polarizou no conservadorismo anticomunista (FURTADO, 1989). Neste novo cenário, os países da América Latina constituíam terreno privilegiado para introduzir novas ideias nas relações internacionais. A Aliança para o Progresso foi um exemplo de iniciativa mais inovadora da política externa dos Estados Unidos. Com ela, observou-se uma mudança clara de comportamento, antes calcado no auxílio para a manutenção do imobilismo social e agora assumindo um papel de estimulador de mudanças orientadas para a modernização e o desenvolvimento. Utilizando-se dos meios extraordinários que possuía para intervir na região, o governo norte-americano optou por privilegiar movimentos reformistas, apresentando-os como vetores para o progresso. E dentro dessa perspectiva se encaixavam perfeitamente as ideias da Sudene de Celso Furtado.

Nesse sentido, o presente trabalho vai abordar o ano de 1961 dentro desses dois eixos de análise: no âmbito interno pretende destacar os conflitos políticos que decorrem do sucesso da criação da Sudene, em que se colocam, de um lado, Celso Furtado e os agentes da transformação estrutural da Região Nordeste, e, de outro, os agentes interessados em manter suas posições políticas e econômicas, beneficiários de uma política de ajuda e caridade, os chamados “industriais da seca”. E no âmbito da política externa visa esclarecer a importância da Sudene como agente transformador da visão que se tinha do Nordeste brasileiro à época, que passa de uma região incapaz de se desenvolver para uma região com um enorme potencial de crescimento. O que faltava era o desenho de um projeto ideal.

### **O contexto nacional: os embates públicos**

Com a vitória de Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960, abriu-se um debate em torno da questão da Sudene e, conseqüentemente, sobre como

ficaria a direção da Superintendência. Como era de praxe na política nacional (e de uma forma geral ainda é até hoje), a sucessão presidencial gerou uma realocação dos cargos mais importantes de todas as esferas públicas.

No caso em particular, até o fim de 1960 os maiores adversários das políticas implementadas por Celso Furtado à frente da Sudene eram os próprios políticos do Partido Social Democrático (PSD), que dirigiam o Ministério da Viação e Obras Públicas, visto que este abrigava o Departamento Nacional de Obras Contrás as Secas (DNOCS), base de operação da indústria da seca. Estes eram contra a Sudene porque, para eles, o sucesso da mesma implicaria em uma boa aprovação dos governos udenistas na região. Detentores dos maiores estados do Nordeste – Bahia e Pernambuco –, a União Democrática Nacional (UDN) saíra lucrando com as transformações em curso na região, alocando grande parte dos recursos elencados para a área vindos do governo federal.

Com a sucessão presidencial, o quadro se invertera, e os udenistas de Pernambuco passaram a reivindicar a direção da Superintendência, considerado o cargo mais importante da região no momento. Nesse clima de vale-tudo, começavam a aparecer boatos sobre a manutenção de Celso Furtado na Superintendência:

Circulam rumores nos corredores do Palácio do Planalto de que o snr. Celso Furtado não será mantido na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O assunto, porém, ainda está sendo estudado pela Presidência da República. (*Jornal do Commercio*, 17/2/1961)

Não se sabe ao certo se o snr. Celso Furtado permanecerá na Sudene. O governador Cid empenhou-se nisso no começo do atual governo, mas não encontrou muita receptividade por parte de Jânio Quadros, de quem o snr. Celso Furtado teria dito na campanha eleitoral, não lhe merecer confiança. Jânio argumentou com a recíproca... (*Jornal do Commercio*, 26/2/1961)

Podemos perceber que a sua permanência no cargo foi alvo de boatos e certamente de discussões políticas internas nos partidos. Mas, por outro lado, não foram poucas as vozes que reiteravam que a sua permanência no comando era condição básica para a continuação de um processo ainda em andamento, que sua saída prejudicaria demasiadamente. Podemos verificar semelhante posição na União dos Estudantes de Pernambuco, por meio de telegrama dirigido ao Presidente da República e reproduzido pelo *Jornal do Commercio*:

Exmo. Snr. Presidente da República:

Os estudantes pernambucanos – coerentes com os seus pronunciamentos anteriores – e reafirmando sua fé no desenvolvimento do Nordeste, apelam a V. Excia. no sentido de manter a Sudene afastada de toda e qualquer política partidária, conservando à frente da mesma o economista Celso Furtado.

Evidentemente que a classe estudantil, cônica de sua responsabilidade na atual conjuntura brasileira, não poderá transigir com a demissão do Snr. Celso Furtado, cujo afastamento fará cair por terra as nossas esperanças numa verdadeira reforma administrativa, postulada pelo governo de V. Excia.

Certos do atendimento ao nosso apelo, que representa o pensamento e as aspirações do povo nordestino, aproveitamos a oportunidade para apresentar as nossas respeitadas saudações universitárias.

Ass. Marcos Correia Lins – Vice-presidente UNE, Guilherme Robalinho – Presidente UEP, e Marco Antonio Maciel – Presidente DCE UR. (*Jornal do Commercio*, 10/2/1961)

Reiteravam as vozes dos estudantes muitos outros setores da sociedade civil, que enxergavam na Sudene uma esperança de reforma social e política que, alheia à política partidária, pensava antes nos nordestinos.

Como um bom observador político, Jânio Quadros deve ter percebido que a troca de comando geraria uma grande briga com a sociedade civil, e, assim, não só optou por manter o economista no comando da Sudene como o fez membro pleno do governo com assento nas reuniões ministeriais convocadas mensalmente.<sup>2</sup>

Após a confirmação de sua manutenção como superintendente, Celso Furtado pôde enfim dar continuidade aos projetos traçados pela comissão técnica da Sudene. Porém, havia o problema da aprovação do I Plano Diretor, que estava “empacado” no Distrito Federal, sendo posto em estado de infundáveis estudos e reavaliações a pedido de políticos ligados aos “industriais da seca”. Este problema atingia em cheio as aspirações da agência, pois impossibilitava o recebimento dos investimentos já orçados para as empreitadas. Furtado chama a atenção da imprensa para este problema,<sup>3</sup> e em pouco tempo obtém resultados sob a forma de um decreto presidencial.<sup>4</sup> Neste episódio podemos perceber como o economista conquistara o apoio de grande parte da opinião pública.

<sup>2</sup> “Foi mantido na Sudene o senhor Celso Furtado”, *Jornal do Commercio*, 1.3.1961.

<sup>3</sup> “Plano da Sudene parado há 1 ano”, *Jornal do Commercio*, 9.5.1961.

<sup>4</sup> “Quatro bilhões para o Nordeste somente em 1961”, *Jornal do Commercio*, 3.6.1961.

Em setembro do mesmo ano ocorreu outra forte discordância de posições em que outra vez viu-se ameaçado o futuro da Sudene. As diversas tentativas de partidos políticos de tentarem se infiltrar na Superintendência fez com que Furtado pedisse demissão.<sup>5</sup> Mais uma vez percebemos como a articulação da opinião pública favorecia o economista:<sup>6</sup>

A notícia de que o sr. Celso Furtado permaneceria à frente da Sudene (que não foi confirmada oficialmente) não provocou a paralisação das demonstrações de apoio ao superintendente, que continua a receber mensagens de entidades econômicas e figuras representativas de quase todos os estados regionais. (*Diário de Pernambuco*, 13.9.1961)

Mas nem todos os setores eram favoráveis às ações da Sudene. O setor açucareiro era um dos que mais atuavam contra as novas políticas propostas pela Superintendência. O confronto era inevitável já que o economista nunca poupou críticas à classe açucareira nordestina em seus trabalhos acadêmicos e técnicos. Junto com os “industriais da seca”, os senhores de engenho eram o grupo que mais atuava contra a Sudene:

Com a apresentação, ao seu conselho deliberativo, de um plano-piloto para a reestruturação da economia canavieira, a Sudene – ao que afirmam observadores políticos e econômicos – aumentou a sua área de atrito, que agora não se restringe aos políticos pessedistas interessados no afastamento do sr. Celso Furtado. Figuras representativas da agroindústria do açúcar estariam articulando-se para não só deslocar da Superintendência o seu atual dirigente, como também para modificar a orientação daquele órgão a respeito da economia canavieira. (*Jornal do Commercio*, 10.10.1961)

Celso Furtado e outros técnicos importantes da Sudene argumentaram tecnicamente a sua posição,<sup>7</sup> mas um dos golpes mais duros contra os seus opositores já tinha sido dado. O economista recebera meses antes uma jornalista americana, da rede de televisão ABC, que, com o apoio de seu cicerone, pôde

<sup>5</sup> “Furtado pediu demissão da Sudene, agora”, *Jornal do Commercio*, 15.9.1961.

<sup>6</sup> “Repercussão favorável nos círculos econômicos à permanência de Celso”, *Jornal do Commercio*, 19.9.1961.

“Sudene: Símbolo de redenção”, *Jornal do Commercio*, 1.10.1961.

<sup>7</sup> “Celso Furtado e Almino Afonso defenderam a reforma agrária”, *Diário de Pernambuco*, 17.10.1961.

produzir um riquíssimo documentário sobre o cotidiano da Zona da Mata pernambucana. Nele apresentavam-se típicos personagens da vida em um engenho de cana: do camponês típico ao senhor de engenho. O filme, intitulado *The troubled land*, passou em horário nobre na televisão americana, e obteve enorme repercussão tanto nos Estados Unidos como no Brasil,<sup>8</sup> embora o Conselho Nacional de Segurança tivesse proibido a sua exibição.

No final do ano, a questão do Plano Diretor volta a ser debatida intensamente, pois havia quase um ano que a Sudene o tinha apresentado ao governo federal. Porém, os opositores da Sudene, que o “cozinham em banho-maria”, radicalizaram suas táticas e começaram uma ação para modificá-lo,<sup>9</sup> alterando aspectos básicos de sua natureza. Interessante perceber como a sociedade civil,<sup>10</sup> de uma forma geral, foi incisiva para que o tento não lograsse vitória. Pelo contrário, o efeito foi oposto. As emendas ao plano foram rejeitadas<sup>11</sup> e o mesmo foi aprovado no ano seguinte quase em sua forma inicial.

### **A colonização do Vale do Amazonas**

Entre os muitos projetos que a Superintendência tentou pôr em prática em 1961, a questão da colonização do Vale do Amazonas foi um dos que mais teve destaque na imprensa. Celso Furtado apresentou essa ideia já no documento do GTDN.<sup>12</sup> Na parte propositiva desse importante relatório constava um programa de reestruturação fundiária da zona da mata e do semiárido nordestino, que implicava na transferência do excedente populacional das zonas rurais improdutivas para os campos mais férteis do oeste maranhense. Em matéria escrita no *Jornal do Commercio* podemos perceber que o assunto obteve destaque na época:

A presença de técnicos da Sudene na reunião com o presidente da República, será oportunidade para exame, em mais profundidade, de aspectos do plano de colonização agrícola elaborada para o Maranhão e oeste do Piauí. O snr. Celso

<sup>8</sup> “A miséria rural do nordeste: TV Yankee descobre”, *Jornal do Commercio*, 12.7.1961.

<sup>9</sup> “No Senado Sudene foi mutilada”, *Jornal do Commercio*, 1.12.1961.

<sup>10</sup> “Conspiração contra o Nordeste”, *Jornal do Commercio*, 3.12.1961. “Recife para e faz comício pró-Sudene: reação contra mutilação do Plano Diretor agita todo o Nordeste”, *Jornal do Commercio*, 6.12.1961.

<sup>11</sup> “Câmara: rejeitadas as emendas que modificam o Plano da Sudene”, *O Estado de S. Paulo*, 9.12.1961.

<sup>12</sup> O documento do GTDN (1959) trata de um diagnóstico da situação econômica regional dos anos 1930 até os 1950, além de trazer um conjunto de proposições para a superação dos baixos índices de desenvolvimento da região. O documento foi formulado e redigido por Celso Furtado e foi referência para a criação da Sudene.

Furtado, antes de viajar, anunciou que o deslocamento de colonos nordestinos para o Piauí e Maranhão se encontra na pauta prioritária da Sudene, porque inclusive já fora liberada a verba necessária para os serviços iniciais de demarcação da área e implantação de obras indispensáveis a curto prazo. Como se recorda, o deslocamento da fronteira agrícola do Nordeste em direção ao Maranhão e ao Piauí é um dos pontos importantes do programa de reestruturação da economia nordestina. Visa a Sudene, com a providência, integrar vasta área no processo produtivo e, ao mesmo tempo, disciplinar o êxodo da população rural nordestina, que já se tem processado com prejuízo econômico para o Nordeste. (*Jornal do Commercio*, 27/7/1961)

Já em outra matéria, Furtado esclarece a opinião pública sobre o empreendimento:

A fim de melhor esclarecer a opinião pública, o superintendente da Sudene, snr. Celso Furtado, informou à Agência Nacional que a transferência de nordestinos que habitam o Polígono das Secas para os vales úmidos do Maranhão, programada para execução em diversos anos, segundo planos objetivos e realizáveis, será efetuada em colaboração com o Departamento Nacional de Endemias Rurais e outros órgãos encarregados da saúde pública. (*Jornal do Commercio*, 17/9/1961)

Como podemos perceber, o plano de colonização do Maranhão e Piauí começou a ser executado de forma exemplar pela Sudene, com o devido planejamento e respaldo público que um empreendimento desse tipo exige. Poder-se-ia dizer que de uma forma excepcional, se levarmos em conta o contexto da Região Nordeste. Como disse o economista em sua autobiografia, se tivesse logrado sucesso, esse projeto teria “dado um passo decisivo para modificar favoravelmente a relação homem/solos aráveis no Nordeste. E teríamos aberto a porta à ocupação racional da vasta reserva amazônica” (FURTADO, 1989, p. 112).

### **O contexto internacional: a Aliança para o Progresso**

A mudança de governo nos Estados Unidos, com a eleição do presidente John Kennedy, acenava para o mundo uma possível mudança dos rumos da sua política externa. Nesse contexto, os Estados Unidos procuravam um novo modelo de cooperação internacional, principalmente com os governos da América Latina, onde a imagem norte-americana estava com um nível baixo de



credibilidade. Neste sentido, a Aliança para o Progresso foi uma tentativa de reverter a condição. Segundo Celso Furtado,

[...] a Aliança para o Progresso, sem lugar a dúvida, foi a iniciativa mais audaciosa de política externa saída de Washington desde o Plano Marshall. Os Estados Unidos deixavam de ser o gendarme do *status quo* na América Latina, o aliado tácito de todas as forças aplicadas em manter o imobilismo social, para assumir o papel de estimuladores de mudanças orientadas para a modernização e o desenvolvimento. Com os meios formidáveis que dispõem para agir na região, começariam prestigiando os movimentos reformistas, apresentando-os como vetores do progresso. E, apoiando financeiramente projetos estratégicos, operariam como fator catalisador para precipitar a deslocação de velhas estruturas que obstaculizavam o desenvolvimento. (Furtado, 1989, p. 108)

É nesse contexto de mudanças estruturais que se enquadrava o projeto da Sudene. O quadro econômico-social em que se encontrava o Nordeste brasileiro, aliado à política de renovação proposta pela Superintendência, se encaixava diretamente no projeto norte-americano. Nesse sentido, não foi difícil encontrar atores que firmassem o diálogo necessário para o entendimento entre os dois planos. Estavam abertas as portas para uma mudança significativa da imagem do Nordeste brasileiro na política internacional. Por meio da profunda capacidade explicativa de Celso Furtado foi possível ao governo norte-americano entender que o projeto elaborado pelo economista – e que estava em vias de implementação pela Sudene – era bem fundamentado e passível de investimento. A Região Nordeste, que era retratada como um exemplo de atraso social crônico, de desigualdades econômicas e sociais quase intransponíveis, passou a ser vista como o exemplo ideal de mudanças estruturais significativas que o projeto norte-americano idealizava. Vejamos a análise que o *Jornal do Brasil* faz do papel do economista, em matéria reproduzida no *Jornal do Commercio*, no dia 22 de junho do ano em questão:

O convite que o governo dos Estados Unidos fez ao sr. Celso Furtado revela a preocupação crescente das autoridades norte-americanas com o problema do Nordeste brasileiro. Há alguns anos, ninguém imaginaria que o atual responsável pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste fosse encarado com naturalidade pela administração norte-americana. Afinal, o sr. Celso Furtado – como as próprias notícias de Washington fazem questão de frisar – já foi,

ideologicamente, um marxista. Hoje, não é mais. E tem dado provas disso ao defender, no plano da Sudene, o papel pioneiro e progressista de iniciativa privada. E é preciso que se recorde que, há algum tempo, quando os comunistas insistiam em fazer pressão sobre a Sudene para que ela se lançasse, imediatamente, num movimento em favor da reforma agrária, o snr. Celso Furtado – que apoia a ideia, atualmente defendida com fervor pelos bispos do Nordeste – recusou-se em termos categóricos a propor qualquer medida de envergadura sem ter dados seguros. Esses dados a Sudene os está tendo por meio de estudos e levantamentos feitos de maneira criteriosa. O importante é que o snr. Celso Furtado tem demonstrado, inúmeras vezes, o seu horror aos slogans, às fórmulas pré-fabricadas e à intimidação ideológica. A sua chamada a Washington revela que uma nova mentalidade está surgindo na administração norte-americana, hoje liberta daquele medo incoercível da subversão. É bom saber-se que o snr. Celso Furtado foi convidado por sugestão de senadores brasileiros e por recomendação do embaixador Adlai Stevenson. Isso significa que não há mais homens marcados e que a administração norte-americana não fica assustada diante da subversão. Ela é que está querendo ser subversiva, ao pôr em cheque a União Soviética com um programa estratégico de ajuda maciça às nações subdesenvolvidas. Parece-nos que os Estados Unidos estão, finalmente, no caminho certo, usando métodos pragmáticos para cacoetes ideológicos.

Podemos perceber pela matéria um reforço à qualidade do economista de conseguir pôr à frente de suas ideologias pessoais o projeto da Sudene. A matéria sugere que, tanto nos Estados Unidos como no Brasil, Celso Furtado conseguiu impor sua qualidade técnica acima dos preconceitos a respeito de suas preferências ideológicas. As suas atitudes como superintendente da mais importante autarquia do Nordeste ao longo dos anos lhe deram respaldo político como gestor público.

Pode-se caracterizar como emblemática uma foto<sup>13</sup> estampada na primeira página do *Jornal do Commercio* do dia 12 de julho de 1961, que mostra Celso Furtado, em primeiro plano, apontando com o dedo, em um mapa cartográfico, a Região Nordeste para Robert Woodward. É como se naquele momento o economista estivesse materializando uma região geográfica que habitava o terreno do fantasioso, do caricatural. É a concretização de uma realidade até então impensável tanto para os norte-americanos como para os próprios brasileiros

---

<sup>13</sup> “A área é esta”, *Jornal do Commercio*, 12.7.1961.

nordestinos, quase que uma declaração: nós existimos e merecemos ser ouvidos, merecemos ser respeitados.

A viagem de Celso aos Estados Unidos obteve larga cobertura na imprensa nacional<sup>14</sup> e, na sua volta, seu relato<sup>15</sup> da viagem foi bastante animador. É desalentador pensar que o projeto nascido naquele momento sofreria baques dos dois lados, com a morte de JFK nos Estados Unidos e com o golpe militar no Brasil. Pelo menos, a ocasião serviu de exemplo para os críticos do projeto da Sudene, como resposta para aqueles que não acreditavam no potencial produtivo da autarquia. Talvez tenha sido um dos únicos primeiro diálogos de cooperação internacional da época entre Brasil e Estados Unidos em que o Estado brasileiro não se apresentasse em simples posição de tutelado, mas sim como uma nação com um projeto próprio de desenvolvimento.

### **Considerações finais**

O projeto “A Sudene de Celso Furtado, 1958-1964” visou reconstituir documentalmente a época de Celso Furtado à frente da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Nesse contexto, podemos colocar o ano de 1961 como um dos anos mais otimistas dessa época. Foi um ano de consolidação de Celso Furtado como gestor público de respeito perante a opinião pública. Quando houve ocasiões em que sua capacidade foi questionada, grande parte da sociedade civil o apoiou aberta e amplamente. Também foi um ano de início de efetivação dos projetos concebidos a partir de estudos específicos, como o da colonização do norte maranhense e de conquistas políticas importantes. Além disso, no lado da política externa, o projeto da Sudene idealizado por Celso Furtado conquistou apoio importante dos Estados Unidos, ganhado força para reafirmar internamente as suas aspirações. Do ponto de vista de quem viveu a época deve ter sido um ano bastante otimista. É realmente uma pena que tanto tempo e trabalho gastos neste ínterim fossem jogados pelo ralo com o golpe militar de 1964. A fantasia pode ter sido desfeita, mas a sua importância para a história brasileira ficará guardada para sempre.

---

<sup>14</sup> “Celso discorreu sobre o nordeste nos Est. Unidos”, *Jornal do Commercio* 14.7.1961. “Celso: enorme interesse dos EUA pelo Nordeste”, *Diário de Pernambuco*, 13.7.1961. “Kennedy garantiu a Celso todo apoio dos EE.UU. ao Nordeste”, *Diário de Pernambuco* 15.7.1961.

<sup>15</sup> “Celso não pediu ajuda aos EUA: expôs Sudene”, *Diário de Pernambuco* 22.7.1961.

### **Referências bibliográficas**

COSTA LIMA, M.; DAVID, M.D. (Orgs.). *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. Brasília: Verbena Editora, 2008.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. *Jornal*. Reportagens selecionadas. Recife, 1961.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

JORNAL DO COMMERCIO. *Jornal*. Reportagens selecionadas. Recife, 1961.

O ESTADO DE S. PAULO. *Jornal*. Reportagens selecionadas. São Paulo, 1961.



## 1962. UM ROTEIRO PARA ENTENDER OS TEMAS QUE DOMINAVAM A SUDENE

RODRIGO SANTIAGO\*

O objetivo deste relatório é apontar os principais aspectos relacionados à Sudene e a Celso Furtado no ano de 1962. A análise documental foi realizada a partir de quatro jornais de relevância regional e nacional, a saber, *Diário de Pernambuco*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Commercio* e *Última Hora*. Durante o ano de 1962, percebe-se que o eixo de discussão gira em torno das seguintes questões: 1) a ação da Aliança para o Progresso no Brasil; e 2) debate sobre os problemas sociais nordestinos. Estes dois são os temas mais recorrentes nos jornais pesquisados. Entretanto, outro assunto ainda bastante noticiado nesse ano foi a posse de Furtado no Ministério do Planejamento. Após delimitar os eixos de debate, tentou-se, sempre que possível, expor algumas reflexões de forma sucinta, de autores que trataram dos temas que nos interessam neste trabalho.

### **A Aliança para o Progresso**

Em 4 de junho de 1962 foram assinados os primeiros projetos de parceria entre a Sudene e o programa do governo norte-americano denominado Aliança para o Progresso. Segundo Ianni (1971), tal programa tinha o objetivo de neutralizar os reflexos da revolução cubana no resto da América Latina. Assim, pela primeira vez, o governo dos Estados Unidos se comprometia em apoiar a elaboração de planos e programas de desenvolvimento econômico nos países latino-americanos.

---

\* Mestrando em ciência política pela UFPE.

Nesse momento, havia um entusiasmo e várias expectativas positivas em relação à cooperação que se iniciava. Esperava-se que a implementação dos recursos em projetos estruturadores na região pudesse alavancar o desenvolvimento. O intuito da Aliança para o Progresso era de construção, e não de reconstrução, tal como previa o Plano Marshall, cuja diferença foi debatida em matéria do *Diário de Pernambuco* de 24 de junho de 1962, intitulada: “Aliança para o Progresso difere do Plano Marshall” e é programa de construção. Desta forma, a Aliança para o Progresso pretendia ser um programa de construção e fomento, que exigia mudanças estruturais na sociedade e a especialização de quadros capazes de levar as atividades adiante.

Por outro lado, personalidades como Leonel Brizola eram contra as ações da Aliança para o Progresso em solo brasileiro. Ele duvidava das reais intenções do governo de Washington, ao indagar sobre o verdadeiro motivo de uma administração que induz seus contribuintes a ajudar outra nação, ou seja, ele não entendia o suposto desinteresse político do programa. Já Celso Furtado encontrava-se em posição contrária. Ele dizia ter sido a Aliança estruturada a partir dos interesses nordestinos, e que as diretrizes tinham sido lançadas pela Sudene, tendo o governo norte-americano apenas subsidiado a ajuda. No entanto, Furtado recebia uma série de críticas em que se afirmava que ele era o culpado pelo fracasso do programa, e isso seria consequência das suas supostas preferências ideológicas.

Essa Aliança [para o Progresso] não pode ser instrumento de avanço para o progresso do Brasil enquanto a economia brasileira estiver nas mãos do dr. Celso Furtado, porque ele é um tipo de comunista chinês que não quer entendimento com o Ocidente. Se fosse possível trazê-lo até Kruchev ainda havia esperança de um diálogo com a Casa Branca. Mas Furtado é da espécie asiática. (CHATEAUBRIAND *apud* FURTADO *et. al.*, 2009, p. 16)

O tema Aliança para o Progresso, além do caráter político discutido acima, trouxe à tona outros aspectos da realidade socioeconômica do Nordeste, sendo a principal a execução de projetos que beneficiavam os grandes produtores rurais e industriais. Nesse sentido, havia uma colaboração para aqueles que se utilizavam da “indústria da seca”. Ou seja, a situação da população nordestina não era resultado da falta de recursos alocados na região, mas sim da sua má utilização e da falta de planejamento.

### **Os problemas sociais do Nordeste**

Em 1962, a questão das dificuldades sociais e de desenvolvimento que o Nordeste brasileiro enfrentava era temática recorrente. Várias eram as causas levantadas para explicar o subdesenvolvimento da região, dentre elas, educação, saúde pública, comunicações, transportes rodoviários e o subemprego. Desses fatores, o colocado no topo como mais problemático era a questão do subemprego, pois os trabalhadores recebiam salários abaixo das suas necessidades mais elementares, além de não possuírem nenhum direito assegurado.

É nesse cenário que a Sudene tenta inserir o planejamento como mecanismo que pode proporcionar desenvolvimento gradual e seguro. Neste sentido, a Superintendência tentava adaptar a economia da região à sua característica mais marcante, a zona semiárida, além de estimular a sua industrialização, deixando claro que o subdesenvolvimento do Nordeste também era instigado pelo desconhecimento de suas imensas possibilidades.

No momento em que Furtado torna-se ministro do Planejamento e que o Plano Trienal é aprovado, novamente há um suspiro de esperança no tocante ao desenvolvimento nacional, e do Nordeste em especial. Questões como as relacionadas a seguir são inseridas e problematizadas de um ponto de vista desenvolvimentista, que tenta redistribuir renda sem criar bolsões de pobreza. Os temas discutidos são: 1) crescimento da renda nacional; 2) redução inflacionária; 3) intensificação da atuação governamental na área de educação; 4) refinanciamento da dívida externa; e 5) distribuição igualitária dos bônus do progresso. Sendo que a diretriz principal do plano era evitar a concentração de investimentos em determinadas áreas a fim de evitar a reprodução das condições de desigualdade já existentes entre as regiões brasileiras.

Cohn (1976) enfatiza que as dificuldades estruturais encontradas no Nordeste, além de explicar o retrocesso em seu desenvolvimento, mostram a região como fator ativo para o desenvolvimento econômico do eixo Sul-Sudeste. Assim, a região, ao invés de gerar conhecimento ou produzir tecnologia, exportava mão de obra e capital para as regiões mais desenvolvidas do Brasil. Além disso, a autora deixa em relevo que a crise nordestina não podia apenas ser compreendida pela ótica econômica. O caráter político e os conflitos existentes no período delineavam a disputa econômica, e nesse sentido a Sudene funcionou bem mais como um amortecedor político, ou seja, de acomodação dos interesses locais, do que como uma resposta aos problemas econômicos em si.



### **A posse de Celso Furtado**

Furtado assume o Ministério do Planejamento reconhecendo as dificuldades brasileiras com relação aos desequilíbrios econômicos internos e externos, mas acreditando que isso não constituía motivos para frustrações e desespero. Até porque, segundo Furtado, a economia do País não se encontrava estagnada, e o que se precisava era conservar e intensificar o crescimento nacional. A sua solução para isso era o planejamento, pois ele seria o único método capaz de disciplinar e estabelecer previamente os fins. Em suma, o plano significava planejar rapidamente, para executar racionalmente, e em longo prazo.

Essa planificação do Estado foi idealizada por meio do Plano Trienal (1963-1965), que, segundo Ianni (1971), fez um diagnóstico amplo, detalhado e integrado das condições e fatores responsáveis pelos desequilíbrios, estrangulamentos e perspectivas da economia do País. No entanto, a implementação do Plano Trienal previa profundas mudanças na estrutura política e social do Brasil.

Esse plano era uma ponte com a visão desenvolvimentista. Nele, diagnosticaram-se o atraso no desempenho da agricultura, comparativamente à indústria, o baixo grau de incorporação tecnológica, facilitado por uma fronteira agrícola em contínua expansão, a estagnação no comércio exterior, pressões inflacionárias oriundas do desenvolvimento da agricultura e inadequação da estrutura agrária. No entanto, o importante é notar que o Plano constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento.

### **Considerações finais**

O debate político no ano de 1962, como pode ser percebido, dava-se por meio de rotulações ideológicas, características do período da Guerra Fria. No Brasil, o ponto alto da atuação norte-americana foi a implantação da Aliança para o Progresso. Para uns, o projeto representava uma forma de evitar a interferência cubana no País, para outros, seria uma ajuda econômica destituída do caráter político. Sendo uma ou outra alternativa, o importante é que tal debate gerou consequências e posicionamentos, por exemplo, na maneira de o governo central brasileiro atuar no Nordeste.

Para além do que muitos acreditavam, o subdesenvolvimento do Nordeste brasileiro era um mal necessário à sustentação da riqueza oriunda do Centro-Sul

do País. Isto podia ser observado pelo fato de que a região, ao invés de gerar conhecimento ou produzir tecnologia, exportava mão de obra e capital para as regiões supracitadas. Tentou-se desestruturar esse círculo vicioso por intermédio do Plano Trienal, que ao mesmo tempo em que propunha mudanças em âmbito nacional contribuía para solapar as iniquidades regionais. Era um plano de caráter desenvolvimentista que pretendia controlar a inflação, sem impedir o desenvolvimento. Uma de suas metas era desconcentrar os investimentos/capitais em poucas áreas, contribuindo, assim, para um desenvolvimento mais homogêneo do País.

### **Referências bibliográficas**

- COHN, A. (1976). *Crise regional e planejamento*. São Paulo, Perspectiva.
- FURTADO, R.F.A.; FURTADO, C.; HIRSCHMAN, A. *et al.* (2009). *O Nordeste e a saga da Sudene (1958-64)*. Coleção Arquivos Celso Furtado, n°. 3. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado/Ed. Contraponto.
- IANNI, O.(1971). *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.



1963. A SUDENE COMPREENDIDA À  
LUZ DOS EFEITOS DA GUERRA FRIA —  
UMA ANÁLISE DO JORNAL  
*O ESTADO DE S. PAULO*

AUGUSTO W. M. TEIXEIRA JR.\*

Celso Furtado é um dos personagens que deixam marcas perenes na história de um país e de suas instituições. Representando um dos resultados da pesquisa “A Sudene de Celso Furtado”,<sup>1</sup> o ensaio aqui esboçado busca realizar uma discussão sobre os acontecimentos ligados a Furtado, à Sudene e ao Nordeste à luz das transformações e dinâmicas das relações internacionais da Guerra Fria. Como ponto de partida, tomamos emprestada a lente do jornal *O Estado de S. Paulo*, que com sua visão representativa da elite brasileira no poder à época, nos possibilita uma viagem no tempo em que podemos inferir como a Guerra Fria e os receios do período contribuíram para o destino do País e de seu desenvolvimento político.

A escolha desse veículo impresso não é aleatória. O jornal era, na época, um dos mais importantes. Ligado à família Mesquita, tinha opinião e trânsito pelas elites paulistas, mas também na capital federal. Mas talvez o mais importante seja que o seu conteúdo editorial e sua linha reflexiva demonstraram uma tendência a uma posição que oscila entre o liberalismo político e econômico e o conservadorismo. Em analogia com a música erudita, o ano de 1963 foi o

---

\* Doutorando em ciência política pela UFPE. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento – D&R.

<sup>1</sup> O ensaio é realizado principalmente com base nas reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*, no ano de 1963.

prelúdio do processo que se encerra com a inflexão na história republicana: o golpe cívico-militar de 1964. Em relação ao Nordeste e à Sudene, temas que nos concernem neste texto, esse ano foi um momento crucial para a definição sobre a direção pela qual as elites da região e do Sudeste optariam a fim de lidar com o chamado problema nordestino. Sobre essa questão, a incapacidade de compreender o planejamento como recurso fundamental ao desenvolvimento, identificando-o com práticas potencialmente subversivas da ordem liberal, gerou óbices às reformas necessárias.

Podemos relacionar três grandes temas que dizem respeito diretamente à Sudene nesse período. O primeiro é a progressiva participação e o engajamento dos Estados Unidos nos assuntos ligados ao desenvolvimento nordestino. Notabiliza-se, neste contexto, a Aliança para o Progresso. No cenário nacional, articulava-se um debate político feroz sobre o Plano Trienal e os receios da estatização da economia. Aqui, o papel desempenhado pelo planejamento era um tema central, dizendo respeito à Sudene e ao recém-criado Ministério do Planejamento, sob a tutela de Celso Furtado. No Nordeste, as Ligas Camponesas e os problemas enfrentados pela Sudene em sua intervenção na região foram lidos por meio do conflito bipolar e da percepção geopolítica da “infiltração comunista” na região. Esses três níveis de acontecimentos articulados permitem entender, mesmo *ad hoc*, como a Sudene de Celso Furtado e o conjunto de propostas trazidas pelo economista paraibano tiveram em 1963 o começo do fim de uma janela de oportunidades, findada em 1º de abril de 1964.

O jornal *O Estado de S. Paulo* fazia, nas suas primeiras páginas, uma cobertura expressiva sobre os principais acontecimentos internacionais. Como era comum no período, o embate bipolar estava na ordem do dia e as suas consequências para as relações internacionais se faziam presentes. E, de fato, a década de 1960 coloca o Nordeste brasileiro como um polo de tensão desse conflito no contexto doméstico brasileiro. O cenário de contestação política representado pelas Ligas, o receio por parte dos setores da elite do advento da revolução marxista no Nordeste e a incapacidade das instituições de lidarem com o problema são fatores importantes para o analista. Mais fundamentalmente, ao lado da teoria do subdesenvolvimento, esses aspectos permitem compreender as causas profundas do conflito social no Nordeste.

Celso Furtado, desde os seus escritos iniciais, demonstrava que o subdesenvolvimento engendra uma situação de desenvolvimento malformado.

Não sendo uma etapa do processo de desenvolvimento capitalista, essa condição se retroalimenta no tempo e no espaço. Com alguma liberdade de interpretação na leitura de *Formação econômica do Brasil*<sup>2</sup> podemos afirmar que a condição de subdesenvolvimento brasileira é gestada no Nordeste. Mesmo com a força do tempo e dos ventos de mudança da revolução de 1930, e da rápida industrialização do País na década de 1950, esta região viu-se assolada pelo atraso estrutural não apenas em sua economia, mas em sua sociedade e *modus vivendi*. Como é sabido, apenas em 1959, e após uma longa batalha política encabeçada por Furtado, a Sudene é criada. Este fato mostra não apenas como o Nordeste brasileiro estava em dissintonia com o desenvolvimento do restante do País, mas como a busca efetiva por um caminho se mostrou tardia.

A década de 1950 e principalmente os anos 1960 vivenciam um dos momentos de maior acirramento da Guerra Fria. Este dado nos é particularmente relevante, pois o conflito penetrou profundamente nas mentes e sociedades de quase todos os países do mundo, e o Brasil não foi exceção. Voltando ao Nordeste, o subdesenvolvimento da região, acirrado por seu papel funcional nas suas relações com o Sudeste, viu nesse período o aumento das pressões por mudanças e justiça social. Entre os vários sujeitos da sociedade civil organizada destacaram-se de forma incomparável as Ligas Camponesas. O problema fundiário nordestino é uma constante histórica, que, como mostra Furtado, se remete à própria formação do Brasil – País este que inaugura a sua existência no mundo como um empreendimento público-privado com fins lucrativos. Ao longo da segunda metade do século XX a contestação social das massas tornou-se um fenômeno presente nas mais variadas partes do mundo subdesenvolvido. No Nordeste, as Ligas de Francisco Julião levaram a cabo as reivindicações por mudança das condições de vida dessa população. O que nos salta aos olhos são exatamente as consequências não pretendidas da ação política. Explico. A emergência de um movimento reivindicatório na região, caracterizado como comunista, foi visto e tratado como uma expressão local da Guerra Fria. Sobre este aspecto podemos desenvolver duas ideias importantes à compreensão geral deste ensaio.

Primeiro, se criou no Brasil, no seio das Forças Armadas, uma doutrina geopolítica sobre o País, o seu papel na região e no mundo. De forma

---

<sup>2</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

contundente, Golbery do Couto e Silva,<sup>3</sup> ao introduzir a teoria das fronteiras ideológicas, adotou no pensamento estratégico brasileiro o marco e a orientação norte-americana da Guerra Fria. Essa forma de ver o mundo não foi exclusiva dos militares. Civis, como jornalistas e editores do jornal *O Estado de S. Paulo* passaram, ano após ano, a ler os acontecimentos nordestinos como as Ligas Camponesas à luz da cisão capitalismo *versus* comunismo, o capitalismo sendo retoricamente descrito como Ocidente. Nessa perspectiva comum entre militares e conservadores civis, a exemplo de Carlos Lacerda, o movimento reivindicatório em apreço era a prova cabal da infiltração comunista no País, já em curso em outras partes do Brasil, e era a perspectiva do Estado e das Forças Armadas. Cabe notar que, ao longo da nossa análise do jornal, a forma que este encarava a Sudene e a sua relação com as Ligas muda no correr do tempo. Inicialmente, a intervenção do poder público, representado pela Superintendência, era visto como um meio de mitigar os problemas sociais e políticos da região. Em um segundo momento, a integridade política de Celso Furtado e da instituição Sudene passam a ser questionadas por suas relações com as Ligas e as ideias professadas pelo desenvolvimentismo. Esses pontos nos levam ao segundo aspecto que prometemos tratar.

A lente emprestada do Norte induziu a uma má percepção do momento histórico da evolução do Estado brasileiro e de suas funções, como demonstra tão bem a Sudene. Em sua revisão da literatura canônica sobre o estudo do Estado, o filósofo Norberto Bobbio<sup>4</sup> apresenta uma perspectiva teórica que buscava entender o Estado a partir das relações entre demanda e oferta de suas funções. Nesta perspectiva, o desenvolvimento do Estado moderno tinha como motores as necessidades da sociedade civil e do mercado e, ao gerar capacidade de resposta, tornava-se uma entidade política organizada mais robusta. Este processo, descrito de forma abstrata nas linhas acima, não escapou às relações entre Estado e economia. O imediato pós Segunda Guerra Mundial apresentou ao mundo a necessidade de uma maior participação do Estado nos esforços de reestruturação das nações europeias destruídas na conflagração. A experiência exitosa do planejamento na Europa, mas também o exemplo soviético da

---

<sup>3</sup> COUTO E SILVA, Golbery de. *Conjuntura política nacional: o poder executivo & geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

<sup>4</sup> BOBBIO, Norberto. *Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política*. 11ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

planificação, demonstrou a utilidade dessa ferramenta para fins de desenvolvimento econômico. Inspirado no debate e na experiência europeia, Celso Furtado aparece no período como um árduo proponente e defensor do planejamento como ferramenta do desenvolvimento nacional. O êxito no acolhimento político dessa proposta tem na Sudene e na posterior criação de um ministério dedicado ao tema os seus exemplos culminantes. Além de retirar o Nordeste de sua situação secular de subdesenvolvimento, a Sudene se prestava ao esforço de integração da região à economia brasileira, requalificando-a por meio de um desenvolvimento induzido pelo Estado.<sup>5</sup> Como demonstra Costa Lima,<sup>6</sup> não apenas a criação, mas o próprio funcionamento da Superintendência entre 1959 e 1964 apresenta um histórico de lutas políticas constantes contra forças conservadoras, em especial na própria Região Nordeste.

Não obstante o nobre fim, a Sudene foi tragada pelo embate político e ideológico a que fizemos referência, sendo a questão do planejamento o tema central. Reportagens e editoriais de *O Estado de S. Paulo* no ano de 1963 deixam isto muito claro. Elementos da sociedade brasileira tinham, à altura, um forte receio de que o Plano Trienal, nacionalmente, e regionalmente a Sudene, viessem a se converter em iniciativas de estatização da economia. A um bom analista e intérprete da história não escapa um aspecto curioso: nessa crítica está presente o *ethos* de parte da elite brasileira, em que o conservador político encontra o liberal econômico. Mesmo com o objetivo de erguer o Nordeste em cinco anos – notícia publicada em outubro de 1963 –, a Superintendência penou para ter o II Plano Diretor aprovado. Na verdade, a fonte midiática estudada expressava uma certa preferência por um envolvimento estadunidense da Sudene, representado pela Aliança para o Progresso, mas também pelos fundos da USAID. Devemos ter em mente que a louvação da entrada de recursos americanos no Nordeste não era despropositada. Os empecilhos decisórios e burocráticos para as verbas da Sudene levaram, muitas vezes, a uma escassez de recursos necessários. No entanto, o engajamento do esforço americano no Nordeste era entendido também como uma certificação da manutenção da orientação liberal e ocidental dentro do empreendimento desenvolvimentista nordestino.

<sup>5</sup> TEIXEIRA JR., Augusto W. M. “Ordem internacional, subdesenvolvimento e o papel do Estado no pensamento político de Celso Furtado.” Monografia de bacharelado em ciências sociais, apresentada ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

<sup>6</sup> COSTA LIMA, Marcos (org.), *A atualidade do pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Landscape, 2008.



Contudo, mesmo o envolvimento de agências do governo estadunidense supracitadas e a expressiva intervenção pública para o desenvolvimento do Nordeste feita pela Sudene não levaram a uma redução significativa das tensões sociais e políticas na região, muito menos a um ponto de equilíbrio entre Estado, sociedade e atores do mercado. A percepção perfeitamente clara no jornal *O Estado de S. Paulo* da subversão da ordem em marcha no País é fundamental para se compreender o estado de polarização política nacional. Para se ter uma noção da gravidade dessa situação, exporemos alguns exemplos. Em janeiro de 1964 o termo *subversão* foi utilizado em relação ao Nordeste. Não apenas isso, mas uma série de reportagens entre abril e maio do mesmo ano fazia referência aos processos de luta política e social na região como “A revolução nordestina”. Outro dado que clarifica a nossa compreensão foi o debate público feito no jornal em apreço sobre o caráter ideológico de Furtado. Colocou-se em dúvida a integridade do economista paraibano, cogitando a sua relação com o comunismo ao se falar do “Humanismo de Celso Furtado”. Inclusive, problemas políticos sérios levaram Furtado a cogitar em sair do Ministério do Planejamento, tendo isso acontecido nesse ano. Com isso, ele volta a ocupar-se da Sudene. No entanto, o questionamento e a avaliação do homem público em relação a suas crenças se mostraram fortemente atreladas a que governo e para qual partido político Furtado trabalhava. Entre o fim do governo JK, a rápida passagem de Jango e até o advento de João Goulart, o jornal apresentou opiniões às vezes contraditórias sobre Celso Furtado e os seus intentos acerca do Nordeste e o Brasil.

Com este ensaio não pretendemos de nenhuma forma encerrar a discussão sobre o Brasil e o Nordeste no período pré-golpe de 1964. Pretendemos, sim, demonstrar como ao relacionar dinâmicas políticas que se passam em níveis diferentes podemos ter uma compreensão holística dos impasses da Sudene e do planejamento no Brasil no ano de 1963. O curioso é que, com o advento do golpe, nem a Sudene nem o planejamento foram abandonados, vindo os governos militares pós-1967 a empregá-los de forma ampla. Porém, com uma diferença qualitativa e fundamental: a ausência da preocupação social e de igualdade tão caras a Celso Furtado.

## 1964. A CONSTRUÇÃO INTERROMPIDA. SUDENE, CELSO FURTADO E O GOLPE DE 1964 – CONSIDERAÇÕES COM BASE EM O ESTADO DE S. PAULO

ANTONIO HENRIQUE LUCENA SILVA\*

No documentário *O longo amanhecer – cinebiografia de Celso Furtado*, o próprio Celso Furtado afirma que o projeto desenvolvimentista tinha como objetivo a construção de um País decente. Esta construção do projeto desenvolvimentista foi interrompida no ano de 1964 com o golpe militar. No plano internacional, a Revolução Cubana trouxe preocupações de que o mesmo tipo de movimento se espalhasse pela América Latina. Tal preocupação se intensificou quando a operação da Baía dos Porcos fracassou. No ano de 1962, a crise dos mísseis de Cuba, quando houve a introdução na ilha de artefatos nucleares pela URSS, criou um ambiente de tensão na região. O presidente Juscelino Kubitschek havia lançado, desde a década de 1950, a Operação Pan-Americana (OPA), que visava captar recursos para o seu projeto desenvolvimentista pela via bilateral e multilateral (CERVO e BUENO, 2002). Houve resistência por parte dos Estados Unidos de transferir recursos para a industrialização do Brasil durante o período. Quando o regime cubano passou para o bloco comunista, o contexto internacional favoreceu maior aproximação com os Estados Unidos. O efeito prático dessas questões foi o abrandamento das exigências do Fundo Monetário

---

\* Mestrando do programa de pós-graduação em ciência política da UFPE (PPGCP-UFPE).

Internacional (FMI) sobre os financiamentos, o que facilitou a injeção de recursos no Brasil. Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, João Goulart assumiu a presidência da República.

Para Cervo e Bueno (*idem*), a ascensão de Jango levou a uma deterioração das relações com os Estados Unidos. Nem mesmo o apoio do governo de Goulart aos americanos, na crise dos mísseis de Cuba, fez com que os EUA deixassem de olhar a presidência de Jango com desconfiança. Os atritos com os americanos só cessarão com o golpe de 1964, quando Castelo Branco, pró-Estados Unidos, assume o governo e o presidente João Goulart é destituído do cargo. Foi nesse momento que a construção de um País decente, como ressaltava Furtado, foi interrompido. Os esforços de Celso Furtado, ainda no ano de 1964, para desenvolver a industrialização do Nordeste eram grandes. Em fevereiro, Furtado anunciava o investimento de 4,5 bilhões de cruzeiros da Sudene na indústria nordestina.<sup>1</sup> Era discutido, no âmbito da Sudene, a participação de empresas estrangeiras no Nordeste<sup>2</sup> com base no artigo XVIII do Plano Diretor do órgão. Tal participação era criticada por setores “da esquerda”, de acordo com o jornal, que moviam intensa campanha contra a regulamentação do artigo por considerá-lo danoso aos interesses do País. Para *O Estado de S. Paulo*, em editorial de 3 de março de 1964, intitulado “O estado da revolução em Pernambuco”, o estado da federação estava mergulhado no caos. Este sintoma de “caos”, para o jornal, era apenas uma manifestação local da situação vivida pelo País. Isto porque os “[...] acontecimentos de Recife vieram confirmar que a crise brasileira entrou na sua fase final – a fase em que se decidirão os destinos da República e da própria nacionalidade”. O jornal colocava nestes termos o destino da nacionalidade devido à “tensão permanente que reina no grande estado do Nordeste, provocada por aqueles que, fomentando a luta de classes, creem abrir as portas à subversão geral da ordem e à consequente derrubada das instituições democráticas”.

Esse clima de subversão à ordem era criado, ainda de acordo com o jornal, pelos integrantes do “comuno-nacionalismo”. Enquanto isso, Celso Furtado continuava trabalhando para conseguir recursos para a Sudene junto ao presidente João Goulart,<sup>3</sup> apesar do clima de “instabilidade”. Nos meses iniciais de 1963, a Sudene já tinha aprovado 82 projetos de implantação de diversas

---

<sup>1</sup> *O Estado de S. Paulo*, 16.2.1964.

<sup>2</sup> *O Estado de S. Paulo*, 4.3.1964.

<sup>3</sup> *O Estado de S. Paulo*, 12.3.1964.

indústrias na região, totalizando 33 bilhões de cruzeiros em financiamentos.<sup>4</sup> Miguel Arraes era um político criticado por seu posicionamento de esquerda. Convém lembrar que, já no ano de 1962, os Estados Unidos passaram a intervir na política brasileira, quando nas eleições legislativas e para governador o governo americano ajudou financeiramente candidatos com posturas anticomunistas e, no Nordeste, tentou impedir a eleição de Miguel Arraes (CERVO e BUENO, 2002, p. 361).

Ainda nesse aspecto, Cervo e Bueno (*idem*) afirmam que, à medida que Goulart preconizava as reformas de base e se acercava de pessoas claramente de esquerda, crescia uma preocupação sobre os rumos do País. As considerações do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* que mostramos acima é um exemplo desse contexto. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a Ação Democrática Popular (ADEP) foram instituições que tiveram participação no golpe e em 1º de abril de 1964, quando João Goulart foi deposto. Nesse ínterim, pessoas que estavam ligadas ao presidente também perderam o seu cargo, assim como os “esquerdistas”. Com Celso Furtado não foi diferente. No dia 6 de abril de 1964, por designação do comandante do IV Exército, o general da reserva Expedito Sampaio assumiu o posto de Celso Furtado como interventor.<sup>5</sup> Nas palavras do próprio general, a reorganização da Sudene seria por “gente nossa, gente de confiança”, ou seja, pessoas alinhadas ideologicamente e em sintonia fina com o novo regime. Para tanto, um dos primeiros atos do general Sampaio foi nomear o major Dorival Geraldo Moura como presidente da Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG). O golpe de 1964 causou um esvaziamento da Sudene porque vários funcionários estavam “foragidos”, de acordo com o general, por causa das suas ligações com os “comunistas”.

É interessante ressaltar que logo após o golpe os Estados Unidos intensificaram o apoio ao novo governo e passaram a incentivar projetos conjuntos. O próprio general Sampaio afirmou que, após tomar posse no cargo de superintendente da Sudene, aguardava para o dia seguinte funcionários da Usaid para “acertar pormenores de projetos comuns”.<sup>6</sup> Foi no dia 8 de abril do mesmo ano que o II Plano Diretor da Sudene foi apresentado, tendo como objetivo “dotar a estrutura econômico-social da região de características que ensejem

<sup>4</sup> *O Estado de S. Paulo*, 27.3.1964.

<sup>5</sup> *O Estado de S. Paulo*, “Assumiu o interventor na Sudene”, 7.4.1964.

<sup>6</sup> *Idem*.

alcançar ritmo mais intenso de crescimento sem grandes tensões sociais.”<sup>7</sup> Esta concepção de crescimento sem “tensões sociais” tinha como objetivo, na verdade, excluir do processo decisório as camadas mais baixas. Para René Armand Dreifuss (1981, p. 488) o novo Estado que se estabeleceu no pós-1964 agiu, não apenas do bloco de poder financeiro-industrial multinacional e associado, mas também sobre o bloco de comando do poder vigente organizado pelo IPES (Instituto de Pesquisas Sociais). Dreifuss (*idem*) coloca que o Estado de 1964 era, de fato, um Estado classista, e governado por um bloco de poder. Esta afirmação de Dreifuss contradiz o presidente da Federação da Indústria do Estado de Pernambuco (FIESP) na época, Renato Brito Bezerra de Melo, que acreditava que a “revolução democrática” tinha colocado o País no “avanço rumo ao caminho certo, para conquistas dos menos favorecidos.”<sup>8</sup> Como Dreifuss (*ibidem*) argumenta sobre a “tecnocracia” instalada com o governo de Castelo Branco, as decisões eram aparentemente racionais e a “racionalidade tecnocrática” na elaboração das decisões e diretrizes excluía, por definição, continua Dreifuss, considerações políticas, sendo os interesses menores destituídos de altruísmo.

Como havia uma ausência de discussão aberta e falta de responsabilidade pública, as decisões do IPES funcionavam contra as frações das classes que não estavam ligadas ao órgão, como as classes menos favorecidas a que Renato de Melo se referia. O novo Estado pós-1964 e o seu “tecnocratismo” impuseram à vida política a forma de pensar e agir do bloco dominante que tomou posse do Estado brasileiro em abril. Miliband (*apud* Dreifuss, 1981, p. 489) afirmou que o golpe que destituiu João Goulart evidenciou que “a classe dominante, sob a proteção do Estado, possuía vastos recursos, incomensuravelmente maiores do que as classes dominadas, para impor seu peso sobre a sociedade civil”. É nesse contexto que a construção de um País decente, como colocou Furtado, foi interrompido. As camadas mais baixas da sociedade foram excluídas do processo de desenvolvimento e, como colocou Antonio Delfim Neto, era necessário fazer crescer o bolo, para, depois, repartir-lo. Tal repartição se deu em parte desiguais.

Em 14 de maio de 1964 Celso Furtado deixava o País rumo ao Chile,<sup>9</sup> para participar de uma reunião de técnicos em Santiago. Posteriormente, Furtado

<sup>7</sup> *O Estado de S. Paulo*, “II Plano Diretor da Sudene”, 8.4.1964,

<sup>8</sup> *O Estado de S. Paulo*, “Pernambuco: apoiam os industriais reformas econômicas no Brasil”, 7.5.1964.

<sup>9</sup> *O Estado de S. Paulo*, 15.5.1964, “Celso Furtado será professor nos EUA”.

assumiria o cargo de professor de economia na Universidade de Yale. Quando um jornalista perguntou sobre o livro branco, organizado pelo Itamaraty, em busca de uma explicação para a causa da cassação de direitos políticos de pessoas como Celso Furtado, Josué de Castro, e do ex-presidente Jânio Quadros, o presidente Castelo Branco desconversou, afirmando que o livro branco iria “tratar de fatos e não de pessoas.”<sup>10</sup>

No dia 22 de setembro de 1964 a prisão de Francisco de Oliveira foi decretada pelo Conselho Permanente da Justiça Militar da 7ª Região.<sup>11</sup> Francisco de Oliveira, entre outros, só escapou do cárcere porque estava na França quando a prisão foi decretada. Celso Furtado também se instalou na França, onde seria professor da Sorbonne durante 20 anos. O ano de 1964 inaugurou o período da ditadura militar no Brasil, que se estenderia até 1985, quando, de forma indireta, ocorrem eleições para presidente da República. Só no ano de 1989 é que irão ocorrer as primeiras eleições diretas para presidente da República.

### Referências bibliográficas

CERVO, A.L.; BUENO, C.. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

DREIFUSS, R.A. 1964: *A conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ESTADO DE S. PAULO, O. *Jornal*. Reportagens selecionadas. São Paulo, 1964.

<sup>10</sup> *O Estado de S.Paulo*, 16.5.1964, “A entrevista do presidente Castelo Branco – Problemas do Nordeste”.

<sup>11</sup> *O Estado de S.Paulo*, 23.9.1964, “Decretada a prisão de 9 da Sudene”.



## UM CARTESIANO NA ENCRUZILHADA DA REVOLUÇÃO\*

DENIS ANTÔNIO DE MENDONÇA BERNARDES<sup>1</sup>

MARCOS COSTA LIMA<sup>2</sup>

Quando, em 1962, Celso Furtado (1920-2004) publicou a primeira edição de *A pré-revolução brasileira* já possuía uma sólida formação acadêmica como economista e uma larga experiência em organismos nacionais e internacionais: bacharel em direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1944), doutor em economia (1948) pela Universidade de Paris (Sorbonne), com estudos de pós-graduação na Universidade de Cambridge, Inglaterra (1957), onde mais tarde seria feito *Fellow* do *King's College*. Em 1944-1945 foi técnico (concursado) de administração do governo brasileiro; em seguida, economista da Fundação Getúlio Vargas (1948-1949). Entre 1949 e 1957, dirigiu a Divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), onde trabalhou ao lado do economista argentino Raúl Prebisch, contribuindo para a formulação da análise estruturalista da realidade socioeconômica da América Latina – análise que representou uma ruptura com o pensamento econômico dominante dos dois lados do Atlântico e foi determinante nas políticas de desenvolvimento que buscaram romper com a vigente divisão internacional do trabalho e com o atraso e miséria aos quais pareciam condenadas as nações periféricas na então ordem mundial.

---

\* Este texto foi publicado em 2009 como prefácio da reedição de *A pré-revolução brasileira*, de Celso Furtado, Recife, Editora da UFPE. Por se tratar de livro escrito em 1962, quando seu autor estava no auge da atuação e das realizações à frente da Sudene, consideramos que é um texto de referência para esta pesquisa. (N.E.)

<sup>1</sup> Historiador. Professor da Universidade Federal de Pernambuco.

<sup>2</sup> Cientista Político. Professor da Universidade Federal de Pernambuco.



Foi diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1958-1959), um organismo que expressava as transformações do Estado brasileiro – já não mais o Estado liberal da Primeira República – e que formulava, dentro das novas concepções da teoria econômica cepalina, um projeto de desenvolvimento e industrialização. Foi o primeiro titular do Ministério do Planejamento (1962-1963) no governo João Goulart (1961-1964). Contudo, a atividade que, no período aqui examinado, lhe daria mais notoriedade e o colocaria de forma indelével na história do Brasil foi sua entrada, como supervisor, no Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. O GTDN havia sido criado em 1956, sendo inicialmente dirigido por Aluísio Campos. Em 1958 sua direção passou para Celso Furtado, que pouco depois foi nomeado por Juscelino Kubitschek (1956-1961) diretor do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno).

Dessa tarefa – positivamente o mais ambicioso projeto de promoção do desenvolvimento do Nordeste com reestruturação de sua base produtiva, transformação de sua tradicional estrutura agrária e enfrentamento das periódicas secas, diante das quais a ação do Estado somente reiterava a manutenção do poder oligárquico do latifúndio –, resultou o relatório que redigiu e encaminhou ao presidente da República. O relatório, intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, ficou como sendo de autoria coletiva, a do GTDN.<sup>3</sup> A autoria, na verdade, era de Celso Furtado, que soube, com grande maestria política, contornar previsíveis oposições – e estas não faltaram, mesmo apesar de todas as precauções – caso seu nome aparecesse como autor do relatório. Na entrevista de Celso Furtado, referenciada na nota 3, ele relata o entusiasmo de Juscelino pelas propostas nele contidas e de como daí resultou a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), naquele mesmo ano (1959).

---

<sup>3</sup> Os resumidos dados biográficos de Celso Furtado, acima indicados foram, com algumas modificações, extraídos da *Revista Econômica do Nordeste*, abaixo referenciada. Ver sobre as formulações teóricas da Cepal e sobre a autoria do Relatório do GTDN a entrevista de Celso Furtado, realizada por Adriano Sarquis Bezerra de Menezes e João Salmito Filho, publicada na *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 28, n. 4, p. 377-386, out./dez. 1977. Um balanço, com uma útil bibliografia sobre a relação entre o pensamento cepalino e o diagnóstico do atraso do Nordeste, com as conseqüentes propostas de seu enfrentamento, encontra-se no artigo de Guerino Edécio da Silva Filho, “A interpretação para o atraso relativo do Nordeste a partir da teoria do desenvolvimento econômico periférico da Cepal”, *Revista Econômica do Nordeste*, cit., p. 433-450.

Despertando grandes esperanças de transformações, não apenas do Nordeste, mas do Brasil, a criação da Sudene foi igualmente acolhida com forte oposição pelos políticos da oligarquia nordestina e por setores do liberalismo econômico. Podemos falar de uma verdadeira *batalha da Sudene* para o período que vai de 1959 a 1964 e à qual o golpe civil-militar deste último ano deu outro rumo. A destituição de Celso Furtado do cargo de superintendente, a cassação de seus direitos políticos e o seu exílio expressam a dimensão do significado de uma experiência e de um projeto histórico que a ditadura julgou necessário e imprescindível destruir.

A criação da Sudene, na qual a ação e o pensamento de Celso Furtado tiveram um papel fundamental, foi a expressão do embate de muitas forças políticas em um amplo espectro de concepções teóricas, de partidos, de instituições, de interesses, de mobilizações dos mais variados setores da sociedade brasileira e, em particular, nordestina. Industriais, políticos, jornalistas, estudantes, professores, camponeses, trabalhadores sem terra, operários, padres e bispos estiveram presentes nessa batalha. Não cabe aqui reconstituí-la, mas essa foi, retomando uma expressão de Antônio Callado sobre o que então se passava no Nordeste, “a mais importante experiência social vivida no Brasil”.<sup>4</sup>

Mas voltemos ao livro *A pré-revolução brasileira*, situando-o no conjunto da obra do seu autor até o momento – 1962 – em que foram publicadas a primeira e segunda edições. Sua tese de doutorado, orientada pelo professor Maurice Byé, da Sorbonne, intitulou-se *A economia colonial brasileira* e era um estudo comparativo entre as economias açucareiras do Nordeste do Brasil e das Antilhas francesas. Este mergulho na história econômica comparada expressava uma inovação entre os estudiosos de nossa economia e, ao mesmo tempo, deu ao seu autor a oportunidade de elaborar um estudo, desde então, inscrito entre os clássicos de nossa história econômica. De anos de trabalho resultou o livro *Formação econômica do Brasil* (1959), síntese incontornável sobre o tema, juntamente com os trabalhos de Roberto Simonsen e de Caio Prado Júnior.

---

<sup>4</sup> A bibliografia sobre a Sudene, desde o projeto de sua criação até os seus diversos períodos, que inclui sua extinção no governo Fernando Henrique Cardoso e sua recriação no governo Lula, é imensa e ainda continua e continuará a suscitar muitos outros estudos. Nessa imensa bibliografia, além dos escritos do próprio Celso Furtado, que incluem os volumes de memórias, o leitor interessado lerá com proveito: Amélia Cohn, *Crise regional e planejamento*, 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1978, e Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião. Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

Em *Formação econômica do Brasil* encontra-se a união entre um amplo material empírico e a teoria econômica, uma visão inovadora que, depois, se imporia nos melhores estudos da história econômica nacional e internacional. Neste mesmo ano publicou *Operação Nordeste*. Mas, antes de *Formação econômica do Brasil* e de *Operação Nordeste*, publicou *A economia brasileira* (1954), *Uma economia dependente* (1956) e *Perspectivas da economia brasileira* (1958).

*A pré-revolução brasileira* é um livro eminentemente político, escrito no calor da hora, publicado em agosto de 1962 pela editora Fundo de Cultura. O livro teve uma boa aceitação: sua tiragem inicial foi de 8 mil exemplares e no mesmo ano saiu a segunda edição, com 10 mil exemplares.

Sua dimensão estratégica fica explícita já na citação de abertura, escrita por B.H. Liddel (1895-1970), um historiador e militar inglês, considerado o Clausewitz do século XX, que falava em evitar o ataque frontal e procurar, ao invés, buscar os movimentos de flanco, de forma a que um lado mais exposto pudesse sentir o golpe. Mas, adverte o teórico da estratégia, em tal abordagem indireta deve-se tomar cuidado para não divergir da “verdade”, pois nada seria mais fatal do que descambar para a “inverdade”.

*A pré-revolução brasileira* é um livro dirigido à juventude universitária, tamanha a necessidade que percebia o nosso economista de quadros capazes de se dedicar à causa nacional de ruptura com o passado oligárquico. A tese central do livro era de que o Brasil havia alcançado uma grande diferenciação que permitira transferir para o País os principais centros de decisão de sua vida econômica, mas ainda era caracterizado por um nível de renda *per capita* típico de País sudesenvolvido.

Outra ideia força era que, embora tivéssemos conquistado maior autonomia de decisões, ainda havia grande incerteza com relação ao futuro, agravada pelo fato de interpretarmos a realidade econômica com um aparelho conceitual inadequado. O Estado brasileiro ainda se encontrava desaparelhado para o exercício de suas novas funções, como principal instrumento do desenvolvimento.

No primeiro capítulo da obra, intitulado “Reflexões sobre a pré-revolução brasileira”, Furtado aponta o desmedido custo social do desenvolvimento que vinha se realizando até então, incapaz de mudar as condições de vida de três quartas partes da população brasileira. Entre estes custos listava a concentração social e geográfica da renda; a dura realidade do meio rural, onde as massas

que trabalhavam no campo não auferiam quase nenhum benefício; o crescimento em termos absolutos do operariado industrial sem melhoras apreciáveis no seu padrão de vida; o anacronismo da estrutura agrária; os subsídios estatais que beneficiavam sobretudo os grupos monopolistas, concentrando a riqueza.

No plano político administrativo, apontava distorções flagrantes, a exemplo da ação do Estado que favorecia grandes contratos de obras públicas, as quais funcionavam como fonte corrente de acumulação e de criação de rápidas fortunas. Ainda nesse capítulo, Furtado estabelece um diálogo com o marxismo, apontando que suas raízes mais vigorosas eram oriundas do humanismo renascentista, reconhecendo que

qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno [...]. Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de todas as peias que o escravizam socialmente, permitindo que ele se afirme na plenitude de suas potencialidades, e por outro descobrimos uma atitude otimista com respeito à autodeterminação consciente das comunidades humanas.<sup>5</sup>

O fundador da Sudene, contudo, critica o comunismo soviético e a expropriação direta do excedente realizada sobre o campesinato, bem como as restrições às liberdades individuais, – portanto, faz uma crítica ao marxismo-leninismo, mas não a Marx. Em certa medida, o contexto do Brasil a que se referia Furtado era o de enfrentamento entre interpretações marxistas-leninistas revolucionárias, que poderiam rapidamente cooptar o movimento reivindicatório, principalmente camponês, o que para o economista representaria o predomínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Ao mesmo tempo, Celso avaliava a possibilidade de uma ditadura de direita que tornaria “rígida toda a estrutura política”, criando condições propícias a uma efetiva arregimentação revolucionária marxista-leninista”.<sup>6</sup> Para evitar ambos os processos, Furtado indicava a necessidade de prevenir toda forma de retrocesso no sistema político social e criar as condições para uma mudança rápida e efetiva na anacrônica estrutura agrária do País.

<sup>5</sup> FURTADO, Celso (1962), *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, p. 17.

<sup>6</sup> FURTADO, Celso (1962), *op. cit.*, p. 29.

A fase pré-revolucionária vivida pelo País estava, justamente, no impasse provocado pela manutenção do *status quo*, e as condições para evitá-la residiam na realização da reforma agrária, na modificação pela base da máquina administrativa do Estado, do sistema fiscal e da estrutura bancária, mas também pelo disciplinamento do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico – medidas que estiveram presentes nas diretrizes do governo João Goulart, com as Reformas de Base.

O segundo capítulo, que trata da “Política econômica e Reformas de Base”, o economista paraibano inicia com uma crítica à filosofia liberal do *laissez-faire* e à sua defesa do livre funcionamento das forças de mercado, essencialmente uma concepção estática e mecanicista do equilíbrio geral. Reitera a comprovação de Keynes sobre a inexistência de automatismos de mercado que fossem capazes de gerar o pleno emprego dos fatores produtivos. Muito atual é a crítica que faz ao positivismo e à técnica de construção de modelos, que não rompe com o esquema clássico nem com a dimensão puramente quantitativa. E se posiciona: “a política de desenvolvimento que se requer em um país subdesenvolvido é, principalmente, de natureza qualitativa: exige um conhecimento da dinâmica das estruturas que escapa à análise econômica convencional.”<sup>7</sup>

As tensões sociais sobre as quais se debruça o economista revelavam a aceleração do desenvolvimento industrial do País entre 1947 e 1962, quando esse setor transformou-se no centro dinâmico da economia. Esta aceleração provocou desajustes estruturais com impactos no plano político, pois o desenvolvimento aumentou as expectativas de melhoria material de todas as camadas sociais, que são contidas pela arcaica estrutura agrária, pela concentração de renda tanto geográfica quanto setorial. A saída estaria num conjunto de medidas capazes de desbloquear o impasse. O crescimento dos centros urbanos havia provocado um crescimento da demanda por alimentos, o que não era possível ofertar sem a mudança da estrutura agrária. Aumentavam assim os preços e a renda da terra, provocando a inflação e dificultando as mudanças no setor oligárquico.

O capítulo terceiro evidencia por que o Nordeste brasileiro tornou-se o epicentro da pré-revolução, com movimentos rurais como as Ligas Camponesas buscando participar dos frutos do desenvolvimento do País. Em “O problema do

---

<sup>7</sup> FURTADO, Celso (1962), *op. cit.*, p. 38.

Nordeste”, ele mostra que a região enfrentava um dos mais baixos níveis de vida em todo o mundo, pois três quartas partes de sua população participavam apenas marginalmente da economia monetária, com uma expectativa de vida que não alcançava os 30 anos de idade. Nesta parte do livro, Furtado inventaria todas as políticas progressistas para a região, que não surtiram o efeito desejado, em que pese a contribuição de homens como Arrojado Lisboa, José Augusto Trindade e Guimarães Duque, no sentido de levar a irrigação ao Polígono das Secas.

O que chama de a Grande Estratégia da Sudene, fundada na análise da experiência passada, se assentava em três pontos: 1) o de encarar o problema do Nordeste como um problema de desenvolvimento; 2) não limitar as preocupações ao setor público, pois grande parte dos investimentos era de responsabilidade do setor privado; e 3) a necessidade de manter unidos a ação técnica e o comando político.

O capítulo terceiro se conclui com uma reflexão sobre a importância da racionalidade técnica, mas também com o alerta de que essa ação não faz sentido se exercida isoladamente, pois teria de ter uma dimensão social.

O capítulo quarto trata do “Desenvolvimento sem política de desenvolvimento”. Aqui Furtado expõe a natureza do nosso atraso capitalista, que sofreu seu primeiro choque em 1930, quando se rompe o nosso “complexo ideológico colonial” com a industrialização lentamente se afirmando, mas ainda sem investimentos na infraestrutura e nas indústrias essenciais. Em 1953, a criação do BNDE sinaliza novo momento do País.

O capítulo quinto, “Subdesenvolvimento e Estado democrático”, estabelece uma discussão sobre a ação estatal e seus instrumentos para atingir o desenvolvimento econômico com novas políticas. O Estado necessitaria ser administrativamente reestruturado e, para Celso, haveria necessidade de um maior entrosamento entre especialistas em ciências políticas, administrativas e economistas, condição, segundo ele, “indispensável ao êxito da política de desenvolvimento e reconstrução do país”.

O capítulo seis é dedicado ao tema da “Objetividade do economista”, no qual chama a atenção para as assimetrias existentes entre as economias desenvolvidas e subdesenvolvidas e para o fato de que os princípios básicos não são os mesmos para uma e outra. As soluções não podem ser pré-fabricadas. Ele aborda os conflitos de alguns economistas brasileiros com os do Fundo Monetário Internacional, fixados na questão da estabilidade e no pressuposto da universalidade.

O capítulo sete, “A formação do economista em país subdesenvolvido”, será aqui sintetizado pela passagem em que Furtado nos diz que

a grande dificuldade que enfrenta o estudante de economia, em um país subdesenvolvido, é que as teorias que lhe são ensinadas são exatamente aquelas que se baseiam em observações feitas mediante extrema simplificação de um mundo real que, demais, do ponto de vista estrutural, é fundamentalmente distinto daquele em que ele vive.<sup>8</sup>

Os capítulos finais, oito e nove, “A renovação do pensamento econômico” e a “Economia brasileira na metade do século XX”, são importantes por chamar a atenção das insuficiências científicas do Brasil, naquele período, sobretudo se comparadas às do presente, que reforçam também a capacidade crítica de enfrentar os problemas nacionais com reflexões próprias. Os desequilíbrios regionais e, mais especificamente, aqueles do Nordeste do País, se colocam para o economista como um problema de grande magnitude, um problema nacional. Deve-se, pois, buscar políticas de desenvolvimento que levem em conta as dimensões continentais do País e as disparidades de níveis de produtividade e de renda que se apresentam entre importantes grupos demográficos, fontes das tensões vividas.

Finalmente, cumpre destacar a passagem em que discute, no último capítulo, o futuro como opção. Furtado indica a direção para a qual estavam apontando as forças sociais mais progressistas do País. Para ele, um movimento de envergadura capaz de consolidar no País as mudanças de base, de implementar a reforma agrária, de disciplinar o capital estrangeiro e de enfrentar os problemas regionais só seria possível sob a liderança de um governo nacional.

Em 1964, Celso publicou *Dialética do desenvolvimento*, uma coletânea de ensaios em que juntava análise política, a visão dialética da história, a teoria econômica e a sociologia, reiterando uma presença intelectual que se situava nos grandes dilemas então vividos pelo Brasil e que tomava posição clara em defesa de uma transformação econômica que aliava a decisiva ação do Estado, o alargamento da democracia e a inclusão de operários, camponeses e trabalhadores rurais nos benefícios do desenvolvimento econômico. Na introdução a este livro, que logo teve uma segunda edição, suas primeiras palavras expressam,

---

<sup>8</sup> FURTADO, Celso (1962), *op.cit.*, p. 95.

exemplarmente, o que o próprio Celso Furtado concebia e sempre praticou como sendo a *missão do intelectual*:

A responsabilidade dos intelectuais em nenhuma época foi tão grande como no presente [...]. Não se pretende que exista uma moral dos intelectuais por cima de quaisquer escalas de valores, as quais estão necessariamente inseridas nalgum contexto social. Mas não se pode desconhecer que o intelectual tem uma responsabilidade social particular, sendo como é o único elemento dentro de uma sociedade que não somente pode, mas deve sobrepor-se aos condicionantes sociais mais imediatos do comportamento individual. Isto lhe faculta mover-se num plano de racionalidade mais elevado e lhe outorga uma responsabilidade toda especial: a da inteligência.<sup>9</sup>

Infelizmente, Celso Furtado teve de escrever no início dos anos 1990 um maravilhoso pequeno livro intitulado *Brasil: a construção interrompida*. Mas, como era do seu feitio, da sua perspectiva otimista sobre o Brasil o economista retoma o fio da meada e aponta os equívocos do neoliberalismo e seus malefícios para o País e para o mundo.

O fracasso retumbante das políticas econômicas e sociais, que foram estruturadas a partir de Washington e dos criadores de Bretton Woods e requeitadas no Brasil, só vem evidenciar como era acertado o diagnóstico de Furtado, e como podemos difundir, mas também atualizar, (re)contextualizando, suas reflexões para retomar essa construção que reclama uma mudança de rumo da civilização em que vivemos.

Essa mudança de rumo, no que nos concerne exige que abandonemos muitas ilusões, que exorcizemos os fantasmas de uma modernidade que nos condena a um mimetismo cultural esterilizante. Devemos assumir nossa situação histórica e abrir caminho para o futuro a partir do conhecimento de nossa realidade. A primeira condição para liberar-se do subdesenvolvimento é escapar da obsessão de reproduzir o perfil daqueles que se autointitulam desenvolvidos. É assumir a própria identidade. Na crise de civilização que vivemos, somente a confiança em nós mesmos poderá nos restituir a esperança de chegar a bom porto.<sup>10</sup>

<sup>9</sup> *Dialética do desenvolvimento*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964, Introdução.

<sup>10</sup> FURTADO, Celso (1992). *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 79.



Rer, nessa perspectiva da temporalidade, um livro de um intelectual de tão diversos saberes, que pôs o melhor de sua inteligência a serviço de uma *razão histórica* não tecnicista, pode nos ajudar a retomar o ideal que, sem ilusões, o moveu: *humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.*<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> FURTADO, Celso. *A pré-revolução brasileira*, cit., p.19.

## O ACERVO NOS JORNAIS\*

### **Diário de Pernambuco 1958**

5/1/1958. DSC00066

*Economia nordestina (Coluna)*

Trata da instituição, pelo Conselho Nacional de Economia, da Comissão Especial de Política de Desenvolvimento Regional. Faz considerações sobre o Nordeste citando seus problemas estruturais.

5/1/1958. DSC00067

*DNOCS não indenizou as áreas desapropriadas em Poço da Cruz*

Serve como panorama. Trata da ação da construção pelo DNOCS do Açude de Poço da Cruz, levantando os problemas em relação à indenização do moradores, citando a presença – tida como certa – do presidente Juscelino Kubitschek na inauguração.

8/1/1958. DSC00366 e DSC00637

*Aluizio Campos: O Nordeste começou agora a ser analisado como um todo.*

*13 técnicos da ONU, o BNB e o GDTN pesquisam economia regional*

Aluizio Campos, então diretor executivo do Grupo de Desenvolvimento do

---

\* Os recortes relativos à presença de Celso Furtado no Nordeste entre 1958 e 1964, objeto da pesquisa documental aqui publicada, estão disponíveis no *site* do Centro Internacional Celso Furtado. Aqui listamos apenas alguns itens da ficha de cada recorte, que serão úteis para uma primeira abordagem e para uma noção de conjunto dos mais de mil artigos e reportagens coligidos: nome do jornal, data, código da imagem (o mesmo do arquivo disponível no site do Centro), título e resumo. (N. E.)

Nordeste (GDTN), ressalta – entusiasmado – como o Nordeste passará a ser “bem estudado” ou estudado “como um todo”. Na matéria são citadas pesquisas sobre recursos hídricos e mão de obra.

10/1/1958. DSC00368

*Indispensável criação de Banco do Estado de Pernambuco*

Cita algumas falas de parlamentares sobre a criação do Banco do Estado de Pernambuco e, dentre elas, alguns problemas políticos envolvidos com a iniciativa. Problemas dessa ordem se repetiriam mais tarde ao longo da história. (Talvez possa servir como panorama.)

12/1/1958. DSC00369

*Doação de todos os açudes aos municípios, às Prefeituras do interior*

Trata da doação dos açudes às cidades do interior e de algumas inovações no combate às secas. Esse tipo de política tinha como um de seus objetivos evitar o êxodo rural. (Serve como parâmetro, uma vez que esse tipo de estudo terá um bom espaço na Sudene.)

31/1/1958. DSC00370

*Cepal estuda o mercado comum no continente*

Trata da convocação – pela Cepal – de um comitê composto por técnicos de alguns dos países latino-americanos com vistas a decidir as características de um mercado regional e suas projeções, considerando o grau de industrialização das nações do continente.

19/3/1958. DSC00909; DSC00911; DSC00914

*Promete JK ao Nordeste mobilização de todos os esforços para o combate à seca: Crédito no valor total de mais de 100 milhões*

Matéria de capa do jornal do dia. Este destaque nos dá uma boa noção da evidência do problema da seca no período. Algumas declarações sobre a necessidade de “socorrer o Nordeste” estão postas na matéria, em especial as de JK e Apolônio Sales. É importante lembrar que a aproximação entre Celso Furtado e JK deu-se em razão do debate sobre a seca.

21/3/1958. DSC00915; DSC00917

*Reúne-se a comissão coordenadora de providências: governo federal planifica combate à seca. Mobilizados 4 Ministérios, DNOCS e Endemias Rurais.*

A matéria cobre a mobilização dos atores envolvidos (ver título) e os pontos fundamentais que devem ser prontamente atingidos, como: urgência à aprovação do plano de economia e entrega, imediata, de três duodécimos de dotações orçamentárias relativas ao Nordeste.

21/3/1958. DSC00918

*Linhas de fogo*

No Editorial, o autor critica o “frenesi de industrialização que se apossou do país”, argumentando que “o campo agropecuário, que é o que produz valor, foi abandonado”.

23/3/1958. DSC00924, DSC00925

*Nordeste incompreendido e desamparado*

Da Paraíba, o autor trata – dentre outros assuntos – do problema da estiagem no seu estado, falando um pouco da mobilização política sobre o problema.

23/3/1958. DSC00922

*DNOCS integrado no combate à seca*

Na matéria, José Cândido Pessoa afirma estar cumprindo fielmente as determinações do governo federal, detalhando as ações dirigidas por ele no DNOCS.

9/4/1958. DSC00927

*Para as obras contra as secas 735 milhões de cruzeiros foram transferidos ao Nordeste.*

A matéria trata da transferência de recursos para o Nordeste, detalhando o montante destinado a cada estado bem como seus fins, como: construção de adutora, piscicultura, distribuição de gêneros alimentícios etc.

19/4/1958. DSC00932

*O governo federal sentiu o drama do povo nordestino*

Na matéria, José Cândido Pessoa, então diretor do DNOCS, fala do esforço institucional para desenvolver o Nordeste e evitar o êxodo rural. Também cita a viagem feita pelo presidente Juscelino Kubitschek à “zona flagelada pela seca”.

19/4/1958. DSC00934, DSC00936, DSC00937

*Para obras definitivas o crédito de 2 bilhões. Trabalho para todos os flagelados da seca.*

A matéria trata da visita de Juscelino Kubitschek às “áreas flageladas” (contando com duas fotos do presidente) e, em especial, das políticas de geração de emprego aos flagelados.

9/5/1958. DSC01050, DSC0153

*Primeiro caso: desvio de verbas destinadas às secas, no Nordeste.*

Matéria relata a formação de um Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar denúncias sobre o desvio de verbas destinadas ao combate a seca.

27/5/1958. DSC01056

*Tubarões de água doce*

No editorial, o autor fala da reunião do GATT e de sua visão da economia brasileira e da industrialização, que é novamente atacada.

27/5/1958. DSC01059

*Na Assembléa Legislativa, apelo ao governo para que mande pagar em dia os flagelados da seca. (Nota)*

Na verdade, trata-se de uma nota, que em razão da péssima diagramação do periódico parece ser maior.

28/5/1958. DSC01064

*Instrumento de corrupção eleitoral sob disfarce de socorro ao Nordeste*

A matéria narra e questiona o expressivo aumento no número de cargos para o DNOCS, comparando os números do projeto inicial aos do segundo projeto, que o substituiria.

11/6/1958. DSC01069

*A cegueira dos americanos*

No editorial, o autor lamenta a “cegueira americana” que impedia os americanos de comprar nosso café, à época mais barato que o africano, comprado pelos americanos. Os editoriais de Assis Chateaubriand estão tendo uma atenção particular, pelo fato de ele se opor a várias ideias de Celso Furtado e/ou ao próprio.

1/8/1958. DSC01303

*Mudança imediata do DNOCS para o Nordeste*

Matéria que divulga as resoluções do 2º Encontro de Salgueiro, com as recomendações do plenário para obtenção e utilização de água em zonas seca. Josué de Castro também compôs a comissão do Encontro.

5/11/1958. DSC01426

*Pernambuco: DNER remete 5 milhões(nota)*

Nota sobre uma remessa do DNER, determinada pelo presidente Juscelino Kubitschek, para regularizar o pagamento aos flagelados da seca.

5/11/1958. DSC01429, DSC01431

*Clima de subversão social no Nordeste*

Depoimento do deputado Abelardo Jurema, que critica o atraso para a chegada de recursos destinados ao apoio aos flagelados da seca.

6/11/1958. DSC01435

*Centros urbanos do Nordeste com plano já aprovado*

Trata da aprovação, pelo presidente Juscelino Kubitschek, do plano de abastecimento de água para os centros urbanos do Nordeste.

6/11/1958. DSC01439

*No Ceará DNOCS ajudou PTB (nota)*

Denúncia do candidato a governador derrotado no estado do Ceará, sr. Virgílio Távora, acusando seu opositor e vencedor da campanha, Parfisal Barroso, de uso político das cadernetas de operário do DNOCS, como meio para compra de votos.

14/11/1958. DSC01441

*Agiotagem no Nordeste*

Sobre uma outra matéria, publicada no jornal *Correio da Manhã*, em que o autor questiona os números dos investimentos divulgados pelo governo federal e critica as obras, iniciadas, mas não concluídas, na região Nordeste.

14/11/1958. DSC01444

*Estuda Banco do Nordeste quatro projetos de investimentos no Parque industrial do Estado. Entendimentos mantidos em Fortaleza pelo chefe de Dep. Econômico da FIEP.*

A matéria trata de quatro projetos de investimentos no Parque industrial em Pernambuco, destacando a preocupação regional do Banco. Cita, ainda, uma recente conferência de Celso Furtado em Fortaleza.

24/11/1958. DSC01446, DSC01448

*O BNDE e a Cepal resolveram instalar um curso nesta cidade*

Notícia da realização de um curso promovido pelo BNDE e pela Cepal para funcionários públicos, profissionais e professores no estado de Pernambuco, com o intuito de treinar seus alunos na apreciação de problemas e elaboração de projetos técnicos que objetivem o desenvolvimento da região.

14/12/1958. DSC01456

*A América não terá jamais unidade política enquanto nela existir o subdesenvolvimento*

Cobre a leitura do telegrama de Juscelino Kubitschek, lido na reunião do Comitê dos 21 da Operação Pan-Americana. Nele, o presidente destaca o princípio da solidariedade e a necessidade de combater o subdesenvolvimento para que haja, enfim, unidade política no continente, demonstrando uma expectativa particular em relação a uma cooperação com os Estados Unidos.

## **Diário de Pernambuco 1959**

1/1/1959. DSC01513, DSC01517, DSC01518

*Fatos industriais de 1958*

Balanco do autor sobre a indústria nordestina no ano de 1958.

7/1/1959. DSC01521

*JK: Impossível adiar nosso desenvolvimento industrial*

A matéria reproduz parte de um discurso do presidente Juscelino Kubitschek. Nele, o presidente destaca a importância da industrialização e seu

empenho na promoção da industrialização. Kubitschek também lembra que, graças à industrialização, o Brasil tornava-se menos dependente da importação de manufaturados, ou estaria saindo de uma condição “semi-colonial”.

5/2/1959. DSC01544, DSC01548, DSC01549, DSC01550

*Indústria e não açudes para o Nordeste*

Celso Furtado, então diretor do BNDE, critica a ilusão da açudagem criada pelos americanos e afirma que o caminho natural para o desenvolvimento passa pela industrialização, além de tratar das disparidades regionais. Matéria emblemática, na qual Furtado aponta para uma reorientação das políticas para o desenvolvimento.

5/2/1959. DSC01546

*Seminário do Nordeste será feito em Garanhuns*

17/2/1959. DSC01556, DSC01557

*Fase positiva de industrialização e fortalecimento da estrutura econômica do Nordeste terão início este ano, é o que promete o ministro Lúcio Meira*

O ministro Lúcio Meira anuncia providencias que consubstanciam a Operação Nordeste.

17/2/1959. DSC01562, DSC01561

*Desenvolvimento do Nordeste tem novo órgão: Sudene*

Capa do jornal toda dedicada à Sudene. Consta foto.

17/2/1959. DSC01563, DSC01564

*Desenvolvimento do Nordeste tem novo órgão: Sudene. Juscelino encaminhou projeto ao Congresso.*

Notícia do encaminhamento do projeto da Sudene ao Congresso. A Sudene seria uma instituição diretamente subordinada à Presidência da República e tem como objetivo principal “estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Nordeste”.



17/2/1959. DSC01567, DSC01568, DSC01572

*Trata-se de um plano realmente ambicioso.*

Matéria com as impressões de Celso Furtado sobre a a criação da Sudene.

17/2/1959. DSC01574

*“Chegou o momento de saldar nosso débito de honra para com o Nordeste.”*

Exposição do presidente Juscelino Kubitschek aos governadores nordestinos, no dia 16/2/1959. Consta apenas a parte com as declarações de Juscelino Kubitschek.

17/2/1959. DSC01574

*Governadores tiveram muito boa impressão*

Outra matéria sobre a exposição do presidente Juscelino Kubitschek aos governadores nordestinos. Desta vez, sobre a impressão que os governadores nordestinos tiveram do encontro.

1/3/1959. DSC02029, DSC02035

*Openo: repercussão mundial*

A matéria destaca a repercussão internacional da Openo, devido à sua abrangência e características técnicas. Trata do interesse estrangeiro em financiar ações da Openo – sobretudo o inglês – e do grande número de projetos concretos de industriais – inclusive do Sul do País – interessados em integrar a Openo. Entre outras declarações, Celso Furtado, então diretor do BNDE, afirma não ter uma data certa para sua ida a Recife com o objetivo de instalar a Secretaria Executiva da Openo.

4/3/1959. DSC02036, DSC02038

*Industrialização melhorará nível de vida nordestino. Grande interesse pelo Seminário técnico na cidade de Garanhuns. Atrairá centenas de especialistas – Dossier de Celso Furtado já está pronto*

Trata do anúncio feito por Lídio Lunardi – presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) – da futura realização de seminário técnico sobre desenvolvimento, em abril do mesmo ano, na cidade pernambucana de Garanhuns. Inclui também a declaração de Celso Furtado, em que afirma estar quase concluído o dossiê que levaria ao Nordeste, a fim de instalar a Secretaria Executiva do Plano de Desenvolvimento do Nordeste.

8/3/1959. DSC02043

*Um economista apolítico à frente da Openo*

Em editorial, Anibal Fernandes apresenta suas impressões sobre o economista Celso Furtado, salientando a competência e dedicação do economista à sua profissão, além de colocá-lo como um técnico capaz e apolítico. Fernandes ainda se utiliza de *Formação econômica do Brasil* para justificar o conhecimento de Furtado sobre o nosso País, inclusive sobre o Nordeste.

10/3/1959. DSC02046, DSC02047

*Cid Sampaio reiterou sua confiança no Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.*

Seminário sobre desenvolvimento, promovido pelos DAS em Recife. Há declarações esperançosas de Cid Sampaio – então governador de Pernambuco – sobre as novas políticas para o desenvolvimento do Nordeste, além do relato do diagnóstico dos problemas da região e do clamor pela urgência da aprovação do Plano Diretor da Openo, feito por Celso Furtado.

12/3/1959. DSC02066

*Openo encarna desejo de todos os brasileiros: não apenas de nordestinos.*

Silvio Pedrosa, então diretor do Banco do Nordeste (BNB), afirma que não dúvida da objetividade da Openo e que a Operação tem à disposição todo o apoio possível por parte do BNB. Pedrosa ainda apresenta alguns detalhes sobre o andamento da Operação e demonstra confiança na equipe comandada por Celso Furtado.

15/3/1959. DSC02053

*Openo*

A escritora nordestina Raquel de Queiroz, muito procurada por jornalistas interessados em registrar sua impressão sobre a Openo, escreve com bastante desconfiança sobre a materialização do discurso da Operação, e também sobre a futura continuidade de suas políticas, levando em consideração as mudanças de governo e restrições orçamentárias do País.

24/3/1959. DSC02055

*A missão da Openo: recuperar o Nordeste com discursos, porque o dinheiro, os “cortes” levaram... o crime de não pertencer a um corrilho oficial.*

Na matéria, “um observador político” escreve sobre a arena política à época do anúncio da Openo e da sua desconfiança quanto à objetividade da Operação.

21/4/1959. DSC02057, DSC02061

*Acompanhado de 3 ministros, Juscelino chegará sábado para instalar Codeno e Seminário*

Notícia da visita do presidente Juscelino Kubitschek a Pernambuco, a fim de presidir a instalação do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) para o início do funcionamento da Operação Nordeste (Oopeno).

25/4/1959. DSC02064, DSC02063

*Encontro Juscelino-Juraci hoje. Recife, durante 24 horas, centro de atração da política nacional.*

Notícia da posse da primeira Diretoria do Codeno, a ser realizada no dia seguinte (25/4/1959) em Brasília, em meio à notícia do encontro entre o senador Juraci Magalhães e o presidente Juscelino Kubitschek, que ocorreria na mesma cerimônia.

3/5/1959. DSC02214, DSC02217, DSC02219

*Concluídos os trabalhos do seminário da indústria: hoje a sessão de encerramento*

Trata do fim do Seminário para o Desenvolvimento Econômico, ocorrido em Garanhuns-PE, com direção executiva do governador Cid Sampaio. O seminário contou com 11 comissões técnicas. A matéria destaca a comissão “Ação dos órgãos governamentais e das entidades particulares que se voltam para o Nordeste”, organizada por Diogo A. Nunes de Gaspar.

3/5/1959. DSC02221

*Modernização das indústrias tradicionais do Nordeste*

Definições para a modernização da indústria nordestina feitas no Seminário para o Desenvolvimento Econômico, realizado em Garanhuns-PE.

20/5/1959. DSC02229

*Sudeno:\* inútil se outros órgãos existentes fossem atuantes*

A matéria qualifica a Oopeno como uma grande manobra política, e demonstra desconfiança em relação à realização das metas da Operação. Além de trazer uma declaração do senador Argemiro Figueiredo (PTB), em que afirma

---

\* No início da Operação Nordeste, alguns jornais, sobretudo *O Estado de S. Paulo*, se referiam à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste com a sigla Sudeno, e não Sudene. (N. E.)

que, se os órgãos existentes que tem o objetivo de dar assistência à economia nordestina estivessem funcionando, seria desnecessária a criação da Sudene.

28/5/1959. DSC02233, DSC02234

*Nordeste: quase dois bilhões*

Notícia da liberação de mais de 1,5 bilhão de cruzeiros pelo presidente Juscelino Kubitschek para aplicação na Região Nordeste. As verbas seriam em investimentos no plano de eletrificação, viação e fomento da cultura algodoeira. Há também a notícia do regresso do diretor executivo do Codeno, Celso Furtado, do II Encontro de Bispos do Nordeste, realizado em Natal.

28/5/1959. DSC02235, DSC02238

*Tratamento igual, para a agricultura, ao que vier a ser dado ao desenvolvimento industrial*

Trata do II Encontro de Bispos do Nordeste em Natal – com a presença de Celso Furtado –, que objetivou estabelecer as reivindicações básicas da Igreja para o governo. Os bispos afirmaram a necessidade de planejamento econômico elaborado para o Nordeste, completado por aspectos humanos, para que o desenvolvimento não se torne desumano e irreal, além de igualdade de tratamento para os desenvolvimentos agrário e industrial.

29/5/1959. DSC02241, DSC02243

*Bispo (Dom Hélder) diz que o povo está cansado de promessas e manifesta confiança na Openo*

Notícia da entrega da declaração – fruto do II Encontro de Bispos do Nordeste – ao presidente Juscelino Kubitschek, feita por dom Hélder Câmara. Mesmo afirmando que o povo nordestino está cansado de demagogia, dom Hélder manifestou confiança no trabalho de planejamento regional feito pela Openo. Na declaração dos bispos, constam vários pontos que objetivam equacionar o problema da reforma agrária no Nordeste.

2/6/1959. DSC02246

*DNOCS e as sêcas: diretrizes dependem apenas do Codeno*

José Cândido Pessoa (diretor-geral do DNOCS) dá notícia de safra recorde no Ceará, além de afirmar que o DNOCS segue em ritmo de trabalho normal, à

espera das diretrizes do Codeno. O economista Rômulo de Almeida, apesar de simpático à Openo, mantém-se pessimista, pois acredita que à superação do subdesenvolvimento deve preceder o fim do clientelismo.

2/6/1959. DSC02250

*Orçamento da Sudeno: 50 por cento da receita de ágios (oriundos do Nordeste) vão constituí-lo*

Notícia de que 50% dos ágios conseguidos com a exportação de produtos nordestinos passarão a constituir, também, o orçamento da Sudene. Há declarações de Celso Furtado sobre as principais dificuldades na implantação do Codeno e sobre a busca de recursos para o desenvolvimento do Nordeste.

3/6/1959. DSC02251

*Times: obsessão da América Latina por maior desenvolvimento*

Comentário sobre a publicação do primeiro, de seis suplementos especiais do Times sobre a América Latina. A matéria destaca o esforço latino-americano por desenvolvimento econômico e a importância política estratégica de apoiar a melhoria do nível de vida na América Latina, fechando dessa maneira as oportunidades que existiam nesses países para o comunismo.

20/6/1959. DSC02252, DSC02255, DSC02256

*Celso Furtado voltou do Rio: mais um bilhão e 500 milhões para o Nordeste*

Notícia do regresso de Celso Furtado, após conseguir mais de Cr\$1,5 bilhão para aplicação na Região Nordeste. Notícia também do encontro onde seria debatido o Plano Ferroviário Nacional.

20/6/1959. DSC02257

*Openo é esperança de integração do Nordeste no panorama econômico social do Brasil*

O general do exército Arthur Hascket Hall (diretor da Escola Superior de Guerra) declara sua esperança no sucesso da Openo para a integração do Nordeste ao panorama econômico social do Brasil.

2/7/1959. DSC02258

*Tratamento desigual continua a ser dispensado ao Nordeste, malgrado as anunciadas providências*

Há a liberação de verba para a criação da Sudene, que, até então, só ficou no “papel”. Segundo o governador do Rio Grande de Norte, Dinarte Mariz, isso ocorre porque os interesses da Região Nordeste são sacrificados e preteridos pelos de outras regiões do País.

10/7/1959. DSC2264

*Codeno espera iniciar construção de 1ª usina siderúrgica do Nordeste, brevemente*

Celso Furtado, então superintendente do Codeno, anuncia a construção, para os próximos meses, da primeira usina siderúrgica do Nordeste. Ele também observou que está havendo, pela primeira vez, um entendimento dos pensamentos dos governadores da região em prol do problema do desenvolvimento da mesma.

10/7/1959. DSC02265

*Todo apoio da CNI ao fortalecimento da indústria nordestina de tecidos*

Assinatura de um convênio entre o Codeno e a Confederação Nacional da Indústria (CNI), que visa fazer um levantamento das necessidades das fábricas nordestinas de fiação e tecelagem.

11/7/1959. DSC02266, DSC02267

*Codeno conseguiu reestabelecer verbas (Cr\$ 195 milhões) para estrada de ferro central (Serra Talhada- Salgueiro)*

Codeno restabelece verba para o plano rodoviário nordestino, o que permitiu o pagamento do fornecimento de materiais, que estava atrasado, obras executadas e folha de pessoal.

14/7/1959. DSC02270

*As principais alterações ao projeto da Sudene*

Com base em sugestões feitas pelos governadores do Nordeste são feitas modificações no projeto original da Sudene.

18/7/1959. DSC02271, DSC02272

*Assessor executivo explica: Codeno funcionará sem complicações burocráticas*

O Codeno tem conseguido alcançar o objetivo a que se propôs, quando foi criado, de eliminar os entraves burocráticos, caracterizando-se como um aparelhamento administrativo simples e flexível.

19/7/1959. DSC02273, DSC02274

*Nordeste poderá ser transformado ainda num celeiro sul-americano*

Importância do planejamento da recuperação econômica do Nordeste, pois todo o avanço no campo industrial terá efeito nulo caso os problemas enfrentados por essa região não sejam solucionados.

19/7/1959. DSC02276

*Celso Furtado: maior teto, nas agências do Banco de Brasil, para operações têxteis.*

Verbas são liberadas para atender parcialmente as reivindicações dos produtores de algodão e, assim, poder amparar as indústrias têxteis durante a fase de planejamento de sua recuperação.

19/7/1959. DSC02278

*Os dirigentes das “produtoras” deverão reunir-se amanhã: memorial sobre Sudene.*

Solicitação da supressão do artigo 28 do projeto-lei que determina a aplicação de recursos do Banco do Nordeste.

9/8/1959. DSC02528, DSC02531, DSC02532

*Afirma o secretário de Agricultura: plano de irrigação será condicionado, agora, à Lei de Irrigação do Codeno*

O então secretário de Agricultura, Antiógenes Ferreira, declara que o Plano de Colonização do governador Cid Sampaio irá sofrer modificações no sentido de ficar condicionado à lei preconizada pelo Codeno.

12/10/1959. DSC02533, DSC02536

*Codeno estuda condições: mercados, instalação e expansão, no Nordeste, de 40 unidades siderúrgicas: 40 mil toneladas*

A matéria noticia a ação de um grupo de trabalho do Codeno, comandado pelo engenheiro José Moarcir Tenório, com o intuito de estudar a situação das indústrias de arame no Nordeste. Isto se deve ao interesse do governo federal em expandir e implantar a siderurgia no Nordeste.

12/10/1959. DSC02537

*Conselho estuda custos de produção da indústria têxtil paraibana*

O Codeno passa a estudar também o setor têxtil do Nordeste, com o objetivo

de, através de um planejamento básico dessa indústria, conseguir recuperá-la e desenvolvê-la para uma competição com o eixo industrial Centro-Sul.

13/8/1959. DSC02538

*Crônica do interior: Operação Nordeste*

O cronista demonstra confiança no êxito das ações da Opeto em razão da união no esforço dos governadores do Nordeste ao mesmo tempo em que deixa clara sua preocupação com a continuidade das ações para o desenvolvimento do Nordeste, considerando a futura mudança de governo.

26/8/1959. DSC02539, DSC02540

*Projeto da Açosul é o mais aconselhável. Norte e Nordeste: Amplas possibilidades e condições para instalações de núcleos de indústria siderúrgica*

Anchyses Lopes, presidente da Associação Brasileira de Metais, declara que o Nordeste tem amplas possibilidades e condições para desenvolver núcleos de energia siderúrgica. À época, o Nordeste e o Norte consumiam 8% do aço nacional e as projeções de crescimento da demanda eram bastante animadoras. Os especialistas apontaram o projeto Açosul como o melhor.

27/8/1959. DSC02541

*Irrigação no Nordeste: projeto para regulá-la*

Notícia do envio ao Congresso nacional do projeto de lei que regulamenta os trabalhos de irrigação no Nordeste. Há uma declaração do presidente Juscelino Kubitschek na qual ressalta o empenho de seu governo para o desenvolvimento da região. Os recursos do plano de irrigação do Nordeste comporiam um fundo movimentado pela Sudene.

27/8/1959. DSC02542

*Equipes (Codeno) no interior estudam rodovias e algodão*

A pedido de Celso Furtado, novas equipes de trabalho procuram levantar o maior número possível de dados precisos sobre a situação econômico-social da Região Nordeste. Inclui notas sobre setor rodoviário, cultura algodoeira e irrigação e abastecimento.

1/9/1959. DSC02311

*Codeno organizou plano de defesa da xelita*



Notícia da apresentação, por Celso Furtado, do plano de defesa da xelita do Nordeste ao então ministro da Fazenda.

2/9/1959. DSC02314

*Os nordestinos importam inflação do sul*

Narra reivindicações de representantes de alguns estados nordestinos, em reunião com equipe do Codeno, destacando a exposição do sr. Rômulo Almeida – fundador do Banco do Nordeste e então secretário do governo da Bahia – de que o comércio e a indústria nordestinos importavam a inflação do Sul, em razão da escassez de capital para aquisição de suprimentos.

2/9/1959. DSC02319

*Nova reunião do Codeno será em João Pessoa*

Notícia da definição da data da próxima reunião do Conselho Deliberativo do Codeno, marcada para ocorrer em outubro do mesmo ano, na cidade de João Pessoa. O tema da reunião é o anteprojeto de lei de eletrificação, a ser enviado pelo Codeno ao Congresso. Inclui nota sobre a admissão de Gilberto Freyre no Conselho.

2/9/1959. DSC02322, DSC02324, DSC02325

*Plano de ação Carvalho Pinto poderá ter importância para o desenvolvimento do Nordeste*

Após reunião do Codeno, Rômulo de Almeida – representante do governo da Bahia – fala das mudanças ocorridas no seu estado, a partir da exploração do petróleo e das reivindicações no plano de eletrificação rural das margens do rio São Francisco.

4/9/1959. DSC02557, DSC02558

*Fábrica de borracha sintética e Aço-Sul foram de iniciativa do Codeno*

Na Assembleia Legislativa, Celso Furtado demonstra seu estranhamento ao constatar que a fábrica de borracha sintética e a Aço-Sul, de iniciativa do Codeno, vinham sendo atribuídas ao governo de Pernambuco (Cid Sampaio).

10/9/1959. DSC02559, DSC02560, DSC02561, DSC02562, DSC02563, DSC02565

*Em 10 anos 250 mil hectares poderão ser irrigados no Nordeste*

Trata do Plano de Irrigação, elaborado por DNOCS, Comissão do Vale de São

Francisco e Codeno, que objetiva a criação na região semiárida nordestina de uma agricultura resistente às secas com irrigação possibilitada pelas águas do rio São Francisco. A mensagem do presidente Juscelino Kubitschek foi baseada em documento do Codeno, elaborado por Celso Furtado.

2/10/1959. DSC02569, DSC02570

*Governadores contra exclusão do DNOCS da Sudene: repulsa à emenda João Agripino*

Notícia da derrota da emenda Argemiro de Figueiredo, que pretendia excluir o DNOCS da futura Sudene. Em oposição, governadores do Nordeste e integrantes ministeriais do Codeno aprovaram unanimemente a proposta do coronel Afonso de Albuquerque Lima contra a emenda Argemiro de Figueiredo.

3/10/1959. DSC02571, DSC02572, DSC02573

*Congresso Nacional, Codeno e Sudene: nordestinos até agora nada têm recebido*

A matéria relata a descrença de parte da classe política em relação à Openo, ao Codeno e à Sudene. Inclui a declaração de vários políticos, dentre os quais um deputado que afirmara que todo o dinheiro só poderia estar sendo gasto com publicidade, uma vez que não observava nada de concreto transformando a realidade nordestina.

3/10/1959. DSC02574

*Assembleia Legislativa: Rejeição da emenda excluindo DNOCS da Sudene e incluindo Minas na Openo*

Aborda o apelo do sr. Nivaldo Machado na Câmara Federal para que a emenda que pretendia incluir o estado de Minas Gerais na Openo fosse rejeitada tal como foi a que pretendia a exclusão do DNOCS da Sudene.

6/10/1959. DSC02575, DSC02578, DSC02579

*Ao questionário enviado pelo Codeno, DNOCS não deu resposta*

A fim de elaborar um plano de emergência para a zona da seca na Bahia, o Codeno envia questionário ao chefe do 4º Distrito Regional do DNOCS, engenheiro Dezildo Menezes Pereira, mas não obtém resposta mesmo depois de quase dois meses.

8/10/1959. DSC02580

*Nota.*

Nota do comparecimento de Celso Furtado à Câmara, onde falou durante quase três horas sobre o andamento da Openo e os problemas nordestinos.

10/10/1959. DSC02582

*Emenda criando a Sudene abre luta para o PTB*

Detalha as divergências dentro do PTB sobre a aprovação da emenda que cria a Sudene.

13/10/1959. DSC02583

*Economia do Nordeste interessa a São Paulo*

Matéria onde o economista Rômulo Almeida trata das condições para o reequipamento industrial do Nordeste, essencial para o “arranque” do Nordeste rumo ao desenvolvimento.

14/10/1959. DSC02584

*Separação do Nordeste: Diretor do Codeno crê*

Matéria sobre declarações feitas por Celso Furtado, no Serviço Geográfico do Ministério da Guerra, alertando para o fato de que o Brasil estaria como que dividido em dois caso não houvesse uma política que corrija as desigualdades entre Centro-Sul e Norte Nordeste.

18/10/1959. DSC02586, DSC02587

*Celso Furtado sugere reforma administrativa*

Cobertura de conferência pronunciada por Celso Furtado no auditório do Estado Maior das Forças Armadas na qual falou sobre o andamento da Openo, a criação da Sudene e sugeriu uma reforma administrativa.

20/10/1959. DSC02588, DSC02589

*Golpe sério na Organização, retirada do DNOCS da Sudene*

Notícia do golpe que pretende a retirada do DNOCS da Sudene, dificultando sua criação.

24/10/1959. DSC02590, DSC02591, DSC02592, DSC02593

*Urgência a todos os projetos de interesse para o Nordeste*

A matéria trata do levantamento, pelo bloco parlamentar das bancadas Norte/Nordeste, de todos os projetos relativos a essas regiões a fim de providenciar seu andamento. Constatam também notícias sobre o caso da exclusão do DNOCS da Sudene.

27/10/1959. DSC02594, DSC02598, DSC02599

*Manobra para enfraquecer Openo: sem Sudene Nordeste vai perder um bilhão de saldos de ágios e dois por cento da renda tributária nacional*

Notícia da possível não aprovação da Sudene. Inclui depoimentos de Celso Furtado, que critica a divisão entre os políticos nordestinos em razão do caso da exclusão do DNOCS, prejudicando a aprovação da Sudene e o desempenho da Openo.

28/10/1959. DSC02600

*A sorte da Sudene*

Editorial sobre a Sudene e a possível exclusão do DNOCS.

30/10/1959. DSC02601, DSC02602

*Indústria têxtil preocupada: restrição à liberdade de importar máquinas para reaparelhamento das fábricas*

Notícia da criação do Geimape (Grupo Executivo de Indústria de Máquinas Pesadas) que abriria novas frentes de industrialização no Centro-Sul do País. Inclui seção sobre a luta entre os setores têxteis do Norte (indústrias apoiadas pelo Codeno) e Sul (agora apoiado pelo Geimape).

3/11/1959. DSC02448

*Indústria da seca: DNOCS fora da Sudene*

Mais uma notícia sobre a emenda proposta por Argemiro Figueiredo, que excluiria o DNOCS do controle da Sudene. Sete entre dez deputados nordestinos se manifestaram contrários à medida.

3/11/1959. DSC02455, DSC02456

*Reunião do Codeno amanhã para exame do plano de emergência contra a seca*

Notícia de uma nova reunião ordinária do Codeno, marcada para as 9h do dia

seguinte, com o objetivo de discutir as diretrizes básicas do plano de emergência no combate à seca. Na reunião, Celso Furtado prestará contas junto aos governadores sobre as medidas adotadas pelo governo federal e sobre os problemas na aprovação do projeto que criará a Sudene.

4/11/1959. DSC02459

*Codeno vencerá a batalha contra a exclusão do DNOCS*

Em palestra à reportagem do *Diário*, Afonso Albuquerque Lima afirma a crença na vitória da proposta de uma Sudene com o DNOCS.

5/11/1959. DSC02461, DSC02464, DSC02466, DSC02467

*Frutos da Openo poderiam ser prejudiciais aos nordestinos*

Notícia a publicação, em três jornais cariocas, de matérias pessimistas em relação à Openo. E argumenta por uma Sudene com o DNOCS.

6/11/1959. DSC02604, DSC02605

*Sudene torpedeada pela politicagem nordestina*

Trata dos obstáculos à aprovação do projeto da Sudene, e com isso o risco da Openo – muito divulgada nesse período do governo Juscelino Kubitschek – ser reduzida a nada.

7/11/1959. DSC02606, DSC2484

*Difícil constituir inquérito sobre o DNOCS*

Trata da possibilidade de criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ação do DNOCS, desejo dos udenistas.

10/11/1959. DSC02607, DSC02608

*Cid traça desníveis entre Nordeste e Sul*

Cid Sampaio, à época governador do estado de Pernambuco, apresenta uma série de estatísticas sobre as absurdas disparidades regionais. Destaque para a estatística sobre o investimento governamental no Nordeste.

19/11/1959. DSC02609, DSC02610, DSC02611

*Problemas do Nordeste devem ser resolvidos através de planejamento: estudantes da Cepal se dirigem a JK*

Setenta estudantes de nível superior, concluintes do curso de treinamento em problemas do desenvolvimento promovido pela Cepal, lançam um manifesto a JK e aos congressistas nordestinos certos de que a recuperação do Nordeste depende grandemente da ação consciente do poder público.

20/11/1959. DSC02612, DSC02613

*O Codeno supervisionará as redes de armazéns e silos em todo o Nordeste, autorizado pela Conferência, no Rio*

Como resultado principal da conferência contras as secas, o Codeno deverá passar a supervisionar armazéns e silos no Nordeste.

25/11/1959. DSC02499, DSC02500

*Sudene: ou agora (ou nunca) sua aprovação*

Matéria que discute as chances de aprovação do projeto da Sudene, considerando o recesso – próximo – no Congresso Nacional.

28/11/1959. DSC02501, DSC02617

*Sudene: Jogo, agora, vai ser descoberto*

Matéria sobre os deputados nordestinos contrários a aprovação do projeto da Sudene.

1/12/1959. DSC02659

*Amanhã, em Salvador, reunião do Codeno*

Nota sobre reunião do Codeno com o objetivo de discutir o anteprojeto do plano de eletrificação. Na reunião, Celso Furtado fará uma exposição sobre a marcha dos trabalhos da Openo.

2/12/1959. DSC02660

*Sudene: Diário provocará, agora, os pronunciamentos*

Surpreendentemente, quando já não havia mais esperanças para a aprovação do projeto da Sudene, o sr. Nestor Duarte, aproveitando-se da discórdia sobre um requerimento de sua autoria – sobre a proposição de criação da Fundação das Pioneiras Sociais – foi à mesa e fez a substituição: “Em vez das Pioneiras, a Sudene”.

2/12/1959. DSC02666, DSC02667

*Divergências entre CHESF, Codeno e SVOP quanto ao Plano de Eletrificação do Nordeste*

Notícia da reunião a ser realizada no dia seguinte à publicação da matéria (3/12), em que seria discutido e votado o Plano de Eletrificação do Nordeste. A matéria dá conta das divergências que deveriam influenciar o processo decisório.

3/12/1959. DSC02672

*Votação final, hoje, do projeto da Sudene*

O projeto que cria a Sudene volta a ser discutido, agora com uma menor divergência sobre a emenda Argemiro Figueiredo. O projeto da Sudene estava prestes a ser votado e aprovado.

4/12/1959. DSC02676, DSC02677, DSC02678

*Governadores e demais membros do Codeno firmam um protocolo sobre eletrificação*

O anteprojeto do Plano de Eletrificação é novamente discutido, e o Codeno firma um protocolo sobre eletrificação. Celso Furtado estaria levando os quatro pontos principais do debate sobre o anteprojeto ao presidente Juscelino Kubitschek no mesmo dia da edição desta matéria.

11/12/1959. DSC02680

*Juscelino prestigia posição de Celso Furtado no Codeno*

A matéria narra a absoluta confiança do presidente Juscelino Kubitschek quanto ao trabalho do economista Celso Furtado à frente da Operação Nordeste. As declarações tinham o objetivo de demonstrar a firmeza de propósitos do presidente, em meio às “eminências pardas” de sabotagem do projeto da Sudene.

11/12/1959. DSC02682, DSC02683

*À industrialização do Nordeste novas perspectivas, abre a Sudene, afirma o presidente Miguel Vita, da FIEP*

O presidente da FIEP, Miguel Vita, fala de suas expectativas em relação à Sudene e à industrialização por ela incentivada. A redação final do projeto da Sudene tinha sido aprovada na Câmara, no dia anterior à edição desta matéria.

15/12/1959. DSC02689

*Sudene: sanção hoje: Apolônio para o comando*

Com uma possível sanção – no dia seguinte à edição da matéria – da Sudene, é especulado o nome de Apolônio Sales para o cargo de Superintendente do Codeno.

16/12/1959. DSC02692, DSC02693

*Sudene sancionada: JK ressalta a importância*

Trata da sanção ao projeto que criou a Sudene, com declarações do presidente JK, em que se afirma que sem a Sudene seria impossível a recuperação do Nordeste. Traz novamente rumores de que, assim que estivesse funcionando plenamente, a Sudene teria seu superintendente, Celso Furtado, substituído por Apolônio Sales.

17/12/1959. DSC02696, DSC02698

*Sudene combaterá disparidade econômica*

Publicação dos principais artigos da lei, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek, que cria a Sudene.

(Sem data)

*Aberto já tem réplica: Codesul com protocolo*

Notícia que políticos da Região Sul firmam protocolo com o objetivo de criar um Conselho de Desenvolvimento do Sul, em oposição à Operação Nordeste.

18/12/1959. DSC02699

*Celso Furtado da Sudene*

Editorial, numa época de rumores sobre uma possível substituição de Celso Furtado por Apolônio Sales na Superintendência da Sudene. O autor explica por que Sales seria o candidato ideal ao governo do estado de Pernambuco, mas não para a Superintendência da Sudene. O texto traz a ideia de uma separação entre o técnico e o político.

19/12/1959. DSC02700, DSC02701

*Produtoras excluídas da Sudene*

O presidente da FIEP, Miguel Vita, declara sua surpresa ao saber da exclusão dos órgãos representativos das classes produtoras do futuro conselho deliberativo da Sudene.



20/12/1959. DSC02702, DSC02703

*Celso Furtado só voltará a Recife se nomeado por JK*

As razões para a atitude de só voltar a Recife se nomeado Superintendente da Sudene por JK tem a ver com o fato de Furtado ter comunicado a Kubitschek – desde o início do Codeno – que não cederia a pressões políticas nem aceitaria colaborar sob orientação partidária.

24/12/1959. DSC02704, DSC02705

*Inalterada, até agora, a opinião de Juscelino: Sudene fora da política*

Matéria sobre a futura nomeação do primeiro superintendente da Sudene. Havia rumores de que Apolônio Sales ocuparia a vaga, que *a priori* seria ocupada por Celso Furtado. Inclui declaração de Celso Furtado em que afirma que o presidente JK havia lhe dito que a Operação Nordeste correria fora de esquemas de partido.

25/12/1959. DSC02707, DSC02709, DSC02711

*O caso da Sudene*

Editorial sobre a Sudene, Celso Furtado e o deputado Elpídio Branco.

27/12/1959. DSC02712

*A Sudene fora da política*

Editorial de um Anibal Fernandes otimista, com o cessar dos rumores de que Apolônio Sales seria o superintendente da Sudene, em vez de Celso Furtado.

27/12/1959. DSC02713, DSC02714

*Maior atenção da Sudene a problemas do açúcar: pedem os industriais*

Relata a pressão dos industriais do açúcar por incentivos da Sudene

## **Diário de Pernambuco 1960**

9/1/1960. DSC03481

*Celso nomeado para a Sudene.*

Nomeação oficial de Celso Furtado para o cargo de superintendente da Sudene, o que, segundo ele, não foi nenhuma surpresa.

10/1/1960. DSC03488, DSC03489, DSC03490

*Repercute nomeação de Celso*

Nomeação de Celso Furtado foi elogiada pela grande maioria, inclusive pelos próprios opositores, que ressaltaram o inegável acerto do presidente JK com essa nomeação.

14/1/1960. DSC03496, DSC03497

*Superintendência da Sudene: Posse hoje de Celso Furtado*

Destaque para a nomeação de Celso Furtado, que será ao meio-dia no gabinete do ministro da Justiça.

16/1/1960. DSC03499, DSC03500, DSC03502, DSC03503, DSC03504

*Celso empossado na Sudene*

Solenidade de posse de Celso Furtado, tendo em seguida a íntegra do seu discurso como superintendente da Sudene, em que ressalta a importância da integração entre os estados nordestinos.

16/2/1960. DSC03505

*Sudene é meta da integração nacional, afirma Lúcio Meira*

Representante do BNDE afirma que “sua” instituição colaborará com a Sudene no que for necessário para obter êxitos no que a Superintendência está se propondo. Ele ainda comenta a respeito do papel de integração nacional que está se desenvolvendo na Sudene.

29/3/1960. DSC03506

*Governo terá de indenizar flagelados do Jaguaribe: relatório da Sudene a JK*

Durante 20 horas seguidas, Celso Furtado acompanhou a catástrofe de Orós, afirmando posteriormente a necessidade de reorganizar a economia local e indenizar as populações atingidas.

31/3/1960. DSC03508

*Catástrofe mudou planos da Sudene*

A catástrofe de Orós fez mudar os planos da Sudene em relação ao desenvolvimento do Nordeste, onde ações desse órgão visarão minorar as trágicas e imprevisíveis consequências da calamidade.

15/4/1960. DSC03510

*Sudene é, hoje, uma realidade pujante.*

Em entrevista ao jornal, o governador de Alagoas destaca a atuação brilhante de Celso Furtado nos assuntos do Nordeste, bem como os êxitos nas reuniões realizadas pela Sudene.

7/5/1960. DSC03511, DSC03512

*Celso Furtado levou ontem para a nova capital Plano Diretor da Sudene*

Com 300 páginas e nove capítulos, o Plano Diretor seguiu para Brasília, onde o presidente JK o encaminhará ao Congresso nacional.

2/7/1960. DSC03513, DSC03514

*Planos de colonização da Sudene não sacrificarão as comunidades regionais*

O exame das emendas ao Plano Diretor da Sudene, apresentadas por Gilberto Freyre, representante do ministério de Educação no Conselho Deliberativo, provocou vários debates e trouxe à discussão diretrizes e linhas de ação que a Sudene adotou, ao planejar a aplicação dos investimentos do governo federal ao Nordeste.

3/9/1960. DSC03515, DSC03518

*Urgência para o projeto que destina 1 bilhão à Sudene*

Urgência para aprovação dos projetos de interesse da Sudene se faz necessária, uma vez que a demora pode trazer dificuldades para o Nordeste, já que essa experiência negativa ocorreu no ano anterior.

5/10/1960. DSC03622

*Sudene só tem sentido fora de toda política: diz Celso Furtado*

Conforme Celso Furtado, a Sudene nasceu de maneira extrapartidária, e deve continuar dessa forma para obter êxitos.

8/10/1960. DSC03623

*Sartre chegou ao Recife em trânsito para Europa*

Encerrando sua visita ao Brasil, chegaram ao Recife, em trânsito para a Europa, Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. Eles não fizeram nenhum pronunciamento a respeito da passagem pelo Brasil.

9/10/1960. DSC03626

*Sartre regressa irritado: No grande hotel “não estava para viagem”*

Sartre regressou sem dar nenhuma entrevista, e se mostrou bastante preocupado e irritado.

8/12/1960. DSC03628

*Celso Furtado crê no bom governo de Jânio Quadros*

Celso Furtado defende Sudene ao ser entrevistado num programa de TV. Também afirmou que confia na boa administração de Jânio Quadros.

8/12/1960. DSC 03053

*Sudene e região*

Matéria sobre as contribuições da Sudene para o desenvolvimento da Região Nordeste. Principalmente no que se refere ao aumento da competitividade entre as regiões brasileiras.

10/12/1960. DSC03629, DSC03631

*Sudene ameaçada se Congresso não votar o “Plano Diretor”*

A Sudene poderá perder mais um ano nas suas atividades básicas para todo o Nordeste se o Congresso não votar, imediatamente, o Plano Piloto do órgão criado pelo governo para coordenar a política de desenvolvimento regional.

## **Diário de Pernambuco 1961**

8/2/1961. DSC03270

*Celso Furtado pediu demissão da Sudene: aguarda resposta de JQ*

A carta de demissão de Celso Furtado da Sudene, sendo o principal motivo do pedido o fato de ele não querer ser mensageiro de qualquer corrente política.

17/2/1961. DSC03276

*Nordeste não pode continuar na condição de enteado pobre da rica comunidade nacional*

O movimento para soerguimento e integração da Região Nordeste no cenário brasileiro, tendo como as principais lutas o fim do subdesenvolvimento e consequentemente a melhora das condições de vida da população.

2/3/1961. DSC03284

*Apoio à Sudene*

O apoio do presidente João Goulart aos trabalhos desenvolvidos na Sudene.

13/5/1961. DSC03291

*Sudene e congresso*

Os entraves à aprovação do Plano Diretor pelos congressistas.

25/5/1961. DSC03292

*Cid em João Pessoa: "Nordeste tem o direito de crescer dentro de um Brasil unificado"*

Fala que, para um desenvolvimento mais expressivo do Nordeste, é preciso que haja pontos de convergências entre as diversas opiniões.

13/7/1961. DSC03300

*Celso: enorme interesse dos EUA pelo Nordeste*

Os interesses dos administradores estadunidenses em apoiar o projeto de desenvolvimento brasileiro.

15/7/1961. DSC03302, DSC03303

*Kennedy garantiu a Celso todo apoio dos EE.UU. ao Nordeste*

A vinda de técnicos e de recursos financeiros americanos com o objetivo de viabilizar o projeto de desenvolvimento nordestino.

20/7/1961. DSC03310

*Rússia promete colaborar para o desenvolvimento do Nordeste*

A disponibilidade do governo soviético em colaborar para o desenvolvimento do Nordeste por meio da parceria de técnicos brasileiros e soviéticos.

22/7/1961. DSC03313, DSC03314

*Celso não pediu ajuda aos EUA: expôs Sudene*

A possibilidade da criação de uma linha de crédito liderada pela ONU e OEA para ajudar a Sudene a reverter o estado iníquo da Região Nordeste.

2/8/1961. DSC03316

*Ted Kennedy crê em soluções do governo do estado e da Sudene; EE.UU. vão ajudar*

A repercussão da passagem de Ted Kennedy pelo Recife e da sua crença de que a Sudene e governo estadual, junto com a contribuição norte-americana, solucionarão problemas nordestinos.

13/9/1961. DSC03317

*Diretoria da UNE pede a JG permanência de Celso Furtado*

Os interesses da diretoria da UNE em apoiar Furtado, e do seu pedido de permanência a João Goulart.

20/9/1961. DSC03320

*De todo Nordeste chegam mensagens de apoio ao economista Celso Furtado*

A vontade popular de que Celso Furtado permaneça à frente da Sudene.

12/10/1961. DSC03321, DSC03324

*Diz Celso Furtado: novo governo apoia totalmente Sudene*

As principais preocupações do governo JG com o Nordeste e dos entraves ao desenvolvimento desta região.

17/10/1961. DSC03325

*Celso Furtado e Almino Afonso defenderam a reforma agrária*

A defesa feita por Furtado da reforma agrária e sua crítica à estrutura agropecuária nordestina.

5/11/1961. DSC03329

*Celso Furtado: Sudene dará ao Nordeste nova estrutura agrária*

Os projetos de reforma agrária que estariam bem encaminhados e os projetos estruturadores desenvolvidos pela Sudene.

6/12/1961. DSC03330

*Plano da Sudene não é subversivo: Celso*

A reportagem trata da impossibilidade do plano da Sudene ser subversivo; do fato de que aglomerados de operários sejam sinônimo de perigo; e de algumas emendas que são de interesse da população em geral.

7/12/1961. DSC03333, DSC03334

*Recife parou ontem uma hora para defender Plano Diretor da Sudene*

Relata o protesto na capital pernambucana contra a mutilação do Plano Diretor, estando os manifestantes primeiramente a favor da instituição Sudene.

## **Diário de Pernambuco 1962**

5/4/1962. DSC01244, DSC01245

*Cid adverte que a política executiva da Sudene pode ser golpe fatal no federalismo*

As críticas do governador Cid Sampaio às políticas adotadas pela Sudene. Para ele, a atuação do órgão enfraquece a ação dos governos estaduais e representa perigo ao modelo federalista. A isto, Furtado respondeu que a Sudene é um órgão federal e que, neste caso, só executa obras se o próprio estado envolvido não pode fazê-las só. E que, além disso, todo seu escopo e linhas de ação estão definidas por um Plano Diretor votado e aprovado pelo Congresso Nacional.

14/4/1962. DSC01246

*Art. 34, do plano da Sudene, precisa logo ser esclarecido*

Informa sobre a necessidade de a Sudene mostrar em detalhes como o art. 34 será colocado em ação. Esta foi a exigência de setores interessados no projeto de lei, a saber, a Federação do Comércio Atacadista de Pernambuco.

18/4/1962. DSC01247, DSC01248

*Comissão das "Ligas" ouviu Cid, D. Carlos, Costa e Silva e F. Falcão: hoje com Celso Furtado e Pe. Melo*

Reunião ocorrida com a Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pela Câmara Federal, para estudar a estrutura agrária do Nordeste e sua relação com os problemas sociais da região.

20-21-22/4/1962. DSC01251

*Recife é "Veneza" só em cartão postal: 300 mil pessoas têm sede.*

As dificuldades estruturais enfrentadas pelos recifenses, tal como a de abastecimento de água em várias regiões da cidade. E os projetos da Sudene para tentar sanar esses problemas.

20-21-22/4/1962. DSC01253

*Cônsul inglês opina sobre causas do atraso do NE*

Entrevista com o cônsul inglês, que afirma que no passado a Inglaterra já fez muito pelo Nordeste e que os altos índices de desemprego dificultam o progresso da região. Sobre a questão do desenvolvimento regional, ele apenas se pronunciará quando estiver a par dos projetos desenvolvidos pela Sudene.

10/5/1962. DSC01254

*Gilberto Freyre: O perigo está na morosidade burocrática*

Nesta matéria, o sociólogo aponta que a burocracia é mais perigosa do que o comunismo para o Nordeste. Para ele, a Sudene não conseguiu, até o momento, articular de forma eficiente seu papel de órgão supraestadual de planejamento, coordenação e supervisão.

2/6/1962. DSC02809

*A indústria nacional, a Sudene e o desenvolvimento do Nordeste*

A possibilidade de que o objetivo da Sudene seja evitar o desenvolvimento do Nordeste, e quais são os métodos para que isto seja alcançado.

5/6/1962. DSC02812

*Assinados ontem na Sudene os primeiros convênios da Aliança para o Progresso*

Os recursos oriundos dos convênios com a Aliança para o Progresso. Com um montante de 131 milhões de dólares para serem usados em projetos de abastecimento de água e campanhas de saúde.

24/6/1962. DSC02816

*Aliança para o Progresso difere do Plano Marshall e é programa de construção*

Os objetivos da Aliança para o Progresso, que seria um programa de construção e fomento do desenvolvimento latino-americano.

30/9/1962. DSC03012

*O segundo plano da Sudene*

As ações da Sudene a partir do segundo Plano Diretor. Os principais objetivos são: a) criação básica de infraestrutura; b) aperfeiçoamento do fator humano; c) ampliação do sistema produtivo; e d) investimento em projetos de melhoria do bem-estar da população.



3/10/1962. DSC03013

*A Sudene e o Nordeste*

O planejamento como mecanismo que pode proporcionar desenvolvimento gradual, mas seguro.

### **Diário de Pernambuco 1963**

5/2/1963. DSC02633

*Frente nacionalista lançará manifesto e dará apoio à Sudene*

Manifestação de apoio dado à Sudene. Defesa principalmente da autonomia da instituição e não intervenção na política exterior dela.

11/4/1963. DSC02642

*Celso Furtado fez relatório e deu ênfase ao apoio da “Aliança”*

Os projetos comuns entre Sudene e a Aliança para o Progresso.

17/5/1963. DSC03018

*Celso Furtado pede ALALC com sentido latino-americano*

Aqui repercute as metas de Celso Furtado com o Plano Trienal. A saber, planificação da economia brasileira, manutenção da taxa de crescimento produtivo e diminuição gradual do processo inflacionário.

4/7/1963. DSC03043

*Goulart empenhado em receber cooperação estrangeira, diz Celso*

A possibilidade de acordos entre estados e outras nações, mas com o adendo de que não haja interferência dos últimos na política interna.

18/7/1963. DSC03046

*Gilberto Freyre crê nas possibilidades da “Aliança”*

Freyre diz acreditar na “Aliança” e mostra como ela pode ser benéfica para o desenvolvimento educacional e na área de cooperação, e também na mudança de ideias vigentes na região.

7/8/1963. DSC02841

*Celso: Sudene não aplica dinheiro sem concorrência*

Furtado fala das denúncias contra a Sudene no que diz respeito à compra de equipamento sem licitação pública. Celso nega tudo e diz que esse tipo de campanha para desmoralizar a instituição é perda de tempo.

## **Diário de Pernambuco 1964**

11/1/1964. DSC02344, DSC02345

*Energia de Paulo Afonso chegará a Fortaleza em 64: promete Celso*

Panorama geral das políticas da Sudene para o ano de 1964, com destaque para a ampliação do setor energético, que possibilitará a chegada da energia de Paulo Afonso a Fortaleza.

18/2/1964. DSC02348

*Sudene confia no futuro da pesca no NE: lagosta e atuns*

Sudene, via investimentos e intensificação em pesquisas, espera obter bons resultados no setor pesqueiro no ano de 1965.

29/2/1964. DSC02349, DSC02350

*Lincoln Gordon no Recife: encontro boje com Furtado*

Lincoln Gordon se reúne com Celso Furtado para discutir a situação nordestina, ao mesmo tempo oferecer juntamente com o governo norte-americano ajuda para desenvolver a região.

1/3/1964. DSC02353, DSC02355

*Gordon: Interesse profundo de Kennedy pelo Nordeste*

Na cerimônia de conclusão da turma de economia no Recife, Lincoln Gordon discursou, apontando a preocupação e sensibilidade do falecido John Kennedy em relação aos problemas e desafios do Nordeste brasileiro. Sua contribuição foi de grande valia para a América Latina e o mundo, deixando a semente de esperança.

21/3/1964. DSC02358

*Atuação da Sudene, em 1964, será marco decisivo, afirmam técnicos*

Técnicos da Sudene preveem para o ano de 1964 grandes realizações, como o aumento de fornecimento de energia elétrica, construções de estradas e pesquisas avançadas para a agricultura, dentre outros, o que será um marco decisivo.

19/5/1964. DSC02362

*Paulo Guerra: Sudene fracassou na gestão do sr. Celso Furtado*

Paulo Guerra, em entrevista, analisa alguns pontos do governo anterior e declara que a Sudene na gestão de Celso Furtado fracassou em seu terreno objetivo. Ele ainda afirma que o marxismo contaminou a referida instituição.

9/7/1964. DSC02879

*Sudene e Estados Unidos poderão garantir desenvolvimento do sertão sanfranciscano (Notas de Sebastião W de Araújo)*

Comparativo da situação do sertão, de 20 anos atrás com os dias atuais. Destacam-se as ligações entre os municípios da região via grandes obras nas rodovias. No entanto, ainda há grandes desafios, como o da eletrificação, onde a atuação do novo superintendente será decisiva.

9/7/1964. DSC2880

*Sudene enviará 60 tons. de alimentos para população do RGN e Paraíba*

Sudene entra em ação para ajudar os estados do RGN e da Paraíba, atingidos por inundações. Dentre suas ações estão o fornecimento de alimentos e reparações de pontes, estradas e habitações.

4/8/1964. DSC02881

*Sudene deve retomar projeto do Maranhão e eletrificar 73 comunidades rurais*

Com o novo superintendente, Sudene retomará projeto de eletrificação do Maranhão, beneficiando 75 cidades. Projeto este que estava paralisado, e a partir da ação da nova superintendência ganhará novo fôlego, juntamente com a elaboração de outros, abarcando diferentes setores.

5/8/1964. DSC02884

*Sudene está em boas mãos e será dinamizada, diz Lomanto*

Governador da Bahia afirma que a nomeação de João Gonçalves para superintendência da Sudene foi acertada. Segundo ele, a Sudene precisa ser dinamizada, transformada em um instrumento de planejamento regional, e João Gonçalves é a pessoa certa para conseguir tal objetivo.

22/9/1964. DSC02997

*Ajuda nipônica será oferecida à Sudene*

Visita de japoneses ao Recife visa desenvolver intercâmbio Japão-Nordeste. Autoridades do Japão participarão de inspeções em obras, ao mesmo tempo em que contatos serão feitos com os diretores da Sudene para se estudar a possibilidade de cooperação.

7/10/1964. DSC03001

*A Sudene e o problema rodoviário nordestino*

Diante da situação precária do sistema rodoviário nordestino, o que se tem são entraves e dificuldades em liberar as verbas por parte da Sudene, dificultando a realização de obras, o que possibilitaria a melhora da situação atual de nossas rodovias.

28/10/1964. DSC03010

*A Sudene no caminho certo*

Crítica à atuação da Sudene na gestão anterior, no que diz respeito ao abastecimento de alimentos na região. Ao mesmo tempo, o superintendente promete novas ações para superar, segundo ele, o tempo perdido e desenvolver, sobretudo, o setor de pescado.

12/11/1964. DSC03467

*Sudene interessada no projeto do governo para mudar a estrutura agrária canavieira*

Superintendente da Sudene, por meio de ofício dirigido ao governador de Pernambuco, demonstrou interesse em mudar as estruturas canavieiras do estado, podendo ainda ter a colaboração internacional nesse projeto.

20/11/1964. DSC03468

*Presença de Castelo reafirmou interesse pela Sudene e NE*

Em visita a Pernambuco, o presidente Castelo Branco observou os problemas

e desafios do Nordeste, mostrando interesse em solucioná-los juntamente com a Sudene.

24/11/1964. DSC03470, DSC03471, DSC03472

*Sudene começou a elaborar o terceiro Plano Diretor*

Sudene inicia reunião para coletar informações e elaborar o terceiro Plano Diretor, previsto para o primeiro semestre de 1965.

8/12/1964. DSC03475

*Sudene iniciará ano novo com problemas resolvidos*

Superintendente deseja iniciar o ano de 1965 com todos os problemas resolvidos, além de nomear pessoas para os cargos que ainda estão vagos.

30/12/1964. DSC03476, DSC03480

*Sudene mudará feição social do NE dentro de 5 ou 10 anos*

O superintendente da Sudene, João Gonçalves, em reunião realizada em São Paulo, afirmou a necessidade de programas que preparem a região nordestina para “a grande virada dos próximos 5 ou 10 anos”. Para isso contará com a colaboração internacional.

## **Jornal do Commercio** **1958**

1/4/1958. DSC00012, DSC00014

*Ameaçada toda a estrutura econômica do Brasil: direito de greve e previdência social inquietam as classes que produzem*

Cobertura da reunião do conselho de representantes da Confederação Nacional do Comércio. Dá especial atenção ao “perigo” que representam projetos de natureza econômica e social em tramitação, como os relativos ao direito e greve e a alterações no sistema previdenciário.

1/4/1958. DSC00015

*Grupo da Federação vai estudar projetos de natureza econômica*

Notícia da criação do Grupo de Estudos Legislativos, em Pernambuco, por iniciativa da Federação das Indústrias.

2/4/1958. DSC00017

*Disparidades Regionais: Codepe estuda múltiplos aspectos do problema*

Notícia estudo do Codepe sobre as disparidades regionais e situação de fragilidade do Nordeste, sugerindo como principal medida a ser tomada uma concentração de esforços na industrialização da região.

3/4/1958. DSC00018

*Necessário desenvolver, na região, mais objetivo espírito de comunidade*

Cobre a estada de Michael Sapir, economista, conselheiro da ONU junto ao BNB (Etene) e GTDN. Para Sapir, era possível que organizações públicas e privadas criassem um movimento de autodesenvolvimento do Nordeste, que também serviria para pressionar o governo federal. Percebe maior preocupação do governo central com a região, lamentando que a seca tenha atrapalhado os planos.

4/4/1958. DSC00019

*Experiência pioneira em Mamanguape: Levantamento de dados sobre potencial econômico do Vale*

Notícia estudo do GTDN sobre o potencial econômico do Vale do Mamanguape, na Paraíba. O estudo foi iniciado com pesquisas hidrogeológicas

e tinha como objetivo estabelecer um plano piloto para a região. O estudo também contava com participação da Unesco.

6/4/1958. DSC00020, DSC00022

*Parfisal conspira contra o Nordeste*

O jornalista comenta a falta de comprometimento de Parfisal Barroso (PTB), ministro do Trabalho, com o Nordeste, salientando as perdas para a região no âmbito do Instituto do Açúcar e do Alcool. À época, o ministro andava se desentendendo bastante com JK.

9/4/1958. DSC00024

*O Nordeste desprevenido*

Entrevista com o ex-ministro da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida. O ex-ministro sugere medidas preventivas contra a ameaça constante da seca e sugere uma culpa política por essa falta de prevenção, em razão dos vícios dos representantes nordestinos no parlamento.

10/4/1958. DSC00025, DSC00026

*Mercado Comum Latino-americano*

Notícia do apelo do recém-eleito presidente da Argentina, Arturo Frondizi, em prol de uma cooperação com o Brasil na construção de uma política comum para a América Latina, que também era estudada no âmbito da Cepal. No encontro com Frondizi, JK pôde colher a opinião do representante argentino sobre a renovação das relações diplomáticas entre Brasil e a URSS.

11/4/1958. DSC00027

*Improvisação, fator de atraso para a região: urge planificação*

Cobertura de reunião ocorrida na Federação das Indústrias, promovida pelo Centro das Indústrias, com destaque para a palestra de seu então presidente Cid Sampaio. Em sua exposição, o engenheiro destacou tópicos como: o contraste do consumo entre Norte e Sul; a industrialização; o projeto da refinaria em Pernambuco; o planejamento e o combate à pobreza e à miséria.

11/4/1958. DSC00028

*Política e estiagem*

O editorial apela aos políticos pernambucanos, em especial o governador, para que não percam de vista a tragédia econômica e humana vivida em razão das secas naquele momento. O motivo do apelo deve-se à proximidade das eleições estaduais no estado.

12/4/1958. DSC00029

*Debates na sessão da Câmara em torno do problema da seca*

Entre enérgicos discursos sobre o flagelo da seca, JK é convidado pelo deputado Oswaldo Lima para retirar o Viscount da habitual rota de Brasília e voar ao Nordeste, a fim de enfrentar o drama das populações, vagando sem rumo e sem amparo – este apelo, segundo Lima, é feito em nome de 14 milhões de nordestinos.

15/4/1958. DSC00030

*No Recife, o deputado Josué de Castro: É necessário que os 15 milhões de nordestinos tomem real consciência de sua força política*

O deputado Josué de Castro, então presidente da Ascofam, coloca o problema das secas como decorrente da falta de representação política nordestina na política nacional. “O desequilíbrio político entre o Sul e o Norte é a grande causa de nossas desgraças.”

17/4/1958. DSC00031

*Vem ao Nordeste o Sr. Juscelino*

Visita de JK ao Nordeste, abril, 1958.

18/4/1958. DSC00032

*Programa completo do Sr. Kubitschek*

Itinerário da viagem de JK ao Nordeste. O presidente chegaria no dia 18 a Poço da Cruz, a fim de visitar a zona da seca, de onde partiria para Recife no mesmo dia e, finalmente, regressaria ao Rio.

19/4/1958. DSC00033

*Em Poço da Cruz, impressionado com o que observara: Presidente promete abrir ainda hoje crédito de 2 bilhões contra as secas*

Na visita, Juscelino Kubitschek declara que o problema das secas é “o maior



da nação”. Declara ainda: “[...] depois de verificar tudo de perto, resolvi abrir crédito [...] de dois bilhões, o que será feito amanhã, possivelmente. Assim poderemos melhorar um pouco esta calamidade impressionante.” Contém foto do presidente JK com alunos e professora de grupo escolar de Poço da Cruz.

20/4/1958. DSC00034, DSC00035

*Nada faltará ao Nordeste, diz Juscelino*

Notícia declarações do presidente JK, que comenta sua recente viagem ao Nordeste e sua comoção com os problemas decorrentes da seca, como a fome. O presidente anuncia ajuda por meio do envio de gêneros alimentícios, a ser feito inclusive com a utilização de aviões comerciais, com o intuito de socorrer os flagelados.

24/4/1958. DSC00036

*O maior problema do Brasil*

Editorial discutindo a visita recente do presidente JK ao Nordeste, região que sofria com a “maior seca da história”, segundo o próprio presidente. O editorial destaca a necessidade de “medidas preventivas” e declara esperar ações firmes do governo federal, com o objetivo de remediar a triste situação do Nordeste.

30/4/1958. DSC00037

*Reivindicações regionais*

Editorial lembra uma série de reivindicações regionais, conforme o título. Defende uma ação mais firme para que se tragam obras estruturadoras para a região, cobra uma postura mais firme de órgãos como o BNB e esforços para que a refinaria de petróleo seja instalada no estado de Pernambuco. Ressalta as desvantagens dos estados nordestinos em relação aos outros estados da federação.

9/10/1958. DSC00589

*Desenvolvimento Econômico da América Latina (nota)*

A nota relata a reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a intenção de estimular o programa destinado a criação de um Banco de Fomento Interamericano.

14/10/1958. DSC00590

*Mais uma casa de crédito em Pernambuco. Inaugurada solenemente, sábado, a*

*Cooperativa Banco Nordeste LTDA.*

Inauguração da Cooperativa Banco Nordeste LTDA. Faz parte do conjunto das matérias que visam dar um panorama das iniciativas e do que se pensava sobre a região antes da criação da Sudene.

15/10/1958. DSC00591

*Desfeita a dúvida. O Estado Unidos reafirmam apoio à Operação Panamericana*

Parte do conjunto de reportagens que tenta traçar um panorama da época, a matéria trata do apoio americano a um esforço integracionista panamericano.

19/10/1958. DSC00593

*Brasília como fator econômico do Nordeste*

A matéria noticia conferência organizada pela Ordem dos Economistas do Brasil, a ser realizada pelo banqueiro Dalvino Santos, tratando das relações Nordeste-Brasília. Esta conferência tinha como um de seus objetivos iniciar um ciclo de debates sobre o tema.

24/10/1958. DSC00594

*Brasília contribuirá para que Nordeste tenha novas condições*

A matéria trata das disparidades regionais do Nordeste e da necessidade de “irradiação do progresso”. Traz aquilo que foi apresentado na conferência do banqueiro Dalvino Santos sobre as relações Brasília-Nordeste, contendo um depoimento do próprio.

30/10/1958. DSC00595

*Pernambuco vai defender a necessidade de política especial para o Nordeste*

Exame do programa de estabilização monetária e o projeto de reforma cambial pela Confederação Nacional da Indústria.

## **Jornal do Commercio 1959**

1/4/1959. DSC00016

*Assistência técnica às indústrias*

Fundação do núcleo de assistência técnica às federações do Nordeste (Confederação Nacional da Indústria), com sede no Recife.

1/4/1959. DSC00017

*Seminário de Garanhuns já tem temário concluído: oito países convidados*

Com direção de Celso Furtado e a participação de vários países, o Seminário de Garanhuns discute as possibilidades de investimentos para o Nordeste.

1/4/1959. DSC00018

*O Nordeste continua esquecido*

Importância do Seminário de Garanhuns para discutir melhorias para uma região tão castigada e esquecida pelo restante do País.

2/4/1959. DSC00021

*Perdão dos débitos fiscais para o contribuinte do Polígono das Secas*

Projeto de lei visa beneficiar com isenções fiscais estados localizados na região do polígono das secas. Uma maneira de fomentar benefícios para a agricultura, comércio e indústria.

2/4/1959. DSC00022

*Três unidades da federação possuem dez vezes mais bancos que o Nordeste*

Destaque para a imensa desigualdade que há entre as regiões Nordeste e Sul no que se refere aos estabelecimentos bancários, tendo o governo federal contribuído para esta assimetria ao longo do tempo.

3/4/1959. DSC00023

*A CAGEP e a Openo*

Possível integração entre CAGEP e Openo, o que possibilitaria um maior abastecimento de gêneros alimentícios para o Nordeste.

4/4/1959. DSC00024

*Presidente decidido a recuperar o Nordeste*

Senador Ruy Carneiro expõe sua opinião sobre Juscelino Kubitschek, destacando que o presidente é sensível às necessidades do povo nordestino, estando empenhado no êxito da Openo.

4/4/1959. DSC00025

*A riqueza sulista e o Nordeste*

Em entrevista, João Goulart evidencia a gigantesca desigualdade entre Sul e Nordeste, tendo o segundo enriquecido o primeiro, quando deveria ser o contrário. Sua visão se volta para a necessidade de ações em benefício da região nordestina.

5/4/1959. DSC00026

*Juracy Magalhães propõe ação unificada dos políticos do Nordeste*

Em visita a Pernambuco, Juracy Magalhães discute com o governador pernambucano, Cid Sampaio, melhorias para o Nordeste.

5/4/1959. DSC00028

*Notícias diversas de interesse para Pernambuco e Nordeste*

Informações destacando alguns benefícios para os estados nordestinos.

7/4/1959. DSC00029

*Quem dá e torna a tomar...*

Crítica a Opeho e a suas ações, destacando que sua criação saiu cara para a região nordestina.

7/4/1959. DSC00371

*Federação cede local para sede do Codeno*

Federação das Indústrias de Pernambuco cede espaço para instalação do Codeno.

8/4/1959. DSC00372

*Dom Mariano consegue ajuda para a diocese de Pesqueira*

Após algumas viagens, Dom Mariano consegue recurso para o Nordeste e, em especial, para Pesqueira.

8/4/1959. DSC00373

*Estender a Operação Nordeste à Amazônia: apelo*

O senador Cunha Melo reivindica ações por parte do governo federal para a Amazônia, região que abriga muitos flagelados nordestinos.

9/4/1959. DSC00374

*O projeto da Sudene ainda bem devagar*

Entraves para a criação da Sudene.

9/4/1959. DSC00375

*Especialistas chegam para o Codeno*

Especialistas chegam ao Recife para compor Conselho de Desenvolvimento do Nordeste.

9/4/1959. DSC00376

*Redenção sem verbas*

Corte de verbas para o Nordeste traz decepção ao nordestino, que começa a ver a Openo como um órgão que apenas oferece palavras e promessas, não atendendo aos anseios do Nordeste.

10/4/1959. DSC00377

*Diretor executivo da Codeno deverá chegar amanhã*

Chegada de Celso Furtado ao Recife, em companhia de economistas da Confederação Nacional da Indústria.

12/4/1959. DSC000378

*Distribuição da renda nacional e o problema do Nordeste e da Amazônia*

Estudo sobre distribuição de renda no Brasil mostra os grandes desequilíbrios que assolam o País, com necessidade de mais recursos para o Amazônia e para a região do polígono das secas. Ações federais com aplicação em empreendimentos prioritários possibilitarão um maior equilíbrio nacional.

12/4/1959. DSC00379

*Empolgado São Paulo com a Openo, o nacionalismo e a reforma agrária de base*

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o deputado Germinal Feijó afirma que a Openo foi bem recebida em São Paulo e que a população deste estado se interessa pela superação do atraso regional do Nordeste. Germinal Feijó também comentou questões como o nacionalismo e a reforma agrária.

19/4/1959. DSC00596

*O 3º Distrito Naval deverá integrar-se na Openo, diz o comandante, chegado ontem*

Comandante do 3º Distrito Naval afirma seu apoio a Openo, destacando que o desenvolvimento do Nordeste é imprescindível.

19/4/1959. DSC00597

*É preciso rever normas e princípios na política econômica do Nordeste*

Presidente da Federação das Indústrias do Distrito Federal declarou seu apoio à Operação Nordeste, destacando que o governo federal compreendeu a gravidade da situação do Nordeste e que o desenvolvimento industrial é de extrema importância para corrigir as desigualdades regionais.

19/4/1959. DSC00598

*Observadores estrangeiros estarão presentes na Reunião de Garanhuns*

Representantes de vários países estarão presentes no Seminário de Garanhuns, com o objetivo de discutir a possibilidade de investimentos para a Operação Nordeste. O evento também contará com conferências sobre temas tecnológicos.

21/4/1959. DSC00599

*Governadores (9) virão ao Recife*

Celso Furtado expõe os planos da Openo, em que afirma que o de recuperação do Nordeste está baseado num tripé: ampla irrigação, pavimentação e energia elétrica. Para discutir diversos temas e participar da inauguração do Codeno, estarão presentes no Recife nove governadores, o presidente da República, deputados, senadores e outras autoridades federais.

21/4/1959. DSC00600

*O Codeno será instalado sábado – na mesma data inaugura-se o seminário*

Inauguração do Codeno e do Seminário de Garanhuns deixam o dia movimentado em Pernambuco. Eventos contarão com a participação de várias autoridades nacionais e internacionais.

23/4/1959. DSC00601

*Chegou o secretário-geral do seminário de Garanhuns: o “temerário” foi confirmado*

Definidos os temas que serão abordados no Seminário de Garanhuns, com destaque para os problemas industriais da região.

24/4/1959. DSC00602

*“Sudeno deverá suprir a falta de coordenação entre os órgãos federais”*

Em visita ao Nordeste, o professor Barcelos Fagundes comenta sobre a Openo e afirma que os órgãos federais terão oportunidade de se coordenarem tratando de comum acordo dos problemas do Nordeste.

24/4/1959. DSC00603

*Secretario do Codeno hoje no Recife*

Chegada de Celso Furtado ao Recife, local onde residirá e executará seus trabalhos em benefício do Nordeste.

25/4/1959. DSC00605, DSC00606

*O Recife atrai as atenções políticas: Codeno instala-se*

Meios políticos voltam suas atenções para o Recife, onde será inaugurado o Codeno e serão realizadas importantes reuniões.

25/4/1959. DSC00607

*Nordeste, problema nacional*

Criação da Openo renova a esperança de ver um Nordeste melhor, uma vez que corresponde aos anseios da população. A preocupação do governo federal em encarar o Nordeste como uma de suas metas vem demonstrar que a questão nordestina é, acima de tudo, nacional.

26/4/1959. DSC00608

*Openo instalou-se, presentes JK e 9 governadores*

Informações a respeito da cerimônia de instalação da Openo, com destaque para a presença de governadores dos estados nordestinos, Celso Furtado e do presidente da República.

28/4/1959. DSC00616

*Há descrença no Nordeste quanto à ação da Openo*

Em entrevista, o deputado Aluizio Alves afirma que observou pessimismo no Nordeste em relação à instalação da Openo.

28/4/1959. DSC00617

*Pernambuco vai ser sede da reunião da Cepal*

Recife é escolhido para sediar o congresso anual da Cepal, que promoverá curso com duração de três meses.

28/4/1959. DSC00618

*São Paulo vai colaborar orientando o Nordeste sobre erros que cometeu*

Com a experiência de ser o estado mais industrializado do País, São Paulo mostrará ao Nordeste onde não se deve errar. Isto revela preocupação em solucionar problemas nordestinos, que são problemas nacionais.

28/4/1959. DSC00619

Seminário de Garanhuns faz surgir ideias diferentes sobre quais seriam as melhores soluções para o desenvolvimento do Nordeste, opondo Celso Furtado a Artur Rios.

30/4/1959. DSC00621

*A orientação da economia do Nordeste*

Debate em torno das teses de Celso Furtado, defendidas no Seminário de Garanhuns, com a ideia de que o Nordeste poderá ser útil à nação, e não apenas um fardo.

30/4/1959. DSC00622

*Plano que causa estranheza*

Plano de Celso Furtado para desenvolver o Nordeste gera debates e críticas, irritando o mentor do projeto. A oposição afirma que não se pode observar o desenvolvimento pelo prisma exclusivo da economia.

2/4/1959. DSC03399, DSC03401

*O projeto da Sudene deveria ser emendado*

Reportagem revela que a Confederação Nacional do Comércio, por intermédio do seu representante Severino Maia, fez algumas ressalvas ao plano de criação da Sudene, como a introdução da câmara dos comerciários no seu conselho, entre outras ressalvas aprovadas pelo pleno.

14/4/1959. DSC03402, DSC03403, DSC03404, DSC03405, DSC03406

*Instalação da Openo: dia 24 presente JK*



No gabinete de reuniões do BNDE, reuniu-se o grupo de trabalho formado para dar providências à criação da Openo, com presenças ilustres. Celso Furtado especificou, na reunião, que a Openo dependeria enormemente de financiamento externo, sem chegar a uma quantia exata. Também foi marcada para o dia 24 a instalação da Openo no Recife, em um evento que contará com a presença do presidente. A CNI demonstrou todo o seu apoio à empreitada.

26/4/1959. DSC03407, DSC03408, DSC03409, DSC03410

*Openo será desenvolvida em 3 frentes, afirmou o economista Celso Furtado*

Íntegra do discurso improvisado na inauguração do Seminário de Garanhuns, em que Celso Furtado esboçou rapidamente as linhas gerais do plano de desenvolvimento da Operação Nordeste, que seriam três: ordenação dos investimentos públicos, integração econômica e a organização interna da Openo.

26/4/1959. DSC03411

*À estrutura agrária nordestina são indicadas duas soluções no seminário (Garanhuns) da indústria*

Em grupo de trabalho voltado para o estudo da estrutura agrária do Nordeste, coube ao sociólogo José Artur Rios a análise da atual situação da agricultura no Nordeste. Expôs uma análise dos dados já existentes, de demografia, geografia, agricultura e economia. Foram apresentadas as seguintes conclusões: 1) Planejamento ordenado da agricultura e indústria para modificação da atual estrutura e 2) desapropriação das áreas férteis e colonização por agricultores que trabalhem na produção de alimento para demanda regional.

26/4/1959. DSC03412

*Onze documentos básicos serão discutidos no Seminário de Garanhuns*

Matéria mostra o primeiro dos onze documentos a ser estudados no Seminário, a tese de Celso Furtado “Orientação da economia do Nordeste”.

29/4/1959. DSC03413, DSC03414

*Celso Furtado, vendo sua tese contestada, perdeu a calma e a serenidade*

Matéria noticiando o grande debate após a apresentação da tese de Celso Furtado sobre a situação econômica do Nordeste, havendo vários presentes que apresentaram indagações e críticas às suas proposições, tais como o deslocamento

e colonização de novas fronteiras agrícolas no Maranhão e Goiás, e a verdadeira causa da crise açucareira no Nordeste. Estes fatos fizeram Furtado perder a calma.

11/7/1959. DSC03420

*Codeno: 5 itens já articulados*

Em reunião, Celso Furtado diz que cinco itens importantes estão articulados no Codeno: plano de eletrificação, rodoviário, irrigação, orçamento e liberação de verbas. A matéria comenta reportagens de dois jornais do Rio sobre o Codeno, sendo um favorável e outro contra.

25/8/1959. DSC03423, DSC03424

*Celso Furtado e Lott ontem em conferência*

Encontro entre Celso Furtado e o marechal Lott, no qual Furtado apresenta a proposta de desenvolvimento do Codeno e indaga a posição do marechal, se favorável ou contrária. O marechal vai concorrer à eleição no ano seguinte e preferiu se abster alegando que a favorecimento ou não a uma proposta como aquela poderia causar um clima separatista no Brasil.

19/9/1959. DSC03427

*Desmentido de Celso Furtado*

Nota em que Celso Furtado desmente a notícia que vinha circulando de que poderia se candidatar a vice-presidente.

20/9/1959. DSC03428, DSC03430

*Openo corre risco de transformar-se em conto de fadas*

Em discurso na tribuna da Câmara, o deputado Fernando Ferrari dá o seu testemunho da situação do Nordeste, de onde acaba de retornar. Disse que, entre os mais necessitados, são cada vez menores as esperanças de que a realidade seja alterada. Por isso, fez um apelo ao governo federal para que se dê à Openo condições de provocar mudanças mais palpáveis para aqueles que mais precisam dela. Senão, corre-se o risco da mesma se tornar “um conto de fadas”.

27/9/1959. DSC03431

*Para preservar o DNOCS, poder-se-á pôr fim na Sudene*

Em manobra política feita com o intuito de prejudicar a criação da Sudene,

o senador paraibano Argemiro Figueiredo conseguiu, com o auxílio de outros senadores, manter a autonomia do DNOCS, o que na prática prejudica o campo de atuação da Sudene.

2/10/1959. DSC03432, DSC03433, DSC03434, DSC03435

*Furtado denuncia: poderosas forças contra a lei de irrigação do Codeno*

Em reunião extraordinária do Codeno, Celso Furtado, entre outros participantes, denuncia que políticos influentes nordestinos fazem manobras para dificultar a aprovação da lei de irrigação feita pelo Codeno.

14/10/1959. DSC03436

*O DNOCS, problema nordestino*

Em editorial interessante, o jornal mostra que o DNOCS se tornou através dos tempos uma instituição sem credibilidade, e as manobras operadas pelos seus beneficiários no Senado podem acarretar no falecimento precoce da Sudene. Haja vista que Celso Furtado já se pronunciou dizendo que se o projeto de autonomia do DNOCS passar – o que não ocorrerá, uma vez que JK se pronunciou dizendo que o vetará –, sairá do comando da Openo.

15/10/1959. DSC03437, DSC03439, DSC03440, DSC03441

*Desgastará o PSD a incorporação do DNOCS à Sudene?*

Reportagem sobre o emblemático embate entre os políticos favoráveis ao continuísmo da velha política nordestina do DNOCS e os que querem mudá-la por meio da Codeno e a favor de Celso Furtado.

22/10/1959. DSC03442

*Círculos econômicos estão dispostos a prestigiar Celso Furtado no Codeno*

Notas onde o autor expressa o prestígio dado à Celso Furtado pelos círculos econômicos de Pernambuco.

28/10/1959. DSC03443

*Muito do êxito da Openo dependerá do comportamento psicológico dos nordestinos*

Interessante texto onde Telha de Freitas expõe o seu pensamento de que o desenvolvimento do Nordeste também dependerá de uma mudança de comportamento dos próprios nordestinos em relação à região.

1/11/1959. DSC03445

*Não iremos conduzir uma bandeira falsa: Furtado sobre emendas à Sudene*

Em discurso proferido no Curso de Treinamento em Problemas do Desenvolvimento Econômico, realizado pela Cepal no Recife, Celso Furtado chegou a se emocionar ao debater sobre as dificuldades políticas para integralizar a Openo no âmbito federal.

1/11/1959. DSC03446, DSC03447

*Apoio geral ao executor da Operação Nordeste no sul e nesta região*

Matéria ressaltando o apoio de diferentes setores da sociedade à Openo e ao seu dirigente Celso Furtado.

12/11/1959. DSC03448

*Confederação Nacional da Indústria reitera apoio à Openo e Celso Furtado*

Matéria noticiando o apoio da CNI a Celso Furtado e à Openo

22/11/1959. DSC03450, DSC03451

*Celso Furtado em São Paulo: processo do Nordeste, principal problema*

Em palestra em fórum em São Paulo, Celso relata os problemas a serem combatidos pela Openo.

30/11/1959. DSC03452, DSC03453, DSC03454

*Quem manda na política de vitória de Santo Antônio? Passeata dos forasteiros detida a cano de rifle*

Na matéria, Antonio Callado mostra os problemas agrários do Nordeste, a luta das Ligas Camponesas, e o coronelismo que impera no interior do Nordeste.

## **Jornal do Commercio 1960**

4/3/1960. DSC00494

*Inexiste antagonismo entre a industrialização do país e seu desenvolvimento agrícola?*

Em carta oficial mensal, a Confederação Nacional da Indústria afirma que o problema brasileiro não reside em uma industrialização excessiva, mas em uma indústria agrícola que não a acompanha.

5/3/1960. DSC00495

*Técnicos da Sudene em visita ao núcleo do Etene, no BNB*

Nota sobre Sudene, técnicos e visita ao BNB.

6/3/1960

*É espoliado o Nordeste todo, diz Brizola*

Segundo o senador Barros de Carvalho, o governador Brizola, em passagem pelo Recife, afirmou que exigirá do presidente JK tratamento igual para todos os estados brasileiros. Brizola acredita que a gestão de JK privilegia os estados de São Paulo e Minas Gerais e o Distrito Federal. Caso seu pedido não seja atendido, está disposto a romper com o governo federal.

6/3/1960. DSC00497

*Andrade Lima pede ao presidente que libere verbas: seca*

Em telegrama oficial enviado ao presidente JK, o deputado Andrade Lima pede que o presidente libere verbas para os estados atingidos pela forte estiagem.

6/3/1960. DSC00498

*O problema das secas na Paraíba, na administração Pedro Gondim*

Matéria sobre a atuação do governador da Paraíba, Pedro Gondim, frente ao problema das secas no estado. Segundo a matéria, o governador tem atuado de forma exemplar, utilizando bem a estrutura estatal, aproveitando ao máximo os atributos de cada secretaria, integrando os eixos federais, estaduais e municipais.

6/3/1960. DSC00499

*Sudene participou dos estudos da borracha e é favorável ao projeto*

Nota pequena.

8/3/1960. DSC00500

*Primeira cooperativa de eletrificação rural no sertão do Nordeste*

A vila de Itacuruba, localizada às margens do rio São Francisco, foi o lugar escolhido pelo acordo de cooperação entre a OEA e o governo brasileiro. A execução do projeto ficará a cargo da Sudene.

8/3/1960. DSC03455

*O eterno problema das verbas*

Editorial ressaltando o problema das verbas federais que sempre faltam ao Nordeste ou que acabam sendo usadas por poucos, como no caso do DNOCS, apresentando baixo rendimento. O texto também fala que agora esse problema não é só ressaltado por nordestinos, mas também por políticos do Sudeste.

9/3/1960. DSC00501

*Nordeste visto à distância*

Editorial critica a distância física (o DNOCS ficava sediado na capital) e técnica do departamento. De acordo com o mesmo, a distância física somada à incapacidade técnica dificultava a solução do problema da seca e cita como exemplo o episódio em que o DNOCS dizia que já tinha se iniciado o inverno, e com ele a época de chuvas no sertão, com o pedido contraditório do governador do Rio Grande do Norte de mais verbas para a ajudar os municípios atacados pela seca prolongada.

10/3/1960. DSC00502

*Um mal sem remédios*

Editorial criticando o “empreguismo” (nepotismo) que assola todos os níveis da administração pública. Diz que enquanto se usa o erário público para pagar salários para amigos e familiares, muitas obras que deveriam ser feitas e administradas por pessoal competente fica à mercê de indivíduos despreparados e muitas vezes mal intencionados.

10/3/1959. DSC00503

*Tratamento prioritário de bancos oficiais a fábrica de borracha de Pernambuco*

Reportagem mostra um documento oficial do presidente JK pedindo que os bancos oficiais deem prioridade à fábrica de borracha a ser instalada em Pernambuco.

12/3/1960. DSC00504

*Amparo ao artesanato do Nordeste num plano organizado pela Sudene*

Sudene estuda plano para apoiar a difusão e a produção do artesanato nordestino, por meio da criação de uma entidade que vise cuidar das necessidades específicas desse grupo.

13/3/1960. DSC00505, DSC00506

*Eletificação do Nordeste: Sudene liberou créditos*

Extensão da rede de transmissão da CHESF para o Rio Grande do Norte e liberação de verbas para a sua extensão em Teresina e Paraíba

15/3/1960. DSC00507, DSC00508

*Expande-se o país, afirma Juscelino na sua mensagem*

Em mensagem oficial, JK aborda inúmeros assuntos importantes como a participação das Forças Armadas na manutenção da ordem, as próximas eleições presidenciais, o comércio externo brasileiro, a Sudene e o desenvolvimento do Nordeste, e o orçamento federal.

16/3/1960. DSC00509

*Pode o governo anunciar: já estão lançadas as bases do desenvolvimento industrial*

Em mensagem à Assembleia Legislativa, o governador Cid Sampaio aborda a questão do desenvolvimento industrial do Nordeste e a participação de Pernambuco na ampliação do setor industrial no Nordeste.

18/3/1960. DSC00510

*Última mensagem presidencial*

Editorial faz uma análise crítica da última mensagem presidencial.

20/3/1960. DSC00511, DSC00512

*Problemas do Nordeste postos agora em relevo na mensagem presidencial*

Reportagem analisando a última mensagem presidencial, mais particularmente nos pontos sobre o Nordeste, a CHESF e a Sudene

20/3/1960. DSC00514

*Uma população ao desamparo*

Editorial criticando a falta de ação da Sudene. Segundo o texto, a Sudene tem falado muito sobre o que se deve fazer no combate as secas, anunciando planos e verbas, mas não agiu ainda.

22/3/1960. DSC00516

*Convênio é de importância, diz Furtado*

Reportagem com Celso Furtado, na qual o economista diz ser importante o

convênio firmado entre a Sudene e o Ministério da Agricultura, principalmente no que tange à execução do plano de metas feito pela Sudene para o Nordeste.

23/3/1960. DSC00520

*Um apelo à Sudene: Prioridade à fábrica de tecidos de Goiana*

Miguel Santos envia requerimento à Sudene para que a mesma dê prioridade à fábrica de tecido em Goiana no seu plano diretor.

23/3/1960. DSC00523

*O Nordeste e o estado de Israel*

Editorial apoiando a ideia do jornal *O Estado de S. Paulo* de enviar para Israel nordestinos competentes e especializados para estudar o desenvolvimento, em Israel, de técnicas para a utilização do semiárido.

23/3/1960. DSC03458

*Plano de metas da Sudene: há 4 bilhões disponíveis para aplicação no Nordeste*

Informação cedida ao *Jornal do Commercio* pelo economista Celso Furtado revela que já existem 4 bilhões prontos para serem usados assim que for aprovado o Plano de Metas da Sudene.

23/6/1960. DSC03461

*A descrença do sertanejo (já saturado de promessas) a Sudene herdou*

Matéria em que o autor mostra a descrença do sertanejo em relação ao seu futuro, consequência do abandono de gerações inteiras por parte do poder público.

25/3/1960. DSC00521

*Técnicos da Sudene vão até o Ceará*

Matéria aborda o envio de técnicos da Sudene, junto com o seu superintendente, para o Ceará com o intuito de começar um plano de ajuda aos habitantes atingidos pela inundação provocada pelo rompimento da barragem de Orós.

25/3/1960. DSC03459, DSC03460

*Rumo errado, o que traçou para a Sudene o economista Celso Furtado*

Matéria mostrando um editorial da *Folha de S. Paulo* que critica a forma



como Celso Furtado conduz a criação da Sudene, tratando de problemas específicos, mas sem proporcionar criações de centros de excelência para a manutenção de atividades para o desenvolvimento.

26/3/1960. DSC03462

*Queremos ação, não palavras*

Editorial pedindo mais pressa na efetivação dos projetos da Sudene.

29/3/1960. DSC00527

*Cem mil pessoas foram afetadas pelas inundações no Ceará: Celso Furtado*

Celso Furtado fala aos jornalistas sobre suas impressões após sobrevoar a área atingida pela enchente no vale do Jaguaribe, no Ceará.

29/3/1960. DSC00528

*Plano de abastecimento do Nordeste: franceses apresentaram em três meses*

Reportagem sobre o envio, do governo francês para a Sudene, de técnicos encarregados de fazer um estudo e um plano de abastecimento para o Nordeste.

29/3/1960. DSC00529

*A advertência do desastre*

Editorial analisa a catástrofe em Orós e pede que o governo federal não fique omissos desta vez e atenda as solicitações de ajuda encaminhadas pelos diversos setores da administração pública para que o acontecimento não se repita.

29/3/1960. DSC00515

*Da exagerada programação, resulta o atraso do polígono das secas*

O autor critica a falta de planejamento aliado a uma proposta de ação, tendo como parâmetro o relato de um brasileiro que foi convidado para participar de um programa da Unesco de recuperação de áreas semiáridas na África, projeto que já se encontra em fase de execução – enquanto aqui se fica no debate sobre o planejamento e a Sudene não apresenta um plano de execução para recuperação do polígono das secas.

1/6/1960. DSC00555

*Projeto de novas fábricas do Nordeste em exame, hoje, na Sudene; outros assuntos*

Reportagem sobre reunião do conselho deliberativo da Sudene, quando serão apreciados, entre outros assuntos, projetos de localização de novas indústrias no Nordeste.

2/6/1960. DSC00556

*Novas indústrias têm parecer favorável na secretaria da Sudene*

Reportagem cita algumas indústrias que tiveram parecer favorável na reunião do conselho deliberativo da Sudene.

2/6/1960. DSC00557

*Critério de prioridade para projetos econômicos a Sudene aprovou, ontem*

Ainda sobre a reunião do conselho deliberativo da Sudene, reportagem cita os critérios de prioridade que foram desenhados como anteprojeto pelos conselheiros.

2/6/1960. DSC00558

*Aplaudido o governo da União por ter liberado verba para o Nordeste*

Requerimento de Miguel Santo, na Assembleia Legislativa, para que se fossem inseridas nos anais as declarações de Celso Furtado a propósito das liberações de verbas federais.

2/6/1960. DSC00559

*Conferência de Celso Furtado.*

Nota.

2/6/1960. DSC00560

*Bahia também sofre à falta de verbas do governo federal*

Reportagem revela que a Bahia, mesmo sofrendo com inundações, não recebeu verbas federais para auxiliá-la.

3/6/1960. DSC00561

*Dois bilhões para indústria e um para a agricultura, o Banco do Nordeste reservou*

Entrevista concedida ao jornal pelo economista da OEA, Stefan Robock. Ele observa que o Nordeste tem apresentado melhorias e que o Banco do Nordeste reserva uma soma de 3 milhões para o desenvolvimento da região.

3/6/1960. DSC00562

*Novas fábricas para o Nordeste: considerados prioritários ao desenvolvimento regional os investimentos industriais*

Conselho deliberativo aprova pareceres favoráveis aos projetos de investimento em empresas da região.

3/6/1960. DSC00563

*Governadores ausentes*

Editorial reclama da ausência dos governadores do Nordeste em um momento que a Sudene se prepara para lançar o seu Plano Diretor para o desenvolvimento da região.

4/6/1960. DSC03463, DSC03464

*Vinte bilhões para rodovias e utilização de mil hectares de terra, anuncia Sudene*

Em entrevista, Celso Furtado fala sobre os investimentos da ordem de 20 bilhões em cinco anos para o plano rodoviário nordestino, além de dar detalhes sobre o Plano Trienal e o plano de irrigação.

4/6/1959. DSC00564

*Verbas para Sudene afinal são liberadas*

Reportagem critica o atraso de cinco meses da liberação de verbas pleiteadas pela Sudene ao governo federal.

5/6/1960. DSC00565

*Brindes ao governador Cid e ao presidente Juscelino Kubitschek*

Em jantar comemorativo, pessoas ilustres prestam homenagens a JK, Cid Sampaio e à Sudene.

5/6/1960. DSC00567

*A única política do Nordeste*

Editorial critica a liberação de verbas. No texto observa-se que os recursos requisitados nem sempre chegam ao lugar desejado.

13/10/1960. DSC03339

*J.- P. Sartre elogia Jânio: é anti-colonialista, terrível atual desnível Sul-Nordeste*

Em meio às perguntas dos jornalistas que o abordaram no *ball* do Grande Hotel, o intelectual francês não resiste a falar sobre política. Na ocasião, Sartre revela sua simpatia por Jânio – percebido como anticolonialista –, além de relatar sua surpresa com a existência de tamanha pobreza na maior parte do País, destacando os desníveis regionais. O francês ainda elogiou o clima de liberdade no País.

16/10/1960. DSC03343, DSC03344, DSC03346, DSC03347, DSC03348

*J.- P. Sartre analisa Brasília e diz que gostaria de morar na região nordestina (Bahia)*

Em Brasília, Sartre comenta sobre a nova capital. Apesar de entender o conceito da cidade, relata que jamais conseguiria morar numa cidade tão artificial e opressora e revela que gostaria de morar na Bahia. O francês demonstra-se incomodado com o alto gasto na construção de Brasília e diz que tanto dinheiro poderia ser mais bem gasto em obras sociais.

19/10/1960. DSC03352, DSC03355,

*O Nordeste terá prioridade: Jânio*

Em entrevista, o presidente Jânio Quadros afirma que cumprirá os compromissos assumidos em campanha e afirma que sua principal meta é “recuperar o Nordeste, tão pobre e desamparado”.

## **Jornal do Commercio 1961**

4/1/1961. DSC01195, DSC01197

*Nota sem título*

Notas Econômicas por Telha de Freitas

Em nota, o autor observa que anteriormente à Sudene, todos os assuntos relativos à seca eram tratados e resolvidos de maneira improvisada, se tratando de “esmola disfarçada”. E só com um aparelhamento técnico-científico dos problemas do Nordeste, proporcionado pela Sudene, é que se pode combater de forma estruturada as raízes dos problemas. Por isso a Sudene foi a conquista mais importante do Nordeste, em termos de aparelhamento para a luta contra o subdesenvolvimento.

8/1/1961. DSC01198

*Sudene e Nordesteiros.*

O texto mostra que na opinião do autor a Sudene seria a Lei Orgânica de uma reforma radical no Nordeste que substancia materialmente as almas nordestinas de um esquecido sonho de se desenvolver social e economicamente. Coisa que para alguns moradores do sertão nordestino não existe devido à falta de perspectiva até mesmo de comer. Relaciona as inúmeras frentes de estudos abertas pela Superintendência e mostra os benefícios que elas trarão. Critica a demora da aprovação do seu Plano Diretor pelo Congresso, orquestrado principalmente pela bancada dos “industriais da seca” .

14/1/1961. DSC01199

*Sudene ainda à espera de congressistas – Projetos com votação já assegurada, outros não.*

A matéria mostra que os deputados federais não estariam dispostos a votar a lei da Sudene nem em sessão extraordinária. Muitos ainda acham que a proposta merece ser revista antes de ser votada. Celso Furtado viaja para a capital federal para discutir os possíveis entraves com a bancada que se coloca contra a proposta.

15/1/1961. DSC01202

*A Sudene: deputados sabotam plano, diz Celso Furtado. O programa elaborado evitará novas delongas.*

Em entrevista, Celso Furtado critica deputados nordestinos empenhados em prejudicar o andamento da votação do Plano Diretor da Sudene. Mas afirma que a maioria da bancada nordestina é a favor da votação. Furtado diz que foi à capital para encaminhar um novo plano compatível com o orçamento de 1961.

15/1/1961. DSC01204

*Geologia, Sudene e Nordeste.*

O autor crítica a tentativa do governo federal de mudar o curso de geologia do Recife para o Sul do Brasil, dizendo que o Nordeste está passando por uma profunda fase de mudanças, e cita o descaso do governo federal na efetivação de seu Plano Diretor.

18/1/1961. DSC01205

*Sudene ainda excluída da ordem do dia*

Matéria relata que embora os deputados passassem o fim de semana se articulando para obter quórum para votar matérias consideradas de urgência, o Plano Diretor ainda não é uma delas.

19/1/1961. DSC01206

*Debates sobre a área nordeste em São Paulo*

Foi instalada na Câmara Paulista um ciclo de estudos sobre o problema nordestino, dizendo-se os deputados paulistas bastante preocupados com o tema. Participaram diversos representantes de governos nordestinos e também Celso Furtado, que finalizou o ciclo fazendo uma breve explanação do problema e de possíveis soluções que desencadeiem uma rápida industrialização do Nordeste.

19/1/1961. DSC01210

*A aprovação do Plano da Sudene: Defende-se o Deputado Oliveira Brito.*

Deputado Oliveira Brito se defende, dizendo que o projeto do Plano da Sudene é muito bom, mas do ponto de vista de uma aprovação orçamentária carece de revisão, pois em muitos itens não estabelece uma explanação apropriada.

28/1/1961. DSC 1213, DSC1214

*Conclusões do ciclo de estudos sobre a integração do Nordeste.*

A reportagem aponta os principais pontos discutidos e determinados pelo ciclo, como a necessidade de preservação da Sudene, o estabelecimento da Jornada de Natal – que tem como intuito estudar melhor e debater os problemas do Nordeste –, a instituição de um fundo de reserva para auxílio no Nordeste, a integração da FIESP com a Sudene e uma declaração de princípios contendo dez itens que deverão ser mantidos.

5/2/1961. DSC01179

*Ciclo de estudos sobre o Nordeste*

Na crônica, o autor tece comentários sobre o CICLO DE ESTUDOS SOBRE O NORDESTE, realizado em São Paulo. A respeito dos temas em debate, o autor

comenta da importância da Sudene como entidade centralizadora e executora dos principais problemas da região. Afirma que os problemas mais urgentes são: eletrificação, agricultura e industrialização. Finaliza dizendo que os frutos colhidos após debate seguirão duradouros se concretizados.

8/2/1961. DSC01280, DSC01281

*Sudene: Plano acabará com o desperdício*

O governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, declara que a Superintendência é a resposta estatal ao problema de conciliar as prerrogativas constitucionais do regime federativo com a necessidade de intervenção federal no controle último na região, controle que há muito não estava sendo exercido pelo Estado brasileiro – e quando exercido, era feito de forma desordenada. Assim, ele afirma que a Sudene veio para pôr ordem com o seu “Plano Lúcido” de execução dos seus projetos.

8/2/1961. DSC01282

*Celso Furtado regressa: permanecerá no seu posto (Sudene) esperando decisão.*

Ao ser indagado pelos repórteres sobre os avanços na votação do Plano Diretor e sobre a sua possível permanência em seu posto na Sudene, Celso Furtado responde que o Plano já foi debatido e que deverá ser votado em regime de urgência. Sobre a possibilidade de manter-se no cargo, Furtado diz que permanecerá se forem mantidas as prerrogativas de apoio federal e neutralidade política na instituição.

10/2/1961. DSC01283

*Estudantes pedem a Jânio que mantenha Celso Furtado na Sudene*

A União dos Estudantes de Pernambuco envia telegrama ao presidente pedindo a permanência de Celso Furtado no cargo de superintendente da Sudene, tendo em vista manter a instituição longe da política partidária.

11/2/1961. DSC01284

*O escândalo das secas afinal vem à luz: Relatório*

É divulgado relatório feito para JK sobre a verdadeira situação do Nordeste, relatório esse negado pelo ex-presidente. O documento revela denúncias significativas feitas pelo então subchefe da casa militar da Presidência da

República, após viagem empreendida ao polígono das secas. No mesmo constam denúncias de corrupção e desvio de conduta praticados por vários órgãos importantes como DNOCS, DNER, INIC, COFAP e RFF.

12/2/1961. DSC01286, DSC01288, DSC01289

*Relatório do coronel Ramagem repercutindo*

Segue repercutindo o relatório sobre as regiões da seca do Coronel Ramagem, agora com uma profunda indignação social a respeito das práticas por ele denunciadas, assim como pelo silêncio do governo JK, tratado como possível conivência pela reportagem. A notícia confirma a indignação dos cidadãos no que diz respeito às malversações do dinheiro público assim como à existência de trabalhadores fantasmas com o objetivo de se apropriar de dinheiro público indevidamente. Ainda critica a falta de sensibilidade do presidente JK com o relatório, mantendo-o em sigilo e não fazendo nada para procurar culpados, uma posição que o jornal entende como cúmplice dos industriais da seca. Um verdadeiro assalto aos necessitados.

17/2/1961. DSC01290

*A Sudene em estudos ainda*

Nota afirma que, pelos corredores do Planalto, circulam conversas em que a permanência de Celso Furtado na Sudene ainda é posta em dúvida.

24/2/1961. DSC01291, DSC01293

*Créditos para obras públicas e projetos industriais podem ser concedidos pelo BID*

Notícia de abertura de uma linha de crédito específica para o Nordeste no valor de US\$ 10 milhões para financiamento de obras e projetos industriais. O crédito deverá ser distribuído pelo Banco do Nordeste e pela Sudene, e já aguarda projetos.

26/2/1961. DSC01295, DSC01296

*Sudene, Celso, Chafarizes, Jânio e Cid.*

Matéria explicitando possíveis desavenças entre Celso Furtado e o governador Cid Sampaio, provocadas pelo financiamento de projeto de chafarizes que foi pedido pelo governo de Cid e negado por Furtado; logo após, Arraes pediu o mesmo financiamento e foi prontamente atendido.



26/2/1961. DSC01297

*Novos rumos para o DNOCS*

Repercução do relatório Ramagem. O autor aprecia o novo dirigente do DNOCS, que prometeu uma completa reformulação do Departamento e maior convênio com a Sudene.

28/2/1961. DSC01298

*Notas econômicas (Coluna)*

O autor demonstra que o trabalho de problematização e de conjecturas sobre possíveis soluções para o caso do Nordeste já foram feito pela Sudene, na apresentação do seu Plano Diretor. Agora resta ao governo federal o aval para a execução desse Plano.

1/3/1961. DSC01577

*Foi mantido na Sudene o senhor Celso Furtado*

Reportagem indicando que Celso Furtado permanece no seu posto de superintendente da Sudene, mostrando ainda que, em nota, o presidente Jânio solicita que todas as exigências de Furtado sejam prontamente atendidas.

11/3/1961. DSC01578

*Os planos da Sudene para o Nordeste serão ampliados e atendidos com novos recursos*

Em entrevista concedida ao voltar a Recife da reunião ministerial em Brasília, Celso Furtado se mostra bastante convencido e garante que os recursos federais direcionados ao Nordeste permanecerão e ainda aumentarão. Como prova da vontade de Jânio, Furtado ainda cita a ordem do presidente para a nomeação de um oficial de gabinete para ficar em Brasília e tratar somente dos assuntos relativos à Sudene. O superintendente ainda anuncia a criação de dez GT's para tratar dos problemas do Nordeste.

19/3/1961. DSC01586

*Estudantes instalaram, à noite passada, Seminário de Estudos sobre o Nordeste.*

Noite de início do seminário de Estudos sobre o Nordeste, realizado pelos estudantes de engenharia de Pernambuco, mas que contou com a participação de alunos de todo o Nordeste. O governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, enviou uma carta ao evento, destacando os problemas históricos vividos

pelo Nordeste e pelos nordestinos, além de enfatizar a importância do momento atual para o Nordeste, graças à Sudene e à esperança e à importância que os estudantes têm no processo de mudança.

19/3/1961. DSC01588

*O Nordeste e os problemas que defronta*

Em entrevista a *O Jornal*, o recém-empossado diretor do DNOCS, cel. Albuquerque Lima, diz ser muito importante a nova consciência que se manifesta, principalmente entre os “homens do Sul” do Brasil, de esclarecer e tentar mudar os rumos do Nordeste. Afirma que quando todas as instâncias políticas, federais e estaduais tomarem consciência da importância do trabalho da Sudene, a situação da região poderá melhorar.

28/3/1961. DSC01590

*Novo diretor do BNB: Farei trabalho conjunto como DNOCS e Sudene, em defesa da Região*

Em entrevista ao *Jornal do Commercio*, o diretor recém empossado do BNB, Alencar Araripe, diz que o banco dará maior importância aos pequenos agricultores e pecuaristas da região, e que o desenvolvimento do Nordeste necessita de um entendimento entre a Sudene, o DNOCS e o BNB.

7/4/1961. DSC01597

*Subsídios para importação na área Nordeste – artigos essenciais ao desenvolvimento econômico*

Reportagem relata encontro entre Jânio Quadros, Celso Furtado e Cid Sampaio que resultou em propostas para a garantia de fundos dos bancos públicos para a importação de bens essenciais ao desenvolvimento econômico do Nordeste.

13/4/1961. DSC01599

*Coluna Notas Econômicas*

Na coluna, Telha de Freitas responsabiliza e parabeniza a Sudene, mais especificamente o seu quadro de pessoal, pela concessão de crédito de CR\$ 10 milhões para o Nordeste pelo BID. O texto diz que foi devido ao engajamento de seus técnicos na elaboração de trabalhos que possibilitou ao banco vislumbrar os problemas da região.

13/4/1961. DSC01600

*Prestígio do Planejamento*

Na coluna, Lyra Neto ressalta a qualidade técnica dos trabalhos concebidos pela Sudene para o desenvolvimento agrário e industrial do Nordeste, e como o projeto de lei que altera a cotação cambial afetaria bastante a sua continuidade. Daí, demonstra que a percepção federal está de acordo com a da Superintendência, com o decreto do presidente de manter o câmbio fixo para as importações de matérias para o desenvolvimento do Nordeste.

19/4/1961. DSC01601

*Palestra sobre o Nordeste Celso Furtado pronunciou: Programa para esta Manhã*

Reportagem relata palestra oferecida aos visitantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, na qual Celso Furtado mostra, por meio de gráficos, o quadro geral da situação do Nordeste e os projetos que a Sudene organiza para tentar solucionar o problema.

9/5/1961. DSC01698

*Plano da Sudene parado há um ano.*

Nota sobre reunião do conselho deliberativo da Sudene em Brasília para estimular o debate sobre o fato de que o Plano Diretor está parado há um ano na Câmara.

11/5/1961. DSC01699, DSC01700

*Sudene reúne: presentes os governadores.*

O conselho deliberativo da Sudene se reúne com uma comissão de deputados para tentar comover a mesa da urgência de passar o Plano Diretor. Os deputados explicam que o atraso aconteceu por causa do modo como o plano foi enviado à Câmara, pois parecia mais um conjunto de intenções, sem a devida técnica para ser apresentada. Outro deputado disse que o problema também se encontra na junção do seu orçamento com o plano em si. Em encontro com Celso Furtado, o presidente Jânio Quadros criticou a falta de comprometimento da bancada nordestina com a aprovação do plano.

19/5/1961. DSC01701

*Economista expõe no Conselho Sindical dos Trabalhadores planos objetivos da Sudene.*

Em encontro, o economista Jader de Andrade, da Sudene, expõe para um grupo de sindicalistas o que estaria travando o Plano Diretor na Câmara, relatando que um dos maiores entraves seria a repercussão negativa do plano para os ruralistas nordestinos que perderiam terreno político e econômico.

3/6/1961. DSC01964, DSC01965

*Quatro bilhões para o Nordeste somente em 1961*

Informe sobre o decreto que disponibiliza 20% da importância produzida em cruzeiros do acordo sobre o trigo para a Região Nordeste. Desse montante, Jânio disponibilizará 4 bilhões para o ano de 1961, para obras de emergência como saneamento e abastecimento, assim como para o planejamento do plano de colonização do Maranhão e verba para bolsas de estudo.

3/6/1961. DSC01966

*Emenda ao Plano Diretor da Sudene: favor cambial para as indústrias do Nordeste*

Notícia sobre a emenda ao Plano Diretor da Sudene que o deputado Humberto Lucena fará, pedindo o favorecimento cambial para as importações de produtos industriais para o Nordeste. Essa ação, explica a matéria, seria imprescindível para a continuação do desenvolvimento nordestino, já que a elevação abrupta do câmbio em quase 100% desfavorecerá as indústrias nordestinas.

15/6/1961. DSC01967

Na reportagem, um economista não identificado, que se diz observador açucareiro do jornal, crítica o Plano Diretor da Sudene e Celso Furtado por desaprovar o atual sistema agrícola da zona da mata nordestina, destinado primordialmente à cana. Furtado acha melhor diminuir o seu espaço para dar vez a outros alimentos que possam abastecer a crescente população das indústrias e grandes cidades. O observador acha essa opção infundada, e prefere uma recapacitação da indústria canavieira.

22/6/1961. DSC01968, DSC01969

*Explosão do Nordeste pode vir espontânea*

Breve comentário do JB explica porque o convite do governo norte-americano ao superintendente da Sudene Celso Furtado tem forte fundamento, haja vista que o seu trabalho na Sudene tem rendido frutos irrefutáveis e de ele mostrar que

se mantém política e ideologicamente neutro no que diz respeito às ações da Sudene. O comentário mostra também como mudou a política norte-americana com o novo governo.

9/7/1961. DSC01972, DSC01973

*Destino USA do Sr. Celso Furtado*

Informe sobre o embarque de Celso Furtado com destino a Nova York, onde se encontrará com autoridades norte-americanas para discutir os planos brasileiros de desenvolvimento regional. Ainda em entrevista concedida após encontro com o governador de São Paulo, Furtado diz que o plano quinquenal da Sudene inclui a revitalização do parque industrial do Nordeste.

9/7/1961. DSC01974

*As Ligas e o Padre Monteiro*

Em coluna, o autor esboça a sua crítica a Francisco Julião, que chama de demagogo vermelho. Lyra Neto expõe sua preocupação com os atos de Julião na zona da mata e felicita e intromissão da igreja para intermediar as reivindicações de Julião com os donos de terras. O autor não se diz contra a reforma agrária, mas sim contra o jeito de implementá-la. Acha a atuação de Dom Helder imprescindível.

12/7/1961. DSC01975, DSC01976

*A Miséria Rural do Nordeste: TV Yankee descobre*

Reportagem trata da transmissão nos Estados Unidos de um documentário gravado no Nordeste sobre a vida sofrida de um camponês explorado pelo dono da terra e a repercussão da obra entre os americanos – a rede televisiva recebeu inúmeras cartas pedindo endereço para doação. A reportagem também mostra que, ao chegar a Washington, Furtado participou de um debate em torno dos projetos desenvolvidos pelo governo brasileiro.

12/7/1961. DSC01977

*A colonização do fértil vale do Amazonas*

Continuando o relato sobre a viagem de Furtado, matéria mostra que o governo dos EUA acha bastante interessante o plano de desenvolvimento do Nordeste, principalmente o plano de colonização do vale do Amazonas.

12/7/1961. DSC01978

*Foto de Celso Furtado. Viagem aos USA*

14/7/1961. DSC01980

*Celso Discorreu sobre o Nordeste nos Est. Unidos*

Em banquete no Clube de Imprensa em Washington, Celso Furtado resumiu os principais pontos do plano da Sudene, afirmando que o presidente Jânio Quadros declarou que esse era o problema número um do Brasil. Furtado disse que esperava obter o apoio dos EUA na empreitada e que 60% do investimento seria pago pelo governo brasileiro e o resto por empréstimos dos EUA. No dia seguinte, um jornal americano escreveu um editorial a favor do plano da Sudene e exigindo dos políticos a ajuda necessária.

27/7/1961. DSC01983

*Objetiva a Sudene Criar Colonias Agrícolas Para Transferir Nordestinos*

Informe sobre a primeira reunião no Maranhão com autoridades do estado e diretores da Sudene para tratar das primeiras ações de infraestrutura nas possíveis áreas de colonização a serem implantadas no estado e também no Piauí.

4/8/1961. DSC02004

*Industrialização e Sudene*

Interessante editorial onde o jornal expõe críticas ao estilo da Sudene, que, segundo o mesmo, faz muitos estudos técnicos, sem que se parta para a sua execução. Nesse sentido, o texto mostra a diferença entre o Nordeste “tutelado” pela Sudene, e o Sudeste onde os empreendedores trabalham só com a “cara e a coragem”. No texto também se expõe um estudo que mostra a diferença industrial entre o Sudeste e o Nordeste e aponta como responsável a burocracia da Superintendência.

19/8/1961. DSCDSC02008

*Prefeito de Fortaleza (em exercício) censura os estilos da Sudene*

O vice-prefeito Aécio Borba fez críticas ao estilo com que a Sudene vem conduzindo as reuniões com os prefeitos do Nordeste: muita burocracia, que acaba diminuindo a objetividade das questões.

23/8/1961. DSC02009, DSC02010

*Anunciada mobilização no Nordeste*

Entrevista de Furtado à Radiopress, em que resume a sua viagem a Punta del Este e revela que as verbas dos Estados Unidos estão para chegar. Também afirma que em breve a Sudene irá lançar uma convocação para homens e mulheres do Nordeste que estiverem dispostos a trabalhar no corpo técnico da Superintendência.

25/8/1961. DSC02011

*Soerguimento do Nordeste*

Neste editorial, mostra-se a diferença regional do Brasil, mais especificamente entre o Sudeste e o Nordeste, e a compara com a Itália, onde o inverso aconteceu, sendo o Sul atrasado e o Norte desenvolvido. Daí tira-se como exemplo o que o governo italiano fez para equilibrar a situação e mostra que a tendência é que o governo brasileiro caminhe na mesma direção.

26/8/1961. DSC02012

*Hora dramática*

Editorial sobre a renúncia de Jânio Quadros focaliza a pertinência das Forças Armadas em uma hora de instabilidade política.

2/9/1961. DSC02014

*Política da Sudene: carta do superintendente focaliza comentários de um editorial*

Carta em resposta a um editorial do *Jornal do Commercio* que fazia críticas à atitude burocrática da Sudene. Celso Furtado responde ao jornal mostrando que a Sudene possui um grande material de levantamento sobre a industrialização do Nordeste e diz que os dados da agência referem-se ao primeiro ano da Sudene (1960), e que os dados do próximo ano serão melhores.

15/9/1961. DSC02015

*Furtado pediu demissão da Sudene, Agora*

Reportagem informa que Celso Furtado entregou o seu pedido de demissão do cargo de superintendente da Sudene devido a problemas de influências políticas sobre a Superintendência, principalmente da parte dos políticos ligados aos “industriais da seca”.

16/9/1961. DSC02016

*Sudene à margem da política*

Somente foto.

17/9/1961. DSC02017

*À frente da Sudene o sr. Celso Furtado*

Reportagem anuncia permanência de Celso Furtado na Sudene e mostra que a opinião pública na imprensa do Rio influenciou bastante a decisão.

17/9/1961. DSC02018

*Nordestinos para os vales úmidos do Maranhão: explicações de C. Furtado*

Celso Furtado explica à opinião pública o que pretende a Sudene com esse plano. Diz que esse movimento migratório já vem ocorrendo e que a Sudene pretende organizá-lo. Afirma, ainda, que está descartada a vinda de belgas para colonizar o Nordeste.

19/9/1961. DSC02019

*Repercussão favorável nos círculos econômicos: a permanência de Celso*

Reportagem mostra a boa receptividade, nos círculos econômicos nacionais, à permanência de Celso Furtado na Sudene.

01/10/1961. DSC02020

*Sudene: símbolo de redenção*

O autor comenta a permanência de Celso Furtado na Sudene e acredita que esse movimento mostra que os dirigentes nacionais estão empenhados em continuar com o processo de desenvolvimento do Nordeste.

10/10/1961. DSC02022

*Novas reações contra a Sudene, agora no setor açucareiro*

Reportagem revela que, além de ter de lutar contra os políticos ligados à indústria da seca, a Sudene agora enfrenta críticas do setor açucareiro, que vai de encontro à atual política econômica do setor da zona-da-mata.

13/10/1961. DSC02023

*Crítica injusta.*



Editorial defende a Sudene e Celso Furtado das acusações feitas por políticos ligados ao PSD e a industriais açucareiros, mostrando que o caminho seguido pela Sudene está correto – e com uma certa ironia, diz que os críticos querem que a Sudene e Furtado façam milagres.

15/10/1961. DSC02024

*Plano piloto do açúcar e ação de Celso*

Materia do *Correio da Manhã* apoia o plano piloto do açúcar e critica os industriais do setor que se sentem incomodados pela perspectiva de perderem os auxílios financeiros federais que recebiam do governo.

5/11/1961. DSC02468, DSC02469

*Área Nordeste: Furtado fala sobre planos*

Em entrevista à *Hora do Brasil*, Furtado diz que os planos do Nordeste já se encontram equacionados, o Plano Diretor está encaminhado no governo e as prioridades já estão sendo efetivadas com ações como a questão agrária na região açucareira e a industrialização.

7/11/1961. DSC02470

*Técnico yankee na Sudene*

Foto da primeira página do jornal mostra Bohan, embaixador nos Estados Unidos, visitando a Sudene

9/11/1961. DSC02473

*Uma colônia agrícola israelense deverá ser criada na Sudene*

O diretor do Ministério das Relações Exteriores de Israel revela que irá enviar ao Brasil um grupo de técnicos para estudar o polígono das secas no Nordeste, e fazer experiências de irrigação nas margens do rio São Francisco. Posteriormente, irá realizar testes com 100 famílias, e ver os resultados obtidos.

30/11/1961. DSC02475

*Um nordestino atua contra nordestinos*

Comenta o *Correio da Manhã* que, na fase decisiva da liberação do Plano Diretor no Senado, um senador da bancada nordestina é o causador de inúmeros atrasos.

1/12/1961. DSC02476, DSC02477

*No Senado Sudene foi mutilada*

Reportagem revela que os senadores contrários à Sudene e a Celso Furtado usam todas as artimanhas oficiais para atrasar a votação do Plano Diretor.

3/12/1961. DSC02478

*Conspiração contra o Nordeste*

Em artigo, o autor acusa senadores nordestinos de conspirarem contra o próprio Nordeste.

6/12/1961. DSC02479

*Recife para e faz comício pró-Sudene: reação do Plano Diretor agita todo o Nordeste.*

Foto de faixas expostas no Recife por populares a favor da Sudene.

## **Jornal do Commercio 1962**

9/1/1962. DSC02376

*Crítica, no aspecto formal, ao plano da Sudene faz indústria*

Em documento, a Confederação Nacional das Indústrias diz que a prerrogativa e os privilégios transferidos do conselho de ministros para um órgão subalterno seria uma “aberração jurídica”.

11/1/1962. DSC02377

Foto, Celso Furtado, Sudene.

11/1/1962. DSC02378

*Reunião movimentada: Celso traça rumos e faz histórico da Sudene*

Em reunião do Conselho Deliberativo, com a presença de vários governadores, Celso Furtado traça um panorama do que foi feito pela Sudene até agora e as perspectivas para o futuro com a aprovação do Plano Diretor.

11/1/1962. DSC02380, DSC02381

*Furtado diz que não trabalha em ambiente policial*

Em discussão após reunião do Conselho Deliberativo, Celso Furtado deixa clara a sua posição neutra em relação à ideologia política dos seus subordinados, quando indagado pelo governador Cid Sampaio a respeito de um levantamento de todos os funcionários da Sudene.

4/2/1962. DSC02386

*Sudene e artesanato*

Editorial apoia iniciativa da Sudene de iniciar um programa vasto e sério que pretende dar novos rumos ao artesanato local, estruturando-o e dinamizando-o via sistema cooperativista.

8/2/1962. DSC02387

*O Nordeste sempre teve ajuda*

Editorial critica a desorganização dos órgãos federais no Nordeste e mostrando que se a Sudene conseguir pelo menos ordená-los, a sua criação já será justificada.

18/2/1962. DSC02388

*A fronteira agrícola do Nordeste vai ser ampliada ao Maranhão*

Reportagem sobre o novo projeto de colonização de áreas do Maranhão por famílias do polígono das secas.

21/2/1962. DSC02389

*Sudene e ficção*

Editorial critica as pessoas que rejeitaram o Plano Diretor da Sudene, alegando que a maioria delas sequer conhecia o plano na íntegra.

10/3/1962. DSC02390

*Sudene reconhecida como autarquia: empréstimo de 40 milhões de dólares*

Interessante matéria mostra que somente após anos de instituição a Sudene foi legalmente reconhecida como Autarquia pelo Conselho de Ministros.

11/3/1962. DSC02391

*Chanceler do Brasil e embaixador de Israel firmarão acordo*

O chanceler do Brasil e o embaixador de Israel virão a Recife para firmar um convênio Israel-Recife de ajuda técnica, intercâmbio e mútua colaboração.

15/3/1962. DSC02392

*Sociólogo Gilberto Freyre quer detalhes. Migração ao Maranhão*

O sociólogo Gilberto Freyre, em reunião na Sudene, pediu informações sobre os estudos das imigrações para as áreas úmidas do Maranhão.

23/3/1962. DSC02393, DSC02394

*Dados de Celso Furtado sobre abastecimento estarreceram autoridades federais: providências*

Em relatório sobre o estado das regiões tomadas pela seca, Celso mostra a autoridades federais que, embora as condições sejam precárias, ainda não chegaram ao nível de calamidade. Por isso, a Sudene ainda não interferiu mais ativamente, cabendo esse trabalho à Cofap.

5/4/1962. DSC02395

*Sudene está muito boa agora mas pode amanhã virar um DNOCS, declara Cid.*

Em reunião do conselho deliberativo, os governadores Cid Sampaio e Aluísio Alves deixaram claro a sua insatisfação sobre a orientação da Sudene no setor de execução de projetos.

6/4/1962. DSC02396

*Críticas à Sudene*

Editorial apoia a Sudene na questão das críticas feitas pelos governadores de Pernambuco e do Maranhão. No texto fica claro que as expectativas sobre a Sudene estão cada vez maiores e, devido à demora de respostas relevantes, os seus críticos começam a se apresentar.

13/4/1962. DSC02397, DSC02398

*33 milhões de dólares para uma ajuda imediata à Sudene: San Tiago Dantas comunicou a Furtado*

O chanceler do Brasil, San Tiago Dantas, ao chegar de Washington, comunica a Celso Furtado que será assinado um convênio com os Estados Unidos, pela Aliança para o Progresso, que renderá recursos de US\$ 33 milhões.

14/4/1962. DSC02399

*Ajuda ao Nordeste*

Editorial comenta o anúncio da verba de US\$ 33 milhões para projetos de desenvolvimento do Nordeste, a cargo da Sudene. No texto, existe a esperança de que, com a Sudene, a região consiga se desenvolver, porém há o receio de que as coisas não se concluam.

2/5/1962. DSC02403

*Artigo 34 é falho: Sudene ficará com direito de aniquilar empresas locais*

O industrial Bartolomeu Nery diz que o artigo 34 é falho em sua redação porque é carente de definição quanto aos setores de aplicação dos recursos oriundos da isenção tributária.

4/5/1962. DSC02404

*Cepal ajuda Sudene na luta do desenvolvimento: diretor está no Recife*

O diretor da Cepal no Brasil, Anibal Santa Cruz, em passagem pelo Recife para participar de um curso intensivo com a Sudene, diz em entrevista ao *Jornal do Commercio* que está confiante no trabalho da Sudene e mais ainda na capacidade de Celso Furtado para dirigi-la.

8/5/1962. DSC02405

*Regulamentação do art. 34*

Em editorial, o jornal acha justas as reclamações dos empresários nordestinos ao Art. 34, porque este, com o impulso dado pela isenção de impostos, pode fazer com que venham inúmeras fábricas do Sul do Brasil que têm melhores condições de se instalar no Nordeste, não deixando margem à competição com as indústrias da região.

10/5/1962. DSC02406

*Governadores querem fiscalizar Sudene: delegação permanente*

Reportagem sobre proposta do governador Aluísio Alves, no Conselho Deliberativo da Sudene, de criar uma delegação de nível técnico para servir de ligação entre esse órgão e os governos estaduais.

15/5/1962. DSC02407

*Celso volta prestigiado*

Somente foto de Celso Furtado, anunciando a sua volta do Planalto, com o

respaldo do presidente da República e do primeiro-ministro para as ações implantadas pela Sudene no Nordeste.

16/5/1962. DSC02408, DSC02409, DSC02410

*A indústria da seca não volta, disse Furtado*

Em entrevista, Celso Furtado declara que são exageradas as informações sobre a estiagem no Nordeste, que atinge menos de 10% da população do polígono das secas. Para ele, essas informações são apenas um reflexo da tentativa de ressurgimento da indústria da seca.

30/5/1962. DSC02411

*Sudene na feira de Sapé*

Foto do roteiro percorrido por Celso Furtado, pela Sudene, por três estados nordestinos, para saber como estavam as chuvas e as economias locais.

5/7/1962. DSC03365, DSC03366

*Assuntos em pauta na Sudene foram esgotados em reunião de 7 horas*

Em reunião, o Conselho Deliberativo da Sudene debateu inúmeros temas. Devido à extensão da pauta, a reunião se estendeu ininterruptamente por sete horas.

8/7/1962. DSC03367, DSC03368

*Planos para reabilitar região: Celso expôs em conferência à ESG*

Em exposição aos alunos da Escola Superior de Guerra, Celso Furtado explicitou as realizações e os planos da Sudene para o Nordeste. A Sudene ganhou ainda um diploma, parabenizando Celso Furtado pelos serviços prestados à Região Nordeste.

2/9/1962. DSC03369

*Artífice do desenvolvimento - Celso Furtado, Brasil*

Perfil acadêmico e profissional do economista.

20/9/1962. DSC03372, DSC02273

*Celso Furtado deve ser ministro sem pasta para tratar do abastecimento*

Reportagem anuncia que brevemente o primeiro-ministro Hermes Lima

assinará decreto criando dois ministérios sem pasta, sendo um destinado a Celso Furtado, para gerir a coordenação de abastecimento, função que acumulará com a de superintendente da Sudene.

29/9/1962. DSC03374

*Nordeste e o ministro sem pasta*

Editorial exalta a importância e a responsabilidade que o governo federal tem dado a Celso Furtado. Mas também ressalta que o Nordeste necessita de mais apoio, devido aos seus problemas geográficos. Por isso, nada mais correto do que chamar Furtado, conhecedor da região que deverá ser mais assistida.

14/10/1962. DSC03375

*FAO cooperará com Sudene para alimentar famílias no Maranhão*

Reportagem trata do plano de colonização da Sudene para o Maranhão. O plano já se encontra em fase de realização com a adesão e mobilização de 5 mil pessoas do polígono das secas para as áreas úmidas da região norte do Maranhão. Também expõe o convênio feito pela Sudene e a FAO para a disponibilização de alimentos para as primeiras famílias realocadas.

3/11/1962. DSC03376

*Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe nos planos da Sudene*

Relato sobre estudos que estão sendo feitos pelos técnicos da Sudene para a exploração do vale do Jaguaribe, no Ceará. Pensa-se em explorar o potencial hídrico e agrônômico da região.

6/11/1962. DSC03377, DSC03378

*Celso diz que silêncio dos conselheiros é porque tudo vai bem no Nordeste*

Em reunião do Conselho Deliberativo, Celso Furtado expôs para os conselheiros os projetos em andamento e os futuros projetos que englobarão o II Plano Diretor da Sudene, como o programa rodoviário, conveniado com o DNER, e o programa elétrico, a ser conveniado com os departamentos de energia dos respectivos estados. Os projetos foram todos respaldados pelos conselheiros, tendo Furtado o aval para encaminhar o Plano aos deputados.

6/11/1962. DSC03381

*General na Sudene*

Somente foto de Celso com o general Castelo Branco.

7/11/1962. DSC03382

*A universidade e a Sudene*

Crítica à falta de entrosamento entre a Sudene e a universidade. O jornal expõe que só há pouco a Sudene entrou em contato com o pessoal acadêmico. O texto ressalta a importância desse intercâmbio para que se possa ter uma visão mais ampla dos problemas do Nordeste.

24/11/1962. DSC03383, DSC03384, DSC03386, DSC03387, DSC03388, DSC03389, DSC03390, DSC03391

*Subdesenvolvimento mais grave do Ocidente, Sudene ataca no Nordeste*

Na reportagem, o autor expõe os principais problemas do Nordeste brasileiro, que o torna “a região subdesenvolvida mais grave do Ocidente”. E explica como a Sudene está trabalhando para mudar a situação.

13/12/1962. DSC03392, DSC03393

*Sudene deveria abrir sucursais e ampliar sua ação no Nordeste*

Reportagem explica o novo convênio da Sudene com a cooperativa de artesanato do Nordeste, Artene. No futuro, esse convênio permitirá a outras agremiações nordestinas do gênero buscar apoio e financiamento.

21/12/1962. DSC03394

*Prefeito de Palmeira dos Índios quer ajuda da Sudene*

Reportagem focaliza o desespero do prefeito da cidade alagoana, José Rodrigues de Araújo, que se diz incapaz de prosseguir sem o auxílio urgente da Sudene para o abastecimento de água e esgoto da cidade. Ele deixa Recife com a participação em um projeto que cria uma autarquia mista entre a Sudene e a prefeitura do município, que possibilitará o abastecimento e uma rede de esgoto capaz de suportar o dobro da população atual da cidade.

21/12/1962. DSC03395

*Planos da Sudene para o abastecimento d'água para a região nordestina*

Matéria sobre plano da Sudene para combater o problema de abastecimento



de água no Nordeste. O plano prioritariamente atenderá as capitais e grandes cidades do interior e pretende investir 11 bilhões ao longo dos anos, sendo 3 bilhões só no primeiro ano.

27/12/1962. DSC03396

*Educação e desenvolvimento*

Editorial apoia o novo plano educacional proposto pela Sudene, mas também faz ressalvas à Superintendência, particularmente no seu reducionismo econômico. Para o jornal, a Sudene deveria procurar atacar os problemas nordestinos em frentes diferentes, como está fazendo agora com a educação, pois os problemas do Nordeste são muitos e não se resolverão apenas com um crescimento econômico se este crescimento não estiver atrelado a uma melhora do nível de vida da maioria pobre da população nordestina.

27/12/1962. DSC03397

*Sudene quer Nordeste participando mais do mercado têxtil nacional*

Matéria relata que a Sudene estuda um plano para estimular a indústria têxtil nordestina com subsídios monetários e humanos. A Sudene irá criar uma escola de aprendizes para diminuir o problema da mão de obra, com o intuito de aumentar a participação das indústrias têxteis no mercado nacional.

28/12/1962. DSC03398

*Sudene tem planos para reequipar as escolas agrícolas do nordeste*

Entre os planos de desenvolvimento do II Plano Diretor da Sudene está o reequipamento das escolas agrícolas do Nordeste, bem como a ampliação das mesmas. A Sudene acha que o papel das escolas é fundamental para a reorganização da agricultura regional com a especialização dos trabalhadores para um rendimento maior da produção.

## **Jornal do Commercio** **1963**

8/1/1963. DSC00943

*Nordeste reage.*

Nordeste apresenta evolução, consequência de uma boa administração e planejamento da Sudene.

10/1/1963. DSC00948

*Celso explica Plano e diz que vai ser difundido.*

Celso Furtado fala da política econômica do Plano Trienal e afirma que cópias desse Plano estarão disponíveis para a opinião pública.

12/1/1963. DSC00955

*Sudene aprova novo sistema de ampliação da CHESF no Nordeste*

Sudene promove instalações elétricas em várias áreas do Nordeste, beneficiando um grande número de habitantes.

16/1/1963. DSC00960

*Sudene e Educação*

A matéria retrata os benefícios que a Sudene vem proporcionando ao Nordeste. Uma política de desenvolvimento inédita, digna de admiração. Entretanto, é essencial que a população seja educada para se integrar à Sudene, não ficar apenas esperando que o desenvolvimento venha. Esse é um desafio do nosso povo e requer esforços.

20/1/1963. DSC00966

*O Plano Trienal*

Síntese de parte do Plano Trienal, ao mesmo tempo em que se faz uma reflexão sobre as críticas feitas ao Plano. Os resultados necessitam de certo período de tempo, ou seja, um voto de confiança deve ser dado à política de Celso Furtado.

25/1/1963. DSC00970, DSC01087

*Lincoln Gordon elogia ação de Celso Furtado – O desenvolvimento do Nordeste e plano de três anos.*

Em palestra, o embaixador dos EUA elogiou a política para desenvolver o Nordeste brasileiro, ressaltando que, se bem executado, o plano pode conter a inflação. Também destacou a importância da ajuda externa para o crescimento da região.

3/2/1963. DSC00972

*Plano Trienal*

Análise da política do Plano Trienal que se inicia e que causa desconfiança no setor privado.

8/2/1963. DSC00986

*A Sudene: Planos e mais Planos*

Críticas às políticas de planejamento, ou seja, prega uma ação imediata da Sudene em relação aos problemas do Nordeste.

17/2/1963. DSC00998

*Crédito, Plano Trienal e desenvolvimento.*

Desconfiança no Plano Trienal nessa nova fase do presidencialismo.

3/3/1963. DSC1106

*Sudene: Educação para o desenvolvimento*

A ação da Sudene em conjunto com órgãos estaduais e federais é de extrema importância para a formação de mão de obra qualificada na região nordestina. Entretanto, a atuação da Sudene não se dá no plano pedagógico e sim no âmbito de financiamento e fiscalização, para, com isso, impulsionar o desenvolvimento econômico da região.

3/3/1963. DSC1109

*A Sudene e o capital privado.*

A Sudene se mostra favorável ao capital privado. No entanto, o que se assiste é um bloqueio a esse capital com a não aprovação de vários projetos, provocando desconfiança no que se refere à ação estatizante do órgão.

11/4/1963. DSC1110

*Palmas à Sudene*

Elogio à iniciativa da Sudene de incentivar estudantes para a formação técnica.

20/4/1963. DSC1117, DSC1122, DSC1123

*Diretor regional da Usaid diz que Aliança é motivo de orgulho*

Apesar de algumas dificuldades, a Aliança para o Progresso, juntamente

com a Sudene, tem alcançado bons resultados. A atuação da Sudene é de fundamental importância (segundo diretor regional da Usaid) para o desenvolvimento do Nordeste.

8/5/1963. DSC1127, DSC1129

*Aliança para o Progresso está em crise*

A Aliança para o Progresso, na prática, não está trazendo os resultados esperados, isto porque a sua política para o desenvolvimento sofreu modificações, comprometendo o resultado final.

12/5/1963. DSC1131

*BB e Sudene traçam planos de cooperativismo (Nota)*

Sudene e Banco do Brasil discutem sobre a instalação de cooperativas no Nordeste.

4/6/1963. DSC01147, DSC01157

*90.000 nordestinos e 31.000 km<sup>2</sup> às ordens da Sudene: Maranhão (Com fotos)*

Perfil das principais realizações em diversas áreas da colonização no Maranhão, mostrando o bom trabalho realizado pela Sudene. No entanto, ainda há muito a ser feito, principalmente no que diz respeito à malha rodoviária.

20/6/1963. DSC01158

*Sudene diz que dólares não voltarão e que tem planos para aplicá-los*

Sudene desmente o fato de que teria de devolver aos EUA US\$ 138 milhões pelo fato de não aproveitar essa quantia em obras para o Nordeste. Segundo o superintendente interino, Francisco Oliveira, o valor da quantia (o valor exato é de US\$ 90 milhões) e a notícia de devolução de dinheiro não são verdadeiras. A afirmação equivocada foi feita pela imprensa carioca.

21/6/1963. DSC01165

*Programa educacional da Aliança em Angicos está alcançando êxito*

Com a cooperação entre Sudene, estado do Rio Grande do Norte e a Usaid, programa educacional destinado a adultos analfabetos de Angicos alcança êxito. O método é o do professor Paulo Freire, que foi capaz de, em 20 dias, transformar um cidadão analfabeto em poeta.

22/6/1963. DSC01168

*Filme sobre a Sudene e Nordeste*

Cineasta produz documentário sobre a Sudene. O filme de 15 minutos retrata a situação problemática da população nordestina e a ação da Sudene em todos os campos, visando desenvolver a região.

26/6/1963. DSC1169

*Governador do Maranhão pede a permanência de C. Furtado na Sudene.*

Em telegrama a João Goulart, o governador do Maranhão pede a permanência de Celso Furtado (idealizador) na Sudene.

28/6/1963. DSC01182, DSC01184, DSC01185, DSC01186

*Saúde – um problema da Sudene no Maranhão*

Com uma equipe de médicos, enfermeiros, dentistas etc, cresce o número de atendimentos à população do Maranhão, melhorando a saúde local. Novos postos de saúde e hospitais estão sendo construídos, além de fossas e outras obras de infraestrutura. Ao mesmo tempo se faz uma ação de conscientização na população para evitar um crescimento desordenado por meio de queimadas. Esses fatores mostram os esforços da Sudene na região, fato que muitas vezes é negado por certos setores da população nacional. No entanto, muito esforço ainda tem de ser direcionado para superar os problemas do Maranhão, pois os desafios são substanciais.

4/7/1963. DSC01258, DSC01259

*Celso diz o que a Sudene realizou pelo Nordeste*

Celso Furtado relata as principais realizações feitas pela Sudene, abarcando os setores de geologia, produção, fator humano, indústria, recursos naturais, dentre outros. Essas realizações dão uma dimensão do trabalho que a Sudene vem realizando na região.

4/7/1963. DSC01265

*Governador da Paraíba diz que Sudene anda a passo de tartaruga*

Em entrevista, o governador da Paraíba afirma que projetos e liberação de verbas demoram a chegar ao seu estado, provocando uma situação de impaciência.

13/8/1963. DSC01271

*Sudene, MEC e SENEC acertam ampliação do ensino industrial*

Cooperação entre Sudene, MEC e SENEC visa ampliar a formação de profissionais em Pernambuco por meio da instalação de ginásios e centros técnicos.

14/8/1963. DSC01275

*Aliança dá mais de 4 bilhões para a educação no estado do Maranhão*

Apoio financeiro ao Maranhão possibilitará melhora educacional, com instalação de novas salas de aula, treinamento de professores e contratação de novos profissionais, fato que amplia o acesso para um número maior de estudantes e escolas com melhores instalações .

29/8/1963. DSC01278

*GT da Sudene em estudos sobre problemas dos alagados do Recife*

Grupo de trabalho da Sudene, abarcando profissionais de diversas áreas, estuda para melhorar a situação da população alagada do Recife.

1/9/1963. DSC01525

*Escassez de pessoal qualificado prejudica trabalho da Sudene*

A oferta de pessoal qualificado é um dos entraves ao desenvolvimento do Nordeste. No entanto, a Sudene começa a adotar algumas medidas para superar essa dificuldade e formar um número maior de bons profissionais.

12/9/1963. DSC01529

*Sudene acha possível elevar produção de algodão no Nordeste*

A Sudene pretende desenvolver programas visando aumento da produção e da qualidade do algodão no Nordeste.

17/9/1963. DSC01538

*Reflorestamento do Nordeste posto em prática por Sudene*

A partir de ações de adubação e incentivo à plantação, a Sudene começa a reflorestar áreas próximas a BRs federais (e em outras localidades) no Nordeste.

21/9/1963. DSC01540

*Sudene e USAID firmam acordo para Nordeste receber fertilizantes*

Agricultores de todos os estados do Nordeste receberão fertilizantes para melhoria de suas produções, já que o solo nordestino apresenta condições desfavoráveis para uma boa colheita.

23/10/1963. DSC01604

*“Indústria da seca” acabou: Celso Furtado*

Celso Furtado afirma que a indústria da seca no Nordeste não existe mais, passando a fazer parte apenas de folclore, graças à atuação da Sudene contra a exploração.

24/10/1963. DSC01617

*Sudene vai incentivar produção algodoeira em todo o Nordeste*

Iniciativa da Sudene tem como objetivo aumentar a produção do algodão no Nordeste, ao mesmo tempo em que proporcionará autossuficiência à região. Também é destacada a importância do algodão na economia agrícola, o que faz jus ao incentivo no setor.

22/11/1963. DSC01619

*Um bilhão e meio de São Paulo para NE: Sudene aprova*

Grupo têxtil de São Paulo investe no Rio Grande do Norte em instalação de fábrica. Várias vantagens – como isenção de impostos, energia abundante e barata de Paulo Afonso e mão de obra barata – foram oferecidas aos industriais paulistas.

1/12/1963. DSC01677

*A Sudene e a melhoria da pecuária*

A Sudene reconhece a situação precária da pecuária nordestina e tenta melhorá-la por meio de programa de instalação de campos forrageiros e fortes investimentos.

14/12/1963. DSC01688

*Celso aborda infraestrutura de energia e transporte*

Celso Furtado faz levantamento de obras e projetos que vêm sendo executados pela Sudene; dentre eles, destaca os ligados à energia, recursos naturais e transporte.

24/12/1963. DSC01690

*Sudene fortalecerá indústria de óleos vegetais e curtumes*

Sudene desenvolverá política para favorecer a indústria de óleos vegetais e de curtumes. Inicialmente será feito um levantamento da situação desses setores, buscando conhecer a situação de produção, tecnologia, créditos, dentre outros, para em seguida adotar as ações.

25/12/1963. DSC01694

*Superintendente da Sudene diz que 1964 será promissor para NE*

Celso Furtado em entrevista afirma que o ano de 1964 será mais promissor, pois as grandes dificuldades para concretizar as ações da Sudene foram superadas, sendo previsto para os próximos anos melhor situação para o desenvolvimento.

## **Jornal do Commercio 1964**

1/5/1964. DSC02754, DSC02757, DSC02758, DSC02759

*Sudene e USAID firmam 3 acordos de pesquisa dos recursos naturais*

A Sudene e a Agência para o Desenvolvimento Internacional (USAID) assinam três convênios para pesquisa de recursos naturais do Nordeste, dentro do programa Cooperativo da Aliança para o Progresso.

3/5/1964. DSC02763, DSC02765, DSC02766, DSC02767, DSC02769

*USAID ouviu novo governo e está bem com a Sudene*

USAID se mostra à disposição do novo governo brasileiro para discutir as ideias sobre as relações USAID-Sudene. Entendendo que a Sudene, juntamente com a USAID, tem capacidade para fiscalização dos recursos norte-americanos aplicados no Nordeste.

3/5/1964. DSC02772, DSC02774

*A agricultura, a Sudene e o novo regime*

O Ministério da Agricultura do governo Castelo Branco tem como pretensão trabalhar em harmonia com a Sudene. Segundo o autor da matéria, nunca



nenhum titular da agricultura pensou em tal coisa, e essa união pode vir a auxiliar o Ministério da Agricultura.

5/5/1964. DSC02778

*Sudene e governo firmaram convênio sobre cooperativismo*

Foi firmado pela Sudene e o governo do Estado um convênio que possibilitará condições para estruturação e ampliação do Departamento de Assistência às Cooperativas. Dessa forma, será possível oferecer condições favoráveis à dinamização da rede cooperativista em Pernambuco.

6/5/1964. DSC02779

*SAIC, USAID e Sudene vão incrementar a avicultura no Estado*

Em reunião, representantes da SAIC, da USAID e da Sudene debateram sobre a organização de uma avicultura racionalizada e ágil, capaz de proporcionar maior volume de alimentos proteicos à população do Estado.

6/5/1964. DSC02781, DSC02784, DSC02785

*Dom Hélder visita USAID e diz que o povo deve despertar*

Após encontro com diretores da USAID, para discutir sobre os problemas de maior amplitude do Nordeste, dom Hélder salientou que é preciso despertar a colaboração do povo nordestino para encaminhá-lo para o seu próprio desenvolvimento econômico e social.

14/5/1964. DSC02786, DSC02787

*Comissão especial instala-se na Sudene: inquérito*

Foi instalada uma Comissão Especial de Inquérito na Sudene, com o intuito de apurar se os servidores desse órgão atentaram contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública.

17/5/1964. DSC02788

*Objetivos da Sudene*

Ao criar a Sudene, o governo tinha como objetivo dotar a região de um órgão especializado, que promovesse ou coordenasse estudos e pesquisas necessários à formulação de políticas específicas para o desenvolvimento do Nordeste, e coordenasse as agências executivas do governo; mas por ser um órgão recente, ainda não atingiu todos os objetivos.

26/5/1964. DSC02798

*Aliança aguarda Sudene informar se quer US\$ 141 milhões*

A USAID aguarda a confirmação da Sudene sobre o pedido de US\$ 141 milhões para atender necessidades adicionais na execução de projetos já elaborados ou em fase de elaboração nos nove estados do polígono.

31/5/1964. DSC02800, DSC02801

*Sudene descentraliza serviços*

Com o intuito de não centralizar todos os assuntos no gabinete, o general Expedito Sampaio foi nomeado novo superintendente da Sudene, esperando contribuir com a descentralização de atendimentos.

2/6/1964. DSC02802

*A nova Sudene*

Antônio Bezerra de Carvalho

O autor faz uma crítica ao funcionamento da antiga Sudene e acredita que, com uma reorganização, a nova Sudene funcionará bem melhor.

19/6/1964. DSC02803

*Sudene estuda como aplicar empréstimo que Alemanha fará*

O então ministro do planejamento, Roberto de Oliveira Campos, está estudando como aplicará empréstimo concedido pela Alemanha para o Nordeste, via Sudene.

21/6/1964. DSC02804, DSC02805

*200 projetos industriais aprovados pela Sudene*

Sudene recebe verba para implantar 233 projetos para expansão do parque industrial nordestino.

12/7/1964. DSC02872

*Sudene ameaçada de colapso: novo superintendente ainda não sabe, mas deverá ser alertado antes de tomar posse*

O Ministério da Fazenda elabora novo orçamento com cortes substanciais de verbas para a Sudene. Essa medida pode criar uma situação insustentável para o novo superintendente, que além dos problemas de adaptação terá ainda dificuldades orçamentárias e internas a enfrentar.

19/7/1964. DSC02874

*Sudene e mecanização agrícola*

Para que se possa promover a mecanização da agricultura no Nordeste faz-se necessário que os governadores estruturem planos com o intuito de forçar a Sudene a usar a verba para a qual foi destinada.

1/8/1964. DSC02846

*Sudene*

O economista Juarez Farias profere conferência sobre a Sudene, com a ajuda dos técnicos desse órgão. Falou sobre as dificuldades enfrentadas e as conquistas realizadas até então.

5/8/1964, DSC02848, DSC02849

*Novo superintendente da Sudene assume hoje*

O economista João Gonçalves de Souza assume a superintendência da Sudene. Para o ministro Cordeiro de Farias, é chegado o momento em que deve existir maior entrosamento entre a Sudene e os governos dos estados nordestinos para o desenvolvimento da região.

5/8/1964. DSC02850, DSC02851, DSC02852

*Governadores do Nordeste já suspiram enfim aliviados do cinturão de Celso*

Os governadores do Nordeste sentem-se aliviados com a saída de Celso Furtado da superintendência da Sudene. Segundo eles, havia muito centralismo e falta de entrosamento entre o órgão e as administrações estaduais.

6/8/1964. DSC02853, DSC02855, DSC02856, DSC02858

*João diz que veio para mudar a face do Nordeste*

O desejo do novo superintendente da Sudene, João Gonçalves de Souza, é de que ao final de seu período à frente desse órgão ele possa ter feito algo de positivo pela região e para isso espera contar com a ajuda do povo e com o apoio de instituições e autoridades de todos os níveis.

22/8/1964. DSC02859, DSC02862,

*Sudene terá este ano talvez 62 bilhões, diz Souza*

O superintendente da Sudene, João Souza, diz não ser fácil resolver os problemas do órgão. Mas, após reunião com o presidente Castelo Branco, voltou

encorajado, por ter deixado encaminhada uma solicitação de verba no total de 62 bilhões de cruzeiros para o ano em curso.

23/8/1964. DSC02864

*O novo diretor da USAID e a Sudene*

Durante sua posse como novo diretor da USAID no Nordeste, Donor Lion afirmou que continuará a manter relação promissora com a Sudene e, dessa forma, contribuir para que haja resultados mais rápidos.

30/8/1964. DSC02868, DSC02869

*GEA e Sudene estudam em conjunto levantamento*

Em reunião, técnicos da Sudene e do GEA examinaram um plano de levantamento básico da zona da agroindústria canavieira. Para sua execução, vem sendo pleiteado um empréstimo externo por meio da USAID, após a aprovação do mesmo pela Sudene e o Instituto do Açúcar e do Alcool.

3/9/1964. DSC02922

*Sudene Reunida.*

Foto. Em reunião do conselho deliberativo da Sudene, foi aprovado crédito de Cr\$ 1 bilhão para o plano de eletrificação rural em execução pela Cerne.

3/9/1964. DSC02926, DSC02927, DSC02929, DSC02930, DSC02931

*Sudene dá bilhão à Cerne para eletrificação rural*

Em reunião do conselho deliberativo da Sudene, foi aprovada verba de Cr\$ 1 bilhão para o plano de eletrificação de pequenas comunidades da Cerne. O plano objetiva dotar de energia elétrica, a curto prazo, cerca de 450 comunidades distribuídas pelos diversos estados que compõem a área de atuação da Sudene.

3/9/1964. DSC02932, DSC02933

*Nordeste tem espírito de desenvolvimento, diz Walt Rostow*

O economista Walt Rostow, representante dos Estados Unidos no CIAPP, afirmou em conferência que o Nordeste tem espírito desenvolvimentista e que a região está se encaminhando para o êxito econômico.

4/9/1964. DSC02934, DSC02936

*Um Plano Marshall*

Segundo o general Mourão Filho, o Brasil precisa de um Plano Marshall. Para ele, com um plano seriamente aplicado toda a vasta deficiência receberia um tônico total. Em todos os estados agiria a mesma força de restauração, erguendo num só ritmo o conjunto nacional.

4/9/1964. DSC02938, DSC02941, DSC02943

*Lion debate com Sousa dinamização da Aliança*

O representante da USAID/Nordeste e o superintendente da Sudene acertaram pormenores de diversos programas de investimentos de recursos dentro da Aliança para o Progresso. Também foram debatidas formas para um mais completo entrosamento para uma dinamização conjunta dos projetos da Aliança para o Progresso.

9/9/1964. DSC02950, DSC02952, DSC02953, DSC02954, DSC02955

*Técnicos discutem abastecimento do Nordeste*

Em reunião de técnicos, no salão do conselho deliberativo da Sudene, para uma posterior formulação do Plano Integrado de Abastecimento e Produção Agropecuária do Nordeste, foram examinados problemas de abastecimento, políticas de preço mínimo e financiamento da produção, e políticas de armazenamento, estocagem e produção.

9/9/1964. DSC02956, DSC02957

*Diretor da USAID acha que a Aliança é um ideal vivo no Nordeste*

O diretor regional da USAID, Donor Lion, assinou convênio na Sudene, que visa o aperfeiçoamento do ensino da Faculdade de Economia do Ceará, o estabelecimento de centro regional para treinamento de economistas e o aperfeiçoamento do Instituto de Pesquisas Econômicas. Segundo Lion, agora brasileiros e norte-americanos estão fazendo da Aliança um ideal vivo, prático.

12/9/1964. DSC02958, DSC02959, DSC02960, DSC02961

*GTdirá o que fazer com burocracia na Sudene*

O superintendente da Sudene, João de Sousa, assinou portaria designando grupo de trabalho para estudar e propor diretrizes para a simplificação da burocracia do órgão e em especial do Departamento de Administração Geral.

13/9/1964. DSC02962, DSC02963

*Rostow agradece à FIEP o jantar e diz que vê agora melhor o NE*

O membro do Conselho Interamericano da Aliança para o Progresso, Walt Rostow, após homenagem em jantar, no Clube da Indústria, salienta que esse encontro foi uma experiência valiosa.

20/6/1964. DSC02964, DSC02965

*O artigo 34*

Juarez Farias

Sobre o artigo 34, da Lei 3.995/61.

7/10/1964. DSC02970, DSC02971, DSC02972, DSC02973

*Conselho da Sudene discute hoje empréstimo do BID*

Reunião do conselho deliberativo da Sudene coloca em pauta a solicitação de autorização para contratar empréstimo com o BID, no valor de US\$ 2,7 milhões.

9/10/1964. DSC02974, DSC02977, DSC02978

*Sudene se reúne com ministros para firmar convênio*

Será assinado hoje, em reunião do conselho deliberativo da Sudene, um convênio entre esta, a USAID e a CHESF, da ordem de US\$ 7 milhões destinados à construção das subestações abaixadoras de Milagres, Banabuiú e Fortaleza e parte da linha de transmissão entre as cidades de Milagres e Fortaleza.

16/10/1964. DSC02979

*Instituto auxiliará órgãos brasileiros e USAID no Nordeste*

A USAID assinou convênio com a Sudene que autoriza a primeira a assinar contrato com o Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, para assessorar o órgão que coordena a participação dos Estados Unidos na Aliança e órgãos brasileiros em projetos de desenvolvimento econômico e social no Nordeste.

18/10/1964. DSC02980, DSC02981, DSC02982

*Sudene tem urgência no convênio de máquinas e rodovias e quer saber quem pagará diferença na aquisição de equipamento brasileiro*

Depende de uma resolução direta do governo federal qualquer decisão que

a Sudene venha a tomar no caso do convênio USAID/Brasil, referente à aquisição de máquinas para conservação de estradas em nove estados do Nordeste.

22/10/1964. DSC02983, DSC02984

*USAID dá em três meses quase Cr\$ 3 bilhões para uso no Nordeste*

A USAID entregou, nos últimos três meses, a governos e entidades nordestinas quase Cr\$ 3 bilhões para aplicação em obras desenvolvimentistas no Nordeste, no quadro da Aliança para o Progresso.

22/10/1964. DSC02985, DSC02986, DSC02987, DSC02989, DSC02991

*Governo pediu ao congresso 62 bilhões para a Sudene*

Foi dirigida ao Congresso Nacional mensagem emitida pelo Ministério da Fazenda solicitando o crédito especial de Cr\$ 62 bilhões destinados a alimentar o Plano Diretor da Sudene, no corrente exercício.

30/10/1964. DSC02992, DSC02994, DSC02995

*No convênio de máquinas USAID acha que quem dá pode fixar as condições e que o negócio além do mais, é muito bom para o Brasil e para os EU será ruim*

Existe uma verba livre para a compra de equipamentos de procedência americana ou brasileira. Industriais paulistas, falando em nome da iniciativa privada, defendem a venda de máquinas brasileiras ao Nordeste. Os círculos da USAID/Brasil no Recife preferem manter-se discretos às críticas e esperam que a Sudene coloque as coisas em seu devido lugar.

7/11/1964. DSC03061

*Reunião do Conselho Deliberativo em Fortaleza foi início de diálogo vivo que Gonçalves quer manter com o Nordeste na nova face que pretende dar à Sudene*

Reunião do Conselho Deliberativo da Sudene revela uma ânsia da nova Sudene de descentralização, maior identificação com a realidade do Nordeste e condições de diálogos mais abertos com as áreas onde os problemas apresentam maior urgência.

10/11/1964. DSC03064, DSC03065, DSC03066

*Nordeste e Sudene surpreendem secretário da OEA*

Em entrevista, o secretário geral da OEA disse que o Nordeste e a Sudene o

surpreenderam, pois não se trata daquela região subdesenvolvida da qual ele ouvia falar. Além disso, salientou que percebeu no nordestino inteligência nata e vontade de progredir e melhorar.

13/11/1964. DSC03069

*Castelo vem para dinamizar Sudene; nenhum banquete – aprovado pelo Congresso o crédito especial de 62 bilhões de cruzeiros*

O presidente Castelo Branco, com o intuito de dinamizar a Sudene, viajará a Recife para tomar contato pessoal com seus dirigentes. Segundo ele, a situação do Nordeste é preocupante e, por isso, participará de reuniões conjuntas com pessoas da Sudene, do Banco do Nordeste e do Banco do Brasil.

15/11/1964. DSC03071

*Superintendente mantém diretores e elabora programa de Castelo Branco*

O superintendente da Sudene, João de Sousa, mantém os cargos dos diretores e submete minuta redigida pelo Grupo de Reestruturação da Sudene, quanto ao regulamento interno, à aprovação do presidente Castelo Branco.

17/11/1964. DSC03072, DSC03073, DSC03074

*Nordeste vai ter trilhão, porém poderá não saber como gastar bem o dinheiro, por isso vinda de CB é decisiva para a Sudene*

Dependerá da forma como a Sudene se aparelhar humana e materialmente e também consiga se entender com a USAID, a capacidade futura do Nordeste de absorver recursos nacionais e estrangeiros.

19/11/1964. DSC03077, DSC03079

*Castelo ouve o Nordeste no Recife*

O presidente Castelo Branco, em visita ao Recife, firmou contrato com a USAID para compra de máquinas rodoviárias destinadas aos nove estados do Nordeste e abriu crédito especial de 62 bilhões para a Sudene.

19/11/1964. DSC03080, DSC03081, DSC03082

*Dia de Castelo no Recife foi o mais rendoso para Nordeste em cinco anos de existência da Sudene: 1) mais técnicos e salários; 2) entrosamento, além de Cr\$ 62 bilhões e 20 milhões de US\$*



O presidente Castelo Branco encontrou-se com três de seus ministros e a Sudene e dentre as deliberações estão a contratação de pessoal, reajuste dos salários e liberação de verbas.

20/11/1964. DSC03083, DSC03084, DSC03085

*Castelo sanciona lei que dá 62 bilhões à Sudene*

Em reunião na Sudene, o presidente Castelo Branco abre crédito especial de Cr\$ 62 bilhões para prosseguimento das obras do II Plano Diretor.

20/11/1964. DSC03086, DSC03088, DSC03089, DSC03090, DSC03091

*Ministro leva 8 pedidos da Sudene para Castelo*

O ministro Arnaldo Sussekind, após participar do II Encontro da Agroindústria Açucareira do Nordeste, falou que sairia do Recife amargurado diante das denúncias feitas por trabalhadores contra alguns patrões, que estariam coagindo os empregados a abandonarem os sindicatos.

22/11/1964. DSC03092, DSC03093, DSC03094

*Sudene vai ao Rio em perseguição de soluções prometidas, consolidar coordenação de projetos e aumentar assistência estrangeira na nova meta de somar os esforços e salvar o NE*

O superintendente da Sudene, João de Sousa, viajará ao Rio para cobrar dos escalões federais as coisas que foram aqui decididas e prometidas, no intuito de dotar a Sudene das condições mínimas para cumprir a sua missão regional.

24/11/1964. DSC03095, DSC03097

*Diretores da Sudene discutiram plano para 66-68 e orçamento*

A junta diretora da Sudene, em reunião, discutiu o III Plano Diretor do órgão para o biênio 1966/1968 e o orçamento de 1965.

28/11/1964. DSC03099, DSC03100, DSC03101, DSC03102

*No jogo da ajuda externa ao Nordeste, o “Leão do Norte” ainda não tem a parte do leão: o quê, para quê PE pediu e recebeu até o momento da USAID/BID/Sudene*

Caso sejam firmados os subacordos para estradas e o Convênio de Educação Elementar e Básica a ajuda da USAID a Pernambuco terá uma elevação.

18/12/1964. DSC03057, DSC03058, DSC03059

*O papel da Sudene*

Crítica à aliança USAID-Sudene quanto a que tipos de interesses estão sendo realmente priorizados. Além disso, há uma indagação sobre se a aliança seria uma farsa.

## **Última Hora** **1962**

19/6/1962. DSC00030

*Sudene esclarece caso do milho: não vendeu doações*

Matéria sobre a polêmica envolvendo a Sudene e a distribuição de milho pelo órgão.

20/6/1962. DSC00031

*Nordestino come apenas metade do que come brasileiro do sul*

Dados de uma pesquisa realizada pelo GTDN compara quanto alimento consome um indivíduo no Nordeste e no Sul do País.

21/6/1962. DSC00032

*Sudene*

Trata das conspirações que têm por intuito acabar com o projeto Sudene.

23/6/1962. DSC00033

*Nordeste será redimido com artigo 34 da Sudene*

Aborda as vantagens que o artigo 34 da Sudene propiciará para o setor industrial do Nordeste.

24/6/1962 . DSC00034

*Magistrados dão apoio à ação da Sudene!*

Relata as esperanças dos magistrados em relação ao trabalho que a Sudene pretende realizar. Eles acreditam nos trabalhos e estudos, em prol do desenvolvimento do Nordeste.

24/6/1962. DSC00035

*A Sudene na mira de Cid*

Focaliza o medo de Cid Sampaio de perder o governo do Estado, correlacionado o seu insucesso aos programas desenvolvidos pela Sudene.

25/6/1962. DSC00036

*Várias(Sessão)*

Trata da necessidade de estudo sobre o emprego de mão de obra qualificada na indústria.

27/6/1962. DSC00038

*D. Carlos Coelho visitou a Sudene*

Nota sobre a visita do arcebispo metropolitano de Recife e Olinda à Sudene, onde foi recebido por Celso Furtado.

28/6/1962. DSC00039

*Sudene, em dois anos, aprovou 30 bilhões em financiamentos*

Focaliza os benefícios gerados pela Sudene às empresas nordestinas.

29/6/1962. DSC00040

*Pessoal da Sudene vai pleitear enquadramento*

Refere-se à mobilização dos funcionários da Sudene para adquirir o status de funcionários federais.

29/6/1962. DSC00041

*Plano de emergência na Paraíba estuda desapropriação de terras*

Trata do plano encabeçado pela Sudene para instalar postos do Serviço de Vigilância Animal, com o objetivo de atuar contra a febre aftosa.

29/6/1962. DSC00042

*Pesca no Nordeste: Sudene criará novo órgão de ação*

A matéria fala dos objetivos da Sopene e do seu envolvimento com a Sudene.

3/ 7/1962. DSC00043

*Sudene: nenhuma ameaça de greve*

Discute a notícia de greve na Sudene veiculada pela imprensa. Entretanto, a informação era falsa, visto que não havia rumor nenhum de paralisação.

3/7/1962. DSC00044

*Conselho deliberativo da Sudene criará órgão da pesca no dia 4*

Informa sobre a Sopene, órgão criado junto à Sudene para fomentar a pesca na região.

4/7/1962. DSC00045

*Sudene eletrificará 439 municípios nordestinos*

Trata da criação da Companhia de Eletrificação Rural do Nordeste, proposto pela Sudene.

4/7/1962. DSC00046

*Ofensiva da Sudene para melhorar ensino agrícola*

Focaliza a ação da Sudene, em conjunto com o Ministério da Agricultura, para concluir e melhor equipar as escolas agrícolas do Nordeste. A matéria trata, ainda, da importância da escola agrícola para o desenvolvimento do Nordeste.

5/7/1962. DSC00050

*Sudene aprovou fundo de emergência de 50 milhões*

Texto refere-se ao papel da Sudene de fiscalizar a implementação de obras levadas a cabo pelos governadores nordestinos.

6/7/1962. DSC00047

*Hospital universitário: Sudene aconselha campanha geral para término da construção*

Notícia sobre a construção do hospital universitário e as reivindicações dos interessados (professores e alunos) frente à Sudene.

7/7/1962. DSC00048

*Sudene enviará mais gêneros às vítimas das enchentes*

Descreve os esforços da Sudene, juntamente com a FAB, para enviar suprimentos para os atingidos pelas enchentes no Nordeste

8/7/1962. DSC00049

*Celso Furtado: "Não ficarei se não resolver problema agrário."*

Matéria refere-se ao sentimento de Celso Furtado em relação à questão fundiária no Nordeste e aos projetos de atuação da Sudene.

10/7/1962. DSC00051

*Estudantes e trabalhadores: todo apoio à Sudene para salvar Nordeste*

Discorre sobre problemas e o apoio encontrado por Celso Furtado frente à Sudene. Trata também do jogo político com o objetivo de afastá-lo.

10/7/1962. DSC00052

*Comissões da Sudene inspecionam locais atingidos pelas enchentes*

Matéria sobre ações da Sudene para ajudar os atingidos pela enchente.

11/7/1962. DSC00053

*Pelópidas: Reforma agrária consolidará Celso Furtado na Sudene*

Entrevista dada pelo vice-governador de Pernambuco, falando de temas como reforma agrária e o jogo político para afastar Celso Furtado da Sudene.

11/7/1962. DSC00054

*Curso da Sudene termina dia 27(nota)*

Notícia sobre um curso de desenvolvimento econômico organizado pela Sudene.

11/7/1962. DSC00055

*José Ermírio aos engenheiros: Mais estradas para o Brasil!*

Reportagem sobre curso ministrado com apoio da Sudene. A temática das aulas era “pavimentação de solo, cimento e concretos”.

12/ 7/1962. DSC00257

*Sudene constata: pequena infestação nos armazéns de Limoeiro e Caruaru.*

Notícia sobre inspeção de armazéns no interior do estado no intuito de evitar o apodrecimento dos alimentos.

13/7/1962. DSC00258

*Confederação evangélica vai debater problemas do Nordeste*

Informa sobre conferência encabeçada pela igreja evangélica com o objetivo de definir uma agenda de ação para os problemas da Região Nordeste.

15/ 7/1962. DSC00259

*Estudantes pernambucanos embarcam hoje para o congresso da UNE*

Trata do encontro da UNE. Estudantes pernambucanos vão levar a público as intenções de boicote às atividades da Sudene e, em especial, a Celso Furtado.

18/7/1962. DSC00260

*Sudene julgará em agosto 14 projetos industriais*

Notícia sobre o apoio da Sudene a 14 projetos industriais em diversas localidades do Nordeste.

19/7/1962. DSC00261

*Mais feijão para Sudene*

Informa a chegada de feijão a Pernambuco, vindo dos Estados Unidos.

19/7/1962. DSC00262

*Pernambuco defende Sudene no congresso da UNE*

A reportagem mostra o interesse dos estudantes de manter a Sudene, visto que representaria uma forma de resistência nacionalista, contrária à lógica de grupos econômicos. Além disso, os estudantes pernambucanos no encontro da UNE enfatizam os projetos para desarticular a Sudene.

19/7/1962. DSC00263

*Sudene: mais de 8 milhões para reequipar a indústria têxtil*

A reestruturação do setor têxtil na região Nordeste, principalmente nos estados do Maranhão e do Ceará, é tema desta reportagem.

20/7/1962. DSC00264

*Argemiro ataca Sudene e vai tentar a reeleição*

Trata dos problemas do senador Argemiro Figueiredo com a Sudene. Ele acreditava que o Plano Diretor do órgão estava incorreto, pois o foco principal deveria ser o setor de economia de subsistência.

21/7/1962. DSC00265

*Está apodrecendo em armazéns da CAGEP feijão que Sudene remeteu a Garanhuns*

Fala sobre a questão do feijão doado pelo governo estadunidense estocado em Garanhuns que estaria correndo o risco de apodrecer.

22/7/1962

*Técnico da Sudene palestra sobre o plano de emergência*

Notícia sobre uma palestra que tinha por objetivo mostrar o plano de emergência da Sudene para o Nordeste.

23/7/1962. DSC00268

*Trabalhadores: todo apoio à Sudene e luta pela reforma agrária*

Trabalhadores reunidos tratam da questão da reforma agrária e dão apoio aos projetos da Sudene. É proposto na reunião que a Sudene crie carteiras especiais de empréstimos para sindicatos e invista em habitação popular.

23/7/1962. DSC00269

*Sudene beneficiará quarenta fábricas na segunda etapa do “programa têxtil”*

Matéria aborda projeto conjunto com o BNB para levar a reestruturação das indústrias têxteis para os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.

24/7/1962. DSC00270

*Milho para a Sudene*

É uma nota sobre a chegada ao Recife de um cargueiro com milho oriundo dos EUA.

24/7/1962. DSC00271

*Embaixador do Japão anuncia centro têxtil e elogia planos da Sudene*

Reportagem sobre projetos assinados com o governo japonês. Em especial, o intercâmbio de conhecimento na área da indústria têxtil.

26/7/1962. DSC00272

*Japão orientará Sudene em problemas de pesca*

O encontro do embaixador japonês com Francisco de Oliveira, que representava Celso Furtado. Na ocasião, foram discutidos os projetos conjuntos com o governo japonês, principalmente na área de indústrias metalúrgicas, couro e pesquisas do solo.

26/7/1962. DSC00273

*Governo americano decide: Sudene pode vender feijão da “Aliança” no Nordeste*

A matéria fala sobre a questão do feijão americano e do passe-livre estadunidense para que a Sudene colocasse uma parte da carga imediatamente no mercado.



27/7/1962. DSC00274

*Sudene venderá feijão a 72 cruzeiros o quilo*

Focaliza a venda do feijão e a preocupação da Sudene com a safra subsequente, visto que a venda do produto, no momento, poderia desestimular os produtores regionais.

27/7/1962. DSC00275

*Fomento à avicultura debatido na Sudene*

Trata das negociações para a implementação de políticas na área da avicultura no Nordeste.

28/7/1962. DSC00276

*Encerramento hoje do curso de cimento e pavimentação*

Conclusão do curso (solo, cimento e pavimentação) encabeçado pela Sudene e pela Associação Brasileira de Cimento Portland.

28/7/1962. DSC00277

*Sudene reduz frentes de trabalho*

Fala bem sucintamente da redução de trabalhadores nas “frentes de trabalho” em Pernambuco.

1/8/1962. DSC00569

*Sudene debaterá participação nos bancos de desenvolvimento*

Matéria sobre a reformulação do Plano Diretor para o ano de 1963 e do fundo de participação da Sudene em bancos estaduais de desenvolvimento.

2/8/1962. DSC00570

*Conselho da Sudene discutiu criação de fundo para investir nos bancos nordestinos de desenvolvimento*

O principal tema debatido nesta matéria é a efetivação do Plano Diretor de 1963. Dentro disso, é abordado o pedido de demissão de Celso Furtado, o reequipamento têxtil e o plano de povoamento do Maranhão.

9/8/1962. DSC00571

*Bispos – Sudene: frente única em favor do Nordeste.*

Nesta reunião dirigida pelo Francisco de Oliveira, falou-se da compatibilidade de ideias sobre a questão do desenvolvimento do Nordeste de ambas instituições (Igreja e Sudene).

23/8/1962. DSC00572

*Sudene e industriais do Nordeste estudam plano de reequipamento*

Aborda as reuniões e os planos para se efetuar a recolocação industrial da área têxtil nordestina.

30/8/1962. DSC00573

*Sudene firma contrato com CHESF: eletrificação imediata para NE*

Reportagem sobre o plano de eletrificação rural do Nordeste.

30/8/1962. DSC00574

*Diretor da CNI em defesa do artigo 34 da Sudene: subdesenvolvimento no Nordeste é também mental!*

O artigo faz uma crítica aos empresários que estavam travando o Plano Diretor da Sudene. Além disso, o diretor da CNI tece considerações que mostra comparativamente como se deu o processo de desenvolvimento da Alemanha e da Itália.

5/9/1962. DSC00056

*Sudene: CR\$ 33 bilhões para o Nordeste em 63.*

Reunião referente à discussão e votação do II Plano Diretor, bem como a distribuição de recursos financeiros setoriais, além de analisar isenções de impostos e financiamentos para projetos.

14/9/1962. DSC00057

*Celso Furtado: “Nordeste paga pelo desenvolvimento do Brasil”.*

Matéria sobre encontro de sociólogos e economistas de vários estados para analisar as dificuldades regionais do Brasil, visualizando a situação econômica de 1962. Destacam-se as declarações de Celso Furtado apontando os desequilíbrios do desenvolvimento nacional, o que prejudicou profundamente o Nordeste.

18/9/1962. DSC00058

*Sudene: dinamizar “Aliança” no setor de educação.*

Texto refere-se à reunião entre os secretários de educação dos governos nordestinos e Celso Furtado, quando será debatida a dinamização do programa da “Aliança para o Progresso” no setor de educação.

18/9/1962. DSC00059

*Estudantes de economia realizando o 1º encontro.*

Reportagem focaliza primeiro encontro nacional dos estudantes de economia, que abordarão a situação econômica do País e seus desafios. Celso Furtado, Francisco de Oliveira, Caio Prado Jr., entre outros, participam do evento.

19/9/1962. DSC00060

*Jango convoca Celso Furtado para plano de desenvolvimento nacional.*

Reunião entre o presidente João Goulart e o economista Celso Furtado para tratar do plano piloto de desenvolvimento nacional.

19/9/1962. DSC00061

*Pernambuco foi o único estado ausente nos debates da Sudene sobre ensino.*

Foto da reunião dos secretários de educação nordestinos na Sudene, ainda sob a presidência de Francisco Oliveira, vendo-se em primeiro plano o governador Parsifal Barroso e, ao fundo, o escritor norte-americano John dos Passos.

Matéria sobre reunião na Sudene de secretários de educação e autoridades do Nordeste, exceto representantes de Pernambuco. Foi discutido o programa de ensino primário e de educação de base para o Nordeste, elaborado pela Sudene. A reunião foi presidida pelo superintendente substituto Francisco Oliveira.

20/9/1962. DSC00063

*Sudene debate Plano Diretor*

Sessão da Sudene para discutir o anteprojeto de lei e o II Plano Diretor contou com a presença de vários representantes nordestinos. O II Plano Diretor foi aprovado e várias emendas foram discutidas.

21/9/1962. DSC00064

*J.G. convoca reunião sobre abastecimento.*

Texto sobre reunião para acelerar e resolver o problema de abastecimento nacional, convergindo com um desenvolvimento homogêneo. Os itens aprovados estão de acordo com o “Plano Nacional da Política Nova”, elaborada por Celso Furtado.

21/9/1962. DSC00065

*Sudene duplica verbas de abastecimento*

Notícia sobre a aprovação do II Plano Diretor da Sudene. Informa também que as verbas para os setores ligados ao abastecimento foram duplicadas, em consequência, sobretudo, da descrença da ajuda internacional.

25/9/1962. DSC00328

*Sudene vai construir casas para portuários.*

Matéria sobre construção de casas no Pina para os portuários do Recife, sendo que a verba será fornecida pela Sudene.

26/9/1962. DSC00329

*Celso Furtado esperado hoje.*

Retorno de Celso Furtado para a sua função de superintendente da Sudene.

27/9/1962. DSC00330

*Por que a Sudene não poderá vender feijão. (Coluna: Antônio Guilherme Rodrigues)*

Impasse quanto à venda do feijão no Recife, realizada pela Compare.

27/9/1962. DSC00331

*Ritmo acelerado*

Equipe da Sudene chefiada por Francisco Oliveira trabalha em ritmo acelerado para terminar a redação final do II Plano Diretor.

28/9/1962. DSC00332

*“Conservarei o barco à tona”*

Intensificação dos trabalhos de Celso Furtado para elaborar o plano nacional de governo tem como consequência um ganho de confiança junto ao presidente João Goulart e contribui para o crescimento do País.

28/9/1962. DSC00333

*Mais colonos japoneses para o Nordeste: no Recife membro do conselho imigratório*

Notícia sobre a chegada do membro do conselho imigratório do Japão que estudará a possibilidade de aumentar o número de colonos japoneses no Nordeste. O representante nipônico visitará também a Sudene para discutir diversos problemas da região.

28/9/1962. DSC00334

*Celso Furtado, novo ministro sem pasta, tomou posse ontem*

Discurso do presidente João Goulart referente à posse do ministro sem pasta Celso Furtado faz um breve panorama da situação do País e mostra os objetivos do governo e de Celso Furtado em prol do desenvolvimento.

28/9/1962. DSC00335

*Sudene elabora planos contra futuras secas*

Programa para minimizar os problemas da seca na região.

30/9/1962. DSC00337

*Celso Furtado de volta: governo quer reduzir ritmo*

De volta a Recife, Celso Furtado em entrevista aponta para a preocupação em reduzir o ritmo acelerado da inflação. Ele também falou da Sunab e sua função no abastecimento.

6/10/1962. DSC00338

*Celso Furtado inicia "rush" de trabalho*

Celso Furtado desenvolve atividades e estuda detalhes das reformas bancária, administrativa e agrária, mantendo contatos com elementos da administração federal.

6/10/1962. DSC00339

*Sudene inicia reforma agrária em Pernambuco*

Notícia sobre programa de reforma agrária em Pernambuco, nas regiões do Tiriri e no Cabo.

7/10/1962. DSC00340

*Celso Furtado: "Classes produtivas terão participação na Sunab".*

Texto sobre a participação da iniciativa privada para melhorar o abastecimento no País.

11/10/1962. DSC00341

*“Mobilização psicológica” para mostrar o sentido da Aliança*

Declaração a respeito da Aliança para o Progresso, que deve ser entendida como um programa cooperativo e não como uma máquina vinda dos EUA.

13/10/1962. DSC00342

*Sudene recupera tabuleiros*

Recuperação de tabuleiros pela Sudene traz perspectivas de melhoras na produção.

16/10/1962 . DSC00343

*Celso Furtado recusará convite oficial da ONU*

Celso Furtado recusa convite da ONU para se dedicar ao planejamento nacional.

16/10/1962. DSC00344

*Sudene aprova normas técnicas para ampliação do artigo 34*

Discussão e aprovação de vários projetos, para onde serão destinados recursos.

17/10/1962. DSC00345

*Sudene e ONU estão estudando valorização do rio Jaguaribe*

Vários técnicos, dentre eles franceses enviados pela ONU e representantes da Sudene, estudam as potencialidades do rio Jaguaribe no Ceará.

19/10/1962. DSC00346

*Sudene estuda potencialidade dos minérios nordestinos*

Sudene mapeia a região em busca de recursos minerais, o que pode trazer ganhos significativos para o Nordeste e suas indústrias.

4/11/1962. DSC00280

*Celso Furtado: Planejamento Nacional ficará pronto em dezembro*

Em entrevista à UH-N Celso Furtado ressalta a importância do plano

quinquenal que está sendo organizado por ele como “a mais importante tentativa de se criar uma política para o desenvolvimento no País”.

5/11/1962. DSC00281

*Coluna economia e finanças; notas*

Nota sobre a empresa Fiat Lux abastecendo o mercado nordestino com a colaboração da Sudene.

6/11/1962. DSC00282, DSC00283

*Sudene investirá 336 milhões nas estradas do Nordeste*

Celso Furtado anuncia obras de investimento nos setores rodoviários do Nordeste, além de investimentos no setor energético, por meio de recursos já aprovados no II Plano Diretor da Sudene

6/11/1962. DSC00284

*Servidores do Nordeste aprendem orçamento nos cursos da Sudene*

A Sudene, em convênio com a Faculdade de Ciências Econômicas do Recife, promove curso de capacitação orçamentária para servidores de dez estados Nordestinos com finalidade de aumentar a eficiência da ação do poder público na região.

6/11/1962. DSC00285

*Umas e outras (nota)*

Celso Furtado desmente boato sobre sua substituição na Sudene.

6/11/1962. DSC00286

*Plano de Celso vai sair amanhã*

Nota afirmando que o plano de recuperação econômica feito por Celso Furtado, por determinação de Jango, sairá no dia seguinte. Prevê, entre outras coisas, a modernização de armazéns em todo o território nacional.

7/11/1962. DSC00287, DSC00288

*Plano de Celso Furtado custará 2 trilhões*

Celso anuncia o II plano de desenvolvimento regional, que custará em torno de Cr\$ 2 trilhões, para investir em 33 setores da economia nacional, com destaque para o setor energético, de transportes e indústrias de base.

7/11/1962. DSC00289

*“Aliança negocia apenas com Sudene”. Deputado defende posição de Arraes!*

O deputado Luis Wilson defende a posição do governador eleito Miguel Arraes de que a Aliança para o Progresso deve negociar com a Sudene e não diretamente com os estados, com o objetivo de evitar corrupção.

7/11/1962. DSC00290, DSC00291

*Coluna economia e finanças: Várias (notas)*

Nota relata a viagem do ministro Celso Furtado a Brasília para acompanhar junto ao Congresso Nacional os debates em torno do II Plano Diretor da Sudene. Indústria têxtil pede à Sudene isenção de impostos em contrapartida a investimentos de modernização de máquinas.

8/11/1962. DSC00292

*Sudene recomenda mais CR\$ 453 milhões para indústria do Nordeste.*

Sudene recomenda o uso de Cr\$ 453 milhões provenientes do programa de recuperação industrial do Nordeste brasileiro do BB, para dois projetos de indústria têxtil e cerâmica.

9/11/1962. DSC00293

*Esforço concentrado a partir de amanhã para a aprovação do orçamento.*

Deputado rebate críticas de companheiros de tribuna sobre a ineficiência da Sudene, dizendo que a mesma não tem função executiva e sim de planejamento e coordenação.

10/11/1962. DSC00294

*Celso Furtado dará a última palavra sobre o mínimo.*

Reportagem revela que o ministro Celso Furtado já iniciou os estudos para dar parecer sobre o salário que ira vigorar em janeiro do próximo ano.

10/11/1962. DSC00295

*Relatório da Sudene será ponto de partida para a recuperação de alagados do Recife.*

Matéria informa que a Sudene fará um relatório que será base para a implantação e coordenação do plano de reurbanização das áreas alagadas do Recife.



10/11/1962. DSC00296

*Coluna na Hora H: Arraes e Aliança*

O autor do texto defende a posição de Arraes, compactuando-a com a opinião de Celso e Jango, que acham que o programa econômico americano deve ser discutido no âmbito federal, cabendo aos estados a execução e à Sudene a coordenação.

11/11/1962. DSC00297

*Magalhães apoia a posição de Arraes para fortalecer Celso na Sudene*

Matéria mostra o apoio de governadores ao ministro Celso Furtado como dirigente da Sudene, respondendo a críticas de outros políticos que queriam “degolá-lo”.

11/11/1962. DSC00298

*Pedro Gondim defende a Sudene*

Governador da Paraíba relata ao repórter sua posição a favor da Sudene e de Celso Furtado, criticando apenas a morosidade de alguns setores.

11/11/1962. DSC00299

*Celso explica planejamento em entrevista*

Em entrevista, Celso Furtado explica que já está em curso o desenvolvimento do planejamento nacional de investimentos do governo federal.

11/11/1962. DSC00300

*Fome nordestina será apresentada ao mundo em congresso*

Integrantes da Sudene elaborarão relatório a ser exposto em congresso sobre o problema da fome no Nordeste.

14/11/1962. DSC00301

*Celso Furtado: “Governo não permitirá que o mínimo seja consumido pela inflação”*

Em entrevista oficial, Celso Furtado afirma que o novo mínimo será proposto levando em conta os números da inflação acumulada.

14/11/1962. DSC00302

*Sudene critica “Aliança”: ajuda econômica só de governo a governo.*

Vice-superintendente da Sudene critica caráter ideológico e colonialista do programa Aliança para o Progresso americano.

19/11/1962. DSC00304

*Celso Furtado anunciará amanhã ao gabinete novo salário-mínimo.*

Líderes sindicais aguardam com expectativa o anúncio, amanhã, do ministro Celso Furtado sobre o valor do novo mínimo, de acordo com os seus estudos.

20/11/1962. DSC00305

*SOS à Sudene: mais arroz do Maranhão para sustar a crise local*

Importadores do Recife recorrem à Sudene para dar fim à crise de abastecimento do produto na região.

20/11/1962. DSC00306

*450 milhões para o cinturão verde nas grandes cidades do Nordeste.*

O GAT (Grupo de Aproveitamento de Terras) da Sudene visa empregar 450 milhões em projetos agrícolas ao redor das áreas mais populosas do Nordeste.

22/11/1962. DSC00307

*Coluna ZeroHora*

Nota informando a entrega do parecer do ministro Celso Furtado para exame do conselho de ministros.

23/11/1962. DSC00308, DSC00309

*Forças Armadas e Sudene unidas para o progresso*

Matéria sobre aparente demonstração das Forças Armadas de interesse pelo progresso do Nordeste, participando de uma reunião com o vice-superintendente da Sudene, Francisco Oliveira, que expôs aos comandantes os trabalhos realizados pelo órgão.

24/11/1962. DSC00310

*Coluna acontecimentos de última hora*

Depois de se reunir com a Sudene, o prefeito de Campina Grande volta para

sua cidade com o planejamento urbano feito com a superintendência. Nota sobre a terceira reunião de grupo de integrantes da Sudene para dar fim ao problema da seca no Nordeste.

24/11/1962. DSC00311

*Sudene desmente: não está vendendo feijão americano*

Notícia sobre desmentido, por parte da Sudene, de que esteja vendendo milho e feijão americanos.

24/11/1962. DSC00312

*“Ping-Pong” Arraes – Fernando Sabino: Religião, Sudene, política e poesia*

Em entrevista, Arraes diz que o maior defeito da Sudene é o seu distanciamento do povo e a sua maior qualidade é a capacidade de elaborar projetos e coordenar soluções para o Nordeste brasileiro.

25/11/1962. DSC00313

*Celso debaterá Plano da Sudene com produtores*

Celso Furtado debate com industriais paulistas o plano administrativo da Sudene

25/11/1962. DSC00314

*Edital de curso de capacitação*

Sudene convoca servidores do Nordeste para primeiro curso de programação educacional, visando treinamento de seus quadros.

27/11/1962. DSC00315, DSC00316

*Só crescimento econômico pode acabar com a fome*

Em abertura de conferência, o economista da Sudene Nailton Santos afirma que só o desenvolvimento econômico pode acabar com o problema da fome no Nordeste.

28/11/1962. DSC00318

*Exército nomeia representante junto à Sudene*

Exército apresenta tenente-coronel como representante do ministro da Guerra na Sudene, para fins de levantamento aerofotográfico.

28/11/1962. DSC00317

*Strauss combate a estrutura do Nordeste.*

Em conferência, o economista da Sudene Estevão Strauss critica os vícios estruturais que incapacitam o desenvolvimento agrário do Nordeste.

29/11/1962. DSC00319

*Celso defende Plano Diretor*

Ao comparecer à comissão especial que estuda o Plano Diretor da Sudene, Celso Furtado critica a falta de execução de projetos em departamentos já aprovados pela Superintendência, que já possuem até recursos à espera.

29/11/1962. DSC00320

*Celso proporá mais quatro ministérios*

Para a reforma administrativa, Celso Furtado proporá a criação de quatro ministérios: Transporte, Abastecimento, Desenvolvimento e Planejamento, assim como novos e grandes recursos para a arrecadação e assistência social.

29/11/1962. DSC00321

*Sudene examinará mais 20 projetos de indústrias*

Em reunião do conselho deliberativo, Sudene examina mais 20 projetos de indústrias do Nordeste (cinco pernambucanas).

29/11/1962. DSC00322

*30 industriais paulistas vêm ao Recife: Sudene convidou*

A convite de Celso Furtado, 30 industriais de São Paulo vêm a Recife para iniciar estudos sobre a possibilidade de realizar investimentos no Nordeste.

30/11/1962. DSC00323

*Industriais paulistas vão inaugurar escola da Sudene*

Acreditando na formação profissional dos trabalhadores, industriais paulistas inaugurarão junto com Celso Furtado a escola industrial Emílio Romi.

30/11/1962. DSC00324

*Marinha colabora com Sudene no abastecimento*

O Alto Comando da Marinha elabora junto com a Sudene um plano de

colaboração para formar uma ponte marítima para abastecer as praças do Nordeste

1/12/1962. DSC00325

*Sudene vai refutar críticas na reunião do conselho*

Em reunião próxima, o conselho da Sudene vai refutar críticas de setores empresariais pernambucanos, de que estaria dificultando o acesso aos investimentos oriundos do art. 34 de isenção de impostos.

1/12/1962. DSC00326

*Coluna Brasília informa: Diretrizes do plano Goulart estarão prontas até o dia 15*  
Mauritônio Meira

Em entrevista a repórteres, Celso Furtado afirma estar trabalhando dia e noite para entregar até o dia 15 o plano que o ex-chanceler San Thiago Dantas levava consigo para os EUA.

3/12/1962. DSC00327

*Celso Furtado anuncia: guerra à inflação começará em janeiro*

O ministro afirma que a partir do planejamento global para o desenvolvimento que entregará ao presidente, o Brasil irá vencer a inflação em três anos.

4/12/1962. DSC00538

*Capitães da indústria trazem mensagem de progresso da livre empresa nacional! São Paulo confia na Sudene: "Rush" dos investimentos vai começar no Nordeste!*

Foto de capa do jornal. O título tenta passar uma mensagem de otimismo dos industriais paulistas. A Indústria de tornos Romi doou à Sudene uma escola industrial completa para treinamento de mão de obra especializada.

4/12/1962. DSC00539

*São Paulo apoia Sudene: "Rush" industrial começará no nordeste*

Grupo de 25 industriais paulistas, como Volkswagen e Romi, vieram a Recife a pedido de Celso Furtado. Ficaram muito entusiasmados com a exposição do superintendente e anunciaram projetos com base no art. 34, de isenção de impostos para projetos no Nordeste. Declararam-se confiantes no trabalho de

Furtado e aplaudiram o representante dos jornalistas quando estes disseram que a vinda dos paulistas representa a revolução industrial no Nordeste.

4/12/1962. DSC00540

*Celso presta contas ao conselho: Sudene cumpriu suas tarefas*

Diante dos membros do conselho diretor, Celso Furtado prestou contas do primeiro ano de execução do Plano Diretor da Sudene, afirmando ter o órgão cumprido as tarefas do ano.

4/12/1962. DSC00541

*Parsifal voltou elogiando a Sudene*

O governador do Ceará voltou para o seu estado elogiando a reunião do conselho da Sudene, principalmente no ponto do Plano Diretor que toca no problema da disparidade de preços pagos no Nordeste pelo kWh de energia, problema que deverá ser sanado pela Sudene.

5/12/1962. DSC00542, DSC00543

*Sudene demonstra aos industriais paulistas: Nordeste tem portas abertas ao progresso.*

Dando sequência a visita dos 25 industriais paulistas à Sudene, é explicado a eles minuciosamente as exigências para investir no Nordeste pelo projeto do governo implementado pela Sudene.

20/12/1962. DSC00544

*Celso expôs ao gabinete plano trienal de governo: aprovação ainda em 62*

Em reunião “absolutamente secreta”, Celso Furtado expôs ao conselho de ministros o plano trienal de governo. Devido à complexidade do assunto, ficou acertado que cada ministro leria atentamente a sua cópia do plano. Será agendada uma data mais à frente para recapitularem o plano.

20/12/1962. DSC00545

*Plano Trienal de Celso entusiasmou presidente*

Informes de bastidores dão conta de que o presidente Jango Goulart ficou bastante entusiasmado com o plano de Celso Furtado. Após apresentá-lo ao presidente, Furtado disse que aquele era o plano de um técnico e que se quisesse que o mesmo o executasse teria que afastar todas as injunções políticas. Do contrário, procurasse um político que teria melhores condições que ele.

21/12/1962. DSC00546

*Funcionários de todo o nordeste concluem curso da Sudene*

Notícia sobre a conclusão do primeiro curso de aperfeiçoamento de programação orçamentária. Ministrado pela Sudene para altos funcionários de diferentes estados do Nordeste, o curso tinha como objetivo o aperfeiçoamento desses funcionários na formulação dos orçamentos, visando uma possível modernização dos modelos existentes.

22/12/1962. DSC00547

*Convênio da Sudene com “Aliança” beneficiará 58 municípios do NE.*

Assinatura de um convênio da Sudene com a Aliança para o Progresso, para a implementação, via Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, de um projeto que levará desenvolvimento de serviços de água para 58 municípios do NE, totalizando um gasto de quase Cr\$ 500 milhões.

22/12/1962. DSC00548

*Cartografia do Exército coopera com o plano trienal de Celso.*

Nesta matéria pode-se ver como o plano trienal idealizado por Celso Furtado não produz barreiras políticas. Tentando otimizar o máximo de ajuda possível, a Sudene firma convênio com o exército para levantamento de mapas geológicos para diversos fins, como: métodos de irrigação e urbanização do Nordeste; procura de jazidas de minério de ferro; levantamento de terras para hidrelétrica, entre outros.

22/12/1962. DSC00549

*Indústria japonesa investirá capitais no Nordeste: colaboração com a Sudene.*

Nesta reportagem, o côsul-geral do Japão em Recife fala do recente aumento de investimentos de capital e de imigrantes que o Japão está fazendo no Nordeste.

30/12/1962. DSC00550

*Brasília Informa com Maurítônio Meira.*

*Kennedy já conhece o plano trienal de Celso Furtado.*

O colunista afirma que a apresentação de Celso Furtado do plano Trienal para o ministro Bob Kennedy foi extremamente feliz e conseguiu amenizar as impressões negativas que estariam sendo feitas de Jango, Furtado e do Brasil em Washington.

30/12/1962. DSC00551

*Paulo Francis comenta da GB*

*Plano Trienal assusta antinacionais. Com foto e legenda: Celso assusta gorilas*

Comentário de Paulo Francis elogia Celso Furtado e o seu Plano Trienal, mostrando seus principais pontos, mas sem ir muito a fundo, pois os “espantalhos de Gudin e Cia.” podem usá-lo como arma para sabotar o mesmo.

31/12/1962. DSC00553

*Plano Trienal do governo: guerra total ao subdesenvolvimento*

Matéria expõe os principais objetivos do plano trienal: assegurar o crescimento de uma taxa de renda nacional; reduzir progressivamente a pressão inflacionária; criar condições para uma distribuição equitativa do PIB; melhorar a educação e refinar a dívida externa.

31/12/1962. DSC00554

*Mensagem de Jango será de conclamação em favor do Plano Trienal de Celso*

Em sua mensagem de Ano Novo, que ira ao ar no programa *A Voz do Brasil*, Jango manifestará sua confiança em 1963 no Plano Trienal, que contém uma série de medidas visando a recuperação financeira do País.

## **Última Hora 1963**

3/1/1963. DSC00348

*Celso Furtado: “Reformas com planejamento para reduzir inflação”*

Celso Furtado afirma a importância do planejamento para obter crescimento e reduzir a inflação.

3/1/1963. DSC00349

*Governadores do Nordeste farão reunião com a Sudene dia 9*

Reunião entre os governadores do Nordeste. Entre os assuntos discutidos está em pauta o pedido de isenções de impostos para indústrias.



4/1/1963. DSC00350

*Celso: Brasil continua a ser bom lugar para investimentos*

Diante do pessimismo do presidente americano a respeito da inflação do Brasil, Celso Furtado afirma que o País é um lugar para se investir, sobretudo pela ação do Plano Trienal, que impulsionará um alto crescimento, conforme expectativas.

6/1/1963. DSC00351

*Celso no Recife: “Não” hoje é “sim” ao progresso*

Celso Furtado evidencia a importância do “não” no plebiscito, para a continuidade do Plano Trienal, o qual só pode ser aplicado no regime presidencialista.

6/1/1963. DSC00352

*Reforma administrativa para dinamizar o Plano Trienal*

*Coluna: Brasília Informa: Mauritônio Meira*

A reforma administrativa é essencial para o bom andamento do Plano Trienal, uma vez que as funções do presidente serão reformuladas, diminuindo atuais entraves e, com isso, melhorando a ação do plano.

6/1/1963. DSC00353

*A nação se mobiliza em apoio ao Plano Trienal*

Expectativa para o “não” ao parlamentarismo, viabilizando a continuidade do Plano Trienal. Será dado, então, um crédito de confiança para a reconstrução nacional.

6/1/1963. DSC00354, DSC00355

*Para onde Celso Furtado leva o Brasil?*

Matéria de duas páginas, com resumo do Plano Trienal (objetivos, desafios e metas) que se inicia na presidência de João Goulart.

9/1/1963. DSC00357

*Sudene reúne-se hoje: Celso vai analisar Plano Trienal*

Informações e balanço do Plano Trienal será realizado por Celso Furtado, com a presença de governadores do Nordeste.

10/1/1963. DSC00358

*Cid participa pela última vez de reunião da Sudene: “Órgão plenamente vitorioso”*

Governador de Pernambuco participa de sua última reunião da Sudene; no entanto, não esqueceu de evidenciar a importância dessa instituição no combate às desigualdades regionais do País.

11/1/1963. DSC00359

*Sudene instalará sistema de “salina única” no RGN*

Instalação de salina no Rio Grande do Norte pela Sudene aumentará a produção no estado.

12/1/1963. DSC00360

*Celso: “Inflação e desenvolvimento”*

Em conferência realizada, Celso Furtado falou dos aspectos positivos da inflação no processo de desenvolvimento de nossa economia e de alguns pontos do Plano Trienal.

13/1/1963. DSC00361

*Convênio SESP-Sudene-APP garante abastecimento de água em todo o Nordeste*

Convênio levará água para todos os estados do Nordeste.

18/1/1963. DSC00362

*Celso Furtado abrirá reunião da integração do Nordeste: Arraes presente*

Em reunião da integração do Nordeste Celso Furtado falará sobre a Sudene e sua atuação em variados setores.

26/1/1963. DSC00363

*Sudene afirma: alimento americano não está apodrecendo no Nordeste*

Professor Luiz Vasconcelos desmente o fato de que alimentos estocados pela Sudene estão apodrecendo.

26/1/1963. DSC00364

*Plano Trienal e Aliança*

Discussão quanto à transparência e maior acesso de conhecimento (para a coletividade) dos planos elaborados pelo governo, principalmente o Plano Trienal.

26/1/1963. DSC00365

*Bilhões para o Nordeste*

Imensa quantia de dinheiro aplicado no Nordeste se reflete em otimismo por parte da população local e de grandes empresários.

24/2/1963. DSC00530

*Celso Furtado: O Brasil não pode se submeter à política do FMI*

Segundo Celso Furtado, o desenvolvimento do Brasil se dará por intermédio de planejamento, salientando a ação do Plano Trienal sem a dependência da política do FMI, política essa que levou um país como a Argentina a frear seu desenvolvimento.

5/3/1963. DSC00531

*Plano da Sudene cria fundo econômico para o Nordeste*

Sudene consegue mais recursos financeiros para serem aplicados nos projetos do NE.

6/3/1963. DSC00532

*Celso Furtado entregou a Goulart sistema nacional de planejamento*

Presidente recebe de Celso Furtado projetos referentes ao Sistema Nacional de Planejamento, que visam melhorar a situação das classes menos favorecidas.

9/3/1963. DSC00533

*Sudene e Universidade Rural querem maior aproveitamento da torta de mamona no Estado*

Sudene e Universidade Rural querem aproveitar a mamona para ração animal.

19/3/1963. DSC00534

*Desgaste dos serviços d'água é motivo de reunião nacional (hoje), na Sudene*

Serviços de saneamento de água são discutidos na Sudene com a presença de técnicos e representantes estaduais.

20/3/1963. DSC00535

*Métodos do MCP serão aplicados em Aracaju: Sudene aprova ideia!*

20/3/1963. DSC00536

*Sudene vai preparar técnicos para salvar abastecimento d'água do NE*

Cursos serão realizados para suprir a carência de técnicos no Nordeste, e com isso melhorar o problema de abastecimento na região.

11/4/1963. DSC00575

*Celso Furtado: “Plano diretor arrancará Nordeste do Subdesenvolvimento”*

Matéria trata do II Plano Diretor da Sudene, que, segundo Furtado, representaria a arrancada para o desenvolvimento e o verdadeiro amparo econômico do Nordeste.

29/4/1963. DSC00576

*Celso Furtado tranquilo: O Brasil não vai parar*

O ministro do planejamento, Celso Furtado, fala que o Plano Trienal não será interrompido, e que não há justificativa plausível para parar o desenvolvimento do País.

1/5/1963. DSC00577

*Jango, San Tiago e Celso Furtado: governo distanciado do FMI*

É uma reportagem que relata a conversa do então presidente Goulart com San Tiago e Furtado. Os principais temas discutidos foram o Plano Trienal, o aumento do funcionalismo e as relações com o fundo monetário internacional.

4/5/1963. DSC00578

*Arraes denuncia na Sudene: Convênios da “Aliança” ferem autonomia do Estado*

Aborda a denúncia feita por Miguel Arraes. A revelação é que o convênio assinado por algumas pessoas em Pernambuco é ilegítimo. E que, além disso, o acordo fere a Constituição Federal e Estadual, dentre o regimento de outros órgãos.

4/5/1963. DSC00579

*Gordon embarcou para Natal elogiando Celso: Sudene livrará região do subdesenvolvimento.*

Na reportagem é falado do entusiasmo com que Gordon vê a Sudene, e também dos convênios entre o governo dos EUA e a Sudene.

4/5/1963. DSC00580

*Gordon sobre denúncia de Arraes – Não sou advogado!*

O embaixador, rebatendo as denúncias de Arraes, diz que não é advogado, e que logo não pode discutir os aspectos jurídicos dos convênios.

4/5/1963. DSC00581

*Pedro Gondim: Arraes tem razão*

Mostra a repercussão da entrevista de Arraes sobre os convênios firmados com o governo dos Estados Unidos.

5/5/1963. DSC00582

*Sudene- Codepe rechaçam acusações: ajuda da “Aliança” sem ferir soberania!*

Fala da questão da soberania na execução dos projetos feitos conjuntamente com a Aliança para o Progresso.

5/5/1963. DSC00583/DSC00584

*Governo do Estado mostra a verdade sobre a aliança para o progresso*

É uma análise crítica dos pressupostos e dos termos encontrados nos acordos com a Aliança para o Progresso. No final, é dada uma série de conclusões e recomendações para a relação entre a Sudene e a Aliança.

6/5/1963. DSC00585

*Celso Furtado: Verbas da “Aliança” sob controle direto da Sudene*

Trata do pronunciamento de Celso Furtado com relação à repercussão da entrevista de Miguel Arraes.

12/5/1963. DSC00586

*“Aliança” para o progresso (ou para o fracasso?) Dólares financiam o caos!*

Reportagem sobre Kennedy e sua abordagem em relação à questão da América Latina diz que o seu governo deve se preocupar em promover o progresso social e o desenvolvimento econômico. Nesse contexto, está inserida a relação conflituosa entre Sudene e a direção da APP (Aliança para o Progresso).

19/5/1963. DSC00588

*Celso Furtado exorta Cepal a resolver problemas da AL.*

Discurso realizado por Furtado sobre os 15 anos de funcionamento da Cepal. Ele exige maior atividade, lembrando que já existem prognósticos para os problemas latino-americanos e conseqüentemente os meios para resolvê-los.

25/5/1963. DSC00649

*FMI emprestará US\$ 60 milhões para o Brasil pagar atrasados comerciais*

Aborda as ideias do Celso Furtado com relação aos empréstimos disponibilizados pelo FMI. Segundo ele, o Brasil deveria abandonar as negociações com o Fundo Monetário Internacional e pedir moratória de suas dívidas no exterior.

28/5/1963. DSC00653

*Governadores do Nordeste com JG para as reformas!*

A questão do direito à greve e a situação de subdesenvolvimento em que a Região Nordeste se encontrava. Por conta disso, alguns governadores estavam unidos a favor das reformas político-administrativas.

29/5/1963. DSC00654

*Aplausos no congresso de estudantes: apoio é geral pela reforma agrária!*

Mostra a posição da Sudene com relação à reforma agrária. Francisco de Oliveira, que na ocasião representava a Sudene, falou que a reforma agrária seria impossível sem uma reforma constitucional.

2/6/1963. DSC00658

*Diretor de “Le Monde”: reformas de base no Brasil não devem tardar*

Em visita a Recife, o diretor do “Le Monde” elogiou os esforços da Sudene para o desenvolvimento do Nordeste. Chegou a comentar que o Nordeste seria a região propulsora do desenvolvimento brasileiro.

6/6/1963. DSC00660

*Sudene estuda modificações na estrutura da agroindústria açucareira do Nordeste*

Os esforços da Sudene para reequipar as indústrias nordestinas. Em especial, a realização de estudos sobre a infraestrutura do setor açucareiro.

26/6/1963. DSC00661

*Embaixador checo critica “Aliança” de raspão: – Damos máquinas sem ferir soberania do Brasil*

Embaixador tcheco faz críticas aos programas bilaterais estabelecidos com a Aliança para o Progresso. Ele fala que seu plano é o de não intervir politicamente no Brasil, mas visa apenas colaborar com o maquinário que o País necessite.

26/6/1963. DSC00664

*Celso: Planejamento agora só com a reforma administrativa*

Celso Furtado, enquanto ministro do Planejamento, afirma que apenas com reforma e com a elaboração do Plano Trienal será possível desenvolver projetos relacionados ao desenvolvimento.

2/7/1963. DSC00677

*Celso Furtado de novo no Recife para executar II Plano Diretor*

Após pedir exoneração do cargo de ministro, Celso Furtado chega ao Recife para pôr em prática o II Plano Diretor.

4/7/1963. DSC00681

*Celso: aprovação do II Plano Diretor é tomada de posição de todos*

II Plano Diretor aparece como uma maior consciência em relação ao anterior, no que diz respeito às soluções dos problemas do Nordeste.

9/7/1963. DSC00684

*II Plano Diretor da Sudene tranquiliza região até 1966*

II Plano Diretor da Sudene tem uma maior amplitude em relação às verbas, obras e duração, permitindo, assim, maior tranquilidade para a região.

12/7/1963. DSC00688

*Celso aos estudantes: indústria vai salvar Nordeste*

Celso Furtado em conversa com estudantes enfatiza a importância do crescimento industrial para o desenvolvimento do Nordeste.

20/7/1963. DSC00691

*Embaixador Marian na Sudene: Iugoslávia será grande cliente do Nordeste*

Nordeste poderá exportar produtos agrícolas para a Iugoslávia, enquanto é estudada a possibilidade desse país instalar fábrica de motores em Pernambuco.

20/7/1963. DSC00695

*Oswaldo Lima: “Reforma Agrária já não é tema subversivo”*

No encontro sobre reforma agrária, o ministro da Agricultura Osvaldo Lima afirmou: “foi-se o tempo em que abordar esse tema era subversão ou mesmo anarquismo”.

14/8/1963. DSC00699

*Sudene debate hoje aplicação de quase cinco bilhões de cruzeiros.*

Sudene debate alocação de recursos financeiros para vários projetos, dentre eles a eletrificação do Maranhão.

20/8/1963. DSC00702

*Sudene vai revolucionar produção salineira do Rio Grande do Norte*

Construção do porto salineiro no Rio Grande do Norte e outras obras de infraestrutura impulsionarão produção.

10/9/1963. DSC00704

*Sudene: levantamento na zona úmida do Nordeste oriental*

Sudene faz levantamento em áreas do Nordeste, visando aumentar a produção de alimentos e colocá-los no mercado.

5/10/1963. DSC01001

*Sudene transfere ao DNER Cr\$ 4 bilhões para construções de estradas no Nordeste.*

Coluna Economia e finanças

Transferência de recursos da Sudene para o DNER para serviços de estudos, terraplanagem, projetos e construções de estradas em área de atuação da Sudene. Destacam-se, dentre as obras, construções de estradas em Pernambuco, como uma ponte sobre o rio São Francisco, uma estrada litorânea ligando as capitais do Nordeste e estrada Campina Grande-Caruaru.

6/10/1963. DSC01002

*Celso Furtado: Tudo normal por hora.*



Celso Furtado afirma que o estado de sítio decretado pelo governo federal até aquele momento não afetou o setor financeiro. Diz também que não quer dar mais declarações sobre o assunto.

10/10/1963. DSC01008, DSC1009

*Capa: Sudene aprovou investimentos superiores a 25 bilhões. Industrialização começa a ganhar impulso no Nordeste.*

O conselho deliberativo da Sudene, junto com governadores, liberou Cr\$ 25 bilhões para investimentos privados no Nordeste para 12 empresas, e aprovou a aplicação de verbas do II Plano Diretor para diversas pesquisas na região.

12/10/1963. DSC01010

*Celso em Campina Grande: objetivo da Sudene é modificar o Nordeste.*

Coluna Economia e Finanças.

Ao proferir discurso de encerramento de um curso de administração municipal dado pela Sudene em Campina Grande, Celso Furtado afirma que o objetivo da Sudene não é só fazer projetos e, sim, aceitar a realidade nordestina e fazer um plano adaptado à ela.

15/10/1963. DSC01011

*Conselho da Sudene fará reuniões em todos os estados do Nordeste*

Coluna Economia e Finanças

Matéria informa que, atendendo uma reivindicação da Bahia, o conselho deliberativo da Sudene se reunirá com diretores dos estados para estabelecer um diálogo melhor. Também é noticiado que Furtado viajará para acertar a regulamentação do Art. 17 do II Plano Diretor da Sudene, que reavalia os ativos das empresas industriais e agrícolas.

19/10/1963. DSC01012

*Apoio à Sudene*

Congressistas operários do setor metalúrgico reforçam o seu apoio à Sudene e pedem que seja aprovada a lei de irrigação do órgão. Também solicitam que seja estendido ao sudeste baiano o plano de colonização da Sudene, impedindo o crescimento das empresas internacionais no local.

22/10/1963. DSC01073

*Embaixador no Recife: Missão técnica intensifica relações Brasil-Israel*

Embaixador de Israel ratifica o início de relações técnico-científicas entre o Estado Judeu e a Sudene, visando a aplicação de métodos iraelenses de plantação em solo árido, começando pela implantação de uma fazenda-modelo de milho híbrido no distrito de Petrolândia.

22/10/1963. DSC01015

*Sudene assina convênio para aplicação de Cr\$ 637 milhões*

Aplicação de recursos do II plano Diretor em obras de infraestrutura na Bahia, Maranhão e Píauí.

23/10/1963. DSC01016

*Celso voltou ontem como artigo 17 sancionado*

Em viagem a Brasília, Celso consegue sancionar o art. 17 do II Plano Diretor, além de obter um empréstimo da Aliança para o Progresso para o incremento da energia elétrica em Fortaleza.

24/10/1963. DSC01018

*Juscelino: Pernambuco com calma quer só trabalhar*

O senador Juscelino Kubitschek, em visita ao estado de Pernambuco, exalta o bom momento do Nordeste, além de se impressionar com o desempenho da Sudene, que, para o senador, “é uma realidade esplêndida”. Congratula Celso Furtado pelo trabalho executado. A respeito da Aliança para o Progresso, JK diz que a única pessoa que pode salvá-la será o próprio presidente Kennedy.

24/10/1963. DSC01019

*O Nordeste e o Brasil*

No presente artigo, o autor mostra como a Sudene é uma realidade modificadora no Nordeste brasileiro, com mudanças no eixo estrutural do desenvolvimento socioeconômico nordestino que já apresentam resultados. Na contramão das políticas da Sudene estão, segundo o autor, os governadores do Nordeste, quando vão ao governo federal pedir “auxílios” e reclamar da falta de recursos. Isso porque não propõem nenhuma política de melhorias, constituindo “pregões demagógicos com efeito político”.

30/10/1963. DSC01020

*Celso foi ontem a Fortaleza assinar convênio de 2 milhões de dólares*

Assinatura de convênio entre o estado de Fortaleza, a Sudene e USAID para compra de motores que aumentarão o potencial de energia fornecido para Fortaleza.

30/10/1963. DSC01022

*Sudene envia geradores para a cidade piauiense de Floriano*

Reforço de infraestrutura elétrica para a cidade de Floriano, PI.

7/11/1963. DSC01025, DSC1026

*Seca já castiga 5 estados: Fantasma da seca ronda de novo o Nordeste: 5 estados atingidos pela estiagem*

Cinco estados do nordeste (Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba) solicitam à Sudene ajuda para combater a seca que os afeta, como liberação de verbas e envio de carros-pipa para as cidades mais atingidas. Celso Furtado declara-se preocupado com a situação e diz que a Sudene está acompanhando a situação de perto.

7/11/1963. DSC01028

*Sudene aprovou ontem emprego de quase 3 milhões de cruzeiros*

Matéria sobre liberação de recursos do II Plano Diretor para melhoria de infraestrutura elétrica em vários pontos do Nordeste e para estudos na área de pesquisa e aproveitamento dos recursos minerais e de reflorestamento.

7/11/1963. DSC01029

*CONESG aprovada: órgão vai executar serviços para a Sudene*

Aprovação pelo conselho deliberativo da Sudene da criação da Companhia Nordestina de Serviços Gerais (CONESG), que passará a executar serviços básicos para a Sudene. Celso justifica a sua criação como sendo necessária devido ao crescimento do órgão e pela incapacidade de executar a crescente demanda de serviços gerais.

15/11/1963. DSC01030

*Aluísio Alves veio ao Recife discutir bilhões da Sudene com Arraes*

Governador do Rio Grande do Norte se encontra com Arraes para discutir emendas a serem postas em pauta na próxima reunião extraordinária da Sudene, a fim de liberar recursos para projetos em diversas áreas como: agricultura, agropecuária, economia algodoeira; desenvolvimento do cooperativismo e abastecimento.

21/11/1963. DSC01031

*Celso: Sudene é forçada a bloquear verbas para governos estaduais*

Em reunião extraordinária do conselho deliberativo da Sudene, Celso Furtado revela que o órgão foi obrigado a bloquear verbas para execução de projetos comandados por estados devido à execução indevida dos mesmos. Como maior empecilho, o economista citou a falta de técnicos estaduais com preparo ideal para desenvolver os projetos.

21/11/1963. DSC01032

*Quase quatro bilhões para desenvolver a agricultura e pecuária nordestinas*

Conselho deliberativo da Sudene aprova a liberação de quase 4 bilhões de cruzeiros para programas de desenvolvimento da agricultura e pecuária nordestinas, além de outros recursos para a economia algodoeira e incentivos fiscais para empresas privadas.

22/11/1963. DSC01033

*Sudene oferece mil bolsas em 1964*

Matéria trata da criação de mil bolsas nas áreas de agronomia, engenharia, química, geologia, além de cursos de formação de professores nas áreas de física, química, matemática e biologia, para o ano de 1964.

22/11/1963. DSC01035

*Dieffenderfer rebate: Sudene é a verdadeira coordenadora da Aliança.*

Entrevista à Francisco Pelúcio.

Em entrevista, diretor da missão norte-americana de cooperação econômica e técnica no Brasil defende a posição americana sobre as críticas que a Aliança vem recebendo pela falta de atividade. Disse que quem controla a “Aliança no Brasil na verdade é a Sudene e que os Estados Unidos estão esperando que a Sudene vá buscar US\$ 20 milhões que a entidade liberou”. Disse que o principal

objetivo da Aliança é a industrialização e nesse campo os projetos vão indo muito bem.

28/11/1963. DSC01036, DSC1038

*Pesquisa da Codepe dirá como NE vence o subdesenvolvimento*

Coluna Economia e Finanças: Perfis industriais do estado.

Assinatura de acordo entre a Codepe e a Sudene visando levantamentos economicos e perfis industriais dos estados nordestinos.

29/11/1963. DSC01040

*Sudene entrega carros-tanque à Paraíba e Celso afirma que não é candidato*

Ao entregar 11 carros-tanque à Paraíba, Celso Furtado afirma que esse estado é o mais bem preparado administrativamente do Nordeste e que em poucos anos terá seus problemas de infraestrutura resolvidos e estará pronto pra receber indústrias. Além disso, Furtado ratificou a sua postura de técnico e intelectual, afirmando que não se canditará a nenhum cargo político.

29/11/1963. DSC01041

*Seminário sobre o Nordeste para funcionários latino-americanos*

Coluna Economia e Finanças.

Trinta e um altos funcionários de bancos de fomento de 15 países latino-americanos participarão de seminário da Sudene sobre o problema do desenvolvimento no Nordeste.

## Última Hora 1964

11/1/1964. DSC00676

*Celso Furtado: Nordeste é região que mais cresce no Brasil*

Em entrevista, Celso Furtado diz que, em termos relativos, a região Nordeste era a que mais crescia em 1964. Além de citar os projetos reais que foram efetivados, Furtado fala do aumento pretendido de atividades no setor agrícola, industrial, de educação, de energia, de transporte e de abastecimento de água.

21/2/1964. DSC00757

*Diretor da Sudene: artigo 18 não contraria interesses nacionais*

Matéria sobre rumores relacionados ao artigo 18. Os boatos diziam que este artigo,, que beneficiava o Nordeste, iria prejudicar a indústria brasileira de forma geral.

1/4/1964. DSC00756

*Celso volta de Washington: “Fracasso da Aliança é reconhecido por todos”*

O fracasso da Aliança para o Progresso é reconhecido tanto pelos norte-americanos como pelos latino-americanos, segundo Furtado, que também fala dos resultados da reunião em Washington, onde participou da instalação do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), órgão de consulta do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES).

10/4/1964. DSC00755

*Sudene funciona normalmente*

Matéria afirma que as atividades da Sudene continuam normalmente, como também o fluxo de recursos para a entidade.

## **O Estado de S. Paulo** **1959**

4/1/1959. DSC00052

*Países subdesenvolvidos foram esquecidos em 1958*

Texto faz crítica à falta de espírito de cooperação econômica internacional por parte dos países desenvolvidos.

8/1/1959. DSC00053

*Ressaltado no Senado o papel da América Latina na ONU*

Exposição das ideias do senador Cunha Melo sobre o desenvolvimento econômico, América Latina e a necessidade de se cumprir os objetivos da carta da Nações Unidas.

15/1/1959. DSC00054

*Propõe o Brasil capital de 3 bilhões para o BFI*

Aborda as divergências entre Brasil e EUA sobre o Banco de Fomento Interamericano.

16/1/1959. DSC00055

*Os problemas do Nordeste tomaram a sessão do Senado*

Ponto forte é a declaração de Parsifal Barroso sobre as conclusões do grupo de trabalho presidido por Celso Furtado, sobre problemas do Nordeste.

17/1/1959. DSC00056

*Juracy propõe no Senado receita maior para obras do vale do S. Francisco*

17/1/1959. DSC00057

*O emprego das verbas da seca*

Fala sobre a disposição do ministro da Agricultura de se transferir para o Nordeste para vistoriar a aplicação das verbas das secas.

18/1/1959. DSC00058

*Sugestão de senador: mandato de 6 anos para presidente – Nordeste mais projetos novos*

Destaca-se na notícia a opinião de Parsifal Barroso. Ele diz que se as

conclusões do grupo de trabalho liderado por Celso Furtado forem acatadas, isso redundará na integração econômica da região.

23/1/1959. DSC00059

*Editorial. Notas e Informações: “Diferença de critérios”*

24/1/1959. DSC00060

*Notas e informações: “Será nossa culpa?”*

Crítica ao nacionalismo de nordestinos sobre a posição da região no concerto nacional e contra a ajuda estadunidense.

24/1/1959. DSC00061

*Jaboticabal faz apelo ao Senado – Recuperação do Nordeste*

Elogio do senador Novais Filho às conclusões do grupo de trabalho liderado por Celso Furtado.

29/1/1959. DSC00062

*Protestam os Nordestinos*

Protesto contra trecho de discurso de JK sobre relação entre inflação e as verbas destinadas ao combate à seca.

31/1/1959. DSC00063

*Recuperação do Nordeste*

Aborda a palestra proferida por Celso Furtado no Conselho Nacional de Economia sobre o plano de recuperação do Nordeste, em especial as mudanças nas políticas para a região.

1/2/1959. DSC00064

*O plano de economias deve ter em consideração os investimentos produtivos*

3/2/1959. DSC00065

*Recuperação do Nordeste*

Sobre palestra a ser realizada por Celso Furtado, acerca do plano de recuperação do Nordeste.



5/2/1959. DSC00066

*Industrialização do Nordeste do Brasil*

Matéria sobre palestra pronunciada por Celso Furtado sobre o plano de recuperação do Nordeste.

6/2/1959. DSC00071

*Colaboração interamericana contra o “subdesenvolvimento”*

Posições diferentes entre latino-americanos e Estados Unidos sobre desenvolvimento da região. Imperativo pelos primeiros é a tarefa da industrialização.

6/2/1959. DSC00072

*Órgão da Cepal em São Paulo*

8/2/1959. DSC00073

*xodo do nordestino*

Opinião de professor da Universidade de Pernambuco sobre a necessidade de educação do homem nordestino, para que este não emigre. Opinião e expectativa favorável de governador Dinarte Mariz sobre a Operação Nordeste.

10/2/1959. DSC00075, DSC00076

*Elaborado pelo GTDN Plano de Desenvolvimento do Nordeste*

Exposição de resultados do GTDN por Aluísio Afonso Campos.

14/2/1959. DSC00077

*Discussão em alto nível das questões do Nordeste*

Reunião de vários governadores do Nordeste e de instituições federais para discutir assuntos da região. Destaca-se a presença de personalidades como Roberto Campos, Aluísio Afonso Campos e Celso Furtado.

15/2/1959. DSC00079-00080

*A trigésima primeira meta*

Discute a reunião convocada por JK com governadores do Nordeste e personalidades, destacando a ausência de convite ao governador de São Paulo.

17/2/1959. DSC00084, DSC00085

*Nova proposta do Brasil a Comissão dos “21”*

Iniciativa brasileira, com apoio da Argentina, para proposta hemisférica a favor do desenvolvimento de nações subdesenvolvidas.

17/2/1959. DSC00086, DSC00087

*Operação Nordeste: discursos, uma mensagem e um decreto*

Aborda os resultados e o que foi discutido na reunião convocada por JK com governadores nordestinos. No discurso, anuncia que assinará mensagem ao congresso com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

18/2/1959. DSC00088

*Notas e informações: A “Operação Nordeste” um novo mito*

Crítica do jornal a JK, apontando a utilização do tema para fins políticos pelo presidente, sem haver uma real disposição por parte dele para resolver a questão seriamente.

18/2/1959. DSC00089

*Os problemas reais do Nordeste*

Dados estatísticos sobre as disparidades entre o Nordeste e o Sudeste.

18/2/1959. DSC00090, DSC00091

*Será criado um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste*

19/2/1959. DSC00092

*Notas e informações: Recuperação do Nordeste*

Perspectiva crítica do jornal ao que foi discutido para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

19/2/1959. DSC00093

*Charge – Operação Nordeste*

19/2/1959. DSC00094

*O intercâmbio comercial do Nordeste*

19/2/1959. DSC00095

*Eletificação rural no Nordeste*

19/2/1959. DSC00096

*Terá sede rotativa o Conselho do Nordeste*

Discute a aprovação do texto de criação da Codeno e a entrega deste ao governo Federal.

20/2/1959. DSC00097

*Notas e informações: O Nordeste e seus problemas*

Texto critica a linha geral adotada para o desenvolvimento do Nordeste e, especialmente, o governo federal e o nacionalismo.

20/2/1959. DSC00098, DSC00099

*Foram concluídos os planos para fomento do Nordeste do país*

Destaca-se na notícia a assinatura por JK do documento que cria a Codeno.

21/2/1959. DSC00101

Charge

21/2/59. DSC00102

*A rede rodoviária do Nordeste*

22/2/1959. DSC00103

*Notas e informações: A seca é como o jogo*

Discute real possibilidade e interesse do governo federal em fazer algo pelo Nordeste, pondo em dúvida os esforços, como o Codeno, para a resolução da questão nordestina, que tem sido utilizada no jogo político.

22/2/1959. DSC00104

*As dificuldades da “Opeño”*

Notícia revela o medo dos políticos nordestinos de haver obstáculos à Opeño no legislativo federal em virtude de questões partidárias.

24/2/1959. DSC00105

*O nordeste e a industrialização do Sul*

Busca contestar teses sobre o favorecimento do Sul em relação ao Nordeste.

25/2/1959. DSC00106

*O Nordeste e o Regime Cambial*

25/2/1959. DSC00107

*O problema da mineração no Nordeste*

26/2/1959. DSC00108

*Propostas para aplicação de capitais no Nordeste*

Notícia tem informações prestadas por Celso Furtado, na altura chefe do GTDN e diretor do BNDE, sobre possibilidade do BNDE atender a todas as propostas de aplicação de capitais no Nordeste. Importante referência ao seminário de Garanhuns.

27/2/1959. DSC00109

*O Nordeste e o sistema tributário*

2/4/1959. DSC00110

*Linguagem de candidato no adeus de Juracy ao Senado*

5/4/1959. DSC00113

*Juracy Magalhães aclamado em Recife*

9-4/1959. DSC00114

*Um teste difícil*

Ao abordar o discurso de Juracy Magalhães, critica os planos tradicionais para o Nordeste e a demagogia envolvida neles.

10/4/1959. DSC00115

*O problema do Nordeste e da Amazônia e a Distribuição da Renda Nacional*

Aborda estudo de importante revista da época: *Desenvolvimento e Conjuntura*.

16/4/1959. DSC00116

*Verba para execução do serviço da Codeno*

17/4/1959. DSC00117

*Lacerda em Pernambuco fala sobre sucessão presidencial*

Destaca-se na notícia a opinião irônica de Carlos Lacerda sobre a Operação Nordeste, concedida em contexto de debate acerca da sucessão presidencial.

25/4/1959. DSC00118

*Fase executiva da Operação Nordeste*

Sobre a instalação do Codeno, com a presença do presidente da República. Participação de militares e de personagens políticas como Juracy Magalhães.

26/4/1959. DSC00120-00121

*Em ambiente pouco entusiasta foi instalada ontem a Codeno*

Cobertura com tom pessimista e cético sobre a Codeno.

26/4/1959. DSC00122

*Uma experiência nova no Brasil, afirma Kubitschek*

Discurso de Kubitschek sobre a instalação da Codeno e dos melhoramentos que se espera dela e das políticas para o Nordeste.

28/4/1959. DSC00123

*Notas e informações: A Codeno – novo mito?*

Condena a Codeno como mito, no conjunto daqueles que pretendem usar a questão nordestina para fins políticos.

28/4/1959. DSC00124

*Plano de eletrificação apresentado à Codeno*

29/4/1959. DSC00125

*Notas e informações: O drama nordestino*

Continua a crítica às políticas pretendidas para o Nordeste.

30/4/1959. DSC00126

*“O futuro da América Latina está na industrialização”*

Matéria ilustra o pensamento heterodoxo da época sobre a importância da industrialização. Destaca-se o discurso de Raul Prebisch, que ilustra essa linha.

1/5/1959. DSC00127

*A economia latino-americana no ano passado segundo a Cepal*

3/5/1959. DSC00128

*Aspectos básicos do problema nordestino*

Matéria fala sobre o período final do seminário em Garanhuns, apontando como tema forte a Reforma Agrária e as teses debatidas no referido seminário.

5/5/1959. DSC00129

*Interpretação hábil de opinião divergente*

Apresenta as principais recomendações resultantes do seminário e as opiniões de Cid Sampaio sobre elas e o tema geral.

6/5/1959. DSC00130

*A gruta de Ali-Babá*

Crítica a criação e efetividade de novas instituições e siglas para resolver os problemas do Nordeste. Debate inserido na macro questão do julgamento do presidente JK e de seu grupo político.

6/5/1959. DSC00131

*Os produtores rurais e a operação Nordeste*

Trata da reunião para deliberação dos produtores rurais sobre a Operação Nordeste.

7/5/1959. DSC00132

*Herbert Levy e Cid Sampaio discutiram temas políticos*

8/5/1959. DSC00133

*Interesse da Indústria Paulista na solução dos problemas do Nordeste*

Opinião da indústria paulista sobre os temas do seminário de Garanhuns e das políticas para o Nordeste.

8/5/1959. DSC00134

*A produção agrícola do polígono das secas*

10/5/1959. DSC00135

13/5/1959. DSC00136

*Desenvolvimento do Nordeste*

Aprovação da criação da Sudene pelas comissões de justiça e finanças da Câmara.

15/5/1959. DSC00137

*Senador paraibano considera inútil a Operação Nordeste*

Opinioa negativa de Argemiro Figueiredo, senador pela Paraíba, sobre a Opeo.

26/5/1959. DSC00138

*Falta de critério no exame do projeto a Sudeno*

26/5/1959. DSC00139

*Carlos Lacerda analisa os acontecimentos de Niterói*

O projeto criando a Sudeno foi outra vez retirado da ordem do dia

26/5/1959. DSC00140

*A Opeo e o confisco fiscal*

27/5/1959. DSC00141

*De novo combatido no Senado o projeto que cria a Sudeno*

Apresenta várias críticas e políticos contrários ao projeto de criação da Sudene.

27/5/1959. DSC00142

*Aproxima-se a "Meta Final", diz Kubitschek aos Bispos*

Em discurso a bispos, Kubitscheck volta a enfatizar a importância da Operação Nordeste.

1/12/1959. DSC00143

*A Câmara concede urgência ao projeto da Sudeno*

3/12/1959. DSC00144

*Reunião da Codeno*

Reunião da Codeno encabeçada por governadores e senadores nordestinos.

4/12/1959. DSC00145

*Reunião da Codeno em Salvador*

Menciona Celso Furtado como diretor executivo da Codeno

8/12/1959. DSC00146

*Vivos debates na câmara a propósito da rebelião*

8/12/1959. DSC00147

*Senador visita Sergipe*

16/12/1959. DSC00148

*Ao criar a Sudeno, renova o presidente sua fé na política desenvolvimentista*

Presidente JK sanciona no Palácio das Laranjeiras lei de criação da Sudeno.

17/12/1959. DSC00149

*Notas e informações: Mais uma sigla*

Aborda a Sudene, a sua criação com ausência de plano de trabalho. A instituição como trapézio para o presidente.

17/12/1959. DSC00150

*Diretor da Sudeno*

Celso Furtado desliga-se da Codeno e é apontado como diretor da Sudeno.

30/12/1959. DSC00151

*A Sudeno justifica-se*

Fala da divulgação de estudo sobre a necessidade da Sudeno. Foco não na questão da seca, mas no subdesenvolvimento como o maior problema do Nordeste.



**O Estado de S. Paulo**  
**1960**

7/1/1960. DSC00152

*40 bilhões de cruzeiros aprovou o BNDE, em financiamentos, de 1952-1958*

8/1/1960. DSC00153

*Deputado do Nordeste fala da inflação*

Elogia a criação da Sudeno, entendendo-a como uma reparação à região.

9/1/1960. DSC00154

*Celso Furtado na direção da Sudeno*

Em decreto presidencial Celso Furtado é nomeado diretor Superintendente da Sudeno

14/1/1960. DSC00156

*O Ocidente e os países subdesenvolvidos*

16/1/1960. DSC00157

*A ação da Sudeno em vasta área do país*

Celso Furtado toma posse do cargo de superintendente da Sudeno.

3/2/1960. DSC00160-00161

*Em plena demagogia*

Crítica a Cid Sampaio por desapropriar terras para camponeses.

3/2/1960. DSC00162

*Precedente grave*

Ainda sobre a desapropriação de terras por Cid Sampaio.

3/2/1960. DSC00163

*Dentro de 15 dias a regulamentação da lei da Sudeno*

Celso Furtado afirma que dentro de 15 dias sairá a regulamentação da lei da Sudeno, e com isso irá se voltar para a criação do plano de ação da superintendência.

7/2/1960. DSC00164

*Analisados os objetivos do Banco do Nordeste do Brasil*

11/2/1960. DSC00165

*O desenvolvimento de um capitalismo democrático*

13/2/1960. DSC00166

*Importância do algodão mocó para o Nordeste*

16/2/1960. DSC00167

*Instalada oficialmente a Sudeno*

Discurso de Cid Sampaio representando o conselho diretor da Sudeno. No discurso de Celso Furtado se destacam a seriedade da empreitada e a necessidade de planificação rigorosa e justa distribuição de verbas federais.

21/2/1960. DSC00168

*Apelos da Sudeno ao presidente*

Destaca-se a importância de garantir verbas para as ações do novo órgão.

5/3/1960. DSC00169

*Perspectivas de nova seca no Nordeste*

10/3/1960. DSC00171

*As desapropriações e as Ligas Camponesas criadas no estado de Pernambuco*

Ida de Francisco Julião a São Paulo. Reportagem reflete o pensamento da época sobre as ligas e os seus “perigos”.

11/3/1960. DSC00172

*Conferência melancólica de nove países*

Conferência para ajudar os países subdesenvolvidos. Ceticismo quanto à efetividade.

12/3/1960. DSC00173

*Regulamentada pelo presidente a ação da Sudeno*

Regulamentada a Sudeno, JK fixa as contribuições do órgão para recuperar a economia da região.

16/3/1960. DSC00174

*Elabora a Sudeno plano de ação para o Nordeste*

Perspectiva da realização do I Plano Diretor da Sudeno para meados de abril de 1960.

23/3/1960. DSC00176, DSC00177

*Notas e informações: Israel e o Nordeste*

Compara a efetividade das políticas para o Nordeste brasileiro e para Israel. Aponta o problema “da gente” do Nordeste e de sua elite política como causa dos insucessos da região.

23/3/1960. DSC00178

*Atuará a Sudeno com funções de ministério regional*

Trata das atividades previstas pela Sudeno, explicadas por Celso Furtado em conferência.

24/3/1960. DSC00180, DSC00181

*Notas e informações: rumo errado*

Demonstra insatisfação com a linha adotada por Celso Furtado e o projeto da Sudeno, comparando com órgãos de intervenção estatal paulistas.

5/4/1960. DSC00182, DSC00183

*Proposto o adiamento da mudança; as verbas seriam destinadas ao Nordeste*

7/4/1960. DSC00184

*Nova política para uma região subdesenvolvida*

Apresenta alguns dados sobre a economia do Nordeste em 1959 e aponta iniciativas para a região, como do Banco do Brasil e BNB.

8/4/1960. DSC00185

*Dificuldades iniciais; financiamentos e Etene*

Relata problemas do BNB e elogia iniciativa da Etene.

9/4/1960. DSC00186

*Desfavoráveis as primeiras reações do empreendimento*

5/5/1960. DSC00187

*Cr\$ 56 bilhões serão aplicados no Nordeste*

Aprovação, pelo Conselho Diretor da Sudeno, do Plano Diretor da instituição.

6/5/1960. DSC00188

*Os planos da Sudeno*

13/5/1960. DSC00190

*Sudeno: já aprovado o plano quinquenal*

Mencionando o despacho que JK teve com Celso Furtado, comenta o envio ao Congresso do plano diretor quinquenal.

24/5/1960. DSC00191

*Reclamação no Senado em nome do Nordeste*

3/6/1960. DSC00192

*Plano básico para a região Nordeste*

Fala sobre reunião do Conselho Diretor da Sudeno e diz que o plano caracterizava-se por foco na infraestrutura.

25/6/1960. DSC00194

*Relatório da Sudene sobre Orós*

29/6/1960. DSC00195

*Notas e informações: O Nordeste e nós*

Apresenta a forma como São Paulo é visto no Nordeste e o espírito atual da região, a partir da opinião de um correspondente do jornal.

29/6/1960. DSC00197

*Problemas financeiros e humanos do Nordeste*

6/7/1960. DSC00193

*A economia da América Latina analisada pela Cepal*

9/7/1960. DSC00198

*A cultura do algodão no Nordeste*

15/7/1960. DSC00200

*Apelo a favor do progresso em Pernambuco*

Inauguração do seminário de Garanhuns.

22/7/1960. DSC00201

*Aprovada a organização da Sudene*

Aprovação por JK da secretaria executiva da Sudene.

23/7/1960. DSC00202

*Montagens de fábricas no Nordeste*

Política fiscal para incentivar importação de máquinas e equipamentos no Nordeste.

27/7/1960. DSC00203

*A economia brasileira na metade do século XX*

Apresentação dos pontos da conferência proferida por Celso Furtado sobre a economia brasileira.

27/7/1960. DSC00205, DSC00206

*O presidente inaugura a reunião econômica elogiando sua política*

Importante ponto sobre a Operação Panamericana.

28/7/1960. DSC00207-00208

*A economia brasileira na metade do século XX*

Texto completo de “A economia brasileira na metade do século XX”, de Celso Furtado.

3/8/1960. DSC00209

*Recife: êxito em operação do coração – geólogo indiano* (N.E.: chegada a Recife do geólogo indiano J. Jacob, da Unesco, para fazer pesquisas nas zonas previstas pelo Plano Diretor da Sudene)

3/8/1960. DSC00210

*Modificações no Plano Diretor da Sudene*

Modificações no Plano Diretor para ampliação de metas propostas pelo conselho deliberativo da Sudene.

6/8/1960. DSC00211

*É preciso que se reconbeça o valor do Nordeste*

Posição dos candidatos presidenciais, Milton Campos e Jânio Quadros, sobre o Nordeste.

17/8/1960. DSC00212

*Sartre deixou Recife: falará boje na Universidade da Bahia*

25/8/1960. DSC00213

*Inexistente o imperialismo paulista*

2/9/1960. DSC00216

*A campanha separatista*

3/9/1960. DSC00218

Adolfo Casais Monteiro

Título: (Suplemento literário) *Sartre no Recife*

4/9/1960. DSC00219

*Um único governador na Sudeno*

10/9/1960. DSC00220

*Destruindo infâmias*

Discute o tema do suposto imperialismo paulista.

17/9/1960. DSC00221

*Notas e informações: procedimentos ambíguos*

18/9/1960. DSC00222, DSC00223

*Jânio Quadros dará dois ministérios ao Nordeste*

18/9/1960. DSC00225, DSC00226

*Reafirma o presidente a solidez do regime no país*

18/9/1960. DSC00227

*Lançamento da siderurgia no Nordeste*

Presença de JK na inauguração da siderurgia, com elogio a Sudene.

22/9/1960. DSC00229

*Desenvolvimento econômico das nações: ressaltada a necessidade de planificação*

Inauguração de centro de estudos BNDE-Cepal e curso intensivo sobre problemas do desenvolvimento promovido pela Cepal.

27-9/1960. DSC00230

*Posição de Jânio Quadros sobre o Nordeste, acordo com governadores da região*

28/9/1960. DSC00231

*Notas e informações: Ainda o Nordeste*

19/10/1960. DSC00232

*Aluísio Alves: "O NE é desorganizado"*

20/10/1960. DSC00233, DSC00234

*Novos horizontes para o Nordeste*

Apresenta reflexão baseada na opinião de Jânio Quadros sobre o Nordeste.

25/10/1960. DSC00235

*O Nordeste no orçamento federal*

Verifica o fato de que a arrecadação do Nordeste é muito inferior ao volume dos recursos federais destinados à região.

6/11/1960. DSC00236, DSC00237

*Triste Operação Nordeste*

6/11/1960. DSC00238

*Sudeno: incentivo à cultura da palma*

26/11/1960. DSC00243

*Racionalização da administração no Nordeste do país*

Apresenta pontos de Celso Furtado sobre modernização e racionalização na administração pública nacional.

26/11/1960. DSC00244, DSC00245

*Cid Sampaio: O Nordeste ainda não confia*

Cid Sampaio aponta problemas do Nordeste, em especial falta de capital. Ceticismo quanto às novas políticas para a região.

27/11/1960. DSC00246, DSC00247

*Administração para o desenvolvimento*

Texto completo do discurso proferido por Celso Furtado quando paraninfo de Turma do XVI curso intensivo da Escola de Administração de Empresas.

29/11/1960. DSC00248

*O Nordeste confia no novo governo, diz Governador Juracy*

8/12/1960. DSC00239

*S. Paulo e o Governo Federal*

9/12/1960. DSC00240

*A Sudene aplicará 1 bilhão no Nordeste*

10/12/1960. DSC00241

*S. Paulo e a União*

15/12/1960. DSC00242

*Parlamentares da Paraíba contra o Plano Diretor da Sudene*

Posição de Celso Furtado sobre campanhas de parlamentares paraibanos contra a Sudene. Preocupação de Furtado com possíveis mutilações no Plano Diretor.

16/12/1960. DSC00249, DSC00250

*Os novos líderes do Nordeste*



22-12/1960. DSC00251

*Lançamento à siderurgia do Nordeste*

24-12/1960. DSC0052

*O Nordeste em São Paulo*

27/12/1960. DSC00254

*Líderes do NE seriam contra aprovação da Sudene*

28/12/1960. DSC00255

*Notas e informações: O nordeste visto pelos nordestinos*

Comenta importante matéria do *Jornal do Commercio*: “A culpa é dos nordestinos”.

29/12/1960. DSC00256-00257

*Notas e informações: A União e o Nordeste*

## **O Estado de S. Paulo**

### **1961**

1/1/1961. DSC00258

*(Atualidade econômica) Os principais acontecimentos em 1960*

11-1/1961. DSC00259

*Parsifal e Cid reuniram-se no Recife*

11/1/1961. DSC00260

*Estudos sobre a integração do Nordeste*

Matéria sobre o Ciclo de Estudos de Integração do Nordeste, que ocorreu em São Paulo.

13/1/1961. DSC00262

*Prioridade para o Plano Diretor da Sudeno*

Menciona a ida de Celso Furtado ao Congresso para tratar da rápida aprovação do plano da Sudeno; também descreve alterações feitas ao Plano Diretor.

13/1/1961. DSC00263

*Integração do NE: participantes do ciclo de estudos*

17/1/1961. DSC00264

*Será iniciado hoje ciclo de estudos sobre o Nordeste*

Programação do Seminário sobre o Nordeste.

18/1/1961. DSC00265, DSC00267

*O Nordeste à espera do Congresso*

Crítica a lentidão do Congresso em aprovar o projeto da Sudene.

18/1/1961. DSC00268, DSC00269

*Explicação de diretor da Sudene sobre os problemas do Nordeste*

Cópia do discurso de Celso Furtado sobre o Nordeste.

18/1/1961. DSC00270

*Foi instalado ontem o ciclo de estudos sobre o Nordeste*

Remete à conferência pronunciada por Celso Furtado “Os problemas do Nordeste”.

19/1/1961. DSC00271

*Notas e informações: O problema nordestino visto através da ciência*

Comenta criticamente o texto da exposição de Celso Furtado no Ciclo de Estudos Nordestinos em São Paulo.

19/1/1961. DSC00272

*Os benefícios da integração de mercados e o Nordeste*

Além de discutir vários pontos sobre as possibilidades e políticas para o Nordeste, apresenta alguns pontos do Relatório da Sudene.

20/1/1961. DSC00273

*Prosseguiram ontem os trabalhos do ciclo de integração do Nordeste*

22/1/1961. DSC00275, DSC00276, DSC00277

*A economia paulista e o Nordeste*

24/1/1961. DSC00278, DSC00279

*O deputado Oliveiro Brito defende a Sudene e o seu Plano Diretor*

24/1/1961. DSC00280, DSC00281

*Magalhães Pinto e Aluizio Alves falaram ontem no ciclo de integração do NE*

25/1/1961. DSC00282

*O Plano Diretor da Sudene*

Descrição e comentários críticos sobre o Plano Diretor da Sudene.

26/1/1961. DSC00283, DSC00284

*Notas e informações: ainda a Sudene*

Questionamentos críticos sobre o Plano da Sudene, dúvidas quanto aos objetivos e sua seriedade face a estes.

26/1/1961. DSC00286, DSC00287

*Carvalho Pinto encerrou ontem o ciclo do Nordeste*

Governador de São Paulo fala sobre aspectos importantes do Nordeste e a sua relação com o Sudeste, especialmente São Paulo.

27/1/1961. DSC00288

*São Paulo e o Nordeste*

Comenta de forma elogiosa o discurso do governador de São Paulo, Carvalho Pinto, sobre o Nordeste e a preocupação de seu estado com o desenvolvimento dessa região.

27/1/1961. DSC00289, DSC00290, DSC00293, DSC00294, DSC00295, DSC00296

*Ressaltado na sessão final o sentido unificador do ciclo sobre o Nordeste*

28/1/1961. DSC00297

*Senado: Comentado o ciclo de estudos sobre o Nordeste*

Fala de senador nordestino sobre o discurso de Carvalho Pinto acerca da Sudene. Apoio à posição do governador paulista.

28/1/1961. DSC00298

*Aplicação de verba da Sudene*

Notícia cita Miguel Arraes e as Ligas Camponesas.

1/3/1961. DSC00302

*Celso Furtado permanecerá na Sudene*

Reunião de Furtado com presidente Jânio Quadros para a sua permanência na Sudene.

8/3/1961. DSC00303

*A conjuntura nacional e os problemas de PE*

11/3/1961. DSC00304

*Preenchimento de 40 vagas na Sudene*

18/3/1961. DSC00305

*Representante da Sudene no plano portuário*

24/3/1961. DSC00306

*Reequipamento de escolas no Nordeste*

6/4/1961. DSC00307

*Incremento à obra dos bispos do NE*

7/4/1961. DSC00308

*Dólar a Cr\$ 100,00 nas importações para o Nordeste*

Presidente ordena estudo sobre a possibilidade de realizar política cambial que favoreça o desenvolvimento do Nordeste.

9/4/1961. DSC00309

*Câmbio, Sudene, ajuda externa e monopólio*

12/4/1961. DSC00310

*No Senado: industrialização do Nordeste*

Repercussão no Senado, especialmente por parte de senador nordestino, do trabalho de Celso Furtado e da Sudene.

13/4/1961. DSC00311

*Diretor da Sudene discorre sobre a nova política cambial*

Exposição de Celso Furtado e comentários do jornal sobre a nova política cambial.

15/4/1961. DSC00312

*Entrevista coletiva do presidente da República – Sudene*

Cita Celso Furtado e a concessão a este de status de ministro de Estado.

18-5/1961. DSC00313

*A instrução 204 não prejudicará o Nordeste*

Notícia sobre exposição de Celso Furtado à comissão sobre o polígono das secas acerca da instrução 204.

19/5/1961. DSC00314

*Irá a plenário da Câmara o substitutivo da Sudene*

21/5/1961. DSC00315

*Concluído o parecer sobre o Plano Diretor da Sudene*

Depoimento de deputado pernambucano sobre a Sudene.

23/5/1961. DSC00316

*Representante da ONU dá sugestões sobre o Nordeste*

26/5/1961. DSC00317, DSC00318

*O presidente inaugura em João Pessoa a reunião de governadores do Nordeste*

27/5/1961. DSC00319

*Estímulo à economia do Nordeste*

Projetos aprovados pela Sudene para incentivo à indústria e economia do Nordeste, buscando atração de capitais e investimentos.

27/5/1961. DSC00320-00321

*Cid Sampaio: 100 bilhões salvariam o Nordeste*

Apresenta a fala de Cid Sampaio na reunião de governadores do Nordeste, na presença do presidente Jânio Quadros.

28/5/1961. DSC00322

*Notas e informações: “A única solução”*

Opinião do jornal sobre declaração de Cid Sampaio sobre a quantia necessária para “salvar” o Nordeste.

28/5/1961. DSC00323

*Semana Parlamentar*

Menciona a Sudene e adeptos de seus projetos no legislativo federal. Também cita alguns projetos do órgão.

31/5/1961. DSC00324

*Notas e informações: Os resultados da conferência de João Pessoa*

Elogio a uma “nova” postura diante das questões do Nordeste. Também aplaude a determinação do presidente em resolver os problemas da região.

1/6/1961. DSC00325

*Cid afirma que são normais suas relações com Quadros*

Cid Sampaio contesta a ideia de que sua relação com Quadros estaria estremecida.

3/6/1961. DSC00362, DSC00328

*Destinados 6 bilhões a obras no Nordeste*

Decreto assinado pelo presidente da República destinando verba para obras e ações no Nordeste.

3/6/1961. DSC00329

*O diretor da Sudene e os exploradores do Nordeste*

Texto sobre o Nordeste e crítica a quem explorava a região. Elogioso a Celso Furtado, trata também da campanha contra ele.

3/6/1961. DSC00330

*Nordeste*

Notícia fala da reunião de governadores do Nordeste com o presidente Quadros e sobre a relação deste com o regime comunista no Caribe, Cuba.

7/6/1961. DSC00331

*Comissão da Câmara ouve Celso Furtado*

Notícia sobre o comparecimento de Celso Furtado à comissão de orçamento da Câmara para prestar depoimento sobre o substitutivo da Sudene, o que permitiria seguir com alguns projetos enquanto o Plano Diretor não é aprovado.

7/6/1961. DSC00332

*Bolsas de Estudo da Sudene*

Política para formação de capital humano para o desenvolvimento do Nordeste.

13/6/1961. DSC00333

*Estudos sobre o abastecimento do Nordeste do país*

15/6/1961. DSC00335-00336

*Será recomendada a ida aos EUA do Sr. Celso Furtado*

20/6/1961. DSC00337

*Convidado para ir aos EUA o superintendente da Sudene*

Convite do governo dos EUA a Celso Furtado para discutir questões relativas ao plano de ajuda imediata ao Nordeste brasileiro.

20/6/1961. DSC00338

*Semana Parlamentar – Sudene*

Crítica do senador Argemiro Figueiredo à política do governo para o Nordeste por meio da Sudene.

27/6/1961. DSC00339

*Celso Furtado irá à comissão de transportes*

Ida de Furtado à comissão por causa do plano de emergência da Sudene.

28/6/1961. DSC00341

*Entregue o Plano de desenvolvimento do Nordeste do país*

Celso Furtado entrega ao presidente Jânio Quadros o Plano quinquenal da Sudene.

29/6/1961. DSC00342, DSC00343

*Notas e informações: Sudene*

Elogio do presidente da comissão contra as secas ao aumento de recurso para Nordeste. Cita o plano quinquenal da Sudene, entregue por Furtado ao presidente Quadros, como algo que aumentará ainda mais os recursos.

30/6/1961. DSC00344

*Urgência para o plano de obras da Sudene*

1/7/1961. DSC00345

*Sudene: será modificado o plano de obras propostos*

Notícia informa que o projeto da Sudene deveria ser votado em data próxima, dado que voltaria à pauta do dia na Câmara. Alterações ao projeto são apresentadas no texto.

4/7/1961. DSC00346

*Exposição sobre o plano quinquenal para o Nordeste*

Texto com partes da exposição de Celso Furtado sobre o plano quinquenal da Sudene para a imprensa de Recife.

7/7/1961. DSC00347

*Negociações da Sudene com o governo paulista*

Negociações da Sudene com o governo paulista para obter condições especiais para adquirir equipamentos e máquinas produzidas pela indústria paulista.

11/7/1961. DSC00349

*Celso Furtado inicia as conversações nos EUA*

Entrevistas e conversações de Celso Furtado com funcionários do Departamento de Estado dos EUA. É interessante na reportagem a notícia de possível doação do governo americano de equipamento para programa nuclear do Brasil e Argentina.

12/7/1961. DSC00350

*Interesse nos EUA pelo plano quinquenal do Nordeste*

Celso Furtado tem impressão de que o interesse pelos EUA quanto ao plano



quinquenal é grande. Furtado portava uma carta pessoal de JQ para John Kennedy.

13/7/1961. DSC00351

*Celso Furtado confia numa ajuda substancial dos EUA ao Nordeste*

15/7/1961. DSC00352

*Nordeste: técnicos dos EUA virão estudar os planos*

Presidente Kennedy anuncia que técnicos americanos irão ao Brasil estudar junto a autoridades brasileiras o plano desenvolvimento do Nordeste.

15/7/1961. DSC00353

Foto tirada durante reunião de Celso Furtado com John Kennedy na Casa Branca.

16/7/1961. DSC00354-00355

*Notas e informações: Nossas esperanças para o Nordeste*

Encíclica da Igreja católica contempla problemas do subdesenvolvimento.

16/7/1961. DSC00356

*Semana Parlamentar*

Atraso na votação e a não reunião de comissões impediram de ser votado o projeto da Sudene.

16/7/1961. DSC00357

*Auxílios federais ao Nordeste; exposição do Sr. Cid Sampaio*

16/7/1961. DSC00358

*Visão da semana: Café, Sudene e salários*

Notícia discute ação interventora dos EUA e do Brasil na solução do problema nordestino. Discute também o clima das negociações de Furtado nos Estados Unidos.

18/7/1961. DSC00359

*Celso Furtado na região das secas dos EUA*

20/7/1961. DSC00360

*Nordeste: a ONU poderá colaborar, Furtado regressa*

22/7/1961. DSC00361

*Câmara: acusados os políticos pelas dificuldades do Nordeste*

Deputado da UDN faz forte discurso sobre a posição da Câmara e a lentidão desta na aprovação da ajuda para o Nordeste.

22/7/1961. DSC00362, DSC00363, DSC00364

*Superintendente da Sudene volta otimista dos EUA*

Excelente reportagem, fala sobre vários pontos e resultados da viagem de Furtado aos Estados Unidos.

23/7/1961. DSC00365, DSC00366, DSC00367

*Prevê Sudene plano quinquenal de colonização*

Reportagem com várias linhas da nova política para o Nordeste. Também fala de regiões específicas do Nordeste e políticas pensadas para elas. O mais expressivo é o plano de colonização, polêmico na época.

26-7/1961. DSC00368

*Quadros recebeu superintendente da Sudene*

Furtado se reúne com presidente Jânio Quadros para passar as informações e resultados de sua estada nos Estados Unidos.

27/7/1961. DSC00369

*Furtado confia em Montevideu e adverte contra Ligas*

28-7/1961. DSC00370

*Adiado na Câmara o debate sobre a Sudene; discutida a lei anti-truste*

29/7/1961. DSC00371, DSC00372

*A política financeira do governo e desenvolvimento econômico do país*

29/7/1961. DSC00373, DSC00374

*Roberto Campos define sua posição em torno do nacionalismo, da estabilização e do desenvolvimento*

30/7/1961. DSC00375

*Semana parlamentar – Sudene*

O projeto da Sudene ainda está sendo exaustivamente debatido e discutido na câmara.

1/8/1961. DSC00376

*Volta às comissões o projeto do Plano Diretor da Sudene*

1/8/1961. DSC00377

*O irmão do presidente Kennedy veio conhecer os problemas do NE*

Elogio a Celso Furtado e ao bom entendimento entre Kennedy e Furtado. (N.E.:viagem de Ted Kennedy ao Recife)

4/8/1961. DSC00378

*Kennedy e Herrera com Quadros; dez milhões para o NE*

Reportagem apresenta projetos e linhas de financiamentos do BID entre outros para o Nordeste. O plano emergencial para o Nordeste é citado.

5/8/1961. DSC00379

*Aprovado o projeto sobre o Plano Diretor da Sudene*

Aprovação e encaminhamento do projeto que estabelece o Plano Diretor da Sudene ao Senado. Nele se discriminam as verbas a serem destinadas ao I Plano Diretor.

6/8/1961. DSC00380, DSC00381

*A Sudene tem bases financeiras*

Matéria discute a aprovação do projeto da Sudene.

10/8/1961. DSC00382

*A “Petrobras” em Salvador ou os paradoxos do regionalismo*

13/8/1961. DSC00383

*Guevara contra a ajuda ao Nordeste*

Guevara comenta negativamente a ajuda americana e europeia ao Nordeste.

13/8/1961. DSC00384

*Empréstimo do BID para o Nordeste*

17-8/1961. DSC00385

*Notas e informações: São Paulo e a integração regional*

19/8/1961. DSC00386

*Recife: reunião de prefeito com a Sudene*

Com a presidência de Cid Sampaio, instalada reunião de prefeitos do Nordeste e Sudene.

20/8/1961. DSC00387

*Recife: reunião de Edis para decidir a aplicação de verbas*

24/8/1961. DSC00388

*Auxílio do exterior à Sudene*

Notícia declarações de Celso Furtado sobre recursos do exterior e o seu impacto sobre as verbas da Sudene.

29/8/1961. DSC00389

*O Nordeste na reunião de Punta del Este*

Notícia importante, pois além de falar de Celso Furtado, enquadra o problema nordestino no quadro mais geral do subdesenvolvimento nos países do sul.

3/9/1961. DSC00391

*Gastos necessários para o reequipamento da indústria têxtil do Nordeste do Brasil*

Notícia cita Sudene e sindicato paulista da área têxtil.

7/9/1961. DSC00392

*Estudo da aplicação de recursos no NE*

Fala de reunião do conselho da Sudene a ser convocada por Furtado. Também menciona área de investimentos para a região e o volume.

7/9/1961. DSC00393

*Desenvolvimento da pecuária de corte e leite no Nordeste*

17/9/1961. DSC00395

*Governadores do Nordeste pedem permanência de Celso Furtado*

Notícia apresenta apoio unânime de governadores do do Nordeste à permanência de Celso Furtado à frente da Sudene.

20/9/1961. DSC00396

*Celso Furtado continuará na Sudene*

Celso Furtado foi à capital federal a chamado do presidente Jânio Quadros e do vice João Goulart. O jornal afirma a grande possibilidade de Furtado continuar à frente da Sudene.

23/9/1961. DSC00397, DSC00398

*O Nordeste, problema despolitizado*

Notícia abarca a questão da politização do problema do Nordeste.

23/9/1961. DSC00400

*Proposta a criação do Ministério do Nordeste*

Apresentação à Câmara para criação do Ministério do Nordeste.

6/10/1961. DSC00401

*Aprova a Sudene projeto agrário*

A reportagem descreve o projeto e os seus pontos. Importante a parte em que fala das verbas destinadas ao projeto.

11/10/1961. DSC00402

*Furtado diz que o problema do NE recebeu prioridade*

Furtado teve do conselho e do presidente da República a afirmação de que o problema do Nordeste tem prioridade.

12/10/1961. DSC00403

*Autorizada a construção de novas fábricas no Nordeste*

26/10/1961. DSC00404

*Técnicos dos EUA vieram conhecer os planos da Sudene*

Chefe da missão técnica dos EUA ao Nordeste afirma que virá ao País para visitar *in loco* os projetos da Sudene.

28/10/1961. DSC00405

*Emendas ao projeto da Sudene*

29/10/1961. DSC00406

*Levy e Bohan em trabalhos da Sudene*

1/11/1961. DSC00407

*Bohan passará dois meses no Nordeste*

Embaixador americano Merwin Bohan ficará dois meses no Nordeste, em escritório lotado na Sudene para verificar os projetos e pensar o montante de verbas americanas para o Nordeste.

5/11/1961. DSC00408

*A verdade e a mentira*

7/11/1961. DSC00409, DSC00410

*A Sudene e a ajuda internacional*

7/11/1961. DSC00411

*O superintendente da Sudene foi criticado no Senado*

7/11/1961. DSC00412

*Bohan reitera que veio tomar contacto com o Nordeste*

7/11/1961. DSC00413

*700 milhões garantirão o Nordeste contra a seca*

Notícia fala de verbas e investimentos para projetos da Sudene. Menciona Celso Furtado e a ajuda americana.

8/11/1961. DSC00414

*Colônia agrícola israelense será criada no Nordeste*

Cooperação técnica israelense no Brasil. A criação de uma colônia agrícola com famílias brasileiras poderia ser um exemplo de recuperação de regiões de seca.

14/11/1961. DSC00415

*Shriver foi ao Nordeste e embarcou para Caracas*

17/11/1961. DSC00416

*Recife: adido inglês estuda o caso do Nordeste*

17/11/1961. DSC00417

*Serão aplicados no Nordeste Cr\$ 700 milhões*

22-11/1961. DSC00418

*Notas e informações: um homem esclarecido*

Editorial sobre Juracy Magalhães.

23/11/1961. DSC00420

*Boban visitará ainda seis Estados do Nordeste*

Visita de embaixador americano com Celso Furtado a regiões onde há projetos da Sudene.

25/11/1961. DSC00421

*Boban e Furtado percorrem o Maranhão*

28/11/1961. DSC00422

*Sudene: hoje o Senado votará o Plano Diretor*

29/11/1961. DSC00423

*O Senado aprovou com emendas o Plano Diretor da Sudene*

30/11/1961. DSC00424

*Notas e informações: A "indústria das secas" contra o Nordeste*

Excelente editorial, pois mostra como as emendas aprovadas pelo Senado no plano da Sudene, além de inconstitucionais, visam manter viva a indústria das secas.

30/11/1961. DSC00425-00427

*Seca no Nordeste, as medidas do Ministro da Viação*

1/12/1961. DSC00428

*Os inimigos do Nordeste*

Continuação da discussão sobre as emendas no plano da Sudene e a permanência dos *lobbies* e da indústria da seca.

2/12/1961. DSC00429

*Oposição à Sudene causa ressentimento*

Mostra o apoio político e das massas populares do Nordeste contra aqueles que se voltam contra a Sudene.

6/12/1961. DSC00430

*Sudene: as emendas ao plano seriam anuladas*

6/12/1961. DSC00431

*Pedida na Câmara a rejeição das emendas do Senado ao Plano Diretor da Sudene*

6/12/1961. DSC00432

*Grave a seca no Nordeste; medidas do Governo Federal*

6/12/1961. DSC00433-00434

*Greve geral de 1 hora hoje em Recife em apoio ao Plano da Sudene*

Notícia mostra movimentação político-popular a favor do plano da Sudene.

7/12/1961. DSCDSC00435

*Sudene: os relatores rejeitam as emendas oferecidas ao plano*

7/12/1961. DSC00436, DSC00437

*Provocação contra Cid perturba o comício de Recife pela Sudene*

8/12/1961. DSC00438

*Protesto contra as alterações no Plano Diretor da Sudene*

8/12/1961. DSC00439, DSC00440

*Advertência de Furtado sobre a situação do NE*



9/12/1961. DSC00441

*Câmara: rejeitadas as emendas que modificam o Plano da Sudene*

Entre as emendas foram rejeitadas todas as que tinham caráter de desvirtuar as ideias originais do plano da Sudene.

13/12/1961. DSC00442

*Inaugurada ontem em Recife agência do Banco do Estado*

15/12/1961. DSC00443

*O conselho destina 150 milhões para o socorro ao Nordeste*

15/12/1961. DSC00444

*Desenvolvimento do Nordeste: Reunião da missão dos EUA*

17/12/1961. DSC00445

*A sanção do Plano diretor da Sudene*

Coloca-se a importância significativa da ajuda externa americana para a viabilidade do Plano Diretor da Sudene.

17/12/1961. DSC00446

*O BID empresta a Sudene 40 milhões*

26/12/1961. DSC00447

*Notas e informações: planejamento ou ministério?*

Opinião de O Estado de S. Paulo sobre o planejamento e a criação de um ministério para isso.

## **O Estado de S. Paulo 1962**

3/1/1962. DSC00448

*COFAP e Sudene articulam-se para o abastecimento*

Menciona o projeto de planificação do estabelecimento feito por Furtado e o responsável da COFAP.

12/1/1962. DSC00449

*Recife: ofício de Cid Sampaio recusado por Celso Furtado*

Fala da primeira reunião da Sudene já com o Plano Diretor aprovado.

14/1/1962. DSC00450

*A indústria paulista e o Nordeste*

Opinião do presidente da FIESP-CIESP sobre Nordeste, o papel de São Paulo e a Sudene.

16/1/1962. DSC00451

*Ciclo do Nordeste abre-se amanhã*

Menciona Celso Furtado como presente na programação do evento.

18/1/1962. DSC00453, DSC00454, DSC00455

*Nordeste: instalado novo ciclo de estudos*

Reportagem trata do local e horário do evento. Contém também partes e comentários de discursos de participantes. Destaca-se o discurso anti-subdesenvolvimento.

19/1/1962. DSC00456, DSC00457

*Notas e informações: Sempre o Nordeste*

Trata do ciclo de estudos sobre o Nordeste, focando na questão da demagogia política na resolução dos problemas do Nordeste.

26/1/1962. DSC00459, DSC00460, DSC00461, DSC00463.

*Nordeste: novos depoimentos no II ciclo de estudos*

Foto de Celso Furtado e menção a este. Discursos e temas de importância para o Nordeste no seminário.

27/1/1962. DSC00464, DSC00465

*Notas e informações: Conferência do Sr. Celso Furtado*

Editorial com crítica ao discurso de Celso Furtado no Ciclo de Estudos sobre o Nordeste.

28/1/1962. DSC00466

*Notas e informações: Argumentação capciosa*

Crítica aos argumentos e discurso de Celso Furtado.

1/2/1962. DSC00468

*Garantia do tesouro a operações de crédito da Sudene*

Assinatura do presidente do conselho de ministros de decreto para a Fazenda, garantindo recursos para operações da Sudene.

2/2/1962. DSC00469, DSC00470

*A Sudene aparelhada*

Faz menção aos problemas de votação e orçamento da Sudene até então e mostra postura otimista com a garantia de recursos para a superintendência.

4/2/1962. DSC00471

*Serão pedidos ao BID financiamentos para projetos da Sudene*

8/2/1962. DSC00472-00473

1) *A Bahia*

Série de artigos sobre alguns estados nordestinos.

9/2/1962. DSC00475

2) *A Bahia*

10/2/1962. DSC00476

3) *A Bahia*

13/2/1962. DSC00477

1) *Pernambuco*

14/2/1962. DSC00478

2) *Pernambuco*

15/2/1962. DSC00479

3) *Pernambuco*

16/2/1962. DSC00480

4) *Pernambuco*

17/2/1962. DSC00481

*A Sudene pede a entrega dos duodécimos*

Fala de documento assinado por Celso Furtado e pelos membros do Conselho da Sudene para o presidente da República, pedindo entrega de recursos ao órgão.

20/2/1962. DSC00482

*Notas e informações: O Nordeste: 5) Pernambuco*

21/2/1962. DSC00483

*Notas e informações: 6) Pernambuco*

22/2/1962. DSC00484

*Notas e informações: 7) Pernambuco*

24/2/1962. DSC00485

*Notas e informações: O Nordeste: 8) Pernambuco*

28/2/1962. DSC00486-00487

*Notas e informações: A Sudene e a Aliança para o Progresso*

A opinião de Celso Furtado sobre a Aliança para o Progresso, contrária à de Leonel Brizola. Fala de recursos e da ajuda destinada pelos EUA.

1/3/1962. DSC00488

*Nordeste: 15) Conclusões*

8/3/1962. DSC00489

*Magalhães Pinto irá à reunião da Sudene*

15/3/1962. DSC00490

*O dia de São José, a Aliança para o Progresso e a demagogia no Nordeste*

Aniversário da Aliança para o Progresso e discurso de autoridades sobre esse projeto.

16/3/1962. DSC00491

*A Sudene criou um fundo para compra de gêneros*

29/3/1962. DSC00494

*Acordo com o Japão para assistência técnica ao Nordeste*

Acordo com o Japão para assistência do Nordeste assinado pelo chanceler San Tiago Dantas. Descrição e partes do acordo.

3/4/1962. DSC00495

*O governador de Minas assistirá à reunião do Recife*

5/4/1962. DSC00496, DSC00497

*Iniciadas, ontem, em Recife, as reuniões da Sudene*

14/4/1962. DSC00498, DSC00499

*Firmado acordo para o NE; Carta de Kennedy; San Tiago volta ao país*

San Tiago Dantas assina com secretário de Estado dos EUA acordo para recursos para o Nordeste. A matéria trata ainda de Celso Furtado e de seu contato com San Tiago sobre recursos da Aliança.

24/4/1962. DSC00500

*Elogios a Goulart e à “Aliança” e crítica à Sudene*

Opinião do senador pela Paraíba, Argemiro Figueiredo, sobre Goulart, Aliança e Sudene.

24/4/1962. DSC00501

*Moscovo fala a jornalistas do “NE” sobre a “Aliança”*

26/4/1962. DSC00502

*Assinados convênios com a Sudene*

Menciona Celso Furtado em reportagem, ao falar sobre a importância do planejamento nas ações do Nordeste

9/5/1962. DSC00503

*Reúne-se hoje o conselho da Sudene*

Reportagem interessante, especialmente ao citar a declaração do governador de Pernambuco sobre urgência das necessidades e o ritmo burocrático-administrativo da Sudene.

9/5/1962. DSC00504

*Retorna amanhã de Bonn o Sr. Celso Furtado*

Matéria sobre ida de Celso Furtado à Alemanha para tratar de acordos com entidades públicas e privadas.

10/5/1962. DSC00505

*Governadores criticam a Sudene e o governo Federal*

Crítica forte, especialmente do Piauí, à Sudene.

11/5/1962. DSC00506

*A Sudene e a constituição*

Crítica a poder “discricionário” e intervenção da Sudene no Nordeste.

15/5/1962. DSC00508, DSC00509

*Plano de emergência para o Nordeste*

18/5/1962. DSC00510

*Celso Furtado fala sobre a atual situação do NE*

Palestra de Furtado no Conselho Nacional de Economia

20/5/1962. DSC00511

*Os EUA oferecem mais ajuda para o Nordeste*

25/5/1962. DSC00512

*Em estudo pela Sudene auxílio para Sergipe*

6/6/1962. DSC00513

*Gordon em Recife assina acordos e visita a Sudene*

9/6/1962. DSC00514

*50% do imposto de renda para a instalação de indústrias no NE*

Conselho de Ministros aprova decreto que regulamenta artigo de lei que criou a Sudene.

14/6/1962. DSC00515, DSC00516

*O problema das reformas de base e o desenvolvimento*

27/6/1962. DSC00517

*Comissão do Senado ouvirá Celso Furtado*

Notícia sobre Furtado, que irá comparecer à comissão do Senado sobre polígono das secas para falar sobre o plano da Sudene para o Piauí.

8/7/1962. DSC00518

*Sudene: 181 milhões para eletrificação em Pernambuco*

Importante crítica de Cid Sampaio à Sudene, sobre o alto poder do órgão quanto a recursos federais para a região.

21/7/1962. DSC00519

*Os inimigos da direita e da esquerda da “Aliança para o Progresso”*

22/7/1962.

*A Aliança para o Progresso e o desenvolvimento do Brasil*

24/7/1962. DSC00520

*Na televisão dos EUA a situação do Nordeste*

Programa de 30 minutos sobre o Nordeste brasileiro foi passado na televisão americana.

3/8/1962. DSC00521

*Sudene: apresentado o II Plano Diretor*

Menciona Celso Furtado explicitamente.

10/8/1962. DSC00522

*O Nordeste terá novos postos meteorológicos*

11/8/1962. DSC00523

*No Nordeste o coordenador da “Aliança”*

15/8/1962. DSC00524

*Exposição sobre a Sudene*

21/8/1962. DSC00525

*Acordo entre a Sudene e o Fundo especial da ONU*

30/8/1962. DSC00526

*Execução do Plano Diretor da Sudene*

Opinião da Confederação Rural Brasileira sobre como deveriam ser os rumos da ação da Sudene.

12/9/1962. DSC00527

*Investimentos no Nordeste do País*

15/9/1962. DSC00528

*Convênio para irrigação no Nordeste*

Convênio entre Sudene e USAID para o Nordeste.

19/9/1962. DSC00529

*Colaboração de Minas Gerais com a Sudene*

Questões de destaque do anteprojeto de Minas Gerais para colaboração com a Sudene.

23/9/1962. DSC00531

*Alteração do Plano Diretor da Sudene*

Estudo sobre mudanças no Plano Diretor da Sudene.

26/9/1962. DSC00532

*Quase 116 bilhões para executar o II Plano da Sudene*

28/9/1962. DSC00534-00535

*Furtado toma posse e aponta o planejamento como “a única solução”*

Celso Furtado toma posse como ministro extraordinário.



5/10/1962. DSC00536

*O conselho de desenvolvimento reúne-se com Celso Furtado*

Celso Furtado se reuniu com técnicos para ampliar o parque industrial brasileiro.

10/10/1962. DSC00537

*Reunião do Conselho da Sudene*

Anuncia feitura do relatório de Celso Furtado sobre a sua atuação à frente da Sudene.

12/10/1962. DSC00538

*A Sudene irá participar do programa de educação*

19/10/1962. DSC00539

*Reúne-se hoje o Conselho da Sudene*

Reunião, sob a direção de Celso Furtado, para ouvir o relatório deste acerca de sua atuação na Sudene.

2/11/1962. DSC00540

*Pedro Gondim faz críticas à Sudene*

Forte crítica do governador da Paraíba, sobre hipertrofia da Sudene e pouca eficiência.

6/11/1962. DSC00541

*A Sudene cria grupo de estudos para o Jaguaribe*

8/11/1962. DSC00542

*Promove a Cepal a formulação de nova política econômica*

8/11/1962. DSC00543

*Problemas de desenvolvimento* (Celso Furtado paraninfiando o sétimo curso de problemas do desenvolvimento organizado pelo Centro Cepal-BNDE, no Rio de Janeiro)

14/11/1962. DSC00544

*Poupar o Maranhão é um dos itens da Sudene*

14/11/1962. DSC00545

*Celso Furtado é favorável ao mínimo a partir de 1 de Janeiro*

24/11/1962. DSC00546

*A “Sudene” e a industrialização do Nordeste*

Panorama crítico sobre o Plano Diretor em execução da Sudene.

29/11/1962. DSC00547

*Oferecida à Sudene uma escola modelo*

30/11/1962. DSC00548

*Insuficiente a rede bancária no Nordeste*

Reportagem sobre aspectos bancários e financeiros para os planos de ação da Sudene.

5/12/1962. DSC00549

*Relatório sobre as atividades da Sudene*

Leitura do relatório de Celso Furtado sobre a Sudene, com reprodução de trechos.

7/12/1962. DSC00550

*Aprovado o Plano Diretor da Sudene*

Aprovação pela Câmara do Plano Diretor para Sudene para o ano de 1963.

11/12/1962. DSC00551

*Importação de máquinas para obras da Sudene*

Indústrias do Nordeste criticam a Sudene por preferir importar máquinas do que comprar no País.

14/12/1962. DSC00552

*Aplicação de capitais nas áreas do Nordeste*

18/12/1962. DSC00553

*O plano de Furtado será examinado hoje*

22/12/1962. DSC00555

*Notas e informações: Planejamento indicativo e democracia*

Opinião do jornal sobre plano de metas apresentado por Celso Furtado.

25/12/1962. DSC00556

*Problemas do Nordeste brasileiro*

## **O Estado de S. Paulo 1963**

3/1/1963. DSC00557

*Celso Furtado hoje em S. Paulo: exposição sobre o plano trienal*

Celso Furtado convidado a dar palestra sobre plano trienal em São Paulo pela Associação Comercial e pela Federação das Indústrias do Estado.

3/1/1963. DSC00558

*Palavras, palavras*

Opinião do jornal sobre Goulart, Celso Furtado e o Plano Trienal.

3/1/1963. DSC00559

*O plano de Celso Furtado*

Posição do jornal sobre o Plano Trienal, em especial a questão do planejamento.

3/1/1963. DSC00561-00562

*Furtado diz que o Plano Trienal não tende para a estatização econômica*

5/1/1963. 19630105p12

*Plano Trienal: exposição do Sr. Celso Furtado na FIESP*

6/1/1963. DSC00563, DSC00564

*Plano e estatização*

Celso Furtado insiste em que o Plano não tem intenção estatizante.

6/1/1963. DSC00566

*Visão da semana: as premissas do Plano Trienal e o FMI*

8/1/1963. DSC00567, DSC00568

*O Plano Trienal e as Reformas de Base*

Descrição e opinião do jornal sobre o Plano Trienal.

8/1/1963. DSC00569, DSC00570

*O Plano Trienal: as perguntas ao Sr. Celso Furtado*

19/1/1963. DSC00571

*Notas e informações: Mais uma reforma constitucional*

19/1/1963. DSC00573

*Furtado debaterá o Plano Trienal dia 28*

20/1/1963. DSC00574

*Integração do NE: abre-se terça-feira a reunião plenária*

Encontro sobre a integração do Nordeste. A notícia contém a agenda de trabalhos do evento.

23/1/1963. 19630123p10

*Abertos solenemente os trabalhos da reunião para integração do Nordeste*

25/1/1963. 19630125p09

*Lincoln Gordon falou sobre a “Aliança” e o Nordeste*

26/1/1963. DSC00575

*Notas e informações: Pernambuco e a subversão em marcha*

29/1/1963. DSC00576

*Furtado pede apoio às classes produtoras*

Celso Furtado pede cooperação às classes produtoras e que abandonem as críticas superficiais ao Plano Trienal.

30/1/1963. DSC00577, DSC00578

*Notas e informações: Celso Furtado e o capital estrangeiro*

Forte crítica do jornal a Celso Furtado, pela sua atuação “propagandista”.

9/2/1963. DSC00579, DSC00580

*Furtado traça um quadro sombrio da situação nacional*

Celso Furtado fala da inflação e das dificuldades do governo na economia.

14/3/1963. DSC00581

*Celso Furtado falou aos militares, no Rio, sobre o Plano Trienal*

Pequeno trecho sobre discurso de Furtado.

16/3/1963. 19630316p04

*Súmula da mensagem do presidente do novo Congresso*

5/4/1963. DSC00582

*O pensamento do Sr. Celso Furtado e o comunismo*

Reportagem sobre Furtado, especialmente focada na questão da propriedade privada. Faz-se menção a artigo de Celso Furtado na *Foreign Affairs*. Afirma que Furtado é adepto do materialismo histórico.

7/4/1963. DSC00583

*O humanismo do Sr. Celso Furtado*

Continua discutindo o artigo de Furtado na *Foreign Affairs*.

11/4/1963. DSC00584

*Reunião Sudene em Recife*

Sobre relatório da secretaria executiva de Furtado na Sudene. Notícia fala do envolvimento de Celso com o II Plano Diretor no legislativo.

18/4/1963. DSC00585

*Notas e informações: O Sr. Celso Furtado e o conceito de liberalismo*

Continuação da discussão sobre posições de Furtado a partir do artigo deste na *Foreign Affairs*.

19-4/1963. DSC00586

*Notas e informações: O “camponês” brasileiro e o marxismo*

Continua crítica a Celso Furtado.

20/4/1963. DSC00587

*Notas e informações: À guisa de conclusão*

30/4/1963. 19630430p09

*A Sudene e a revolução nordestina II*

1/5/1963. 19630501p07

*A Sudene e a revolução nordestina III – as “ligas camponesas” espalham-se pelas plantações de cana no litoral*

3/5/1963. 19630503p08

*A Sudene e a revolução nordestina IV*

3/5/1963. DSC00589

*Plano diretor da Sudene*

Apresenta dados e pequeno histórico da Sudene desde sua fundação.

4/5/1963. 19630504p07

*A Sudene e a revolução nordestina – V – É minoritário esforço do governo para resolver o problema nordestino*

4/5/1963. DSC00590

*Projetos aprovados pela Sudene*

Histórico e detalhamento com números sobre projetos aprovados pela Sudene e verbas destinadas.

4/5/1963. DSC00591, DSC00592

*Fontes de recursos da Sudene*

Detalhamento do processo e origem de recursos da Sudene.

5/5/1963. DSC00593, DSC00595, DSC00596

*A Sudene e a revolução nordestina – VI – Na batalha do Nordeste será decidido o futuro da livre empresa no Brasil*

Continua série de reportagem sobre Nordeste, Sudene e os recursos destinados. Notabiliza-se o valor de apenas 6% dos recursos realmente destinados ao Nordeste.

5/5/1963. v00597

*Ajuda da Aliança para o Progresso do Nordeste*

7/5/1963. 19630507p08 e 19630507p09

*A Sudene e a revolução nordestina – VII – Resolveremos o problema do Nordeste de acordo com as diretrizes marxistas?*

7/5/1963. DSC00598

*Obras principais da Sudene*

8/5/1963. 19630508p17

*Gordon analisa a ajuda dos EUA ao Nordeste*

10/5/1963. DSC00599

*Julião diz que a Sudene é eficaz órgão da “Aliança”*

Crítica de Julião aos rumos da Sudene dada a influência da Aliança e dos Estados Unidos.

14/5/1963. DSC00600

*Senador fala dos desequilíbrios entre as regiões do Brasil*

Importantes dados sobre projetos e legislação voltado ao Nordeste. Também menciona a Sudene.

29/5/1963. DSC00602

*Inicia hoje o Senado a votação do Plano diretor da Sudene*

30/5/1963. DSC00603

*Goulart anuncia reforma ministerial para a próxima semana; titulares devolvem cargos*

Boato de que Celso Furtado vai abandonar o governo. (N.E.: Celso Furtado acha que o ministro San Tiago Dantas está pintando de cor de rosa uma situação que é muito grave)

30/5/1963. DSC00604, DSC00605

*Vota o Senado o Plano Diretor da Sudene até 1965; acima de 61 bilhões as despesas*

1/6/1963. DSC00606, DSC00607

*Ex-governador de Sergipe: a reforma é inútil ao Nordeste*

20/6/1963. DSC00608

*Sudene: Darci Ribeiro sugerirá a sanção solene do Plano Diretor*  
 Apoio de Darcy Ribeiro a Celso Furtado.

25/6/1963. DSC00609

*Celso Furtado anuncia seu afastamento do ministério*

27/6/1963. DSC00610

*Presidente sanciona hoje o Plano Diretor da Sudene*

28/6/1963. DSC00611, DSC00613

*Goulart sancionou o projeto do Plano Diretor da Sudene*

5/7/1963. DSC00614

*Cinco milhões de dólares dos EUA para o Nordeste*

Menciona Gilberto Freyre e a questão do Itamaraty-Sudene. Freyre questiona a capacidade da Sudene de firmar acordos no exterior. Furtado garante que o órgão pode firmá-los, inclusive com a Aliança para o Progresso.



6/7/1963. DSC00615, DSC00616

*Convênios Brasil-EUA no Nordeste: saúde e eletrificação*

Descrição e ocasião dos convênios.

10/7/1963. DSC00617

*Goulart reunirá ministros para firmar convênios da Sudene*

12/7/1963. DSC00618

*O ministério vai reunir-se em Recife nos dias 28 e 29*

30/7/1963. DSC00619, DSC00620

*Firmam posição os governos nordestinos*

30/7/1963. DSC00622

*O presidente assina os convênios da Sudene e investe nas reformas*

Amplio relato sobre pontos e trechos do discurso do presidente João Goulart.

2/8/1963. DSC00623

*Uma oportunidade mais para o Nordeste*

6/8/1963. DSC00624

*Furtado defende concorrências da Sudene*

23/8/1963. DSC00625

*Escritório da Sudene em S. Paulo*

Furtado informa em sessão da comissão sobre polígono das secas da abertura de escritório da superintendência em São Paulo.

6/9/1963. DSC00626

*Reunião da Sudene em Recife*

10/10/1963. DSC00627

*Reunião do conselho da Sudene*

18/10/1963. DSC00628

*A Sudene quer erguer o Nordeste em 5 anos*

Várias menções a Celso Furtado e aspectos de seu discurso.

20/10/1963. DSC00629

*Celso Furtado refuta a demagogia comunista*

Opinião elogiosa do jornal a Celso Furtado.

2/11/1963. DSC00630

*Sudene recebe 110 milhões da USAID*

8/11/1963. DSC00632

*Prolongado estiagem no Nordeste*

9/11/1963. DSC00633

*R.G Norte: 250 milhões da Sudene para eletrificação*

23/11/1963. DSC00634

*Desenvolvimento da pecuária e agricultura do Nordeste*

Menção direta de Celso Furtado.

19/12/1963. DSC00365

*A Sudene aprova isenções fiscais para empresas no Nordeste*

20/12/1963. DSCDSC00636

*Apelo de governador mineiro à Sudene*

## **O Estado de S. Paulo 1964**

8/1/1964. DSC00637

*A escola de agronomia do Nordeste foi ampliada*

9/1/1964. DSC00638

*Arraes e a Sudene*

Breve menção a Celso Furtado, noticiando uma reunião de Arraes com Furtado.

18/1/1963. DSC00639

*Cepal: tese brasileira na reunião de Brasília*

21/1/1963. DSC00641

*Eleito para presidir a reunião o chefe da delegação do Brasil*

Celso Furtado, chefe da delegação brasileira, é eleito para presidir a reunião de peritos governamentais da América Latina em política comercial, promovida pela Cepal, no Rio de Janeiro. Secretária-geral a cargo de José Antonio Mayobre.

26/1/1963. DSC00642, DSC00643, DSC00644, DSC00645

*Terminou ontem a reunião da Cepal*

4/2/1964. DSC00646

*Salientado o interesse da França pelo Nordeste*

16/2/1964. DSC00647

*Cerca de 4,5 bilhões serão aplicados pela Sudene na indústria*

4/3/1964. DSC00648

*A Sudene examina hoje projetos de pesquisa*

Discussão sobre decreto da Sudene para participação das empresas estrangeiras no Nordeste.

5/3/1964. DSC00649, DSC00650

*O estado de revolução em Pernambuco*

Quadro geral da crise político-social em Pernambuco.

12/3/1964. DSC00651

*Financiamentos da Sudene*

Em reunião com presidente João Goulart, Celso Furtado consegue mais recursos para a Sudene.

27/3/1964. DSC00652

*Demissão de funcionários provoca crise na Sudene*

Crise na Sudene, ameaça de dissolver a capacidade administrativa da instituição.  
Pedido de demissão de Francisco de Oliveira.

27/3/1964. DSC00653

*Sudene aprova investimentos no valor de Cr\$ 33 bilhões*

Informa sobre número de projetos aprovados pela Sudene e os valores envolvidos.  
Notabiliza-se o montante do investimento privado.

7/4/1964. DSC00654

*Assumiu o interventor na Sudene*

Militar assume a Sudene. Destaca-se visita com agentes da USAID para discutir projetos comuns.

8/4/1964. DSC00655, DSC00656

*II Plano diretor da Sudene*

Notícia apresenta objetivos do novo Plano Diretor da Sudene.

26/4/1964. DSC00657

*Cresce interesse em S. Paulo por incursões industriais no Nordeste*

Apresenta panorama do empresariado do Centro-Sul, especialmente de São Paulo para investimento no Nordeste. Fala das condições, vantagens e problemas para esses empreendimentos.

6/5/1964. DSC00658

*A Sudene não pode parar*

Faz um panorama crítico do histórico da Sudene, apresentando a necessidade da instituição.

7/5/1964. DSC00659

*Pernambuco: apoiam os industriais reformas econômicas no Brasil*

Opinião de industriais e da FIESP sobre a “revolução democrática”.

7/5/1964. DSC00660

*Sudene dá 1 bilhão para vítimas das enchentes*

15/5/1964. DSC00661

*Celso Furtado será professor nos EUA*

Matéria informa a ida de Celso Furtado ao Chile e sua possível estada nos Estados Unidos, como professor da Universidade de Yale.

16/5/1964. DSC00662

*A entrevista do presidente Castelo Branco – problemas do Nordeste*

Respostas de Castelo Branco às perguntas de jornalista de *O Jornal do Commercio*, de Pernambuco. As perguntas versam sobre a inferioridade do Nordeste no concerto nacional e sobre o estrangulamento econômico da região.

20/5/1964. DSC00663

*Investimentos no Nordeste e tributo de renda*

Assinado por Castelo Branco lei que aprova o II Plano Diretor.

22/5/1964. DSC00664

*No Chile ex-ministro do Planejamento*

Celso Furtado se encontra no Chile, a convite da Universidade do Chile. Reportagem também faz referência a outras personalidades exiladas no Chile.

27/5/1964. DSC00665

*O IBGE firma convênio com a Sudene*

5/6/1964. DSC00666

*Castelo hoje em Recife; fala amanhã*

Matéria sobre a Sudene, especialmente acerca de recursos e política fiscal para o órgão.

7/6/1964. DSC00667

*Castelo encarece a união pelo Nordeste*

Apresenta fala de Castelo Branco, também tratando do convênio entre Sudene e Agência Internacional para o Desenvolvimento.

10/6/1964. 19640610p16

*O Nordeste abre as suas portas à industrialização*

11/6/1964. DSC00668

*Sudene quer liberalização de recursos*

Interventor da Sudene viaja para encontrar presidente e pedir liberalização de recursos para o órgão.

13/6/1964. 19640613p10

*Chaminés no polígono das secas – conclusão – cooperação paulista enfrenta importantes barreiras*

19/6/1964. DSC00669

*Inundação: a Sudene obtém crédito de 1 bilhão*

23/6/1964. DSC00670

*Concedidas pela Sudene verbas de Cr\$ 9,9 bilhões*

Sudene concedeu verbas para 233 projetos industriais.

25/6/1964. DSC00671

*Escolhido o novo diretor da Sudene*

Economista cearense é escolhido por Castelo Branco para superintendente da Sudene.

25/6/1964. DSC00674, DSC00675

*Aplicação de recursos no Nordeste*

Apresenta panorama de convênios, projetos e recursos destinados ao Nordeste.

2/7/1964. DSC00676

*Será aplicada vultosa verba da Sudene na agricultura e pecuária*

5/7/1964. DSC00677

*Economia canavieira do Nordeste*

28/7/1964. DSC00678

*Recuperação das estradas do Nordeste*

5/8/1964. DSC

*Procura intensificar a industrialização do estado de Pernambuco*

Apresenta políticas e propostas do governo de Pernambuco para o seu processo de industrialização.

6/8/1964. DSC00680

*Nordeste terá mais estradas*

11/8/1964. DSC00681

*Aliança: bons resultados da visita de Rogers*

Expõe financiamentos e verbas da Aliança para o Progresso para o Nordeste.

13/8/1964. DSC00682

*A Sudene pede verbas para evitar a sua paralisação*

Descrição e explicação dos problemas enfrentados pela Sudene, especialmente falta de verbas.

9/9/1964. DSC00683

*Ministro fala dos planos da Sudene para o próximo ano*

Entrevista do general Cordeiro de Farias, ministro extraordinário para assuntos regionais, sobre políticas para o Nordeste.

11/9/1964. DSC00684

*Problemas de abastecimento no Nordeste*

23/9/1964. DSC00685

*Decretada a prisão de 9 da Sudene*

Destaca-se prisão preventiva decretada a Francisco de Oliveira. E de Marcos Lins, Risoleta Cavalcanti, Estêvão Strauss, Jader de Andrade, Nailton dos Santos.

29/9/1964. DSC00686

*Cooperação entre AID e Sudene*

2/10/1964. DSC00687

*Ministros irão à reunião da Sudene*

8/10/1964. DSC00688

*Verbas para o desenvolvimento do Nordeste*

Descrição de verbas e aplicação destas em programas específicos aprovados pela Sudene.

22/10/1964. DSC00689

*Estará pronto em fevereiro o novo plano da Sudene*

Superintendente da Sudene destaca as cinco prioridades do novo plano da Sudene para o período 1965-1968.

24/10/1964. DSC00690

*Projeto dá 62 bilhões à Sudene*

Castelo Branco envia ao Congresso mensagem acompanhada de projeto de lei sobre recurso destinado a complementar verbas referentes ao II Plano Diretor.

28/10/1964. DSC00691

*Congresso vê crédito à Sudene*

29/10/1964. DSC00692

*Sudene: instalada a comissão*

Abertura de comissão mista para avaliar crédito do governo à Sudene.

13/11/1964. DSC00693

*Aprovado crédito para a Sudene*

18/11/1964. DSC00694

*Desmentida a transferência da Sudene*

Desmentido boato de que a Sudene seria transferida para o Ceará.

19/11/1964. DSC00695

*Sudene recebe crédito especial*

Castelo Branco sanciona lei que concede crédito de 62 bilhões de cruzeiros à Sudene.

20/11/1964. DSC00696

*Notas e informações: A Sudene atendido pelo Governo*

20/11/1964. DSC00697

*Dirigente da Sudene comenta visita presidencial*

Avaliação positiva da relação entre governo Castelo Branco com a Sudene e o Nordeste.



2/12/1964. DSC00698

*Rodovias: termo aditivo entre a AID e a Sudene*

2/12/1964. DSC00699

*A Sudene assinou ontem em Recife o termo aditivo de pavimentação de estradas*

15/12/1964. DSC00700

*A Sudene liberou 643 bilhões para obras rodoviárias*

Registro da chegada de economista norte-americano à Sudene.

22/12/1964. DSC00701

*A Sudene vai modificar sua política em Minas*

22/12/1964 19641222p08

*O dia 31 de Março nos canaviais.1 – A indústria sem agricultura não resolverá o problema nordestino*

22/12/1964. DSC00702

*A Sudene cria situação de investimentos*

23/12/1964. 19641223p06

*O dia 31 de Março nos canaviais – 2*

27/12/1964. DSC00703

*Diretor da Sudene virá a São Paulo*

Programação e assuntos da visita do diretor da Sudene a São Paulo.

29/12/1964. 19641229p21

*Sudene: isenção aumentará investimentos*

30/12/1964. DSC00704

*A nova Sudene, a indústria paulista e os consumidores nordestinos*

31/12/1964. DSC 00705

*Indústria auxiliará o Nordeste*

Criação de fundação para auxiliar na industrialização do Nordeste, vinda do setor privado.



*Menino boia-fria, 1975. / Crédito: Pedro Martinelli.*



SEGURANÇA ALIMENTAR  
E SEGURANÇA ENERGÉTICA



No quadro das atividades acadêmicas do Ano da França no Brasil, em 2009, o Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain, da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, pelo lado francês, e o programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pelo lado brasileiro, com o apoio do Centro Celso Furtado, organizaram no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de outubro de 2009, o seminário internacional “Segurança alimentar e segurança energética: estratégias da expansão da produção de alimentos e de biocombustíveis na Europa e no Brasil”.

Partindo dos resultados de estudos especializados, particularmente os mais ligados às áreas das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, o seminário reuniu cerca de 30 professores e formuladores de políticas públicas de Brasil, França, Suíça e Escócia. Aqui publicamos quatro artigos apresentados durante o seminário. *Christian Comeliau*, grande autoridade nos estudos de desenvolvimento econômico, propõe enquadrar o debate numa perspectiva mais geral do desenvolvimento; *Michel Villette* reflete sobre os investimentos europeus no setor do bioetanol no Brasil. *Georges Flexor* estuda, com mais três pesquisadores, o programa brasileiro de produção e uso do biodiesel, estabelecido pelo governo Lula. E *Antônio Augusto Rossotto Ioris* se concentra nas questões da ecologia política.



## SEGURANÇA ALIMENTAR E SEGURANÇA ENERGÉTICA: OPÇÕES POLÍTICAS E OPÇÕES ECONÔMICAS

CHRISTIAN COMELIAU\*

É uma grande honra ter sido convidado para fazer a conferência inaugural deste colóquio e gostaria de agradecer mais uma vez. Mas para evitar um mal-entendido, quem sabe até uma grande decepção por parte dos que me escutam, gostaria de dizer aqui, de público, o que foi acordado entre os organizadores do colóquio e eu.

Como economista, dediquei minha carreira principalmente a compreender os problemas de desenvolvimento no mundo e a propor algumas reflexões sobre esse tema no quadro do ensino e da pesquisa universitária, assim como no âmbito das organizações internacionais. Mas não posso reivindicar nenhuma competência particular em matéria de segurança alimentar e de segurança energética, que, no entanto, constituem os dois temas mais importantes deste encontro. Por essa razão, quando expus minhas reticências e meus escrúpulos aos organizadores do evento – que desejavam que eu abrisse o colóquio –, eles esclareceram que não me pediam para entrar desde a introdução no debate técnico dos especialistas – o qual será um dos objetos principais dos dois dias seguintes –, mas para tentar *enquadrar o debate numa perspectiva geral do desenvolvimento*. Acrescentaram, ainda, que a perspectiva poderia ser a mesma que caracterizou meus trabalhos anteriores, que eles tiveram oportunidade de conhecer. Tive a fraqueza – ou talvez a ousadia

---

\* Professor honorário do Institut universitaire d'études du développement, em Genebra, e professor visitante da École des hautes études en sciences sociales, em Paris.



– de aceitar essa proposta, talvez mais arriscada do que parece. É, portanto, essa perspectiva geral que gostaria de lhes apresentar brevemente, esperando, sem qualquer pretensão, que ela possa ser útil para suas discussões; lembrando algumas críticas de fundo que, em minha opinião, são requeridas pelas abordagens tradicionais do desenvolvimento, e, sobretudo, insistindo na diferenciação que parece responder a pelo menos algumas dessas críticas, isto é, a diferença entre opções políticas e opções econômicas.

Portanto, meu enfoque será principalmente de ordem metodológica, cuja exposição seguirá algumas etapas, começando por demonstrar a insatisfação profunda que se pode sentir diante da concepção, hoje dominante, do desenvolvimento. Proponho de imediato a distinção central que me parece necessária para abordar a discussão dessa concepção, isto é, fazer a distinção entre opções políticas e opções econômicas. Em seguida, tentarei identificar as principais razões das lacunas da concepção dominante do desenvolvimento: além desta concepção ter se originado em um sistema mundial excessivamente artificial, em favor de alguns interesses, as razões derivam – em minha opinião – do enclausuramento desse enfoque numa filosofia e numa antropologia extremamente redutoras, e num aparato conceitual e teórico também um tanto redutor, já que o desenvolvimento é centrado, prioritariamente, na dimensão econômica do desenvolvimento das sociedades, e, no cerne desta, na dimensão mercantil dessa economia. É a partir da crítica desse triplo reducionismo que sugiro, na conclusão, alguns elementos que deverão permitir um enfoque mais satisfatório das estratégias de desenvolvimento, buscando particularmente o que poderia ser uma concepção nova de um termo – hoje fora de moda –, a saber, o “planejamento do desenvolvimento”.

### **Os enfoques atuais do desenvolvimento: inquietações e ausência de controle**

Partimos de uma constatação brutal, sem necessidade de maiores explicações, de tanto que já foi fartamente formulada e ilustrada: é aquela de uma angústia profunda cada vez mais corrente quanto à situação presente e futura do nosso mundo, e quanto à insatisfação crescente dos cidadãos diante da insuficiência de respostas das políticas para essa inquietação. O sentimento de angústia é resultado do espetáculo de um mundo tecnologicamente poderoso que trouxe, certamente, inúmeras melhoras de conforto, principalmente material, para uma

parte (ainda minoritária) da população mundial. Porém, multiplicou também situações de pobreza, de miséria, de não satisfação das necessidades elementares, de desigualdades, de exclusão, de opressão, de violência, enfim de desequilíbrios sociais múltiplos geradores de crises profundas e de insegurança. A atualidade recente é rica em exemplos de dramas desse tipo, largamente documentados pelas organizações internacionais; este colóquio é, aliás, dedicado às duas áreas em que a insegurança ante a satisfação das necessidades essenciais (alimentação e energia) tornou-se particularmente preocupante. Mas essa angústia se agrava quando observamos o futuro. Pois, se a análise desses problemas demonstra algumas melhoras – se a proporção dos pobres na população mundial recua lentamente em muitos países, o número absoluto continua crescendo em todo o mundo e muitos bolsões de pobreza não podem esperar nenhuma melhora num futuro próximo –, outros se aprofundam indiscutivelmente; conforme se pode constatar, especialmente, diante das duas categorias de problemas dentre os mais dramáticos, como a acentuação das desigualdades (que se agrava por toda parte, nos países ricos, nos pobres e nos emergentes) e as ameaças ao ecossistema (e não só) em razão do aquecimento climático. Poderíamos acrescentar aqui a persistência e o agravamento, em muitos países, da insegurança física, da violência, da guerra e das ameaças terroristas, as múltiplas crises de identidade em torno do pertencimento religioso ou étnico, e também a dificuldade, legítima ou não, dos países mais ricos diante das pressões migratórias internacionais, cada vez mais prementes.

Assim descrita, a evolução corrente e futura do nosso mundo revela-se às vezes *inadmissível* do ponto de vista ético e provavelmente *inviável* a longo prazo, a menos que se reduza o mundo a uma fortaleza para proteger uma minoria de privilegiados. Não reivindico qualquer originalidade ao fazer um resumo de semelhante diagnóstico. Este, agora, é o de múltiplos observadores, dentre os mais informados, e é também objeto de análises apreensivas nos mais diversos meios, ou pelo menos daqueles que não ficaram cegos com a alienação da técnica, ou com o enriquecimento, com a corrida ao poder, e com as miragens da sociedade de consumo.

Devíamos, portanto, esperar uma reação de um esforço coletivo gigantesco imposto pela dimensão e pela própria natureza desse desafio. Não podemos, sem dúvida, negar as mudanças recentes das relações de forças mundiais, que se explicam pelo sucesso (em termos de crescimento econômico global) de alguns

grandes países “emergentes”: o Brasil, evidentemente, constitui um exemplo dos mais espetaculares, com a Índia e a China. Não subestimamos os vários aspectos positivos dessas mudanças, e a nova divisão do poder que resulta disso. Mas é preciso assinalar que elas são acompanhadas de fenômenos mais preocupantes, diretamente ligados a essas evoluções, como o agravamento das desigualdades e os desafios ecológicos evocados acima, e também da estagnação global, e até mesmo do retrocesso de imensos grupos de países, especialmente na África subsahariana, e de problemas gigantescos relacionados com a não satisfação das necessidades essenciais ou do desrespeito aos direitos humanos fundamentais nesses mesmos países. Podemos observar também que a evolução econômica e social da maioria das coletividades nacionais, inclusive a dos países mais adiantados – como mostra de maneira eloquente a “crise” dos anos recentes, que ninguém foi capaz de anunciar claramente –, se caracteriza por *uma ausência preocupante de controle* por parte dos responsáveis políticos e econômicos quanto à evolução que ocorre diante deles. Devo acrescentar que essa ausência de controle é ainda mais acentuada em relação ao futuro, como acaba de mostrar o malogro, pelo menos provisório, em Copenhague das negociações internacionais sobre o clima, ou a lentidão daquelas que pretendem reformar o sistema de governança mundial por meio da Organização das Nações Unidas.

Falar da profunda insatisfação ante os desempenhos atuais do desenvolvimento no mundo não significa ceder a um pessimismo exagerado. A princípio, por causa dos múltiplos aspectos negativos, presentes ou futuros, aos quais acabo de fazer alusão e cuja gravidade não se pode negar; mas, também, porque as receitas padronizadas que os governantes mundiais pretendem impor a todos os países mostram-se, cada vez mais, como uma repetição ou como impasses, que só conduzem a êxitos limitados num número limitado de países. *Parece, portanto, que é a própria noção de desenvolvimento que deve ser discutida para encontrar uma saída para esses impasses.* Mas esse questionamento exige uma conscientização muito nítida de vários elementos entre as realidades mundiais atuais.

- Deve-se primeiro lembrar uma característica evidente do nosso mundo, a do quadro geral da globalização no qual se inscreve (de maneira aparentemente inevitável, à primeira vista) a maior parte das tentativas atuais de desenvolvimento. A importância prática desse quadro se traduz

pela expansão de um sistema mundial dominante, produtivista e mercantil, que funciona essencialmente a serviço dos atores mais poderosos. É a lógica desse sistema propriamente dito que está na raiz da imposição das regras padronizadas às quais fiz alusão; estas regras são hoje extraordinariamente constrangedoras (pensemos, por exemplo, no quadro de livre-comércio exacerbado que a Organização Mundial do Comércio impõe, em todos os casos, aos parceiros mais fracos no centro do sistema mundial). Mas é importante admitir que essas regras não são as únicas possíveis, e que várias modificações substanciais poderiam lhes ser feitas.

- Deve-se, então, admitir que se adotarmos esse distanciamento necessário com relação às regras uniformizadoras do “sistema mundial”, o problema não será mais o da aceitação de um tipo de disciplina mundial inevitável; de maneira geral, trata-se de restituir ao termo “desenvolvimento” o sentido original de “mudança social controlada”. Este controle, que lhe falta terrivelmente, não deveria se medir pela obediência cega às receitas padronizadas, mas antes à adequação entre as finalidades desejadas por cada uma das coletividades interessadas e às medidas de estratégia que adotam para alcançá-las. Longe das banalizações formuladas, na maioria das vezes, em nome da “boa governança”, essa nova concepção de desenvolvimento deveria restaurar a necessidade de estratégias definidas em termos de opção, noção à qual voltarei mais adiante.
- Enfim, para determinar em que essas novas estratégias diferem – e devem diferir – das “recomendações” de desenvolvimento que emanam do sistema mundial, é preciso ater-se mais à compreensão das razões pelas quais as concepções dominantes só podem mesmo é fracassar ao promover um desenvolvimento politicamente e eticamente satisfatório, por causa do enclausuramento resultante do seu reducionismo.

É para contribuir com a resolução dessas duas últimas questões que gostaria agora de explicar a diferença que proponho entre opções políticas e opções econômicas; na mesma linha de raciocínio, apresentarei em seguida as razões essenciais do reducionismo da concepção dominante.

### **Opções políticas e opções econômicas**

A maior confusão envolve essa distinção. Quando é admitida em matéria de estratégia de desenvolvimento – o que, aliás, não é frequente –, ela dá lugar a uma interpretação simplista e perfeitamente ilusória; o desenvolvimento seria uma coisa séria que exige a perícia de técnicos, engenheiros em suas respectivas especialidades, economistas e financistas, para assegurar a “racionalidade” das opções de desenvolvimento, isto é, ele deve estar em conformidade com as exigências da técnica e, sobretudo, com as “leis econômicas”; estas são comparáveis às leis da natureza – como a lei da gravidade na física – e, portanto, são não passíveis de adaptações ou tergiversações. Daí a necessária recusa de qualquer intervenção política (sinônimo aqui de “politicagem”), porque esta não poderia ter outro objetivo senão o de introduzir “distorções” em relação a essas regras de racionalidade indispensáveis, estudando as “opções” que na realidade não são abertas. A história do planejamento do desenvolvimento é repleta de exemplos de interpretações como essas, que bastam para explicar o fracasso da maior parte desses planos.

Gostaria de sugerir aqui uma significação radicalmente diferente para esses termos, lembrando a definição de desenvolvimento assinalada mais acima como um processo de “mudança social controlada”. Esta definição e a ideia de controle que ela implica não são abstratas; ao contrário, elas implicam uma coletividade (coletividade nacional, em particular) que se preocupa em primeiro lugar em criar para si “finalidades” ou “objetivos” gerais de desenvolvimento. Em outras palavras, esse enfoque supõe que antes de qualquer definição de um conjunto de ações ou de programas de desenvolvimento, a coletividade interessada tente definir as *características da sociedade* que gostaria de promover num prazo próximo (por exemplo, uma sociedade mais rica, ou mais igualitária, ou mais independente ou mais protegida). Se essa coletividade se considera “soberana” – e esta é a afirmação mais corrente –, essas finalidades não podem ser impostas do exterior, nem mesmo em nome de uma conformidade a um pretenso sistema mundial integrador.

O desenvolvimento entendido nesse sentido não é, portanto, um processo uniformizador, ao contrário, ele admite a pluralidade e a diversidade dos objetivos possíveis; não há nenhuma razão, *a priori*, para se supor que todas as sociedades se consideram fundadas sobre o individualismo e a democracia, sobre o lucro e o enriquecimento máximo, ou ainda sobre a abertura máxima às trocas

externas de mercadorias e de capitais. Uma sociedade tem o direito de preferir a redução das desigualdades e das injustiças ao enriquecimento global, a satisfação dos bens essenciais e dos direitos fundamentais de todos à acumulação de riqueza ou de poder em benefício de uma minoria dominante, a autonomia da coletividade e a proteção de sua cultura à abertura indiscriminada às mercadorias e às influências externas; ou ainda, a conservação de seu capital natural mais que a exploração desenfreada, por mais rentável que seja. No entanto, e esse ponto é essencial, não são as leis econômicas ou técnicas que podem justificar semelhantes opções. Estas se apoiam em julgamentos de valores relativos a essas “características de sociedade”, e, portanto, em ordens de preferências coletivas que convém salientar aos poucos. Idealismo ilusório, muito distante da realidade? Não, porque esse princípio de escolha é indissociável da noção de desenvolvimento ou de progresso, e porque ele aparecerá depois que essa elaboração das preferências coletivas for por sua vez submetida a fortes obrigações e a pressões contraditórias: sua execução não escapará ao retorno das leis técnicas e econômicas sob a forma de obrigações técnicas, de inevitáveis custos de produção, e, por conseguinte, daquilo que os economistas chamam de “custos de oportunidade”. A coletividade pode se encontrar numa situação, por exemplo, em que sua preocupação prioritária de justiça social, de sustentabilidade ecológica, de maior independência, ou a preocupação de reforçar a segurança alimentar e a segurança energética a obriguem a renunciar a um suplemento de crescimento econômico ou de superávit na balança de pagamentos que lhe permitiria aumentar sua capacidade de importação.

Não devo me estender mais sobre esse raciocínio, cujo princípio me parece bastante simples e que poderia ser ilustrado por múltiplos exemplos na história econômica recente da maioria dos países. No entanto, se o princípio é simples, não é simplista: ele permite introduzir a diferença entre as opções políticas e as opções econômicas, e, sobretudo, permite mostrar o interesse dessa distinção salientando as relações que vão se estabelecer entre elas e a diferença entre os critérios que as fundamentam.

Proponho chamar *opções políticas* as opções de valores, de finalidades e objetivos – talvez pudéssemos falar globalmente de “implicações” –, que mostrei quando falei das características da sociedade que a coletividade desejava promover (uma sociedade rica, ou poderosa, justa, amigável, autônoma, respeitosa da natureza,

preocupada, sobretudo, com o respeito dos direitos fundamentais de todos os indivíduos que a compõem, e assim sucessivamente); essas opções dizem respeito também à organização institucional dos poderes de decisão, portanto, à maneira pela qual as opções coletivas propriamente são elaboradas e em seguida combinadas com a escolha de atores particulares para conduzir a uma definição de interesse geral. Por razões evidentes às quais voltarei, há necessidade de *escolha de uma ordem de preferências* (se todos os objetivos fundamentais do desenvolvimento desejado pudessem ser realizados simultaneamente sem que fosse necessário renunciar a nenhum dentre eles, não haveria nem problema político, nem problema econômico); é justamente essa escolha de preferências coletivas – que se pode assimilar a um esboço de definição do interesse geral para o período referido, com a visão global e as arbitragens entre interesses particulares que ele implica – que vai constituir a escolha política, ou o conjunto das opções políticas da estratégia do desenvolvimento. Pelo fato de se tratar de julgamentos de valores, estes podem ser aprovados ou condenados por outras opiniões políticas, especialmente no interior de outros grupos sociais, porém se apoiando em outros julgamentos de valores, e não na base de considerações puramente econômicas. Essa afirmação de princípio pode parecer incrivelmente banal;<sup>1</sup> isso não impede que ela tenha sido combatida no curso da história da maioria das políticas de desenvolvimento, e que tenha constituído especialmente um pomo de discórdia entre os governos nacionais e as organizações financeiras internacionais que pretendiam “controlar” suas políticas.

Se as opções políticas são as opções de finalidades, *as opções econômicas, ou tecnocômicas*, só dizem respeito aos *meios* mais adaptados, tecnicamente e economicamente, para alcançar da melhor forma essas finalidades, tendo em conta as técnicas utilizadas e os fatores de produção disponíveis (no sentido mais amplo do termo, inclusive o contexto institucional). A essas opções se aplicam naturalmente as leis técnicas (não se pode fabricar aço a partir de qualquer processo), e, sobretudo, as famosas “leis econômicas” governadas pela raridade (seja esta conhecida ou artificialmente criada). A raridade exige, em particular, que se procure a eficácia máxima na alocação dos recursos, e não é qualquer processo que é aceitável, desse ponto de vista, mas é evidente que essa eficácia só

---

<sup>1</sup> Ela é, aliás, perfeitamente adequada no âmbito das opções coletivas ou da macroeconomia, o que é admitido sem discussão pela análise microeconômica, que considera tradicionalmente como conhecidos os gostos do consumidor.

assume seu sentido concreto em relação aos objetivos perseguidos, e não numa significação abstrata e geral, na qual a “eficácia” tornar-se-ia sinônimo de “rentabilidade”. Mais adiante, mostrarei que foi exatamente nesse sentido que o alcance das “leis econômicas” foi aplicado abusivamente pela doutrina dominante (o que significa, hoje, ser aceita pela imensa maioria dos economistas).

Se admitirmos a distinção definida nesses termos, poderemos deduzir importantes consequências, que, aliás, não são somente teóricas, mas também eminentemente práticas:

- A distinção confirma, em primeiro lugar, que a elaboração de uma estratégia de desenvolvimento consiste em *formular opções* e não em aplicar mais ou menos cegamente as regras estabelecidas por uma misteriosa autoridade superior;
- Entre essas opções, é evidente que *as opções políticas têm mais importância intrínseca que as opções técnicas e econômicas*, justamente porque o desenvolvimento de uma sociedade supõe antes de mais nada que essa sociedade defina as características e as finalidades que ela deseja promover;
- Dito isto, *nada autoriza aqueles que têm poder de decisão a prescindir das opções técnicas e econômicas e das regras de racionalidade*, pois são exatamente essas opções que vão condicionar a exequibilidade das opções políticas e a eficácia indispensável de sua aplicação;
- Há, porém, uma complicação adicional: devemos admitir que a distinção entre opções econômicas e opções políticas é mais fácil de se delinear no plano teórico do que na prática da elaboração das estratégias de desenvolvimento, nas quais *todas essas opções são indestrinçáveis e imbricadas*, ou melhor, nas quais essas opções sucessivas se apresentam em cadeias de decisões cada vez mais precisas e mais empregadas; cada um que decide em posição “subordinada” nessa cadeia é, portanto, levado a considerar as opções do decididor “superior” – isto é, daquele que se pronunciou antes dele e que assim fixou o quadro das novas decisões a serem tomadas – como tendo formulado uma escolha “política”.

Apesar dessas dificuldades múltiplas, me parece que já podemos formular uma primeira avaliação de conjunto sobre a utilidade prática da distinção proposta entre opções políticas e opções técnico-econômicas: ela indica claramente a esfera de ação reservada à soberania política, mas também os limites e os



constrangimentos aos quais ela deve obrigatoriamente se submeter. Ela mostra, especialmente, que nenhum motivo de racionalidade econômica pode impor, *a priori*, uma política de maximização do crescimento. Indica também que nenhuma autoridade superior deveria poder obrigar os países – exceto os interesses dominantes dos mais poderosos dentre eles –, a adotar uma regra quase absoluta de livre-comércio internacional, em nome do sacrossanto princípio da concorrência, a impedir qualquer medida de proteção quando alguns interesses são julgados dignos, em nome do conjunto da coletividade nacional, de se beneficiar dessa proteção. Ela subentende, igualmente, as orientações de princípio na área da segurança alimentar e da segurança energética; esse era exatamente meu objetivo ao abordá-la, mas evitarei entrar na discussão dessas modalidades técnicas, para ouvir as explicações de vocês nas sessões que se sucederão.

Entretanto, vemos que nem o crescimento, nem o livre-comércio, nem a concorrência primam pela preocupação de satisfazer as necessidades essenciais e da segurança; e que essas regras aparentemente indiscutíveis da economia mundial não podem deixar de fixar limites exatos à exploração de terras produtivas ou aos recursos energéticos, ou ainda de definir a divisão de sua alocação entre certos usos, tais como: biocombustíveis, ou alimentação camponesa, ou exportação, ou estoques de segurança para o consumo local etc. Não se trata aqui de uma forma de laxismo que se deveria admitir como uma forma de concessão paternalista em favor dos mais fracos, mas do retorno a uma redefinição mais escrupulosa das regras políticas e econômicas da decisão coletiva, desviadas abusivamente por interesses considerados dominantes.

Agora tentarei mostrar, de maneira mais global e mais precisa, em que e como se impôs esse desvio maciço dos princípios lógicos da elaboração das políticas de desenvolvimento, em nome de um raciocínio pretensamente fundamentado no rigor econômico.

### **O reducionismo das políticas “ortodoxas” do desenvolvimento: busca das principais causas**<sup>2</sup>

Considero que as causas primordiais estão ligadas, em primeiro lugar, à filosofia e à antropologia – que chamarei globalmente de “*a concepção do homem e da sociedade*” –, sobre as quais se apoia a busca do “progresso” desde suas

<sup>2</sup> Resumo aqui o fundamental da argumentação proposta no meu último livro, sob o título: *A economia contra o desenvolvimento? Por uma ética do desenvolvimento global*. (Comeliau, 2009).

origens, há três séculos. Mas acrescento que é preciso também considerar como responsável o *aparato conceitual* posto a serviço dessa busca, que deu uma dimensão exagerada às preocupações e aos raciocínios econômicos, e depois, no interior deste, à lógica da economia mercantil, considerada como o cerne do que se chamou, talvez muito rapidamente, a “ciência econômica”. Trata-se assim de três formas de reducionismo que se combinam umas às outras, de maneira cumulativa, e que vão explicar amplamente a impotência, ou mais ainda o enclausuramento, no qual se debate a reflexão atual sobre o desenvolvimento.

Podem parecer vão e pretensioso introduzir desde o início desta discussão uma dimensão filosófica. Ao contrário, creio que se admitirmos a definição do desenvolvimento enquanto “mudança social controlada”, para que a sociedade alcance as características que ela definiu para si mesma como desejáveis, são exatamente os homens e as mulheres, os grupos sociais, o conjunto da sociedade em si que são o alvo dessa ambição. Esta, por conseguinte, é global, cidadã e de natureza não tecnocrática; parece-me, portanto, legítimo abordar essa reflexão me referindo às “*concepções do homem e da sociedade*” que fundamentam as ambições do “desenvolvimento” e do progresso das coletividades humanas. A dificuldade está evidentemente em delimitar um domínio tão vasto de maneira que não seja caricatural; e não posso desenvolver aqui em detalhes o que expus de forma menos sumária em outro lugar. Portanto, me limitarei a duas categorias de comentários, a primeira para tentar esboçar o conteúdo indispensável dessas concepções, ao menos com alguns exemplos característicos, e a segunda para assinalar o quanto a concepção, hoje dominante nas estratégias de desenvolvimento mais correntes, é estreitamente redutora em relação a esse conteúdo indispensável.

Podemos esboçar o conteúdo das concepções que fundamentam o desenvolvimento, representando, sob formas de opções, ou melhor, de pares de características complementares, as principais dimensões desse conteúdo. De forma breve, descrevo quatro, a título de exemplo, sem explicitá-los longamente. As concepções do homem e da sociedade que estabelecem as estratégias de desenvolvimento podem ser definidas especialmente pelas combinações das seguintes dimensões:

- A dimensão *individual* e a dimensão *coletiva*: o homem é ao mesmo tempo um indivíduo (mais ou menos autônomo) e um ser social, membro de diversas coletividades; a análise simultânea dessa dupla dimensão – em

proporções que podem, evidentemente, variar de uma coletividade para outra – comanda a organização das estratégias de desenvolvimento, sobretudo referentes à divisão dos poderes de decisão, às características da sociedade que se trata de promover, e às relações de concorrência ou de complementaridade entre essas características;

- A dimensão *material* e a dimensão *espiritual* (ou mesmo transcendental) das necessidades e das ambições consideradas nessa perspectiva de desenvolvimento e de progresso; a atenção às necessidades fisiológicas básicas constitui, certamente, um condição inicial inevitável. Mas além desse mínimo indispensável, quais são as dimensões de desenvolvimento desejadas, e em que medida elas apelam para recursos materiais limitados ou para outros recursos (como a capacidade de interioridade ou de reconhecimento do outro)? Aqui ainda, as coletividades se caracterizam pela diversidade das ponderações que vão conceder a essas dimensões;
- A atitude adotada nessa busca de progresso perante a *natureza* e os recursos naturais: as coletividades podem escolher atitudes que vão da vontade de exploração sem limite da natureza para as necessidades imediatas somente da espécie humana, até ao respeito escrupuloso dos ecossistemas, à preocupação da preservação dos recursos naturais ou das espécies vivas, e à dos equilíbrios principais duradouros;
- Enfim, as coletividades podem se caracterizar por uma concepção *universalista* de valores, finalidades e objetivos indicados para essa perspectiva de progresso, com vontade de expansão e da conquista imperialista que resulta disso; ou ao contrário, por uma atitude de defesa feroz de *particularismos* da coletividade e pelo respeito às diferenças na relação com as outras coletividades, ou ainda, por diversas atitudes intermediárias entre esses dois extremos.

Essa simples enumeração, que não é evidentemente exaustiva, talvez baste para ressaltar a complexidade inevitável das dimensões possíveis para o progresso das coletividades humanas. Ela assinala, entretanto, que não se trata tanto, na elaboração das estratégias, de escolher entre uma *ou* outra dessas dimensões, mas que esses pares estão sempre presentes em proporções variadas em todas as concepções sociais, e que dessa forma, sempre se trata de escolher *uma combinação dessas dimensões* dando mais ou menos importância a um dos polos dos pares

considerados: mais individualista que coletiva, ou o inverso, ou mais material que espiritualista, ou o inverso, e assim sucessivamente. Mas ela sugere também que seria irreal (e, portanto, contraproducente, em relação às finalidades perseguidas pela sociedade) ignorar totalmente um ou outro dos polos; a partir de determinado grau de complexidade, uma coletividade que desejava ser completamente materialista, por exemplo, ou totalmente idealista, estaria provavelmente condenada ao fracasso de seu projeto global em um prazo mais ou menos curto.

Daí a segunda observação que gostaria de propor nessa perspectiva: se são essas as opções de combinações abertas, e se nos referimos ao que conhecemos hoje das estratégias dominantes do desenvolvimento – aquelas que foram praticadas pela maioria dos países em décadas mais recentes, e talvez ainda mais aquelas que foram recomendadas e impostas pelas organizações internacionais de financiamento do desenvolvimento –, vemos bem que *estas estratégias dominantes se referem mais frequentemente a uma concepção de homem e de sociedade perigosamente artificial, mal dirigida*. Pois essa concepção dominante, longe de apresentar uma combinação equilibrada das dimensões descritas, se caracteriza por uma *opção extrema a favor das dimensões individualista e materialista, ignorando as exigências de manutenção do ecossistema, e afirmando, além disso, uma pretensão à expansão universalista*. Isso é o que significa a referência “doutrinária” feita ao sistema mundial individualista, produtivista e mercantil que foi demonstrado anteriormente, que pretende inspirar as estratégias dominantes, e que reivindica, além disso, uma ambição universalista apresentada como indiscutível: fora do “consenso de Washington” (ou de versões mais ou menos suavizadas que lhe sucederam), não há salvação. Mas a realidade se revelou bem diferente.

Em suma, essa é uma concepção de homem e da sociedade, particularmente estreita e reducionista, que define critérios de referências filosóficas e antropológicas, de desenvolvimento nivelador e homogeneizador proposto ao planeta durante as últimas décadas. Essas perspectivas de desenvolvimento apresentam uma mistura surpreendente de estratégias brutais de poder (por parte dos Estados, das organizações internacionais e das grandes empresas ou dos grandes bancos) e de discursos pretensamente idealistas em nome do “desenvolvimento”, dos direitos humanos, da boa governança, da democracia e de outros diversos *slogans*. Mas uma análise elementar desse reducionismo é

suficiente para explicar por que a maioria da população mundial se sente ignorada, ou insatisfeita, ou até injustamente agredida, pelas perspectivas do “desenvolvimento” abertas por essa concepção de base.

Deve-se, no entanto, ir mais longe. Pois o reducionismo dessa concepção filosófica e antropológica de base vai se prolongar, e agravar-se nos seus modos de expressão e de tradução concreta por meio das estratégias propostas. É, portanto, o *aparato de conceitos e de raciocínios teóricos e práticos*, proposto para a elaboração e a implementação dessas estratégias, que vai aprofundar duplamente esse reducionismo; ele vai dar no *enclausuramento* dessas estratégias nos limites atribuídos por elas mesmas, pois ele se prende quase exclusivamente à dimensão *econômica* dessas estratégias, e porque privilegia de forma abusiva, no centro dessa abordagem econômica, as dimensões da economia *mercantil*. Explicarei rapidamente essa dupla deriva.

Começemos pelo “*economicismo*”. Ele impõe uma uniformização das estratégias para que estas possam ser reconhecidas como “corretas” por uma referência unilateral e obrigatória às “leis econômicas” consideradas indiscutíveis e impondo-se a todos. Logo voltaremos ao conteúdo “mercantil” dessas leis; mas primeiro é preciso compreender o que a predominância do “economicismo” significa para indivíduos e grupos sociais. Afinal, estes não se preocupam unicamente com objetivos materiais, com raridades relativas, com trabalho produtivo, trocas materiais, acumulação, em suma, com a maximização da eficácia na alocação dos recursos (inclusive do seu tempo de vida). O homem não é, portanto, obcecado pela onipresença do cálculo econômico: desde a noite dos tempos, ele não é apenas um calculista, ele vive, ama, sonha, admira, preocupa-se com a morte e com o além, ele não é sistematicamente racional, ele pode agir sem preocupação precisa com o resultado. É, portanto, o lugar das preocupações econômicas, e mais habitualmente *o lugar da economia na condição humana*, que constitui o problema mais importante levantado por essa concepção, e que recebe aqui uma resposta autoritária e sem nenhuma justificativa aparente. Mas se quisermos compreender o que significa verdadeiramente essa resposta abusiva, devemos voltar, justamente, à distinção proposta anteriormente, diante das coletividades, entre opções políticas (opções de preferências quanto aos valores, às finalidades, aos objetivos) e opções econômicas e técnicas (aquelas que dizem respeito aos meios de realização dessas preferências). Nessa perspectiva, o “economicismo”, ou a predominância sistemática dada às preocupações

econômicas, consiste em negar as opções de objetivos: ele considera que a única preocupação importante na organização do progresso, e do desenvolvimento dos homens e das coletividades, deve ser o de respeitar as “leis econômicas” de alcance universal, independentemente do contexto social e cultural e das preferências específicas da coletividade. O comportamento autoritário das instituições financeiras internacionais, perante os projetos e as estratégias dos países que se dirigem a elas, ilustra bem essa atitude; elas se concentram nos aspectos puramente econômicos dessas estratégias e não discutem praticamente nunca os objetivos específicos do desenvolvimento. Por quê? Porque essa discussão de finalidades não teria objeto, já que todos os objetivos do progresso dos homens são considerados como os mesmos no centro de um sistema mundial homogeneizador, e que só importa o respeito às regras intemporais do sistema econômico. Não há, todavia, opções políticas, só há opções econômicas, e os critérios dessas opções são bem decididos pela ciência econômica ortodoxa (mesmo se esta não se preocupa quase com o realismo de suas hipóteses). O caráter redutor da concepção do homem e da sociedade que fundamenta essas estratégias vem assim explicar a escolha redutora dos instrumentos de raciocínio utilizados, mas este não deixará de reagir, por sua vez, sobre a concepção de base, enclausurando-a nos seus conceitos e raciocínios exclusivamente econômicos.

E mais: essa concepção econômica torna-se, ela própria, redutora no campo estreito que ela se atribuiu, já que esta se limita essencialmente à racionalidade da *economia mercantil*. A predominância desta se explica, é claro, pelas condições históricas da expansão das economias europeias, e pela consequência dessas condições sobre o advento e o desenvolvimento do que se chamava no início “economia política” (sobre a qual refletiam especialmente filósofos e moralistas) e que se tornou, aos poucos, uma “ciência econômica”, cuja referência instrumental de origem converteu-se no modelo da concorrência pura e perfeita nos mercados. Daí a predominância sistemática – que encontramos ainda hoje nos trabalhos da maior parte dos economistas – dos conceitos e dos modos de raciocínio emprestados desses modelos de mercado: a busca onipresente da maximização do poder de compra; a regra da demanda efetiva e a procura universal do lucro (a economia pautada pelo lucro sendo assim mecanicamente assimilada à economia pautada pelas necessidades); a eficácia avaliada pela rentabilidade; o princípio obrigatório da concorrência e a regra da inserção máxima de todos os atores no intercâmbio; o sistema de preços como

instrumento universal do cálculo econômico; a redução do papel dos poderes públicos às funções de soberania, de manutenção da ordem e de definição das regras indispensáveis ao funcionamento dos mercados. Todos esses princípios são, em toda sua evidência, respeitados e extraordinariamente eficazes em muitas situações práticas; mas o problema de fundo que levantam é aquele da adequação entre as hipóteses de base, extremamente rigorosas, que condicionam a aplicação ótima (a hipótese da ausência de relações assimétricas do poder, por exemplo, ou a da informação perfeita, ou ainda a aceitação da divisão inicial dos rendimentos), e as condições concretas que caracterizam toda sociedade e todo problema econômico particular. Mas esse problema não impediu os adeptos desse modelo – que se tornaram predominantes no sistema mundial, como vimos –, de impor seus instrumentos conceituais à análise e à resolução da imensa maioria dos problemas de gestão e de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Daí um novo agravamento do reducionismo dessa abordagem preponderante do desenvolvimento.

### **Por um enfoque diferente do desenvolvimento**

Uma concepção de homem e da sociedade obcecada com algumas características extremas da condição humana, mas extraordinariamente estreita em relação às potencialidades dessa condição; uma análise do homem e da sociedade, e a vontade de agir, exclusivamente centrada nas dimensões econômicas dessa condição, em detrimento de qualquer outra preocupação e de outra dimensão social; uma economia reduzida à sua dimensão mercantil e aos princípios teóricos que comandam esta em condições extremamente restritivas, mas sem considerar a multiplicidade das situações concretamente diferentes. Será preciso muito mais para explicar a sensação de completo desespero e de impotência diante dos desafios consideráveis do desenvolvimento e do futuro das coletividades humanas?

Não me exporei ao ridículo de afirmar que podemos resolver, com algumas frases ou alguns parágrafos, esse conjunto de problemas. Pois este conjunto tornou-se de tal forma complexo que desde então criou no mundo toda uma enorme onda de ceticismo quanto às possibilidades de se exercer controle sobre a evolução social e, pior ainda, de propor estratégias de verdadeiro desenvolvimento que sejam ao mesmo tempo concretas, coerentes, eticamente aceitáveis e tecnicamente realizáveis. A preocupação para a qual chamei atenção

no início, a angústia diante do futuro, o desânimo quanto às possibilidades de melhora, e finalmente a crise global da própria ideia de desenvolvimento, são nessas dificuldades que devemos buscar as origens disso; e não são nas escapatórias da boa governança, do ajuste ou do “pós-desenvolvimento” que encontraremos respostas para os desafios levantados. As observações que faço aqui abordam apenas uma fração reduzida dos problemas em relação às diferenças propostas anteriormente; só as proponho enquanto uma modesta contribuição para servir de introdução à discussão deste encontro, sobre as opções difíceis da segurança alimentar e da segurança energética.

Gostaria, portanto, de centralizar minha conclusão em dois temas diretamente relacionados com o que foi dito: a exigência de uma reflexão mais aprofundada e mais rigorosa sobre as finalidades, e a de alguns princípios mais claros para uma organização de opções de estratégia que possa responder à execução dessas finalidades.

Começemos com as *finalidades*. A abordagem proposta no texto acima quis atribuir um lugar determinante a isso que chamei de “concepção do homem e da sociedade”, isto é, aos aspectos filosóficos e antropológicos da escolha de finalidades do desenvolvimento. Em seguida, fiz um breve exame do que pode conter essa concepção, em relação às potencialidades da condição humana e às perspectivas do seu desenvolvimento; e depois, as razões pelas quais a concepção, hoje, mais determinante na elaboração das estratégias ou das perspectivas do desenvolvimento, é marcada por um reducionismo extraordinariamente estreito em relação a essas potencialidades. Se quisermos nos valer das consequências positivas desse diagnóstico, me parece que é preciso destacar, ao mesmo tempo, os aspectos do conteúdo e os aspectos políticos.

Quanto ao conteúdo, é inútil dissimular a amplitude da tarefa exigida. Pois essa “concepção”, ou melhor, essas concepções das quais falamos, são aquelas em que cada um de nós (como indivíduo e também membro de diversos grupos sociais) e cada uma das coletividades às quais pertencemos (até no plano mundial) se forjaram aos poucos e continuam a se inventar em relação às questões mais existenciais que possam se colocar. Estas questões são as do nosso destino, das finalidades últimas e da tradução delas em objetivos concretos durante um período da vida; a ambição da vontade de progresso é a de corrigir as orientações que se revelaram visivelmente insuficientes, erradas, ou eticamente criticáveis. A tarefa exigida é, por conseguinte, a de *um esforço de introspecção pessoal e coletivo*, e



esse esforço recorre ao mais profundo da responsabilidade de cada um de nós: não há escapatória para esta responsabilidade. Dito isso, é evidente que as contribuições específicas de cada indivíduo e de cada coletividade para essa reflexão podem ser múltiplas, mais ou menos ricas, pertinentes; aquelas de pesquisadores em ciências sociais, e aquelas dos responsáveis por coletividades (públicas ou privadas), deveriam revelar-se particularmente úteis para essa reflexão coletiva. Tanto mais que não se trata de uma simples introspecção intelectual ou metafísica; se for necessário traduzir essas exigências em propostas políticas, a reflexão leva necessariamente a um conjunto de *debates políticos e cívicos* onde deverão se confrontar os diversos interesses e as concepções contraditórias.

Esses debates podem nascer espontaneamente, mas eles devem também ser multiplicados, reforçados e, sobretudo, organizados para que terminem em propostas operacionais. Essa é certamente a missão central da democracia, cujo *slogan* é repetido infinitamente em todos os lugares. Mas deve-se dizer, antes de tudo, que os lugares e as ocasiões previstas para esses debates ainda são raros e deixam muito a desejar, sobretudo nas sociedades em que se teria mais necessidade. Quanto ao objeto pleiteado desses debates, a exigência principal da preparação é fruto, mais uma vez, do que foi dito sobre a diferença e sobre as relações entre opções políticas e opções técnico-econômicas. Não basta estabelecer listas de objetivos desejáveis – à imagem dos “cadernos de reivindicações” que precederam a Revolução Francesa –, convém também introduzir logo o diálogo com vários especialistas e técnicos para identificar o que é tecnicamente e economicamente possível num contexto determinado. Daí o papel desses especialistas, novamente, para explorar não somente os possíveis caminhos, mas também a fisionomia do conjunto dos trajetos possíveis. Trata-se, certamente, da análise técnica de projetos e de análise macroeconômica, mas também de análises e perspectivas “macro-sociais” que faltam de maneira singular em praticamente todas as estratégias tecnocráticas do desenvolvimento.

Chegamos assim à etapa que segue a identificação das finalidades consideradas desejáveis, aquela da sua confrontação, da elaboração e da execução política. Estou convicto de que se deve “revisitar”, quanto a isso, uma noção que hoje parece totalmente esquecida: a do *planejamento do desenvolvimento*. A noção foi profundamente desacreditada, e muitas vezes com razão, por causa do desmoronamento do sistema soviético e do triunfo correspondente da ideologia de mercado, mas também por causa das decepções sofridas quase por toda parte

diante dos resultados medíocres das tentativas de planejamento. Talvez seja necessário substituir essa expressão por outra, a da organização das políticas públicas, por exemplo. Mas pouco importa a terminologia: a exigência substancial se impõe mais do que nunca, e gostaria de tentar esboçar alguns elementos do seu conteúdo a partir do que foi dito anteriormente.

Parece-me que poderíamos atribuir a esse planejamento as seguintes funções. É evidente que não se trata de organizar uma programação detalhada e quase exaustiva da produção, nem mesmo do investimento, como tentaram os primeiros planejadores soviéticos, e outros que se sucederam. Isso não é o mais importante. Se a estratégia de desenvolvimento não deve ser uma retomada ou uma simples cópia do que foi feito pelos países dominantes, a função primordial desse planejamento deverá ser a de permitir que as *opções de finalidades globais* – as famosas “características da sociedade consideradas desejáveis” que foram descritas várias vezes acima –, levem em conta a necessária interpretação das opções políticas e econômicas. Em segundo lugar, o esforço do planejamento deveria propor-se a fazer um *reconhecimento dos tipos de ação possíveis*, isto é, dos principais pontos do sistema econômico e social existentes onde essas características possam ser modificadas, e onde uma intervenção, em nome do interesse geral, seja possível. Esses pontos deveriam ser selecionados em número limitado, em razão de sua importância intrínseca, de sua urgência e de sua exequibilidade. Para dar um conteúdo concreto a essas funções, além dos primeiros debates preparatórios, o esforço do planejamento deveria ser, antes de tudo, um diálogo e, portanto, deve haver confronto, mas com o objetivo de conduzir a uma síntese – entre os diferentes interesses frente a frente, e entre as dimensões políticas e econômicas da aplicação desses interesses.

A missão primordial do planejamento, assim concebido, como um diálogo da sociedade, consiste em identificar ao mesmo tempo: *as implicações* do desenvolvimento e o interesse geral para determinado período, *as grandes categorias de interesses particulares* que estão presentes, e enfim, *a divisão dos poderes de decisão* – a que existe e a que se deve promover – para que as implicações sejam consideradas da maneira mais satisfatória, numa perspectiva de interesse geral, proposto pelos responsáveis da coletividade. O último ponto merece ser destacado; não é muito útil atribuir à coletividade os objetivos apresentados como socialmente “prioritários”, se a execução dessas prioridades for deixada à mercê da boa vontade daqueles que decidem, que não têm aqui qualquer

interesse particular. Parece-me que o campo da segurança energética como a da segurança alimentar fica particularmente exposto a esse tipo de paradoxo.

Gostaria enfim, de mencionar explicitamente uma dimensão especial dessa função central: a de se levar em conta o *tempo*. Ela exige especialmente considerar-se o longo prazo, porque essa dimensão escapa à maior parte dos decididores que pautam seus comportamentos nas indicações do sistema dos preços de mercado. Ela demanda, além disso, um esforço de articulação das etapas de desenvolvimento nos períodos sucessivos considerados pelas estratégias. Em geral, ela exige um esforço mais global de prospectiva social (disciplina esquecida nos últimos tempos) e em particular um esforço sistemático de “vigília” para tentar discernir as evoluções prováveis do futuro que ninguém leva em consideração de forma sistemática.

Não tentarei desenvolver mais aqui esse conjunto de tarefas eminentemente complexas. A agenda para uma renovação da abordagem do desenvolvimento aparece assim terrivelmente abarrotada, mas não está fora de alcance. Espero ter contribuído para a elucidação e a preparação dos debates e, sobretudo, para que esses debates permitam progredir de forma útil para uma renovação das estratégias do desenvolvimento.

### Referências bibliográficas\*

COMELIAU, C. *Planifier le développement: illusion ou réalité?* [Planejar o desenvolvimento: ilusão ou realidade?]. Academia-Bruylant, Bruxelles et l’Harmattan, Paris, 1999.

\_\_\_\_\_. *Les impasses de la modernité. Critique de la marchandisation du monde*, [Os impasses da modernidade. Crítica da mercantilização do mundo], Le Seuil, Paris, 2000.

\_\_\_\_\_. *La croissance ou le progrès? Croissance, décroissance, développement durable* [O crescimento ou o progresso? Crescimento, decrescimento, desenvolvimento sustentável], Le Seuil, Paris, 2006.

---

\* As reflexões propostas acima sintetizam as conclusões de vários trabalhos que realizei ao longo de minha carreira de pesquisador e de professor na área de economia do desenvolvimento. Elas se apoiam, evidentemente, nas inúmeras leituras e também em algumas experiências que vivi ou das quais participei diretamente. Elas revestem-se, portanto, de um caráter bastante pessoal. Por essa razão, não tentei propor aqui, como quer a tradição desse gênero de trabalho, uma lista clássica de referências bibliográficas, pois correria o risco de ser excessiva ou inexplicavelmente seletiva. Mas acredito poder indicar, sem muita modéstia, os títulos de cinco de minhas obras, antigas e recentes, que retomei aqui, mais particularmente algumas análises ou algumas conclusões. São as obras que se seguem listadas. (N. A.)

\_\_\_\_\_. *L'économie contre le développement ? Pour une éthique du développement mondialisé*, [A economia contra o desenvolvimento? Por uma ética do desenvolvimento globalizado] prefácio de HESSEL, s. l'Harmattan, Paris, 2009.

COMELIAU, C.; LECLERCQ, H. *Economie non marchande et développement* [Economia não mercantil e desenvolvimento], Université de Louvain-la-Neuve, 1978.



# O COMÉRCIO DAS EMPRESAS, TERRITÓRIOS E INSEGURANÇA SOCIAL. REFLEXÕES PRELIMINARES AO ESTUDO DOS INVESTIMENTOS EUROPEUS NO SETOR DO BIOETANOL NO BRASIL

MICHEL VILLETTE\*

## Resumo

Para um crescente número de investidores, ganhar dinheiro não é mais fazer empresas funcionarem, mas efetuar transações sobre os direitos de propriedade destas empresas. A compra e venda de estabelecimentos industriais e comerciais são ocasiões privilegiadas em que enormes somas de dinheiro trocam de mão rapidamente, e durante as quais as fortunas se fazem e se desfazem. Os intermediários são banqueiros, advogados de negócios, consultores, auditores e avalistas que intervêm no comércio das empresas e tendem, por sua atividade, a acelerar ainda mais as mudanças de controle de capital do qual são os primeiros a se beneficiarem. Quais são as consequências dessas mudanças contínuas de propriedade no desenvolvimento a longo prazo dos estabelecimentos interessados, e na prosperidade ou no declínio das partes interessadas – assalariados, clientes, fornecedores, pequenos investidores, coletividades locais? E em que medida estas últimas poderiam exercer um papel, fazendo valer o ponto de vista delas, no momento das mudanças, na gerência privada das empresas das quais dependem? Propomos examinar essas questões, a partir do estudo de caso dos investimentos europeus no bioetanol brasileiro.

---

\* Professor de sociologia do AgroParisTech (Institut des sciences et industries du vivant et de l'environnement), França.

## Introdução

Num relatório recente, o Banco Mundial (2008) indica que três quartas partes dos pobres encontram-se em zonas rurais de países em desenvolvimento. Ressalta também o interesse de apoiar a agricultura familiar para lutar contra a pobreza. As culturas passíveis de gerar renda podem fornecer uma resposta a essa pobreza, se o modelo agrícola utilizado privilegiar a agricultura familiar, se for redistribuído e se der aos atores econômicos locais um real lugar nessa vertente. Ao contrário, alguns modelos agroindustriais têm balanços sociais controvertidos. É o caso da soja brasileira, baseada em complexos agroindustriais e com grandes explorações (BERTRAND, 2004), que só criaria um emprego para cada 50 hectares. Ainda no Brasil, as condições de trabalho nas plantações da cana-de-açúcar chamam atenção para sua precariedade e remunerações muito baixas.

A despeito dessas evidências, muitos são os especialistas internacionais que pensam como grandes parcelas das elites econômicas e políticas, da mídia e dos meios acadêmicos locais, e consideram como bastante positivo e necessário o desenvolvimento da agroindústria internacionalizada, apresentada como um fator de desenvolvimento, de modernização e de progresso para o País. Assim, a soja, a cana-de-açúcar, a criação extensiva, o azeite de dendê são atividades econômicas cada vez mais extensas e parecem reenviar alguns países do sul – como o Brasil ou a Indonésia – ao início do período colonial (SZMRECSÁNYI, 2006; RAMOS FILHO, 2006; DJAMA, 2009). De quando em quando, essas monoculturas se estendem de maneira excessiva e a especialização do uso das terras têm também consequências indesejáveis, como a concentração da propriedade rural, a diminuição das possibilidades de emprego, a degradação das condições de vida em zonas rurais e a migração mais ou menos forçada das famílias agrícolas tradicionais.

Por conseguinte, a contribuição dessas culturas e dessa indústria para o desenvolvimento das regiões do sul, onde se desenvolvem, pode ser considerada como uma questão de pesquisa para as ciências sociais (em particular a sociologia e a antropologia social) em vez de ser uma evidência estabelecida baseada em dados estatísticos globais e em um raciocínio puramente financeiro.

Um número crescente de investidores já não procura mais ganhar dinheiro pondo as empresas para funcionar, mas efetuando transações sobre os direitos de propriedade das empresas. A compra e a revenda de estabelecimentos industriais e comerciais são momentos privilegiados em que enormes somas de dinheiro trocam de mão e durante os quais fortunas se fazem e se desfazem. Surgem então

intermediários de todo tipo (banqueiros, advogados dos negócios, consultores, auditores, avalistas) que se beneficiam do comércio das empresas e tendem, pelas próprias atividades, a acelerar ainda mais as mudanças de controle de capital dos quais são os principais favorecidos.

Quais são as consequências dessas mudanças contínuas de propriedade para o desenvolvimento a longo prazo dos estabelecimentos interessados na prosperidade ou declínio das partes interessadas (assalariados, clientes, fornecedores, pequenos investidores, coletividades locais)? Em que medida elas podem exercer um papel para fazer valer seus pontos de vista no momento das mudanças, quanto à gerência privada das empresas das quais dependem, e quanto à gestão pública das regiões a que são destinadas?

Propomos examinar essas questões a partir do estudo de caso dos investimentos europeus no bioetanol brasileiro.<sup>1</sup>

### **Do papel da pontuação na vida dos negócios**

No seu famoso livro *Le bon usage*,<sup>2</sup> Maurice Grévisse escreve: “A pontuação é a respiração da frase. Muitas pessoas a negligenciam; é um erro, pois a pontuação é um elemento da clareza: ela permite compreender a ordem, a ligação, as relações das ideias”.

Essa observação de gramática faz eco às análises pragmáticas dos sociólogos que estudam as interações sociais em que a pontuação exerce também um papel decisivo. Dependendo de como se fixa o início e o fim de um evento, a interpretação que se pode dar varia tremendamente. Ora, a determinação do início e do fim de uma sequência de atividades é muitas vezes uma decisão arbitrária e, em muitos casos, uma decisão que é, ela mesma, uma implicação do conflito entre as partes.

O exemplo mais característico que podemos dar do fenômeno ao qual fazemos referência aqui é aquele de uma cena conjugal: o homem justifica sua raiva por um ato ofensivo diante de quem, para ele, marca o início da discussão, mas a mulher, por sua vez, acha que esse ato ofensivo era um contra-ataque justificado e legítimo a um ato ofensivo cometido anteriormente pelo homem. A incerteza sobre o momento do início da discussão permite a cada um, de boa fé, criticar o outro por ter sido o primeiro a começar e ninguém consegue

---

<sup>1</sup> Agradeço a Afrânio e Marie-France Garcia, Florence Pinton e Roberto Grün pelos comentários que muito contribuíram para este artigo, sem que eu os comprometa de nenhuma maneira.

<sup>2</sup> Paris: Ed. Duclot, primeira edição, 1936.



decidir quem é o ofensor e quem é o ofendido. De maneira geral, e em todos os domínios da vida social, cada vez que aparece um desacordo entre as partes, pode-se esperar que a questão da pontuação da sequência de episódios seja uma das implicações da disputa. Essa cristalização acerca do sequenciamento do episódio é a consequência lógica da utilização estratégica do tempo: marcar a hora de um encontro, deixar um visitante esperar, decidir sobre o começo e o fim de uma reunião, criar um precedente ou um estado de fato consumado, são igualmente “estratégias” mais ou menos hábeis.

Neste artigo, propomos recorrer à noção de pontuação por analogia, para estudar um fenômeno social que não se situa na escala individual, mas na escala das organizações. Trata-se de considerar a evolução dos estabelecimentos industriais e comerciais num período de dez a 20 anos. Nossa hipótese é a de que para esses estabelecimentos as mudanças dos dirigentes e dos acionistas principais exercem um papel estratégico equivalente àquele da pontuação numa frase.

A ideia intuitiva que guiou nossa pesquisa foi a de que, quando não sabemos mais o que fazer ou o que dizer, quando nos encontramos numa dificuldade, ou diante de uma incerteza, quando interrompemos a sequência da ação e a pontuamos com uma mudança de dirigente ou de proprietário, isso é muitas vezes interpretado, na linguagem metafórica da conversação corrente, como “partir da estaca zero”. Para justificar essa intuição, podemos dizer que aquele que revende uma empresa encontra-se geralmente “em dificuldade” com ela. Quer esteja em posição de revender a empresa que controla a um preço que lhe parece muito alto, ou a um preço muito baixo; quer tenha a impressão de fazer um “bom negócio” ou de “vender por dois tostões”, em qualquer caso, sua avaliação é a de que não poderá fazer melhor negócio no futuro. Ele interrompe um curso de ação – em francês se diz que ele “realiza” seus bens, mas talvez fosse mais exato dizer que ele os desmaterializa transformando-os em seu equivalente monetário. No sentido oposto, o comprador chega com outras cartas na manga, pensa que pode “retomar”, “reestruturar”, “valorizar” para lucrar com o “investimento”, quer obtenha a bom preço uma empresa momentaneamente em dificuldade, quer aceite pagar muito caro, pois as perspectivas de ganhos futuros – que tem condições de realizar, considerando outros recursos dos quais dispõe – lhe parecem atraentes.

### **Quando a pontuação dá lucro**

Observamos um aumento contínuo por parte dos investimentos estrangeiros

nos países emergentes (Brasil, Rússia, Índia, China). As constantes mudanças de proprietários dos estabelecimentos industriais e comerciais têm aumentado na maioria dos países. Esse fenômeno cria uma situação, ao mesmo tempo, de competição e de cooperação entre as elites nacionais e os investidores estrangeiros. Rivalidade quanto ao controle dos recursos econômicos, cooperação quando uma aliança internacional contribui para aumentar o valor das produções locais, para abrir novas vias de mercado, aumentar a capacidade de produção; e cooperação novamente quando as grandes famílias que controlam as empresas nacionais encontram ocasiões vantajosas para vender as empresas que fundaram, tornando o patrimônio mais líquido, mais diversificado, mais internacionalizado.

Para ilustrar esse fenômeno, podemos consultar na internet a lista das pessoas mais ricas do mundo no *site* da revista *American Forbes*. Nessa lista encontramos 12 personalidades brasileiras, das quais seis venderam recentemente, para investidores não brasileiros, a empresa familiar que estava na origem de suas fortunas.

**Figura 1: Seis dos 12 brasileiros classificados pela Forbes entre os mais ricos do mundo em 2008 venderam suas empresas para investidores internacionais [na segunda coluna, a posição na lista; na terceira, a fortuna calculada em bilhões de dólares.]**

Joseph & Moise Safra	69	7.4	Brazilian newspapers report that Moise has hired and Investment bank to sell his half of Banco Safra, now Brazil's ninth largest bank, with \$20 billion in assets
Aloysio de Andrade Faria	174	3.8	This savvy banker sold his Banco Real to Dutch Bank ABN Amro in 1998 for \$ 2.1 billion. Minority shareholders sued.
Jorge Paulo Lemann	200	3.4	His first big success was at investment bank Banco Garantie, which he founded 1971 and sold to Crédit Suisse First Boston in 1998 for \$675 million . . .
Julio Bozano	486	1.6	Brazil's Bozano made headlines in 2000 when he sold Banco Bozano Simonsen, which he cofounded, to Spain's Banco Santander Central Hispano.
Abílio dos Santos Diniz	486	1.6	The leader of Brazil's Largest retailer, Companhia Brasileira de Distribuição, sold a big stake in his company last year for a reported \$ _ -à million to French supermarket chain Casino, already an existing shareholder.
Marcel Herman Telles	512	1.5	With fellow Brazilian billionaires and former investment banking partners Jorge Paulo Lemann and Carlos Alberto Sicupira (see both), Telles invested in and helped build Ambrew into the world's third-largest brewer by volume before it merged with Interbrew of the Netherlands in 2004 to form InBev.
Carlos Alberto Sicupira	600	1.3	

Essas informações sugerem que a globalização da economia brasileira não se deve somente aos estrangeiros, mas também a algumas frações da elite econômica do País que escolhem, num momento ou outro, vender suas empresas para grupos estrangeiros. Em outras palavras: quando se fala de “capitalistas nômades”, de “investidores ágeis” que circulam pelo mundo à procura da rentabilidade máxima para seus capitais, não se deve levar em conta somente os estrangeiros que procurariam se apoderar de pepitas de ouro de uma região, mas também aqueles que acham vantajoso vender as pepitas de ouro para investidores estrangeiros, com resultados incertos – e ainda por estudar – para os habitantes do referido território.

Para melhor caracterizar esses “investidores ágeis” imaginemos um setor econômico que conhece uma fase de grande crescimento, como por exemplo, o bioetanol do Brasil. De maneira esquemática, podemos imaginar quatro tipos de investidores que investirão e deixarão de investir em períodos diferentes do ciclo econômico desse setor:

1. Os pioneiros, geralmente famílias de empresários locais que assumem os riscos da fase inicial (a famosa curva em S da inovação), mas dispõem também de outros investimentos e outras fontes de renda. Eles realizarão um ganho decisivo se revenderem, no melhor momento, a empresa que fundaram, isto é, quando a mídia anunciar por toda parte um *boom* econômico do setor.
2. Os investidores ágeis e os investidores internacionais preponderantes, que entram no setor no momento de maior crescimento com a intenção de sair assim que for anunciado um possível declínio.
3. Aqueles a quem poderíamos chamar familiarmente de os “apanhadores de batata quente”. São os investidores minoritários, de fundos de pensão, e particulares que investem na bolsa, em empresas que parecem prósperas por causa de seu desempenho passado e da notoriedade alcançada. Eles arriscam-se a perder grande parte do capital quando a crise vier a ocorrer, pois, decadentes e rigidamente estruturadas com regras internas de funcionamento, essas empresas se tornaram menos adaptáveis.
4. Homens de negócios hábeis que assumem o controle de empresas decadentes e em dificuldade, compram-nas por um bom preço, se apresentam como salvadores e procuram realizar uma fortuna rápida, explorando os ativos já amortizados, captando ajudas públicas, exercendo artifícios jurídicos e contábeis que são permitidos pela falência de uma sociedade.

Neste artigo, interesse-me principalmente pela segunda categoria, a dos “investidores ágeis”, e em particular por aqueles que investem nesse momento na produção e no negócio do bioetanol brasileiro – um setor econômico ainda em fase ascendente, objeto de investimentos estrangeiros maciços – antes de uma eventual e ainda hipotética crise de superprodução e a retirada maciça dos investidores estrangeiros.

Neste curto ensaio, que é uma etapa propedêutica para uma pesquisa em andamento, abordarei cinco pontos:

1. Quais são os sinais do mercado que atraem esses investidores?
2. Quem são eles?
3. Qual é o grau de imobilização dos investimentos que fazem?
4. Que vantagens competitivas eles possuem em relação aos produtores locais, mais sedentários?
5. Quais são os benefícios para esses investidores ágeis?

Para concluir, ressaltarei a necessidade de extrapolar o tema do “nacionalismo econômico” – em minha opinião, muito superficial–, para me interessar mais precisamente por um problema menos ideológico, porém mais importante, ou seja, como os políticos e os representantes dos poderes públicos podem analisar, compreender e regulamentar as estratégias dos investidores? Como podem desenvolver um poder de negociação com esses investidores a fim de defender os interesses bem elucidados dos habitantes do território, particularmente quando a pontuação se produz, isto é, no momento de uma mudança de controle de capital?

### **Quais são os sinais do mercado que atraem os investidores internacionais para o bioetanol brasileiro?**

O setor do bioetanol brasileiro encontra-se em plena efervescência (BUAINAIN e BATALHA, 2007; BNDES, 2008; FAVA, PINTO e CONJERO, 2009). O número de usinas de etanol cresce a mais de 20 unidades por ano, há muitos anos, e em 2009 o poder público teve de estabelecer uma regulamentação para controlar o aumento das superfícies plantadas de cana-de-açúcar e tentar limitar o excesso. O movimento de aquisição e de transferência de usinas tem se acelerado e com isso assistimos a um jogo de cooperação/competição entre os donos tradicionais de engenhos do Brasil, os investidores internacionais, como Tereos, Louis

Dreyfus, Bunge ou Shell, e os intermediários financeiros (banqueiros, escritórios de advogados e consultores). Como foi que se chegou a isso?

Uma pesquisa na internet e a análise de notícias de jornais nos permitem acompanhar as pistas dos “sinais de mercado” que conseguiram atrair a atenção dos investidores para esse novo eldorado.

No dia 13 de março de 2006, um artigo publicado no *Wall Street Journal* trazia a seguinte manchete: “*Brazil is world’s ethanol superpower. Seven out of every 10 New Brazilian cars uses alternate fuel.*” Podemos assinalar o que esse título sugere claramente: que o *boom* econômico do setor está ligado à expansão do mercado interno brasileiro e, portanto, em grande parte, à vantagem fiscal da qual se beneficia o bioetanol nesse País. No corpo do artigo, tomamos conhecimento de uma informação complementar ainda mais importante: segundo o jornalista Bootie Cosgrove-Mather, graças a essa política pública protetora do Brasil, a atividade seria um investimento seguro e rentável:

In São Tomé, the cooperative that owns the ethanol distillery is betting on its best profits since it bought the operation in 1993. Cocamar’s production cost is \$1.10 per gallon, and wholesalers are buying the fuel for \$2.68 up from \$1.44 last year. About the only thing that could hurt Brazil’s ethanol industry now would be an almost unimaginable plunge in international crude oil prices, currently trading above \$60 per barrel, said Almir Hawthorne, the distillery’s industrial manager. Oil could drop to \$35 or 40 libras per barrel, and ethanol producers would still make money.

Esse tipo de declaração não poderia passar despercebido pelos investidores já que é, ao mesmo tempo, a promessa de grande rentabilidade e de pequeno risco. A repercussão de anúncios como esses faz-se sentir imediatamente, como sugere a continuação do artigo:

“We felt that in our share price”, said a smiling Paulo Diniz, chief financial officer of Grupo Cosan, Brazil’s largest ethanol producer and the world’s second largest after the U.S. based Archer Daniels Midland Co. A few years ago, Cosan was lucky to host a tour every for or five months for big foreign investors. Now the firm gets visits every two weeks, including a VIP tour in February for Google inc. billionaires Larry Page and Sergey Brin. Cosan is considering an initial public offering on Wall Street with the next year and a half, Diniz said. Other foreign companies may consider jumping on the bandwagon by buying

Brazilian ethanol firms.” “Phones have been ringing all over the world after Mr. Bush spoke”, said Cristoph Berg, an ethanol analyst with Germany’s F.O. Licht, a commodities research firm. Investors “are waking up to the notion that ethanol experience hasn’t been so rosy for consumers in recent months. Prices surged during the annual November-March production lull while the cane grew. Ethanol remains cheaper than gas, but flex-fuel car drivers can get better fuel efficiency with gas when the price difference between the two narrows significantly.”

O entusiasmo mundial pelo etanol exprime-se na França por meio das opções de investimentos das grandes empresas como Total, Louis Dreyfus ou Tereos, mas igualmente nas discussões das políticas públicas e nas posições dos especialistas. Em 2008, a publicação de um relatório do *Office Parlementaire d’Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques* [Escritório parlamentar de avaliação das opções científicas e tecnológicas] permite que tomemos conhecimento das ideias expressadas por alguns especialistas e representantes de lobbies influentes. Assim, Didier Mosconi, diretor de estratégia e desenvolvimento da Total, declarou em 5 de junho de 2008 à comissão parlamentar:

[...] a produção de biocombustível poderá representar, numa perspectiva bastante voluntarista, mais de 3 milhões de barris por dia contra 0,3 milhão hoje. Tratar-se-á, sobretudo, do bioetanol produzido da cana-de-açúcar em condições de um balanço energético e de emissão de gás de efeito estufa totalmente satisfatório no Brasil, graças à reciclagem do bagaço da cana como fonte de energia. Esse duplo balanço é menos favorável quanto à produção a partir do milho nos Estados Unidos; e é claramente desfavorável quando a produção se dá a partir do trigo ou da beterraba na Europa.

Enquanto isso, no Brasil, os banqueiros públicos e privados estimulam os investimentos estrangeiros no desenvolvimento do bioetanol, que eles apresentam ao mesmo tempo como um investimento rentável, mas também humanista e ecológico. Assim, o banco Safra dedica grande parte de seu relatório anual de 2008 ao tema da bioenergia e dá a palavra a especialistas, como Eduardo Ferrara de Carvalho, que manifesta enorme entusiasmo num artigo intitulado: “No missing this boat, it’s Brazilian” (BANCO SAFRA, Annual Report, 2008). Neste artigo podemos ler as seguintes propostas:

This is a golden opportunity for Brazil. The time for renewable energy has come. Its destiny lies in the properties of the fuels retrieved from recently harvested plant mass. In this context sugarcane, one of the oldest components of our social live, stand out for its competitiveness and incomparable environmental performance. [...] Brazilian ethanol from sugarcane can have a positive impact on the energy balance of advanced energy-intensive societies. Its production saves energy and avoids pollution thanks to the use of the very fule produced, since he source of energy for this industry is cogeneration fuelled by the trash straw) and bagasse left over from cane crushing. Sugarcane ethanol guarantees more end-use energy per unit of energy used to produce it than any other renewable source available today.

Esse texto é interessante porque associa argumentos financeiros com argumentos de caráter humanista e universal, ecológicos e nacionalistas. Em outras palavras, na perspectiva desse especialista, o que é bom para o banco é bom também para o Brasil, para os países consumidores de energia, para a humanidade e para a natureza.

No seu relatório sobre as perspectivas do bioetanol, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, 2008) adota uma posição mais defensiva e mais sutil. Em seu prefácio, o professor José Goldemberg, da Universidade de São Paulo, faz menção às controvérsias e aos limites do modelo, ao mesmo tempo em que o apresenta como uma solução indispensável e inevitável:

[...] é, portanto, necessário encontrar os substitutos para esses combustíveis (fósseis); nada mais racional do que produzi-los à base de matéria orgânica renovável [...]. Uma das opções é o etanol, um excelente substituto para a gasolina [...]. Isto suscitou resistências por parte de alguns grupos [...]. Esses grupos alegam também que na realidade a utilização do etanol não reduz as emissões de gás de efeito estufa, o que é totalmente incorreto no que se refere ao etanol da cana-de-açúcar.

Vejamos agora como as empresas europeias do setor reagiram a esses múltiplos sinais favoráveis do mercado.

### **Quem são os investidores internacionais do bioetanol brasileiro?**

Como consequência lógica das promessas de rentabilidade fabulosa, muitos dos grandes grupos investem no bioetanol brasileiro: argentinos, americanos, europeus, empresários da indústria açucareira, comerciantes de gêneros

alimentícios, petroleiros chegam ou desenvolvem intensamente suas atividades entre 2006 e 2008.

Sem pretender fazer aqui uma análise exaustiva, podemos assinalar alguns dos movimentos estratégicos realizados por empresas mundiais para lucrar a curto prazo com a chance inesperada oferecida pelo mercado interno brasileiro do bioetanol e, a médio prazo, as perspectivas de exploração para os Estados Unidos, a Europa e a Ásia, na hipótese de uma flexibilização das barreiras para entrarem no mercado.

O quadro acima revela que as grandes companhias mundiais de *agrobusiness* já

**Table 6. TNC and Brazilian agribusiness exporting companies - 2006 to 2007 (US\$ million)**

Ranking	Firm	2006	2007	Var. % 2007/2006
4th	Bünger Alimentos S/A	2.267.1	3.055.1	34.76
6th	Sadia S/A	1.316.5	1.776.1	34.91
7th	Cargil Agrícola S/A	1.606.3	1.759.2	9.52
11th	Perdigão Agroindústria S/A	914.8	1.393.1	52.28
15th	Louis Dreyfus Commodities Brasil	669.1	1.280.5	91.37
17th	ADM do Brasil LTDA	800.9	1.224.2	52.85
22th	JBS S/A (Friboi)	922.4	1.062.2	18.38
23th	Aracruz Celulose S/A	897.3	1.062.2	18.38
26th	Copersúcar	1.068.4	990.0	-7.33
28th	Sucocítrico Cutrale S/A	642.6	980.2	52.55
30th	Bertin LTDA	838.1	923.8	10.22
33th	Seara Alimentos S/A	459.9	760.7	53.39
35th	Suzano Papel e Celulose S/A	513.4	724.0	41.00

Source: Balança Comercial Brasileira. Secex/MDIC, Jan.2008.

estão muito presentes no Brasil a partir de 2006-2007, em particular para a exploração da soja, do suco de laranja e da cana-de-açúcar, e que seus negócios nesse País estão em plena expansão. Entre 2006 e 2007 é o grupo Louis Dreyfus que vai aumentar mais as exportações vindas do Brasil, após investimentos maciços.

O quadro seguinte mostra que, durante esse mesmo período, muitos dos grandes grupos internacionais compraram empresas brasileiras. O mais ativo é o grupo argentino Bunge, mas podemos notar também uma compra efetuada por Açúcar Guarani, filial do grupo francês Tereos, e outra do grupo Louis



Dreyfus. Em compensação, observamos a estranha e notada ausência do principal grupo europeu de produção de açúcar, o alemão Südzucker, cuja estratégia permanece concentrada na Europa (SÜDZUCKER AG. Annual Report, 2010).

### Most Relevant M&A operations in 2007 and 2008

Effective Date	Target Company	Buyer	% of Acquired Shares	EV (US\$ MM)	Transaction Value (US\$ MM)	Milling (MM tons)	EV/Milling (US\$/ton)
dec-08	Cabrera Central Energética	ADM	50	N/A	N/A	N/A	N/A
sep-08	Agroindustrial Santa Juliana	Itachu	20	N/A	N/A	N/A	N/A
sep-08	Monteverde Agroenergética	Bunge	60	N/A	N/A	1.4	N/A
jul-08	3 greenfields in Tocantins	Bunge	100	N/A	N/A	N/A	N/A
jul-08	Usina Pau D'alho	NovAmérica	100	63	N/A	1.4	46.5
apr-08	Tropical Bioenergia	British Petroleum	50	120	60	N/A	N/A
mar-08	Eldorado	ETH Bioenergia	100	N/A	N/A	2.2	N/A
feb-08	Usina Benalcool SA	Cosanio	100	84	61	1.2	70.9
feb-08	DISA	Infinity Bio-energy	97	130	75	1.2	108
nov-07	Panalcool	Grupo Nova América	100	N/A	68	0.9	N/A
nov-07	SA Leão irmãos açúcar e Alc.	Brazil Ethanol Participações	100	N/A	190	1.2	N/A
nov-07	Usina Conquista do Pontal	ETH Bioenergia	80	N/A	N/A	N/A	N/A
oct-07	ETH Bioenergia SA	Solitz	33	N/A	80	1.1	N/A
oct-07	Agroindustrial Santa Juliana	Bunge	100	N/A	N/A	0.5	N/A
sep-07	Grupo Dedini	Abengoa Bioenergy Co.	100	684	397	5.7	121.1
sep-07	Central Energética Paraíso SA	Infinity Bioenergy	100	N/A	52	1	N/A
sep-07	Rio Claro Agroindustrial SA	ETH Bioenergia	80	N/A	N/A	N/A	N/A
aug-07	Ibiralcool Destilaria	Infinity Bio-energy	100	N/A	28	N/A	N/A
aug-07	Destilaria Alcídia	Odebrecht	84	137	54	1.1	120.8
jul-07	Unialco	Luis & Walter Zacaner	25	N/A	10	2.1	N/A
jul-07	Andrade Açúcar e Álcool	Açúcar Guarani	68	427	206	3	144.5
jun-07	Usina Santa Luzia SA	Etanol Participações SA	100	N/A	108	1.6	N/A
apr-07	USACIGA	Clean Energy Brazil	49	213	127	1.5	138.9
mar-07	Cia Açucareira Vale do Rosario	B5 SA	51	N/A	750	N/A	N/A
feb-07	Grupo Tavares do Melo	Louis Dreyfus Commodities	100	N/A	483	5.3	N/A
feb-07	Usina Petribu Paulista Ltda	Noble Group Ltd	100	N/A	70	1.1	N/A

Source: Calyon (2009)

micel.villette@agroparistech.fr

### **Qual é o grau de imobilização dos investimentos estrangeiros no bioetanol brasileiro?**

Quer se trate de ouro verde ou de outra coisa, uma corrida para o ouro é muitas vezes seguida por um período de crise, de falências em série e da fuga violenta dos investimentos internacionais. Apesar de não dispormos até hoje de nenhuma informação que possa ser interpretada como o indício precursor de uma crise como essa, não é absurdo estabelecer, *a priori*, a seguinte questão teórica: se uma crise de superprodução vier a ocorrer; se ocorrer uma modificação de regulamentação fiscal e das estratégias dos Estados; se uma nova tecnologia oferecer de repente uma alternativa e provocar bruscamente a queda do valor das plantações e das usinas brasileiras de cana-de-açúcar, quais são os investidores que escapariam mais facilmente à armadilha financeira assim armada? Quais são aqueles que, ao contrário, teriam mais dificuldade para liquidar os ativos imobilizados nas explorações agrícolas e nas instalações industriais?

Os trabalhos de Neves, Fava e outros (2009, p. 44) permitem apresentar um primeiro prisma sobre essas questões. Eles classificaram os investimentos na cana-de-açúcar brasileira em seis categorias, indo do investimento mais pesado ao mais fraco. Um dos interesses desse trabalho é mostrar que, para aproveitar plenamente o *boom* do bioetanol brasileiro, até mesmo os investidores internacionais mais prudentes são mais ou menos obrigados a imobilizar o capital, pelo menos na fase atual. Tendo em conta nossa problemática, inverteremos a apresentação deles para ir do mais leve e mais móvel ao mais pesado e imobilizado.

A primeira estratégia, a mais leve, é a do comerciante que compra a cana-de-açúcar a preço de mercado no fim da colheita. Ela compensa em período de superprodução, mas é pouco rentável numa conjuntura de grande demanda e pouco permite assegurar o fornecimento regular de um estabelecimento industrial.

A segunda estratégia consiste em construir ou recuperar uma destilaria sem investir na produção e no transporte da cana-de-açúcar e fechar os contratos das provisões com os produtores, cuja colheita é paga na entrada na usina, por tonelada e em função do teor do açúcar presente na cana, conforme a tarifa estabelecida sobre uma base anual. Essa estratégia torna o planejamento da produção ainda muito incerto para garantir uma boa rentabilidade da ferramenta industrial.

A terceira estratégia consiste, para a empresa que explora a usina, em assumir por conta própria também a logística do transporte da cana das plantações até a usina – é preciso, então, investir também numa frota de caminhões. Mas pode-se eventualmente aumentar a zona de colheita e ajustar melhor o abastecimento e, por conseguinte, a produção.

A quarta se constitui num compromisso ainda maior e de longo prazo na região, e consiste, para a empresa que explora a usina, na responsabilidade da semeadura e da colheita da cana-de-açúcar nas terras dos proprietários. Nesse caso, os riscos e os benefícios da cultura são divididos entre os proprietários rurais e o explorador, mas a relação entre eles pode ser difícil e os proprietários, numa tentativa de elevar os preços, podem fazer a ameaça de passar para outra cultura. A empresa também deve assumir o risco e os custos da gestão da mão de obra dos operários agrícolas, e se expõem à crítica, em caso de maus tratos dos empregados.

A quinta solução consiste no aluguel dos terrenos agrícolas dos arredores, pela usina, por um período de pelo menos cinco anos e responsabilizando-se pela totalidade da exploração, sendo o proprietário rural remunerado sobre uma parte da colheita. Nesse caso, a empresa que explora a usina dispõe de um ótimo controle sobre os abastecimentos.

A última solução, de maior consumo em termos de capital, consiste na posse, pela empresa, não somente das instalações industriais, mas também dos transportes, do material agrícola e da área rural na qual a cana-de-açúcar é cultivada. Essa pesada imobilização de capital pode ser necessária quando se implanta essa indústria num novo território, e também quando se compra a empresa de uma família de plantadores que nunca separaram as usinas da propriedade agrícola na qual as construíram. Trata-se verdadeiramente de uma imobilização de capital? Sim e não. Enquanto a bolha especulativa sobre o etanol for lucrativa e o valor dos ativos não parar de subir, será relativamente fácil revender esses pesados investimentos para outros e ainda obter lucro, ou até mesmo colocar na bolsa as ações da empresa; são, portanto, duas estratégias rentáveis de saída, na presente conjuntura, mas elas podem se tornar bruscamente impraticáveis se o mercado se inverter.

Finalmente, a diferença entre os investidores ganhadores e os perdedores não se dá pela imobilização maior ou menor de capitais investidos na produção, ela se faz mais pela qualidade das informações sobre a evolução do mercado mundial e a capacidade de antecipar a chegada de uma crise de derrubada dos

preços. Desse ponto de vista, parece que os investidores globais dispõem de uma vantagem competitiva decisiva em relação às empresas de dimensão local ou nacional, pois não é tanto a ferramenta de produção que faz a diferença, mas, sim, a capacidade em adquirir e revender no bom momento.

### **Que vantagem competitiva os operadores mundiais têm em relação aos produtores locais, mais sedentários?**

A consulta no *site* de *Louis Dreyfus Commodities* (2009) nos dá uma ideia das vantagens competitivas das quais dispõem os grandes negociantes mundiais em relação aos industriais ou exploradores agrícolas mais sedentários.

Eis alguns trechos do que se pode ler nesse site:

Louis Dreyfus Commodities, a substantial participant in the global trading of sugar and ethanol, is one of the leading sugar and alcohol exporters in Brazil. In addition, the company handles active dry yeast, anhydrous and hydrated alcohol and fermentation and synthetic ethyl alcohol.

Through subsidiaries and branches, there are over 100 employees involved full time in its sugart trading operations.

Committed to servicing the increasingly complex requirements of producers and consumers in a dynamic market place, LDCommodities is involved in global trading, marketing and logistics. **LDCommodities is unique in its ability to offer a full suite of comprehensive risk management products to customers, including products to manage commodity price and volume risks.**

Louis Dreyfus Commodities conducts international trading operations from offices in Geneva, Wilton (USA) and São Paulo. These activities are enhanced by wholly owned regional subsidiaries or local offices in India, Israel, Kenya, Mexico, Peru, Poland, Singapore, Russia and Ukraine.

In addition to trading, LDCommodities is actively involved in the sugar and alcohol production industry in Brazil, owning three Brazilian sugar mills that produce 450,000 tons of sugar and 150,000 cubic meters of alcohol annually. These mills are located in Cresciumal in Leme, State of São Paulo, Luciânia, in Lagoa da Prata, State of Minas Gerais and São Carlos in State of São Paulo, the latter being owner of the sugar brand Dinalsucar, sold throughout the State of Minas Gerais.

(*Fonte: Louis Dreyfus Group annual report, 2009*)

A vantagem do operador global sobre os produtores locais aparece claramente nesse texto. Ele dispõe de antemão de uma informação exclusiva sobre a evolução dos mercados mundiais e pode, portanto, investir e “desinvestir” antes dos outros.

No caso de Louis Dreyfus, esse *savoir-faire* é tradicional. De fato, historicamente, a companhia Louis Dreyfus é a de um armador. Seu *savoir-faire* ancestral consiste em descobrir sempre cargas para seus navios, para a ida e para a volta, mas também saber comprar e vender os navios no bom momento, de maneira a nunca encontrar-se com navios inutilizados e sem valor de revenda. Para alcançar esses dois objetivos, o conhecimento detalhado dos movimentos dos navios em todos os grandes portos do mundo é um trunfo. Ele fornece com antecedência a informação exclusiva que permite ficar bem situado no bom momento.

Esse *savoir-faire* tradicional pode explicar a surpreendente decisão de Louis Dreyfus de imobilizar parte de seus ativos na compra do grupo Tavares de Melo, em fevereiro de 2007, por um montante estimado em US\$ 483 milhões. A decisão deixa supor que esse grupo será um dos primeiros que Dreyfus revenderá, antes que a conjuntura se torne desfavorável.

Com a leitura do relatório anual é possível, aliás, confirmar essa maneira de trabalhar, típica dos negociantes internacionais, já que sugere que o investimento nas destilarias brasileiras do etanol de primeira geração é apenas uma opção entre outras:

Both fermentation and synthetic ethyl alcohol are traded. Fermentation ethyl alcohol is made from products containing carbohydrates such as sugars, starches and cellulose. The primary feedstocks for most fermentation ethyl alcohols are sugarcane and grains. Synthetic ethyl alcohol is produced from the liquefaction of coal or the hydration of ethylene.

Ethanol is purchased with a wide variety of characteristics from producers around the world and marketed to international consumers. Many of the company's trading offices are involve in the origination, sales and movement of ethanol in local markets. By utilizing its global resources, LDCommodities is better able to understand and service a complex global market.

Customers are provided with regular information about the ethanol market and assisted in the sourcing and placement of ethanol to enhance their profitability. The company's technical expertise ensures that the quality of ethanol moved is maintained during every phase of handling and transportation. All parties in the supply chain are coordinated to ensure that both products and documents flow smoothly from origin to destination.

(Fonte: Louis Dreyfus Group annual report, 2009)

Não dispomos de testemunho direto da maneira pela qual no dia-a-dia o grupo Louis Dreyfus pode arbitrar os carregamentos do bioetanol embarcados em seus navios, mas se pode ter uma ideia indireta, a partir de testemunhos dados por um

responsável do grupo Total, em relação ao gás natural liquidificado, uma commodity comparável:

Quando existe um pico de procura de gás natural no Japão, por exemplo, depois de um violento tremor de terra em julho de 2007, que levou à parada da central nuclear de Kashiwazaki-Kariwa, um cargueiro pode assim partir do Oriente Médio com destino aos Estados Unidos para uma entrega ao custo de 9 dólares por BTU (*British Thermal Unit*) e ser redirecionado para o Japão, onde um comprador propõe 16 dólares por BTU.

(Fonte: entrevista do diretor de estratégia e desenvolvimento da Total, 5 de junho 2008)

### **Quais são os benefícios para os investidores internacionais?**

O que os investimentos brasileiros fornecem aos grupos internacionais que aqui investem? Propomos aqui uma primeira visão ao considerarmos o caso particular da cooperativa agrícola francesa Tereos.

Tereos é um grupo agroindustrial cooperativo especialista da primeira transformação da beterraba, da cana-de-açúcar e dos cereais. Esse grupo reúne 12 mil agricultores franceses, que têm o estatuto de associado cooperativo.<sup>3</sup> Dirigida por Philippe Duval, a Cooperativa Tereos controla também 33 estabelecimentos industriais na Europa, América do Sul e África. O conjunto realizou 3,4 bilhões de euros em volume dos negócios em 2008-2009.

O grupo Tereos detém seis participações majoritárias em empresas brasileiras: *Andrade, Andrade Agricultura Ltda., Cardoso, Cruz Alta Participações, São José e Açúcar Guarani S.A.*

Nenhum brasileiro participa atualmente da equipe de direção do grupo francês, que, entretanto, conta com 2.190 assalariados permanentes nos seus estabelecimentos industriais e comerciais brasileiros e cerca de 6 mil trabalhadores agrícolas, isto é, 65% do efetivo total de 13.592 assalariados permanentes do grupo.

Um artigo publicado no jornal francês *La voix du Nord* [A voz do Norte] no dia 5 de março de 2008 mostra a importância dos investimentos brasileiros realizados por esse grupo. Eis o que se pode ler no artigo:

Um volume de negócios em alta de 4%, equivalente a 2,37 bilhões de euros, um resultado líquido consolidado em 197 milhões para o exercício de 2006-2007 (contra 75 milhões em 2005-2006), aparentemente tudo vai bem

<sup>3</sup> Isso significa que, segundo os estatutos, eles podem votar em assembleia geral da cooperativa conforme o princípio “um homem, um voto”.

para Tereos. [...] Na verdade, esses bons números se devem a um lucro excepcional: o grupo transferiu a parte de 6,5 % que tinha na cosan, o líder mundial do açúcar. Compradas por 30 milhões de euros, há quatro anos, suas partes foram revendidas por 160 milhões. A entrada na bolsa da filial brasileira de Tereos Guarani também influenciou favoravelmente os resultados do grupo. [...] Na França, três usinas fecharam, em Vic-sur-Aisne, Abbeville, na região de Somme, e Marconnelles, perto de Hesdin. Três mil plantadores pararam a produção de beterrabas.

Esse artigo da imprensa regional mostra claramente que, em 2007-2008, a especulação dos valores na bolsa das usinas do etanol no Brasil permitiu compensar o declínio das atividades açucareiras na Europa e cobrir os custos de reestruturação. Entretanto, e, paradoxalmente, a avaliação das contas do total da filial – Açúcar Guarani s.A. – mostra as perdas relativas aos anos de 2006 e 2007.

Serviço Público Federal  
 CVM - Comissão de Valores Mobiliários  
 DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas  
 EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Data-Base - 31/03/2009      Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02094-0	AÇÚCAR GUARANI S/A	47.090.819/0001-17

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/04/2008 a 31/03/2009	4 - 01/05/2007 a 31/03/2008	5 - 01/05/2006 a 30/04/2007
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	871.714	663.128	701.840
3.02	Despesas da Receita Bruta	(126.754)	(84.469)	(112.580)
3.02.01	Impostos sobre vendas	(133.427)	(82.054)	(108.736)
3.02.02	Despesas e abatimentos	(3.327)	(4.115)	(4.142)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	734.957	469.658	619.760
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(608.971)	(369.530)	(413.000)
3.05	Resultado Bruto	125.986	110.128	226.761
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(403.856)	(165.664)	(150.329)
3.06.01	Corr.Vendas	(70.596)	(62.460)	(52.149)
3.06.02	Gerais e Administrativas	(46.610)	(78.536)	(36.002)
3.06.03	Financeiras	(274.000)	(19.139)	(4.466)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	0	0	33.888
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(274.000)	(19.139)	(38.361)
3.06.03.02.01	Resultado financeiro líquido	(63.209)	3.120	(36.838)
3.06.03.02.02	Variação monetária e cambial ativa	(210.791)	(22.259)	(2.523)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	23.900	703	72
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(6.008)	(2.861)	(23.242)
3.06.05.01	Amortização de ativo	(6.008)	(2.861)	(23.242)
3.06.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	(126.605)	(33.336)	2.087
3.07	Resultado Operacional	(377.873)	(70.668)	146.422
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	1.828
3.08.01	Receitas	0	0	1.828
3.08.02	Despesas	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	(377.873)	(70.668)	147.000
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	635	(3.307)	(30.269)
3.11	IR Diferido	80.254	16.967	60
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0
3.13	Reversão dos juros sobre Capital Próprio	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	(260.964)	(62.006)	116.821
	MÚLTIPLAS AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	286.715	167.294	1.246
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)			93,7662
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)	(1,01489)	(0,37003)	

Despertares croissants

michel.villette@agroparistech.fr

N. B.: Disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários, esse quadro contábil indica que os resultados operacionais positivos (linha 3.5) tornam-se negativos depois da retirada dos custos financeiros (linha 3.15). É imprudente querer interpretar mais em detalhe sem informações complementares. Apresentamos o quadro aqui a título de exemplo de documento contábil que merece análises aprofundadas durante pesquisas posteriores.

Em 2008-2009, importantes altas do preço mundial do açúcar e o aumento constante do parque de automóveis que utilizam etanol no Brasil só reforçaram mais ainda a contribuição das filiais brasileiras para a prosperidade desse grupo. Mas até quando? Quais são os limites desse modelo, que lembra perigosamente as antigas estratégias coloniais?

### **Considerações finais**

Este artigo é preliminar a um programa de pesquisa mais ambicioso, que esperamos poder desenvolver em 2011-2014. É, portanto, muito cedo para tirar conclusões definitivas. Todavia, nos parece útil voltarmos rapidamente a alguns fatos que, em contraponto à saga financeira dos grandes investidores, não devem ser desprezados se quisermos compreender o que é a indústria do bioetanol brasileiro hoje.

Em dez anos, de 1999 a 2009, os salários médios dos lavradores cortadores de cana baixaram em 25% e a intensificação do trabalho de corte da cana se agravou consideravelmente, passando de uma norma de colheita diária máxima, por lavrador, de seis toneladas por dia para 12 toneladas (DE MORAES, 2008). Essa intensificação é concomitante com uma substituição dos cortadores de cana locais, que exerciam essa profissão durante muitos anos, por uma mão de obra migrante de jovens, que nessa atividade fazem um esforço físico digno de um esportista de alta competição, até a exaustão, e num período muito curto (às vezes em menos de um ano). Eles chegam do Nordeste para o estado de São Paulo, sem família, e na maioria das vezes num quadro de tráfico organizado de mão de obra e num contexto de grande endividamento da família que ficou na região de origem. Os problemas de saúde, inclusive de morte súbita por acidente cardíaco, não são raros. Os empregadores fornecem aos trabalhadores bebidas vitaminadas e histamínicos capazes de ajudá-los no trabalho. Alguns completam esses remédios legais e recorrem à marijuana ou ao crack para acalmar seus sofrimentos e tentar aumentar o rendimento profissional. Esses stakhanovistas do corte da cana dizem numa expressão metafórica que “cortam a cana com o diabo no corpo”.

Os processos de certificação social estão em elaboração e devem proporcionar algumas melhoras pontuais. Elas se desenvolvem por iniciativa das ONGs (por exemplo, da ONG da tendência de militância católica); mas também de organizações patronais preocupadas em melhorar a imagem da profissão.



Recentemente, o BNDES passou a só oferecer empréstimos de taxas preferenciais para a construção de novas usinas contanto que 1% do investimento total fosse dedicado a projetos sociais (por exemplo, um dispensário, uma linha de ônibus para transportar lavradores, uma escola...). As ouvidorias sociais também parecem lutar contra o trabalho forçado e os acidentes de trabalho, mas os resultados ainda devem ser avaliados.

Os efeitos da corrida para o ouro verde sobre o meio ambiente não são menos espetaculares. Em 2009 já havia 240 usinas de etanol no estado de São Paulo. A cultura da cana-de-açúcar invade aos poucos a zona rural, reduzindo drasticamente a diversidade biológica, uniformizando a paisagem e esgotando o enorme lençol freático (precisa-se de aproximadamente 13 litros de água para produzir um litro de etanol). O fenômeno é de tal forma maciço que as autoridades do estado recentemente estabeleceram mapas dos locais onde a plantação da cana avançou, e adotaram uma legislação definindo as zonas em que a cultura da cana poderá ser autorizada e aquelas em que será proibida.

A expansão da cana-de-açúcar se faz agora em outros estados onde é menos regulamentada. É verdade que a extensão da cultura da cana não se faz diretamente em detrimento da floresta amazônica, mas também é verdade que sua extensão rápida empurra para as fronteiras a criação extensiva, que, por sua vez, é impulsionada para o norte, forçando os criadores de gado e os pequenos agricultores a desbravar a floresta. A consequência do desflorestamento é, portanto, indireta, mas não é menos significativa na Amazônia, como também em outras regiões como o cerrado.

O balanço da extensão e da intensificação da monocultura da cana-de-açúcar é aleatório quanto à qualidade de vida dos habitantes. Entretanto, as consequências positivas nos aspectos mensuráveis da economia nacional são patentes: extraordinário crescimento e resiliência da bolsa de São Paulo durante a crise de 2007-2008; aumento do PNB e do PIB por habitante, e redução em dez anos (1998-2009) do coeficiente de Gini, que mede a variação da renda entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres da população.

Examinando o conjunto dessas estatísticas, podemos ter a impressão de que a situação global dos brasileiros vem melhorando e que essa melhora é devida, por um lado, ao desenvolvimento dos biocombustíveis. Essa impressão apresenta o inconveniente de justificar os apoios políticos maciços a essa indústria sob forma de subvenções, de empréstimos com taxas vantajosas, de autorizações

para a implantação de vantagens fiscais e de tolerância para com as péssimas condições de trabalho e poluição, apoios que são uma das causas do desenvolvimento das estratégias industriais e financeiras observadas. As estatísticas públicas podem ser lidas como um prêmio que o poder público estipula para ele próprio e para as políticas públicas que quiseram estabelecer e favorecer. No entanto, são essas políticas públicas que deveriam ser reexaminadas à luz de análises mais apuradas, para que tenhamos um alcance maior do conjunto das estatísticas e visões convencionais.

O impacto econômico e social da corrida para o ouro verde não pode ser analisado somente numa perspectiva financeira e de curto prazo. As condições do mercado, as tecnologias, as alocações de ativos dos grandes investidores internacionais, as estratégias dos bancos e as políticas dos estados são variáveis e instáveis. A equação vencedora do bioetanol fabricado a partir da cana-de-açúcar pode ser bruscamente modificada pela variação de um ou vários desses fatores. O refluxo brutal e maciço dos principais investidores pode então provocar catástrofes nas regiões deixadas ao abandono. Mesmo se esse roteiro não for absolutamente previsível a curto prazo, podemos considerá-lo, a título de hipótese de trabalho, pois assim como o êxito de um investimento capitalista se considera pela fortuna final do investidor, da mesma forma a contribuição de uma indústria para o bem-estar dos habitantes de um território se julga *in fine* no momento em que essa indústria inicia seu declínio e que é possível examinar retrospectivamente os sinais positivos e negativos que deixa na paisagem, nas trajetórias familiares, na cultura local e na memória dos habitantes.

Uma das maneiras de construir os cenários para o desenvolvimento futuro das regiões invadidas pela monocultura da cana-de-açúcar me parece que poderia ser a de se fazer quatro perguntas:

1. Considerando as novas tecnologias em curso de desenvolvimento (bioetanol de segunda geração transformando a celulose; bioetanol a partir de algas marinhas; etanol de síntese produzido a partir do carvão), e a expansão mundo afora de culturas concorrentes para a produção de biocombustíveis – como, por exemplo, o azeite de dendê da Malásia, matéria-prima para o biodiesel –, como poderá evoluir a competitividade relativa do etanol produzido pelas usinas brasileiras atualmente em funcionamento?
2. Levando em conta as políticas públicas brasileiras, mas também as

européias e as norte-americanas, como poderá evoluir a combinação entre o etanol brasileiro destinado ao mercado brasileiro do parque de carros bio-flex, por um lado, e o bioetanol brasileiro destinado ao mercado de exportação? Como evoluirá a rentabilidade relativa dos mercados nacionais e os de exportação?

3. O que acontecerá se, por uma razão ou outra, o Estado brasileiro deixar de favorecer fiscalmente a utilização do bioetanol como combustível para os veículos?
4. Como incluir melhor nas regiões os lucros atualmente produzidos pela indústria do bioetanol? Como colocar esses lucros a serviço dos interesses, a médio e longo prazo, das populações locais?

Essas quatro perguntas apontam todas elas para o mesmo objetivo: proteger as regiões e seus habitantes quando o entusiasmo dos investidores internacionais deixarem bruscamente o lugar à mercê das estratégias de desinvestimentos e se tornar necessária a reconversão da região.

### Referências bibliográficas

- ALÇÚCAR GUARANI SA. *Annual report*, 2008.  
 \_\_\_\_\_. Guarani. *Site internet* <http://www.aguarani.com.br>.
- ALTRADIUS. Pesquisa realizada entre agosto e outubro de 2007 junto a 1198 sociedades da Alemanha, da Bélgica, da França, da Itália, Holanda e Reino Unido sobre suas relações com os Estados Unidos, o Brasil, a China, a Índia, o México e a Rússia, 2008.
- AMIGOS DA TERRA BRASIL e FONDATION HEINRICH BÖLL. *Agrobusiness and Biofuels: an explosive mixture*, 2006.
- ANTONIL, A.J. *Cultura e opulência do Brasil*. Paris: IHEAL (1ª edição, 1711); Lisboa: Oficina Real.
- BANCO MUNDIAL. *A agricultura a serviço do desenvolvimento. Relatório sobre o desenvolvimento no mundo*, 2008.
- BANCO SAFRA. *Annual Report*, 2008.  
 \_\_\_\_\_. *Bioenergy, Annual report*. São Paulo, 2007.
- BATAILLE, C.; BIRRAUX, C. *Relatório sobre a avaliação da estratégia nacional de pesquisa em matéria de energia*. Paris: Office Parlementaire d'Evaluation des Choix Scientifiques et Technologiques, 2008.

BNDES. *Bioetanol da cana-de-açúcar*. Energia para o desenvolvimento durável. Rio de Janeiro: BNDE, ISBN .: 978-85-87545-25-1, 2008.

BUAINAIN, A.M.; BATALHA, M.O. *Cadeia Produtiva da Agroenergia*, vol. 3. Série Agronegócios, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Secretaria de Política Agrícola- SPA, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura-IICA, São Paulo, 2007.

CAILLEUX, M.; EVEN, M.A. *Les biocarburants: opportunité ou menace pour les pays en voie de développement?* Ministère de l'Agriculture et de la Pêche, Publication du service de la statistique et de la prospective, Paris, 2009.

COSAN. *Annual Report*, 2006, 2007, 2008, 2009.

COSAN S.A. *Public Exchange offering for the acquisition of Shares issued by Cosan S.A. industria e comercio by order and on account of Cosan Limited.*

COSBROVE-MATHER, B. "Brazil is world's ethanol superpower. Seven out of every 10 New Brazilian Cars Uses Alternate Fuel". *The Wall Street Journal*, march 13, 2006.

DE MORAES SILVA, M.A. «Migrants temporaires dans les usines de canne à sucre de l'état de São Paulo-Brésil». *Migrations et Sociétés*. v. 20, n°. 115, janvier-février 2008, p. 125-146.

FORBES. *Classement des plus grosses fortunes mondiales*. Site internet.

GARCIA-PAPERT, M.F. Mercado e modos de dominação: a feira e as vinculações de trabalhadores na plantação açucareira nordestina. In: PESSANHA NEVES, D.; MORAES E SILVA, M.A. (Orgs). *Processos de constituição e reprodução do campesinato no Brasil*, vol. I, p. 69-88. São Paulo: UNESP, 2008.

GARNIER, J. Tereos veut doubler de taille d'ici à cinq ans. *La Tribune*, Jeudi 11 mars 2010, page 19. Paris.

GAUDIN, C. La bataille des centres de décision: promouvoir la souveraineté économique de la France à l'heure de la mondialisation. *Rapport d'Information* n°. 347, 2007. Paris: Sénat de la République Française.

GRÉVISE, M. *Le bon usage*. Paris : Editions Duculot, 1936.

GRÜN, R. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 20, n°. 58, p. 67-90, 2005.

LA VOIX DU NORD. Tereos Sauvé par ses investissements Brésiliens. *La Voix du Nord*, Mercredi 5 mars. Lille, 2008.

LEITE, S.P.; MEDEIROS, L. GARCIA JR., A; GRYNSPAN, M. Assentamentos rurais

em perspectiva comparada: uma análise das dimensões econômica, social, histórica e ambiental, *Relatorio final, volumes I e II*. CPDA-UFRRJ/CPDOC-FGV/CRBC-EHESS/UFF. Convênio REDES-Fundação Ford, FAPERJ e CNPq, 2005.

LOUIS DREYFUS GROUP. *Annual Report*, 2008 et 2009.

MINISTÈRE DE L'AGRICULTURE ET DE LA PÊCHE. République Française. Les biocarburants: opportunité ou menace pour les pays en voie de développement?. *Analyse de la cellule de prospective et d'évaluation*, n° 3, janvier 2009, 4p.

NEVES, M.F.; PINTO, M.J.A.; CONEJERO, M.A. *Transnational companies investments in brazilian agribusiness and agriculture: the case of sugar cane – Part of UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). World Investment Report 2009*. Geneva: UNCTAD, 2009.

ROUQUIÉ, ALAIN. *Le Brésil au XXIe. Siècle – naissance d'un nouveau grand*. Paris: Fayard, 2006.

SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2007.

SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P.S.(dir.). *Brazil, a century of change*. The University of North Carolina Press, 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. CVM (Comissão de Valores Mobiliários, DFP (Demonstrações Financeiras Padronizadas), Empresa Comercial, Industrial e outras. *Data Base Legislação Societária*.

SUCRE-ETHIQUE. *Position de l'Association*. Site internet.

SÜDZUCKER AG. *Annual Report*, 2010.

SZMRECSANYI, T.; RAMOS FILHO, L.O. The agrarian consequences of Brazil's recent sugar industry expansion. *LASA's XXVI International Congress*. San Juan, Puerto Rico, 2006.

TEREOS. *Rapport Annuel*, 2008-2009. Publié en mars 2010.

UBIFRANCE. *Indicateurs économiques et sociaux du Brésil*. Ambassade de France, Mission Economique de Brasilia, Minefi, 2009.

UNION EUROPÉENNE. *Proposition de directive européenne sur la promotion des énergies d'origine renouvelable*. COM (2008), Bruxelles.

VILLETTE, M.; VUILLERMOT, C. *From predators to icons, exposing the myth of the business hero*. London and Ithaca: Cornell University Press, 249 p., 2009.

## DILEMAS INSTITUCIONAIS NA PROMOÇÃO DOS BIOCOMBUSTÍVEIS: O CASO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL NO BRASIL

GEORGES FLEXOR, KARINA YOSHIE MARTINS KATO,  
MARIA DO SOCORRO LIMA E BETTY NOGUEIRA ROCHA\*

No começo dos anos 2000 as bioenergias foram acolhidas com empolgação e esperança pela comunidade internacional já que pareciam oferecer uma alternativa crível aos combustíveis fósseis responsáveis pela produção de gases de efeito estufa e objetos constantes de tensões geopolíticas. Mas o otimismo não perdurou muito tempo. Rapidamente, apareceram críticas chamando atenção para os efeitos ambientais e sociais da crescente produção de dendê na Malásia e na Indonésia e as consequências da concorrência entre energia e alimentos. Ao mesmo tempo, tornavam-se visíveis os impactos dos incentivos concedidos à produção de bioetanol de milho nos Estados Unidos, que distorcia os preços sem gerar benefícios ambientais tangíveis. A crise no mercado de produtos alimentares, cujos preços alcançaram seu pico no primeiro semestre de 2008, consolidou a polêmica dos impactos da produção de biocombustíveis sobre a segurança alimentar e a vida das populações pobres.

---

\* Georges Flexor é professor do IM/UFRRJ, membro do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA/UFRRJ), bolsista FAPERJ e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento/ INCT-PPED. Karina Yoshie Martins Kato é doutoranda do CPDA/UFRRJ, assistente de pesquisa do OPPO/CPDA/UFRRJ. Maria do Socorro Lima é professora do PUCG/UFF. Betty Nogueira Rocha é professora do IM/UFRRJ.

Como resultado dessa controvérsia, a legitimidade política e social dos biocombustíveis ficou abalada em muitos países. Os efeitos negativos dos biocombustíveis sobre a segurança alimentar e o meio ambiente atraíram cada vez mais a opinião pública. A rápida mudança das crenças acerca dos custos e benefícios da produção de bioenergias mostra que os mercados de bioenergias nas sociedades contemporâneas não dependem somente de fatores tecnológicos ou da dinâmica dos seus preços relativos. Antes disso, o crescimento desse tipo de energia está sujeito a uma grande diversidade de fatores institucionais tais como a opinião pública, a legitimidade dos resultados alcançados e as interações dos *stakeholders* nas arenas de políticas públicas.

Neste artigo, abordamos essa problemática a partir do processo de construção institucional do mercado de biodiesel no Brasil, destacando o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB). Embora a indústria de biodiesel no Brasil tenha um curto período de existência, acreditamos que essa experiência nos traz elementos capazes de lançar luz sobre as forças econômicas, políticas e sociais que influenciarão o futuro dos biocombustíveis líquidos e determinarão seu papel nas matrizes energéticas dos diferentes países. Parte-se da ideia de que o PNPB é uma experiência que nos permite compreender os principais fatores institucionais que condicionam a expansão dos biocombustíveis.

Para apoiar nosso ponto de vista, apresentamos um breve panorama das opiniões coletivas acerca dos biocombustíveis e do PNPB, cujo objetivo é delinear as principais linhas do debate e realçar algumas crenças partilhadas. Examinamos também as características dos atores envolvidos na formulação da política e as arenas onde se situam suas interações. Com isso, pretendemos enfatizar os condicionantes políticos da dinâmica institucional do processo de promoção dos biocombustíveis. Por fim, destacamos alguns dos resultados alcançados pelo PNPB no intuito de confrontá-los com os princípios justificadores do programa. Nossa análise sugere que o grau de legitimidade da política e os condicionantes aos quais está sujeita a expansão desse mercado serão determinados pela interação entre os distintos atores que se relacionam com a política e também com as ideias, crenças e valores que estabelecem o espaço de legitimidade da temática na sociedade. Antes disso, apresentamos um breve resumo da trajetória do biodiesel no Brasil.

### **Breve histórico do biodiesel no Brasil**

Uma das primeiras e das mais importantes experiências institucionais com o biodiesel no Brasil foi realizada em 1980 com a criação do Programa Nacional de Óleos Vegetais para Fins Energéticos – Pro-óleo, cujo objetivo era promover a substituição de até 30% do óleo diesel mineral. Após um curto período de existência foi abandonado em 1986. Nessa mesma época, a Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e Comércio (STI/MIC) desenvolveu e lançou o Programa Nacional de Alternativas Energéticas Renováveis de Origem Vegetal (OVEG), que tinha o objetivo de comprovar a viabilidade técnica do uso dos óleos vegetais em motores ciclo diesel.

Contudo, a efetiva incorporação do biodiesel à agenda das políticas energéticas brasileiras só se deu em 1990 e início dos anos 2000. Nesse período, o governo federal organizou comissões interministeriais para realizar estudos na temática do biodiesel em parceria com universidades e centros de pesquisa. Um dos marcos nessa trajetória foi o Programa Brasileiro de Biocombustíveis (Probiodiesel), lançado em 2002 e coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). O desenho do programa contou com a participação efetiva de mais de 200 especialistas e organizações interessadas, reunidas na Rede Brasileira de Biodiesel. Contudo, nessa primeira fase o biodiesel se manteve no nível das pesquisas acadêmicas, enfatizando-se seus aspectos tecnológicos. Até mesmo por isso, encontrava-se ancorado no Ministério da Ciência e Tecnologia.

Na época, os principais argumentos para a implementação do programa eram: 1) a diminuição da dependência dos derivados do petróleo; 2) a criação de novos mercados para oleaginosas, em particular para a soja; 3) o crescimento da demanda global por combustíveis alternativos; e 4) a redução das emissões de gás carbônico. O mercado do novo combustível representava um mercado alternativo que dizia respeito aos diferentes interesses da cadeia de soja. Era uma possibilidade de ampliar ainda mais a produção da oleaginosa e a exportação de farelo e, ao mesmo tempo, encontrar novo mercado, mais valorizado, para o óleo de soja. A indústria automobilística, por sua vez, o encarou como uma diferenciação cujo apelo estava no respeito ao meio ambiente, sem que isso a obrigasse a alterar sua rota tecnológica.

A chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência no final de 2002 determinou a reformulação completa do Probiodiesel, com a incorporação da questão energética e da eficiência das metas de inclusão social, desde o início um



dos pilares da legitimidade do novo governo. Com o objetivo de conduzir a reformulação do programa, em 2003 foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para realizar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal. A gestão da política de biodiesel passou do MCT para a Casa Civil, o que de certa forma refletia as mudanças de preocupações em torno do novo combustível e o maior peso dado a esse tipo de política na agenda política brasileira. Após a publicação do relatório do GTI, o biodiesel foi introduzido na matriz energética brasileira, sendo lançado em dezembro de 2004.

O novo desenho do programa citava três pilares fundamentais: a inclusão social por meio da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a viabilidade econômica. O biodiesel foi definido como um combustível de uso obrigatório que deveria ser adicionado ao diesel do petróleo em porcentagens que variavam de acordo com as metas estabelecidas: originalmente 2%, entre 2008-2012, e 5% a partir de 2013. Antes de 2008 sua adição ao diesel era facultativa. A ANP passou a se chamar Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e a lei estabelecia que, se necessário, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) poderia antecipar os níveis de mistura ao diesel.

Desde a sua criação, o PNPB incentivou a consolidação do mercado de biodiesel por meio de leilões públicos promovidos pela ANP, disputados em condições diferenciadas pelas empresas que possuem o Selo Combustível Social (SCS). A instituição dos leilões tinha como principal objetivo garantir que as metas produtivas estipuladas pelo PNPB fossem alcançadas sem problemas de desabastecimento. O desenho institucional do PNPB atribuiu também à Petrobras um papel decisivo que fez da petroleira o único comprador e responsável pela mistura de biodiesel estipulado em lei (Petrobras e a Refinaria Alberto Pasqualini – REFAP, também controlada pela Petrobras). Até 2010 foram realizados, pela ANP, 17 leilões de biodiesel e arrematados 4.624 milhões de litros deste combustível.

### **As principais opiniões coletivas acerca dos biocombustíveis**

Segundo diversos autores, instituições são crenças e valores partilhados (AOKI, 2002; NORTH, 2005; EVANS e CHANG, 2005). De maneira geral, ao assumir essa perspectiva intelectual, sustentam que podemos entender as ações humanas como um reflexo de suas crenças e valores. O atributo coletivo das mesmas permite então coordenar, estruturar e justificar as ações dos indivíduos e

organizações, estabelecendo certo padrão regular nas interações humanas. Nesta seção procuramos esboçar uma “paisagem” das principais opiniões acerca dos biocombustíveis, e do biodiesel em particular, com o objetivo de estabelecer um mapa das ideias que sustentam e justificam as ações públicas em prol (ou contra) da expansão das bioenergias. Para tanto, procuramos sistematizar a bibliografia relacionada com o tema e optamos por definir distintas classes de documentos e posições classificados em função do seu apoio ou não ao desenvolvimento dessas fontes. Este exercício classificatório permite identificar quatro grupos de opiniões coletivas, que não necessariamente se excluem ou apresentam limites claramente estabelecidos.

### **Biomassa e a possível nova civilização pós-petróleo**

Num primeiro grupo alocamos abordagens mais ampliadas da questão energética que procuram situar a produção de biocombustíveis num contexto de transição para uma nova civilização. Ignacy Sachs é talvez um dos autores que melhor representa essa abordagem. Esse economista franco-polonês (2005) situa a produção de bioenergia numa perspectiva mais abrangente de construção de uma real estratégia energética com a aposta em energias menos poluentes e a emergência de um novo padrão de consumo, menos intensivo. Assim, em vez de tratar os biocombustíveis como um mercado que se abre para mais uma *commodity*, produzida a partir de monoculturas voltadas para exportação e pautadas na eficiência econômica, o autor prefere situá-los no contexto de construção de uma nova civilização moderna de biomassa (SACHS, 2009).

Para Sachs, dentro dessa perspectiva os biocombustíveis seriam produzidos a partir de sistemas integrados de produção energia-alimentos, sendo que os modelos de produção são calcados numa agricultura de rendimentos médios, mas harmoniosos com a natureza e orientados para os pequenos produtores. E isso seria a chave para não se ter uma competição entre energia e alimentos. Esse modelo integrado permite a produção não apenas de alimentos como de forragem para animais, materiais de construção, adubos verdes, biocombustíveis, matérias-primas, fármacos e cosméticos. São produtos derivados da biomassa que, por meio da biotecnologia, são potencializados e cujos benefícios são repartidos de forma mais equânime em toda a sociedade.

Ainda segundo o autor, a civilização da biomassa permitiria, além de equacionar a questão ambiental e energética, enfrentar um dos grandes

problemas do século atual: o problema social. O incentivo à agricultura familiar permitiria desconcentração de renda e oportunidades, bem como a consolidação de um padrão de consumo e de produção ambientalmente mais sustentável. Trata-se, portanto, de uma excelente oportunidade para se repensar as estratégias de desenvolvimento rural nas sociedades contemporâneas. Mas, alerta Sachs, sem uma política explícita de apoio aos pequenos agricultores, a revolução que vivenciamos se traduzirá numa nova concentração de terras e de riqueza, gerando novamente um modelo de crescimento concentrador e excludente.

### **Bioenergia como oportunidades para o Brasil e os países em desenvolvimento**

O segundo grupo constitui aqueles que são favoráveis à produção do biodiesel e que, incluindo ou não a agricultura familiar, consideram o novo biocombustível uma oportunidade de criação de um novo mercado competitivo, lucrativo e em conformidade com o debate climático e com os princípios do desenvolvimento sustentável. Um primeiro documento representativo dessa posição originou-se do Comitê de Segurança Alimentar da FAO. Em 2007, a Comissão Econômica para a América Latina e para o Caribe da FAO preparou um documento intitulado “Oportunidades e riscos gerados pelo uso de bioenergia sobre a segurança alimentar na América Latina”. O documento destaca que a bioenergia apresentaria oportunidades e riscos para o desenvolvimento na América Latina e no Caribe. Segundo a agência, as implicações da bioenergia serão moldadas pela escala e pela rapidez das mudanças implementadas, bem como pelo sistema de produção empregado e pelas opções políticas realizadas nos países e no mercado internacional. O documento sublinha que a América Latina e o Caribe apresentariam muitas áreas subutilizadas, que poderiam receber novas lavouras para fins energéticos sem incorrer em novos desmatamentos ou em pressões sobre terras de pequenos agricultores. Em consequência, se acompanhada de políticas e programas bem desenhados, a promoção de bioenergias poderia beneficiar milhões de pequenos agricultores que se encontram atualmente na pobreza.

As conclusões indicam a necessidade de se construir uma estrutura institucional especial que possa efetivamente modificar as políticas e tecnologias adotadas com o objetivo de alcançar um sistema de produção mais harmonioso. Maiores detalhamentos sobre como seriam essas instituições, contudo, não são

realizados. Caberia ao Estado tomar a iniciativa de estabelecer uma estrutura que permitisse maximizar as oportunidades e minimizar os riscos que possam resultar de sua produção. Ao mesmo tempo, as conclusões insistem na importância de que cada país siga investindo em políticas de redução da insegurança alimentar, como políticas de uso da terra, identificação das maiores aptidões geográficas, regulação de serviços e produtos, políticas para melhorar as relações contratuais estabelecidas entre atores e políticas que levem em consideração padrões de consumo de bioenergia com eficiência (FAO, 2007).<sup>1</sup> O “Plano Nacional de Agroenergia: 2006-2011” (MAPA, 2006) é outro documento interessante e que sustenta uma posição favorável à expansão dos biocombustíveis. O Plano busca estabelecer objetivos estratégicos nacionais de médio e longo prazos em direção à consolidação de bioenergia que, ao mesmo tempo, permita o desenvolvimento da competitividade do agronegócio e dê suporte às políticas públicas voltadas para a inclusão social, à regionalização do desenvolvimento e à sustentabilidade ambiental. Para isso, desenvolve uma proposta de agenda de pesquisa, desenvolvimento, inovação e transferência de tecnologia que garanta a sustentabilidade e competitividade das cadeias de bioenergia. O documento traça um cenário mundial de crescimento na demanda de energia, acompanhado de um crescimento mais lento das reservas de combustíveis fósseis que se traduziria, de um lado, na necessidade de ampliação da participação das energias renováveis, e, do outro, tendo em vista a perspectiva de aumento nos preços do petróleo, de uma ampliação na viabilidade econômica da mesma. Isso determinaria que as condições econômicas para que o agronegócio incorporasse de vez o biodiesel como um de seus componentes de maior importância estivessem postas no cenário presente. O Brasil, neste sentido, seria privilegiado, pois teria desenvolvido um setor do agronegócio

---

<sup>1</sup> Num relatório subsequente intitulado “O estado dos alimentos e da agricultura: criações”, a FAO chama atenção para a possível competição que se poderia estabelecer entre a produção de cereais e oleaginosas para bioenergia e as criações animais para comercialização, seja pela concorrência com áreas de pastagens, seja pelo uso de matérias-primas para a fabricação de bioenergia que antes eram destinadas a rações. O rápido crescimento do mercado de biocombustíveis traria importantes consequências no preço e na disponibilidade das lavouras, concorrendo com lavouras alimentícias e com aquelas utilizadas na alimentação de criações animais. Em contraposição a esses pressupostos, destacam que a produção de bioenergia poderia também resultar em tortas que podem ser utilizadas na alimentação das criações e substituir as rações se não forem tóxicas. Isso poderia contribuir com a redução dos efeitos negativos do aumento da produção de biodiesel e as criações animais. Esses efeitos, contudo, variariam de acordo com as regiões e os tipos de criações (FAO, 2009, p. 54)

extremamente competitivo e seria um dos poucos países que apresentariam condições de ampliar a área de agricultura energética sem que isso ocasionasse o aumento da competição com outras formas de uso da terra. Segundo o Plano, o desafio brasileiro para a cadeia de biodiesel seria aproveitar ao máximo as potencialidades regionais e obter ao mesmo tempo o maior benefício social da produção, aplicando tecnologias tanto às culturas tradicionais como a novas alternativas de oleaginosas.

Outros trabalhos que analisam a produção de bioenergia de modo mais otimista podem ser encontrado no Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente da COPPE (MONTEIRO, 2007; LA ROVERE, 2009; LA ROVERE *et. ali.*, 2009; OBERMAIER, 2010). Interpretam o cultivo de oleaginosas para biocombustíveis pelos agricultores familiares do semiárido como uma estratégia de mitigação e adaptação à realidade imposta pelas mudanças climáticas. Destacam que o Nordeste brasileiro, particularmente o semiárido,<sup>2</sup> seria uma das regiões mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, com aumento considerável de suas temperaturas médias e o risco disto impactar negativamente nas condições de vida de sua população. A produção de biocombustíveis pelos agricultores familiares, nesse sentido, atenderia a dois objetivos: desempenharia função mitigadora, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, favoreceria esses agricultores a se adaptarem às mudanças climáticas previstas para o semiárido. O incentivo à diversificação dos sistemas produtivos dos agricultores familiares do semiárido com a entrada da produção das oleaginosas é visto como uma alternativa que contribuiria para a sustentabilidade e a reprodução social da agricultura familiar. Alguns cenários apontam que a redução das emissões de CO<sub>2</sub> pelo uso do biodiesel produzido a partir da agricultura familiar poderia atingir a faixa de 10% a 29% das emissões associadas ao diesel demandado no Nordeste<sup>3</sup> (MONTEIRO, 2007). Além disso, enfatizam a importância de que esses fatores

---

<sup>2</sup> Consideram o semiárido nordestino um *hot spot*, ou seja, uma região que conjuga a vulnerabilidade climática atual com os efeitos das mudanças climáticas projetadas e os aspectos da fragilidade socioeconômica local. Os impactos sobre os frágeis recursos naturais e sobre a agricultura de sequeiro poderão contribuir para deixar ainda mais vulnerável a população rural.

<sup>3</sup> A capacidade de mitigação de GEE pelo uso de biodiesel em substituição ao óleo diesel dependerá do balanço energético da produção de biodiesel e variará de acordo com os diferentes níveis de manejo e técnicas empregadas na produção das diversas fontes de matéria-prima, técnicas de produção de biodiesel e outros gases energéticos. Isso não foi realizado na tese aqui apresentada, portanto a estimativa de 10% a 29% considera apenas as emissões de CO<sub>2</sub> derivadas da queima de diesel e do biodiesel produzido pela rota metilica.

sejam levados em consideração no momento de formulação de uma estratégia nacional de desenvolvimento para o semiárido.

### **Não há o que se esperar das bioenergias**

Uma boa amostra do grupo mais crítico da produção de biocombustíveis pode ser encontrada no livro *Red sugar, green deserts* (EMANUELLI *et alii*, 2009). Publicado pela Coalizão Internacional pelo Habitat (HIC-AL), pela Rede Internacional para o Direito Humano à Alimentação (FIAN) e pela Latinamerika Grupperna (organização de solidariedade Suécia – América Latina), o documento foi escrito a partir da visão de distintos movimentos sociais, organizações não governamentais, institutos e universidades, profissionais de comunicação, entre outros, com a finalidade de debater os efeitos da expansão das lavouras energéticas. Segundo os autores, a produção de biocombustíveis na América Latina apresentaria alguns traços comuns, conformando um único modelo calcado na expansão das monoculturas e na geração de impactos socioambientais e violações dos direitos humanos. De maneira geral, o avanço desse mercado é interpretado como mais uma evidência da crise vivenciada pelo capitalismo monopolista e transnacional controlado pelo capital financeiro e displicente com seus impactos sobre o meio ambiente e as pessoas, suas identidades e práticas produtivas e culturais.

No âmbito das opiniões pessimistas, cabe destacar uma importante série de documentos produzida pela ONG Repórter Brasil, intitulada “O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade” (BIONDI *et. alii.*, 2008, 2009 a, b e c). Os relatórios, seis no total, objetivam investigar os efeitos da produção de bioenergia sobre o meio ambiente e os homens, focando os efeitos sociais, ambientais, fundiários e trabalhistas da expansão das lavouras para fins energéticos. Uma das primeiras conclusões do estudo é que os impactos socioeconômicos resultantes das lavouras para fins energéticos são diferenciados e variam de acordo com o tipo de matéria-prima empregada, com a região onde são desenvolvidos e com o sistema de produção do qual resultam. De uma forma bem geral, enfatizam que as culturas produzidas em escalas maiores e com maior exigência de mecanização e de insumos químicos tendem a ter maiores consequências negativas sobre o ambiente e sobre as pessoas que nela trabalham e perto dela vivem.

Com relação específica ao biodiesel, destacam as diferentes realidades que a nova política pública vem produzindo. Por um lado, tem-se a formação bem sucedida

de um amplo setor industrial, cuja capacidade ociosa sinalizaria em parte a magnitude do tamanho das perspectivas de crescimento da demanda futura por matérias-primas para a produção de biodiesel no curto prazo. Por outro, destacam que o objetivo do programa de diversificar as fontes de matérias-primas para a produção do novo combustível pouco teria avançado. O mercado de biodiesel vem sendo atendido em sua maioria pela soja e pelo sebo bovino, que já apresentariam escala produtiva e estrutura industrial compatíveis com o novo mercado. As visitas de campo e as pesquisas realizadas sinalizam que a produção de soja, principal matéria-prima para o biodiesel, encontra-se longe de ser responsável ou sustentável. A cultura, normalmente cultivada em monoculturas de larga escala, seria responsável por causar impactos negativos sobre agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais. Entre outras causas desses impactos estão as seguintes atitudes: colocar biomas importantes em risco, inclusive áreas protegidas e reservas; basear-se em trabalhos precarizados e até em regimes de trabalho análogos à escravidão; fomentar o uso intensivo e irresponsável de agrotóxicos; e contaminar importantes fontes de água.

### **PNPB: bons corações e más formulações**

O segundo subgrupo caracteriza-se por uma visão crítica, porém mais otimista: se realizados ajustes nos programas de incentivo ao novo biocombustível, haveria possibilidades de utilização do biodiesel como vetor de desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar. Em 2006-2007 foi realizada, a pedido da Petrobras, uma pesquisa conjunta de pesquisadores do Grupo de Economia da Inovação (GEI/IE-UFRJ) e do Laboratório Interdisciplinar do Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (LIMA/COPPE-UFRJ) cujo objetivo era propor ações que garantissem a oferta de oleaginosas da agricultura familiar do semiárido para as usinas de Candeias, Montes Claros e Quixadá. Num primeiro momento, os autores levantam um ponto central a ser discutido pelos atores que se relacionam com o PNPB: a agricultura familiar não seria plenamente apreendida pelas empresas e pelas instituições envolvidas no programa como uma forma específica de organização social dotada de lógicas e características próprias. As empresas e os *policy makers* tendem a focalizar, assim, apenas uma dimensão desse segmento, o seu pequeno porte, desconsiderando as especificidades de seu sistema produtivo e a lógica própria da agricultura familiar, que não é vista como um ator relevante no desenvolvimento agrícola e regional. As políticas de apoio

acabam concentrando-se em políticas sociais, uma vez que não são interpretados como atores os protagonistas de um processo produtivo de desenvolvimento (GEI/IE-UFRJ e LIMA/COPPE-UFRJ, 2007).

Garcia (2007) realizou uma pesquisa cujos resultados vão na direção da análise anterior. Seu objetivo era investigar como estaria sendo organizada a produção de biodiesel na Região Nordeste do Brasil com base na agricultura familiar. Os resultados alcançados apontam para um cenário pessimista quanto à inserção desses agricultores, bem como para certo descaso verificado no âmbito do PNPB quanto ao setor agrícola como um todo, particularmente em termos da agricultura familiar nordestina. O PNPB não estaria promovendo a integração da agricultura familiar na Região Nordeste em decorrência das dificuldades estruturais apresentadas pelo setor e da insuficiência técnica e política dos mecanismos de incentivo previstos pelo programa. Conclui que se o programa não sofrer ajustes que favoreçam o pequeno agricultor familiar, a produção de biodiesel seguirá concentrada numa única matéria-prima que exigiria escalas de produção organizada em grandes unidades processadoras e concentrada regionalmente no Centro-Oeste. O autor observa que a produção de biodiesel estaria sendo utilizada mais como um instrumento para promover a inserção do pequeno agricultor no agronegócio do que realmente como uma política energética que busque descentralizar as fontes tanto econômica como espacialmente. Acrescenta que, ainda assim, mesmo que priorizando a inserção do agricultor familiar, o PNPB não obteve sucesso em suas metas sociais, mantendo a marginalidade dos agricultores no âmbito das políticas públicas (GARCIA, 2007; BUAINAIN, 2008; BUAINAIN e GARCIA, 2008).

Essas diferentes opiniões sobre o aumento da produção de biocombustíveis – e, em particular, de biodiesel – estruturam um *background* coletivo para os diferentes atores mais diretamente envolvidos nas políticas de promoção de bioenergias. Como crenças partilhadas, induzem a formação de expectativas a respeito dos efeitos prováveis da expansão dos biocombustíveis. Para os mais otimistas, por um lado, o desenvolvimento desses mercados representa uma oportunidade geopolítica e econômica para os países em desenvolvimento, reposicionando-os num lugar de destaque na agenda internacional e proporcionando amplas e inesperadas fontes de renda. Para os mais pessimistas, por outro lado, a promoção das bioenergias, longe de representar uma oportunidade para o mundo em desenvolvimento, acrescenta mais um fator ao



impulsionar a concentração fundiária e a monocultura com consequências negativas sobre a desigualdade social e o meio ambiente. Essas diferentes opiniões coletivas incorporam juízos de valores que estimulam ou restringem iniciativas em prol da expansão dos biocombustíveis. São, logo, partes constitutivas da formulação do PNPB e elementos fundamentais de sua dinâmica.

### **Atores e arenas do PNPB**

Ideias, crenças e valores formam um pano de fundo (meta)coletivo importante para entender as restrições institucionais à expansão dos biocombustíveis. No entanto, ainda que constituintes, são insuficientes para analisar o formato assumido pelos mercados de bioenergias. Para tanto, é necessário examinar também as políticas públicas que estabelecem as regras do jogo para os atores envolvidos na formação desses mercados. Muitas vezes, essas ideias, esses valores e crenças encontram-se enraizados nas políticas públicas, orientando-as e moldando seus instrumentos.

Como ação coletiva, as políticas são sistemas organizados que formam arenas decisórias. Uma compreensão mais apropriada dessas políticas deve também levar em conta os atores envolvidos nos processos de decisão e implementação assim como as diferentes sub-arenas onde se formam e se situam os padrões de interações. São os atores e suas interações que estabelecem a dinâmica dos jogos políticos e que definem muitos dos parâmetros e processos que condicionam a evolução da política e do mercado. Para entender as ações empreendidas e os padrões de interações que caracterizam o PNPB pode-se definir três sub-arenas básicas: 1) uma subarena energética onde interagem atores coletivos cujo atributo específico é lidar com questões energéticas; 2) uma subarena dominada por uma rede de órgãos públicos e interesses privados ligados às grandes cadeias de *commodities*; e 3) uma sub-arena onde é predominante a influência de sindicatos, movimentos sociais, organizações não governamentais e alguns setores do governo relacionados com os interesses da agricultura familiar.

### **A sub-arena energética**

Nesta arena predominam atores relacionados com a problemática energética, ou porque têm atribuições *de jure*, como é o caso do Ministério de Minas e Energia ou da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, ou porque ocupam uma posição econômica privilegiada no setor de energia, como

é o caso da Petrobras. É nesta arena que se concentram os conhecimentos *expert*, as rotinas e as informações estratégicas para o planejamento energético. Um dos fatos que caracteriza a importância da problemática energética no processo de formulação do PNPB é o poder dado ao Conselho Nacional de Política Energética, por meio da Lei 11.097/05, de definir os prazos de adição de biodiesel e, portanto, o ritmo de crescimento do mercado. No entanto, existem alguns atores que desempenham atividades de apoio e que não são especializados em assuntos energéticos. É o caso, por exemplo, do Ministério da Ciência e Tecnologia, que anima redes de pesquisas e desenvolvimento tecnológico, ou do Ministério do Planejamento, que monitora a execução do programa. Mas de maneira geral, nesta arena a distribuição do poder de decisão tende a se concentrar nos atores com maiores competências na gestão e regulação da energia.

O papel do Ministério de Minas e Energia (MME) no PNPB é principalmente o de colocar o novo combustível no mercado e manter a oferta do produto com qualidade, além de sustentar o abastecimento de longo prazo, a segurança de abastecimento e a compatibilidade tecnológica. Essa atribuição dá à instituição e aos seus funcionários uma posição privilegiada quando se discutem as características das normas que definem os atributos técnicos do produto ou as decisões acerca do seu alcance futuro. No entanto, o MME divide parte da ação de normatização do PNPB com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Em particular, cabe à ANP toda a especificação do novo combustível, bem como a regulamentação e a realização dos leilões, que são o dispositivo institucionalizado para a distribuição e comercialização do biodiesel. Dado seu foco tradicional na regulação dos hidrocarbonetos, a agência tem mostrado maior preocupação com a qualidade necessária ao bom desempenho do produto, definida por meio de um conjunto de características físico-químicas e seus respectivos limites.

A Petrobras e, mais recentemente, a Petrobras Biocombustíveis são outros atores que desempenham um papel ativo no PNPB. Após participar do desenho inicial do programa e ocupar uma posição dominante na comercialização do biodiesel, a empresa se estabeleceu também como um produtor de peso no mercado. Para tanto, construiu três usinas e dispõe de robustas capacidades operacionais e logísticas e amplos recursos financeiros. A Petrobras, que em 2009 iniciou a produção de biodiesel em três plantas – Montes Claros (Minas Gerais), Candeias (Bahia) e Quixadá (Ceará) – se tornou de fato um ator incontornável da evolução do mercado de biodiesel, mas ao participar mais

diretamente da produção de matéria-prima terá de disputar também espaço na arena que concentra os atores do agronegócio.

Cabe por fim sinalizar a presença nessa arena da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). A organização que integrou grupo de trabalho interministerial responsável pelo estudo e pela elaboração da proposta do PNPB tem sido um interlocutor de peso na hora de definir os padrões de qualidade do biodiesel. Ainda que seja favorável à introdução de novas alternativas energéticas capazes de reduzir o preço dos combustíveis e gerar impactos ambientais positivos, a Anfavea tem sido atuante na elaboração de normas e demandas por testes exaustivos. Seu objetivo é condicionar a introdução do novo combustível, pelo menos no curto e médio prazos, à não realização ou à realização marginal de modificações na sua rota tecnológica. A capacidade de elaborar uma agenda técnica – como é o caso do documento-referência denominado “Proposta de Ensaio em Laboratório com Misturas de Biodiesel” – favorece as relações da Anfavea com a ANP e a dota de um peso significativo nas propostas de alteração do PNPB discutidas no âmbito do Conselho Nacional de Política Energética.

### **A sub-arena do agronegócio**

A arena do agronegócio abrange um conjunto de atores públicos e privados representativos dos interesses agrícolas dos produtores de matéria-prima para o biodiesel. Nesse espaço de representação e interação, distinguem-se instituições públicas como o Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento (MAPA), grupos de interesses especiais como a União Brasileira do Biodiesel (UbraBio), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) ou a União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) e grupos representantes de interesses regionais como é o caso do Sindicato das Indústrias de Biodiesel no Estado de Mato Grosso (SindiBio). Dada a proximidade dessas diversas instituições no que diz respeito às questões ideológicas e à existência de interesses em comuns, os padrões de interação nessa arena são geralmente mais cooperativos do que conflitivos.

Dentro do governo, o principal ator agindo nessa arena é o MAPA, que participou desde o início da formulação do PNPB. Além de ser responsável pela realização de pesquisas para o desenvolvimento de oleaginosas, com foco na obtenção de uma maior eficiência por hectare plantado, o ministério tem sido

ativo no apoio às reivindicações dos grupos de interesse dos produtores e da indústria produtora de óleos vegetais como a Abiove ou a CNA. A representação dos interesses específicos da indústria de biodiesel, contudo, é assegurada pela União Brasileira do Biodiesel (UbraBio), uma organização fundada em 2007 com o objetivo de promover e coordenar ações favoráveis às empresas-membro. Em função de sua criação tardia, a UbraBio não participou do grupo de trabalho interministerial que elaborou o estudo e a proposta do PNPB. Mas desde então tem participado ativamente dos fóruns de discussão públicas em seminários, *workshops*, grupos de trabalho e comissões. Seu posicionamento incide principalmente sobre a questão do marco regulatório do PNPB, seus aspectos tributários e os índices de misturas obrigatórias. No primeiro caso, a reivindicação é que os produtores de biodiesel sejam isentos de ICMS, a exemplo do que ocorre com os produtores de soja. Outro ponto de reivindicação se reporta à adição do óleo vegetal ao diesel vendido no interior do País. Nessa questão, a UbraBio tem procurado fomentar ações de interlocução entre os diferentes agentes que participam do PNPB, em especial a Comissão Executiva Interministerial e a ANP, para tratar da adequação do cronograma e dos índices de misturas obrigatórias de acordo com seus interesses.

A arena conta também com a presença da Unica, uma organização que representa os interesses do setor sucro-alcooleiro. Uma das principais linhas de ação da Unica é o apoio à ideia de que seja adotada a rota tecnológica que utiliza o etanol para a produção do biodiesel. A adoção dessa rota seria uma forma de substituir a rota metílica baseada no uso de metanol importado pelo etanol, com ganhos para a cadeia da soja e para a balança comercial brasileira. Segundo a entidade, entre os aspectos favoráveis à rota etílica está a autossuficiência nacional, o maior potencial de geração de empregos, a menor toxidez e a sustentabilidade da produção renovável (CASA CIVIL, 2003). Se for bem sucedida, as demandas da Unica podem criar um conjunto adicional de oportunidades de negócio para os produtores de bioetanol. No entanto, como se trata de oportunidades marginais, a Unica tem pouco incentivo para disputar de forma mais agressiva as questões que norteiam a agenda desta arena.

### **A sub-arena do desenvolvimento agrário**

Devido à ambição do PNPB no que tange a inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva de biodiesel não é de se estranhar a formação de um espaço

de interação caracterizado pela presença de sindicatos, de movimentos sociais, de organizações não governamentais e de alguns setores do governo como o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA).

Esse ministério participou desde o início da formulação do PNPB com o objetivo de que a agricultura familiar viesse a ser participante ativa de um eventual programa de biodiesel. Desde a institucionalização do programa, o MDA procura motivar as organizações representativas dos interesses dos agricultores familiares e outorgar o Selo Combustível Social, necessário para concorrer aos leilões organizados pela ANP. Diante de um contexto em que mais de 80% da produção de biodiesel é proveniente da soja, a atuação do Ministério do Desenvolvimento Agrário tem sido alvo de críticas oriundas tanto de organizações do agronegócio quanto dos movimentos sociais. Essas críticas levaram o MDA a atuar de maneira mais agressiva, suspendendo o Selo Combustível Social de algumas plantas industriais que não cumpriam as condições contratuais pactuadas no Selo.<sup>4</sup> O cancelamento do Selo Combustível Social implica a perda dos contratos, a não participação em leilões que exigem o Selo, além da perda dos direitos aos benefícios fiscais da redução de PIS/PASEP e Cofins e das vantagens nas linhas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Ao lado do MDA, a Contag é um dos atores mais atuantes nessa arena. Por ter sido escolhida como interlocutor privilegiado na implementação do PNPB, a Contag acredita que o PNPB constitui um instrumento para viabilizar a inserção social da agricultura familiar, especialmente para os agricultores que sofrem com a seca do semiárido. A entidade decidiu apoiar a implantação do programa com diversas ações e, inicialmente, priorizou a sua atuação no que tange à política de biodiesel na Região Nordeste. Isto se reflete nas suas inúmeras parcerias com a Brasil Ecodiesel na região. No entanto, com o passar do tempo e diante dos problemas enfrentados para incorporar os segmentos fragilizados da agricultura familiar, a Contag passou a emitir críticas, ainda que oficialmente mantenha seu apoio ao programa. Entre outros pontos falhos do PNPB, as lideranças da Contag destacam: insuficiência de mecanismos para alavancar a produção de oleaginosas oriunda da agricultura familiar; política de crédito; assistência técnica; zoneamento das oleaginosas; seguros e política de preços. Este último ponto é considerado um gargalo e tem gerado conflitos entre os

---

<sup>4</sup> Até o momento foram suspensos os selos de quatro unidades da Brasil Ecodiesel, a Ponte di Ferro, Agrencia Bioenergia e a CLV Indústria e Comércio de Biodiesel.

movimentos sociais, empresas e governo. Com efeito, com a alta dos preços da soja ou da mamona, observada em 2007 e 2008, os contratos de comercialização firmados com as empresas produtoras de biodiesel se tornaram custosos, criando uma situação de conflito de interesses marcada por incentivos à quebra contratual. Mas, apesar dos problemas encontrados e do descontentamento de parte de sua base de associados, a Contag continua sendo uma das poucas organizações dessa arena que continua apoiando o PNPB.

Os movimentos sociais ligados à Via Campesina, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT) não apresentam uma visão fechada sobre o assunto. Se, de maneira geral, enxergam a produção de agrocombustíveis com desconfiança, no caso do Biodiesel brasileiro têm adotado uma posição que varia de acordo com os movimentos em questão, com a região e com a cultura a ser implantada.

Por exemplo, segundo o relatório elaborado em 2008 pela Rede Brasileira pela Integração dos Povos (REBRIP) e pela Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (Fase), os movimentos sociais entendem que o PNPB não está sendo capaz de fortalecer a agricultura familiar e camponesa. Entretanto, não há consenso sobre o posicionamento quanto ao desenho e estratégia de implantação da política. Para a FETRAF o coração da crítica reside na concepção do PNPB. Apesar de reconhecerem alguns poucos esforços do programa em incluir os agricultores familiares, eles entendem que, de uma forma geral, o programa contribui para descaracterizar a agricultura familiar e camponesa, relegando-a ao papel de submissão ao agronegócio (REBRIP; FASE, 2008, p. 134). Grosso modo, pode-se dizer que, por parte dos movimentos sociais, o programa, tal qual formulado, pouco se adequa às necessidades de fortalecimento da agricultura familiar brasileira. Além disso, consideram que as decisões tomadas e o desenvolvimento do programa acabam beneficiando os setores do agronegócio, como a cadeia de soja. Ou seja, ainda que se reconheçam as especificidades de cada movimento, é possível observar uma avaliação quase consensual quanto ao papel de meros fornecedores de matérias-primas exercidas pela agricultura familiar no processo produtivo no atual desenho do programa.

### **Algumas implicações para a arena da política**

Uma interpretação mais progressista do PNPB tende a avaliar a presença de um grande número de atores como a expressão do caráter socialmente

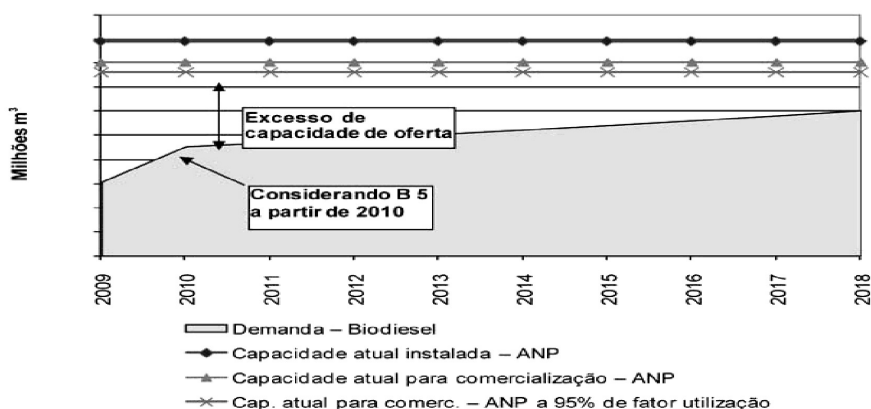
abrangente dessa política, sinal de que o programa incorpora de forma original e inovadora os múltiplos *stakeholders* envolvidos no desenvolvimento das bioenergias (ABRAMOVAY e MAGALHÃES, 2007; FLEXOR, 2008). No entanto, um elevado número de atores com interesses, recursos e valores muito diferentes gera um aumento da complexidade da formulação da política e uma maior assimetria de poder. Com efeito, nem todos os atores têm peso equivalente na hora de definir a agenda ou influenciar a tomada de decisões. Como procuramos mostrar anteriormente, os atores com poder de veto são poucos e se concentram em maior número na sub-arena energética e, residualmente, na sub-arena do agronegócio. Os interesses dominantes (MME, ANP ou Petrobras) podem ser mais diluídos do que a maioria dos atores que interagem nas demais sub-arenas, já que grande parte de seus recursos são alocados para outros fins e operações (petróleo, gás, eletricidade etc.). Mas, como se trata do espaço privilegiado para discutir e estabelecer os critérios técnicos que definem as características do produto vendido e regulam o formato dos mercados, as preferências e valores dos principais atores da arena energética se convertem em parâmetros decisivos na arena (maior) da política. Encontram-se também atores com poder de veto nas demais sub-arenas, como mostram as bem-sucedidas demandas da UbraBio por revisões do cronograma de aumento dos índices de misturas obrigatórias ou o maior envolvimento da Petrobras na montagem de um sistema de produção no Nordeste. No entanto, no nível da política, as regras decisórias privilegiam os atores que atuam na arena energética e essa estrutura institucional é um elemento central para entender os fatores que promovem e restringem o avanço da produção de biodiesel no Brasil.

### **Alguns resultados do PNPB**

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) completou cinco anos em janeiro de 2010. Dado que a meta de adicionar 5% (B5) de biodiesel ao diesel mineral foi alcançada oficialmente em 2010, antecipando em três anos a previsão inicial, e que o mercado de biodiesel encontra-se relativamente bem estruturado, podemos dizer que a primeira fase da implementação do programa chegou ao seu termo e pode ser apropriado tecer algumas considerações avaliadoras sobre o caminho percorrido. Esperamos com isso confrontá-las com os princípios justificativos do PNPB e ter uma ideia do grau de legitimidade alcançado pelo programa até aqui.

Um primeiro dado a ser destacado é que a formulação do PNPB induziu de forma quase que instantânea a emergência de uma indústria brasileira de biodiesel. No curto espaço de cinco anos, o programa conseguiu induzir a formação de um parque industrial capaz de produzir mais de 5 bilhões de litros de biodiesel por ano. Para tanto, existem 63 usinas autorizadas, sendo 11 autorizadas apenas para operação e 52 para operação e comercialização. Como a demanda do B5 é de cerca de 2,5 bilhões de litros de biodiesel, não existem riscos de desabastecimento no horizonte próximo. Pelo contrário, como mostra o gráfico 1, há excesso de capacidade e, segundo estudo realizado por Amaral Mendes e Cunha da Costa (2010), se o índice de adição de biodiesel permanecer em 5%, a capacidade produtiva atual será suficiente para garantir uma oferta segura do combustível até 2019.<sup>5</sup>

**Gráfico I. Balanço da oferta e demanda de biodiesel até 2018 se permanecer B5**



Fonte: Amaral Mendes & Cunha da Costa (2010, p. 273)

Essa situação e seus efeitos sobre as expectativas dos empresários têm sido um dos motivos pelos quais a UbraBio exerce uma pressão política constante em prol de sucessivas mudanças no cronograma de implementação do programa.

<sup>5</sup> Cabe sublinhar que o baixo grau médio de utilização da capacidade produtiva — na ordem de 35% — recobre uma realidade industrial bastante heterogênea. A fábrica da Oleoplan em Veranópolis (RS) teve em 2009 um fator de utilização de quase 75%, enquanto a média das seis usinas da Brasil Ecodiesel foi de menos de 18%.



Estimula também um movimento de consolidação do setor liderado pelas principais firmas (ADM, Granol, Óleoplan, Caramuru e Petrobras). Esse processo está induzindo uma elevação do tamanho médio das plantas, que passou de 64 mil litros de biodiesel por ano no final de 2008 para cerca de 75 mil litros por ano em maio de 2010, e um aumento do número de usinas de grande porte. Nesse mesmo intervalo de tempo, por exemplo, o número de usinas com capacidade superior a 150 mil litros por ano passou de seis para nove; e com capacidade superior a 300 mil, de uma para três. Mas, apesar de estar em marcha um processo de consolidação do setor de biodiesel no Brasil, a estrutura industrial continua bastante heterogênea. Com efeito, junto com uma planta capaz de produzir quase 350 mil litros de biodiesel por ano, como a recém-autorizada fábrica da ADM em Rondonópolis (MT), encontramos não menos que 21 usinas com capacidades autorizadas inferiores a 11 mil litros por ano.

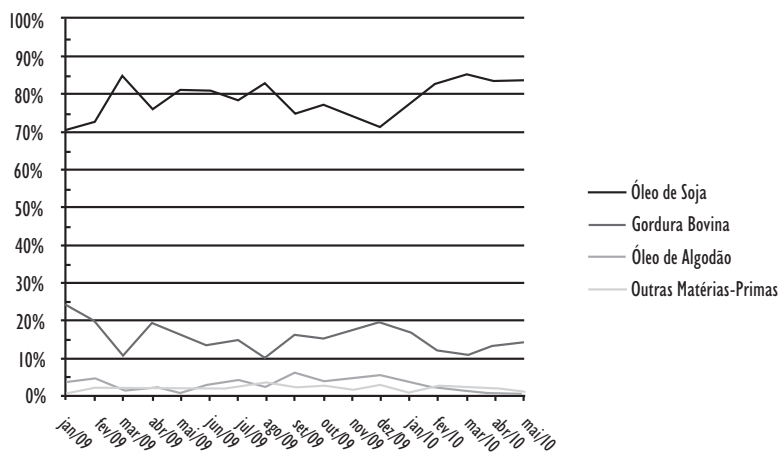
Se, de maneira geral, os resultados industriais podem ser avaliados positivamente, já que não há riscos de desabastecimento e que o comprometimento<sup>6</sup> de entrega por parte dos produtores é de cerca de 100%, a importância da cadeia de soja e a concomitante baixa inclusão da agricultura familiar no programa representam o “calcanhar de aquiles” do PNPB. Como podemos observar no gráfico 2, o óleo de soja representou a principal matéria-prima utilizada na fabricação de biodiesel no Brasil em 2009. Trata-se, com efeito, da única matéria-prima com oferta estruturada, segura e abundante, de modo que cerca de 80% do biodiesel brasileiro é produzido a partir do óleo de soja (as demais matérias-primas significativas são o sebo bovino e o algodão).

O PNPB transfere um volume de recursos não desprezível para os sojicultores do Centro-Oeste e Sul do Brasil, resultando num efeito distributivo não esperado e perturbador para as aspirações sociais do programa. Por exemplo, a produção de biodiesel realizada nos estados de Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás e São Paulo supera os 80% da produção nacional. Juntos, o Rio Grande do Sul e o Mato Grosso, dois dos mais tradicionais estados produtores de soja, respondem por 50% da produção brasileira de biodiesel. Em outras palavras, ao contrário do previsto no desenho original do programa, os benefícios fiscais

---

<sup>6</sup> Cabe assinalar que este resultado foi alcançado após a introdução de um sistema de penalidade pela ANP. Assim, caso algum produtor, por qualquer motivo, não entregue o biodiesel conforme a qualidade e o volume ofertados no leilão da ANP, poderá sofrer penalidades administrativas e poderá ser impedido de participar do leilão seguinte.

**Gráfico 2. Principais matérias-primas para produção de biodiesel (janeiro/2009 a abril/2010)**



Fonte: ANP; Boletim mensal, junho de 2010

proporcionados pelo PNPB acabam fluindo para produtores e estados que não eram o público-alvo do programa. Ora, o principal diferencial do PNPB em relação a outras políticas energéticas foi procurar estabelecer uma política que leva em conta critérios de justiça distributiva. Mas esse elemento forte da justificação do programa não tem sido alcançado e as consequências disso sobre a legitimidade do programa podem não ser positivas.

Diante dessa evolução e dos possíveis efeitos da perda de legitimidade do PNPB, o governo tem atuado em várias frentes para melhorar a capacidade de inclusão social da política. De um lado, as esperanças do governo repousam nas capacidades operacionais, logísticas e financeiras da Petrobras Biocombustível (PBio). Aposta-se que a empresa, que iniciou a produção de biodiesel em três plantas (na Bahia, no Ceará e no norte de Minas Gerais), possui recursos financeiros e humanos suficientes para arcar com os custos de organizar a cadeia de suprimentos. Além do mais, ela não sofre a mesma pressão por lucros imediatos de um empreendimento privado e é provavelmente mais propensa a aceitar um prazo maior para alcançar resultados positivos. Atualmente, cerca de 50 mil desses agricultores cultivam matérias-primas para abastecer as usinas da Petrobras, o que explica em parte o crescimento do número de agricultores familiares fornecedores de matéria-prima para a produção de biodiesel desde 2009.

Por outro lado, o Ministério do Desenvolvimento Agrário tem sido pressionado para aprimorar seu sistema de monitoramento do Selo Combustível Social. Além de aumentar a frequência com que fiscaliza as empresas, o ministério resolveu atuar estrategicamente quando decidiu retirar de fato o selo de quatro empresas e sinalizar que outras sanções poderiam ser tomadas.<sup>7</sup> O governo espera provavelmente que essas diferentes ações fortaleçam a credibilidade do programa e o comprometimento dos diversos atores envolvidos. Com essas ações e, sobretudo, o envolvimento da PBio, o governo espera poder atingir resultados mais condizentes com os objetivos sociais iniciais do programa. Assim, segundo expectativas (ou esperanças) da Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o número de agricultores familiares fornecedores de matéria-prima para a produção de biodiesel deve superar os 100 mil em 2010 (BiodieselBr, 2010). Em termos de venda, os agricultores familiares devem ser responsáveis por um valor equivalente a R\$ 1,2 bilhão em matérias-primas para companhias produtoras; ou seja, quase o dobro do valor de 2009.<sup>8</sup>

### **Considerações finais**

Neste trabalho abordamos a problemática dos condicionantes institucionais da expansão dos biocombustíveis a partir da construção do mercado de biodiesel no Brasil, destacando a importância da Política Nacional de Produção e Uso de Biodiesel neste processo. Nossa hipótese é de que a dinâmica dos mercados de bioenergias nas sociedades contemporâneas não depende somente de fatores tecnológicos ou da dinâmica dos seus preços relativos. O crescimento desse tipo de energia está sujeito também a uma grande diversidade de fatores institucionais tais como a opinião pública, a legitimidade dos resultados alcançados e as interações dos *stakeholders* nas arenas de políticas públicas.

A apresentação de um breve panorama das opiniões coletivas acerca dos biocombustíveis e do PNPB mostrou a existência de uma diversidade de crenças acerca das bioenergias. Algumas crenças têm percepções positivas, seja porque inserem o desenvolvimento deste tipo de energias num macroprocesso de

---

<sup>7</sup> Até junho de 2010, foram suspensos os selos de quatro unidades da Brasil Ecodiesel, a Ponte di Ferro, Agreco Bioenergia e a CLV Indústria e Comércio de Biodiesel.

<sup>8</sup> Em termos de aquisições da agricultura familiar em todo o Brasil, o valor chegou a R\$ 68 milhões em 2006; R\$ 117 milhões em 2007; R\$ 276 milhões em 2008; e em 2009, foram de R\$ 677 milhões.

transição civilizatório, seja porque consideram que oferecem oportunidades para o Brasil e os países em desenvolvimento. Outras mostram-se pessimistas quanto aos efeitos da expansão dos biocombustíveis ou da capacidade do PNPB em reverter o padrão de desenvolvimento econômico e social da agricultura familiar. Essas diferentes opiniões coletivas incorporam juízos de valores que estimulam ou restringem iniciativas em prol da expansão dos biocombustíveis. No início dos anos 2000, o certo consenso positivo estimulou em muitos países a formulação de políticas para incentivar a produção e o consumo de bioenergias e a formulação do PNPB reflete em parte esse viés otimista. No entanto, como se sabe, o consenso se evaporou rapidamente e desde 2007 são as controvérsias que dominam a problemática da promoção dos biocombustíveis. Nesse contexto, o apoio político e social ao PNPB vem diminuindo e as opiniões pessimistas constituem uma restrição importante ao desenvolvimento do programa.

O desenho das políticas de promoção dos biocombustíveis representa uma outra variável institucional que pode se tornar uma restrição à expansão deste tipo de energia. Com efeito, são políticas que envolvem muitos atores nos processos de decisão. Um elevado número de atores com interesses, recursos e valores muito diferentes gera um aumento da complexidade da formulação da política e o número potencial de conflitos de interesses. As políticas de promoção dos biocombustíveis, em particular, são atravessadas por conflitos entre atores relacionados com a produção agrícolas e atores vinculados à produção de energia. Este tipo de política é, portanto, instável, o que compromete seu alcance de longo prazo. O PNPB não escapa a essa característica geral das políticas de bioenergias. A presença de atores com lógicas e interesses oriundos do mundo agrícola e da energia representa uma fonte de conflito e de problemas de coordenação. Nesse padrão de interação acabam predominando alguns poucos atores (com poder de veto), a maioria dos quais se concentram em maior número na sub-arena energética e, residualmente, na sub-arena do agronegócio.

Quando foi idealizado, no início dos anos 2000, pelo primeiro governo Lula, esperava-se que o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel tivesse capacidade de produzir efeitos positivos sobre: 1) a balança comercial pela substituição de óleo diesel por biodiesel; 2) o meio ambiente; e 3) a inclusão social, um dos pilares da estratégia do novo governo. São metas ambiciosas que refletem, em parte, os princípios do programa: combinar justiça e eficiência. Espelham também o atual contexto político e econômico global e alguns traços

marcantes da formação histórica do Brasil. As metas procuram romper o padrão de desenvolvimento do etanol marcado por uma intensificação da monocultura da cana, a manutenção de um padrão fundiário historicamente desigual e por condições de trabalho muitas vezes consideradas degradantes. Se o PNPB conseguirá cumprir parte de seu objetivo inicial e proporcionar um modelo de política capaz de aliar justiça e eficiência é uma questão ainda em aberto. Os resultados iniciais, no entanto, são poucos e sem uma mudança no programa e inovações tecnológicas apropriadas será provavelmente difícil legitimar um biocombustível com baixo rendimento por unidade de terra e que não cumpre com seu objetivo de inclusão social.

### Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. Introdução. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: editora SENAC, 2009.

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. *O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais*. São Paulo, 2007.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCMBUSTÍVEIS. *Boletim Mensal de Biodiesel*. Junho de 2010.

BIODISELBR (2010) “No congresso da Mamona, MDA mostra avanços da agricultura familiar no Biodiesel”. <http://www.biodieselbr.com/noticias/em-foco/congresso-mamona-md-a-agricultura-familiar-cadeia-biodiesel-090610.htm> (acessado em 16/6/2010).

BIONDI, A.; MONTEIRO, M.; GLASS, V. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Cana-de-açúcar*. Brasil: Repórter Brasil, janeiro 2009a.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Gordura animal, dendê, algodão, pinhão-manso, girassol e canola*. Brasil: Repórter Brasil, setembro 2009c.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Palmáceas, algodão, milho e pinhão-manso*. Brasil: Repórter Brasil, setembro 2008b.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Soja e mamona*. Brasil: Repórter Brasil, abril 2009 b.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Cana*. Brasil: Repórter Brasil, janeiro 2010.

\_\_\_\_\_. *O Brasil dos agrocombustíveis: impactos das lavouras sobre a Terra, o meio e a sociedade – Soja*. Brasil: Repórter Brasil, abril 2008.

BRASIL. *Instrução Normativa nº. 1, de 5 de julho de 2007*. Disponível em: <<http://www.biodiesel.gov.br/docs/Minuta1.pdf>>. Acesso em: 8/8/2007.

BRASIL. *Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005*. Disponível em: <[http://www.biodiesel.gov.br/docs/lei11097\\_13jan2005.pdf](http://www.biodiesel.gov.br/docs/lei11097_13jan2005.pdf)>. Acesso em: 8/8/2007.

BUAINAIN, A.M. Biodiesel e agricultura familiar. *In: O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 de janeiro de 2008.

BUAINAIN, A.M.. e GARCIA, J.R. Biodiesel sem agricultura familiar? Incentivos para o agricultor familiar são fracos. *In: O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 12 de agosto de 2008.

CAMPOS, A.A.; CARMÉLIO, E.C.. Construir a diversidade da matriz energética: o biodiesel. *In: ABRAMOVAY, R. (Org.). Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: editora SENAC, 2009.

CARVALHO, R.L.; POTENGY, G.F.; KATO, K. Sistemas produtivos da agricultura familiar no Semiárido: oportunidades e limites. *In: VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*, 2007, Brasília. Anais do VII Congresso da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2007.

CASA CIVIL. *Relatório final do grupo de trabalho interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal – biodiesel como fonte alternativa de energia*. Brasília: Casa Civil, 2003.

CERDAS, G. Monocultures and agrofuels: key elements for debate. *In: EMANUELLI, M.S.; JONSÉN, J.; SUÁREZ, S.M. (Org.). Red sugar, green deserts*. México: FIAN International, FIAN Sweden, HIC-AL e SAL, 2008.

DIAS, G.L. da S. Conflitos entre alimentos e biocombustíveis. *In: DUPAS, G. Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

EMANUELLI, M.S.; JONSÉN, J.; MONSALVE, S. Introduction. *In: EMANUELLI, M.S.; JONSÉN, J.; SUÁREZ, S.M. (Org.). Red sugar, green deserts*. México: FIAN International, FIAN Sweden, HIC-AL e SAL, 2008.

FLEXOR, G. (2007) O biodiesel e os desafios da inovação nas políticas públicas. *Boletins do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*.

\_\_\_\_\_. (2008) A Petrobras e o desenvolvimento dos biocombustíveis. *Boletins do Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura*.

FAO. *The state of food and agriculture: livestock in the balance*. Rome: FAO, 2009.

FAO & CEPAL. Opportunities and risks arising from the use of bioenergy for food security in Latin America. Disponível em:

<<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/bioenergia/pdf/bioenergiaen.pdf>>.

Acesso em: julho de 2010.

GEI/IE/UFRJ e LIMA/COPPE/UFRJ. *Plano de ação para o fornecimento de oleaginosas em Candeias, Montes Claros e Quixadá*. Relatório de pesquisa n°. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, abril de 2007 (não publicado).

\_\_\_\_\_. *Plano de ação para o fornecimento de oleaginosas em Candeias, Montes Claros e Quixadá*. Relatório Final. Rio de Janeiro: UFRJ, outubro de 2007 (não publicado).

LA ROVERE, E.L.; AVZARADEL, A.C.; MONTEIRO, J.M.G.M. Potencial synergy between adaptation and mitigation strategies: production of vegetable oils and biodiesel in northeastern Brazil. *Climate Research*. Vol. 40, 2009.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. *Plano Nacional de Agroenergia: 2006 – 2011*. Segunda edição revisada. Brasília: MAPA e Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Rede Brasileira de Biodiesel – Probiodiesel. *Programa Brasileiro de Biocombustíveis*. In: <http://dabdoub-labs.com.br/pdf/probiodiesel.pdf>. Acesso em junho de 2007.

MONTEIRO, J.M.G. *Plantio de oleaginosas por agricultores familiares do semiárido nordestino para produção de biodiesel como uma estratégia de mitigação e adaptação às mudanças climáticas*. Tese (Doutorado) – COPPE/UFRJ, Programa de Planejamento Energético (PPE), Rio de Janeiro, 2007.

OBERMAIER, M.; HERRERA, S.; LA ROVERE, E.L. Análise de problemas estruturais da inclusão da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Mamona e I Simpósio Internacional de Oleaginosas Energéticas*. Paraíba, 2010.

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. *Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate*. Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008.

RODRIGUES, R.A.; ACCARINI, J.H. *Programa brasileiro de biodiesel*. em <[http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/capr/CAPR\\_BIOMCT.pdf](http://www.camara.gov.br/internet/comissao/index/perm/capr/CAPR_BIOMCT.pdf)>. Acesso em maio de 2009.

SACHS, I. Bioenergias: uma janela de oportunidades. In: ABRAMOVAY, R. (Org.). *Biocombustíveis: a energia da controvérsia*. São Paulo: editora SENAC, 2009.

WILKINSON, J. *Os agrocombustíveis no Brasil: quais as perspectivas para o campo?* Brasília: Oxfam Internacional no Brasil, 2008.

## SEGURANÇA ALIMENTAR E SEGURANÇA ENERGÉTICA: ALGUMAS QUESTÕES DE ECOLOGIA POLÍTICA

ANTÔNIO AUGUSTO ROSSOTTO IORIS\*

*“Mas por ver que o mundo é assim mesmo, que as mentiras são muitas e as verdades nenhumas, ou alguma, sim, deverá andar por aí, mas em mudança contínua, não só não nos dá tempo para pensarmos nela enquanto verdade possível, como ainda teremos primeiro de averiguar se não se tratará de uma mentira ‘provável’.”*

*José Saramago*

### **A globalização energético-alimentar**

O desenvolvimento de fontes seguras de bioenergia e a garantia de um contínuo abastecimento alimentar são temas cada vez mais relevantes no mundo contemporâneo. Da mesma forma, o equacionamento entre produção de alimentos e de agrocombustíveis representa um sério desafio para a grande maioria dos governos nacionais e agências multilaterais de cooperação. O enfrentamento da problemática energético-alimentar não se limita apenas aos seus aspectos mais específicos, mas apresenta relação direta com outras agendas econômicas e interações multissetoriais, os quais se estendem do nível local ao contexto nacional e internacional. Dadas as múltiplas limitações em termos de áreas agricultáveis, recursos financeiros e mão de obra, assim como a necessidade de assegurar conservação ambiental e justiça social, o aumento da disponibilidade de alimentos e biocombustíveis requer crescentes ganhos de produtividade e uma maior integração de cultivos, de áreas produtivas e de cadeias socioeconômicas. Normalmente, a resposta governamental a tais questões tem enfatizado a necessidade de não apenas manter e expandir a produção energético-alimentar, mas estabelecer metas para que produza de forma mais efetiva e

---

\* Professor da Universidade de Aberdeen, Reino Unido.



eficiente. Inovação, ciência e tecnologia são evidentemente temas centrais nos dias de hoje, em particular quanto a estratégias de desenvolvimento e de inserção em um mundo agrícola globalizado. Contudo, a produção agroenergética deve ser entendida como parte de um contexto socioeconômico e político mais amplo, o qual se ramifica por temáticas históricas e geopolíticas complexas, ainda que nem sempre adquadamente consideradas. Nesse sentido, a presente análise oferece uma modesta contribuição ao debate sobre oportunidades e contradições na busca de uma maior segurança energético-alimentar.

Se a escassez de alimentos foi sempre um problema recorrente na história da humanidade, o uso de biocombustíveis constitui matéria mais recente e vinculada aos notoriamente limitados estoques de combustíveis fósseis tradicionais (petróleo, gás e carvão). Mais importante é o fato de os biocombustíveis serem vistos como uma alternativa que não contribui para a liberação de gases de efeito estufa, apontados como causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas de origem antropogênica. Desde a formalização da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em 1992, até a 15ª Conferência das Partes em Copenhague, no ano de 2009, organizou-se um grande debate internacional sobre os riscos climáticos e ecológicos, o qual tem envolvido governantes, cientistas, setores produtivos e a população em geral. Porém, não é nenhuma novidade afirmar que o processo de implementação da Convenção-Quadro tem repercutido, de modo contundente, a assimetria de poder que permeia as redes mundiais. Mesmo o discreto avanço conquistado na reunião de Quioto em 1997 – quando foram definidas metas de redução de emissão de gases de efeito estufa para os países industrializados – revelou-se, ao final, uma vitória apenas pírrica, uma vez que tais nações vêm utilizando todos os mecanismos diplomáticos disponíveis para adiar e fraudar seus compromissos.

Infelizmente, apesar de o discurso oficial da maioria dos governos nacionais ter incorporado novos conceitos, tais como sustentabilidade, adaptação e participação social, grande parte das políticas públicas ao redor do planeta continuam sendo determinadas pela pressão hegemônica de crescimento econômico a todo custo. A própria definição de desenvolvimento, em que pese argumentos em contrário, reforça padrões de produção, distribuição e consumo que inexoravelmente levam à superexploração social e ambiental, assim como a uma maximização de riscos e incertezas. Cabe ressaltar que as contradições e

frustrações criadas no âmbito da diplomacia ambiental e das políticas públicas não estão imunes de escrutínio e criticismo; por exemplo, a Declaração Popular do Klimaforum09 afirma de modo contundente a conexão entre “débito” climático, degradação ambiental e “dívida” social, o que inclui temas como erosão do solo agrícola, introdução de organismos geneticamente modificados, expansão da monocultura e controle da produção por grandes corporações voltadas a atender tendências de superconsumo nos países do norte. A mesma Declaração defende que a transição para uma agricultura mais justa e ecológica está necessariamente relacionada à soberania alimentar e à democratização de acesso responsável a recursos e processos ambientais.<sup>1</sup> A alternativa dos biocombustíveis e o aumento da oferta de alimentos devem ser entendidos como capítulos centrais das múltiplas controvérsias e dilemas que permeiam a contemporaneidade planetária.

### **Panorama geral da produção agroenergética no Brasil**

Não é nenhum exagero mencionar que o Brasil é um dos principais países do mercado global de biocombustíveis, além de ser grande produtor (mas também importador) mundial de alimentos. A combinação de abundantes solos, água e sol, assim como mão de obra, tecnologia, políticas públicas e capital nacional e internacional, criaram condições propícias para a expansão e consolidação da produção sucroalcooleira e de biodiesel em todas as regiões brasileiras. No texto do Anuário Estatístico de Agroenergia de 2009, “[...] o Brasil tem muito a contribuir, pois possui uma matriz energética com 46% de fontes renováveis, num mundo que só utiliza 15%. Isso faz com que o país possua uma posição de destaque no cenário mundial, principalmente por sua forte estratégia em agroenergia” (MAPA, 2009, p. 5). Diversos outros trabalhos apontam que a produção de álcool fica ainda mais viável e comercialmente atraente sempre que o preço do petróleo passar do patamar de US\$ 50 a 70 por barril (de acordo com os atuais padrões tecnológicos). Em termos internacionais, uma defesa importante do papel dos biocombustíveis no mundo de hoje tem sido feita pelo professor Ignacy Sachs, como em palestra proferida na França em junho de 2005 (citado em GARCEZ e VIANNA, 2009), quando argumentou que existe um crescente interesse pelos biocombustíveis nos dias de hoje em função de preços

---

<sup>1</sup> Publicada na íntegra na revista *Capitalism Nature Socialism*, 21(1), 28-36, março 2010.

do petróleo bastante voláteis, das incertezas geopolíticas nas áreas produtoras de petróleo e da necessidade de se enfrentar o efeito estufa. Mesmo em seu livro de memórias, Sachs afirma que “soou a hora dos biocombustíveis” e o Brasil passa a ter um papel fundamental na arena internacional por ter condições favoráveis para vender etanol e biodiesel a preços competitivos e a níveis rentáveis (SACHS, 2009, p. 336). Sachs atualiza, assim, sua teorização anterior sobre ecodesenvolvimento e sustentabilidade, agora por meio de uma ênfase no trinômio biodiversidade-biomassa-biotecnologia.

Se fizermos uma viagem no tempo, vamos ver que a indústria nacional do etanol – evidentemente, a cana-de-açúcar continua sendo a mais importante e representativa cultura agroenergética no Brasil – evoluiu de acordo com as variações no preço internacional dos combustíveis e conforme os altos e baixos das políticas governamentais. Tendo se iniciado na década de 1930, particularmente com a formação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), a ação do Estado tem sido um misto de controlador e incentivador da produção sucroalcooeira. Desde então, as intervenções estatais em relação à produção canavieira têm seguido as prioridades e agendas de cada governo, mas que inevitavelmente refletem, de modo particular, as pressões dos grandes proprietários de terra interessados na manutenção da monocultura. Exemplo memorável das bases políticas e do jogo de interesses é a reunião ocorrida no Palácio Rio Negro, em 6 de janeiro de 1959, descrita por Celso Furtado em sua magistral análise dos desencontros daquele período histórico. Quando indagado pelo presidente Juscelino, Furtado ponderou que o Nordeste era a maior mancha de miséria do hemisfério ocidental e que a “ação do governo federal deveria privilegiar a produção de alimentos, tanto no semiárido como nas terras úmidas litorâneas, hoje monopolizadas pela cana-de-açúcar”. Porém, o obstáculo maior era o problema perene da oligarquia agrária regional que há séculos comandava a sociedade nordestina (FURTADO, 1989, p. 44). Um dos resultados desse encontro, como se sabe, foi a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que ficou encarregada, mas falhou, de promover um padrão de crescimento mais equitativo e sustentável para aquela região.

Nos anos seguintes, os produtores nacionais de cana-de-açúcar se beneficiaram por algum tempo da alta dos preços internacionais na década de 1960, especialmente devido à Revolução Cubana, da criação da Copersucar em São Paulo e do estabelecimento do Proálcool em 1975 (ver um retrospecto em

Hira e Oliveira, 2009). Cabe lembrar que houve uma resistência inicial ao álcool como combustível por parte dos usineiros, mas em seguida, com o suporte da Petrobras, passou-se a uma verdadeira lua de mel entre 1979 e 1985 (e.g. 73% dos carros vendidos eram movidos a álcool em 1980). Houve um período de crise na produção e comercialização entre 1985 e 2002, o qual observou a baixa dos preços do petróleo e a crise da dívida externa. Paradoxalmente, o Brasil tornou-se o maior importador de etanol entre 1989 e 1996, com somente 1 mil carros a álcool vendidos em 1997. Finalmente, no governo do presidente Lula, houve uma retomada da indústria de biocombustíveis, desde 2003, devido ao apoio fiscal, a taxas sobre a gasolina e a novas tecnologias agrônômicas. Em comparação, o biodiesel tem uma história muito mais recente (praticamente desde 2004) e uma importância ainda muito menor do que o álcool, mas há paralelos importantes em termos do binômio incentivo estatal e oscilações de mercado. No caso particular do biodiesel, existe também a possibilidade de conciliar a produção de energia com a produção de alimentos em áreas de agricultura familiar, como Nordeste, por meio de um consórcio de culturas como mamona, feijão e milho (RIBEIRO, 2008).

Tendo brevemente considerado a história e as oscilações da produção de biocombustíveis no País, podemos passar, dialeticamente, a um questionamento sobre a justificativa e os resultados da expansão bioenergética. É possível separar, esquematicamente, a restrição aos biocombustíveis entre críticas mais gerais (ou pontuais) e críticas estruturais (ou de fundo, consideradas a seguir). Em relação aos problemas mais pontuais ou tecnológicos, há quem diga que a produção de biomassa utiliza uma grande quantidade de combustíveis fósseis e que, ao final, o ganho energético não seria significativo (este parece ser o caso do álcool produzido a partir do milho nos Estados Unidos, que é uma atividade que mais consome do que libera energia, mas não ocorre o mesmo com a cana brasileira). Estudiosos como Giampietro e Mayumi (2009) afirmam que os biocombustíveis, apesar de tratados hoje como uma panaceia, são pouco mais do que uma ilusão, em função dos impactos sobre a biodiversidade, da grande apropriação de biomassa e da elevada demanda por água para sua produção. Outros pesquisadores afirmam que, em vez de se colher biomassa para a produção de combustíveis, seria melhor utilizar os solos para acumular carbono e, desse modo, diretamente minimizar o efeito estufa. Gomez *et al.* (2008) fazem referência à preocupante ocupação de áreas naturais e zonas agrícolas

tradicionais para o cultivo da matéria prima dos biocombustíveis, o que leva geralmente à perda de biodiversidade e diminuição de bens e serviços ambientais (inclusive, em muitos casos, com elevação, ainda que temporária, das emissões de gases de efeito estufa).

No caso brasileiro, tais questionamentos têm sido contestados por autores como Goldemberg e Guardabassi (2009), os quais discordam, por exemplo, de que os biocombustíveis contribuem para acelerar o desmatamento da Amazônia. Apesar de aceitarem que a área de desmatamento continua bastante alta (10.000 km<sup>2</sup>/ano), Goldemberg e Guardabassi (2009) argumentam que a causa principal está no aumento da produção pecuária e não na expansão de cultivos energético-alimentares. Cabe observar que essa problemática parece ser mais complicada do que simplesmente a localização da área canavieira, já que o gado pode estar sendo deslocado para a Amazônia para dar espaço à lavoura em áreas de cerrado, o qual já tem mais da metade de sua área desmatada e é um bioma hoje muito ameaçado (especialmente na parte norte, que ainda mantém boa porcentagem de vegetação original). Respostas semelhantes contestam que o aumento da área de biocombustíveis reduz a produção de alimentos; o professor Goldemberg admite que essa crítica pode ter procedência, mas lembra que os mercados agrícolas são muito mais dinâmicos e que as causas da falta de alimentos são muitas. Em relação às questões acima, provavelmente existe ainda uma margem grande para que se demonstrem os reais benefícios e a dimensão dos impactos ambientais associados à produção de biocombustíveis. Existem outros problemas indiretos, como doenças respiratórias em crianças e idosos no interior de São Paulo afetados pela produção de cana (como descritos por Uriarte *et al.*, 2009). Passaremos, agora, à análise de quatro aspectos mais estruturais consoante a contribuição da produção bioenergética e alimentar ao mundo globalizado, mas profundamente desigual.

### **Quatro questões de ecologia política: uma contribuição ao debate**

Como mencionado acima, foge do nosso propósito discorrer aqui sobre temas mais técnicos ou tentar uma análise detalhada das estatísticas de produção de agrocombustíveis. Nossa intenção é dedicar a presente discussão a algumas questões estratégicas ou estruturais da economia bioenergética que, se bem compreendidas, devem servir para uma consideração mais equilibrada dos limites das políticas públicas atuais. A justificativa para esse tratamento crítico da expansão energético-alimentar baseia-se no fato de que, mesmo se o meio

ambiente e a mudança do clima passam a ocupar cada vez mais espaço na grande imprensa e no discurso de governos e corporações, a maior parte dos textos disponíveis trata apenas de procedimentos tecnológicos e melhorias operacionais. Interessa-nos, principalmente, situar as questões de segurança energético-alimentar no contexto mais amplo da globalização dos mercados e das sociedades nacionais. A globalização acontece por meio de processos marcadamente políticos que envolvem a reconfiguração e mudança de escala de diversas formas de territorialidade (BRENNER, 1999). Porém, existe um espaço limitado, mesmo no âmbito acadêmico, para enfrentar as questões energético-alimentares por um viés de ecologia política crítica, que enfoque as contradições entre o indivíduo e a coletividade traduzidas na relação com o meio ambiente (conforme teorizado por Lipietz, 2003). A seguir listaremos, mesmo que de modo bastante simplificado, algumas questões centrais da ecologia política dos biocombustíveis e sua implicação para a segurança alimentar.

**Primeiro**, as controvérsias e os condicionantes de políticas de gestão ambiental, que seguem de perto as tendências da globalização desigual e injusta, constituem o pano de fundo para se entender a problemática da bioenergia e da segurança alimentar. Tais temas têm se tornado cada vez mais complexos, passando a exigir um enfoque multidisciplinar, a requerer que os profissionais sejam capazes de conectar a escala global com os problemas locais e regionais. Por exemplo, a disponibilidade de nutrientes alimentares e o balanço nutricional apresentam importantes variações geográficas entre regiões brasileiras, com uma forte associação, em que pese a existência de múltiplos fatores intervenientes, entre os rendimentos e a disponibilidade alimentar nos domicílios (Enes e Silva, 2009). Porém, ao atrelar a produção agroenergética às prioridades de mercado, a própria agenda ambiental fica cada vez mais sujeita a interesses de curto prazo e flutuações nas transações entre corporações privadas. Ou seja, uma expansão da disponibilidade energético-alimentar traduz a própria ambivalência das relações entre capital, políticas públicas e conservação ambiental: ao se atingirem maiores níveis de produção e produtividade agroenergética, surgem novas necessidades de investimentos e realização de lucros, assim como vantagens políticas para os administradores responsáveis pela promoção de tais mercadorias.

A tendência de irracionalidade da via capitalista de desenvolvimento econômico (ou seja, baseado na dupla exploração social e natural) geralmente leva a uma

esquizofrenia entre a tomada de conhecimento sobre os riscos climáticos e a impotência institucionalizada. Em particular, as mudanças climáticas de origem antropogênica estão historicamente ligadas à expansão e à consolidação de uma determinada forma de economia agroindustrial, a qual, como sabemos, promove a intensificação do uso de combustíveis fósseis e um crescimento exponencial da utilização de recursos naturais. Aqui não precisamos revisitar os cálculos científicos, nem os famosos gráficos que mostram o aumento dos níveis de gases de efeito estufa a partir de 1750 (i.e., aproximadamente, no início da Revolução Industrial), tampouco toda a demonstração do problema climático, já feita por gente como o vice-presidente Al Gore em *Uma verdade inconveniente* (edição brasileira de 2006). O que nos interessa ressaltar, mais especificamente, é que esse tipo particular de estrutura produtiva – essa que tem levado à aceleração das mudanças do clima – tem sua gênese também ligada à produção de diferenças e injustiças profundas. É preciso registrar que a problemática de mudanças climáticas é uma das mais dramáticas provas de que a sociedade estabelecida nos últimos dois séculos tem aprofundado as desigualdades entre grupos sociais e áreas geográficas da qual passa a depender (i.e., como teorizado pelos geógrafos, o capitalismo cria e se vale da manutenção de um desenvolvimento progressivo, mas desigual). Existe aqui uma disparidade evidente entre, por um lado, vantagens materiais amealhadas apenas por restritos segmentos da sociedade global e, por outro lado, a proliferação de impactos ambientais que indiscriminadamente afetam diferentes grupos sociais ao redor do planeta. Em última instância, a ação humana sobre o clima é a demonstração mais contundente hoje de um processo de injustiça ambiental, ou seja, de desigualdades sociais se projetando na relação entre sociedade e natureza, criando assimetrias no acesso e no uso de recursos naturais, assim como na distribuição dos impactos negativos.

Não deve ser ignorado que, se o padrão de desigualdade caracteriza a origem e as consequências das mudanças climáticas, as formas de resposta formuladas até o momento têm também reproduzido um padrão de assimetria e verticalização. A estratégia básica dos negociadores internacionais insiste que os países devem continuar sua trajetória de produção e consumo, apenas de forma um pouco menos impactante. A resposta convencional para manter o mundo mais ou menos inalterado, tratando de forma superficial a catástrofe climática que se avizinha, está incluída nessas duas palavras mágicas: *adaptação* e *mitigação* do forno global acendido pelos países industrializados. Ou seja, os países do Sul



devem ajudar a limpar a poluição produzida no Norte, que se valeu da colonização e exploração do resto do mundo, mas sem se desviar de uma crescente subordinação à globalização dos mercados e segundo o firme controle político e ideológico das economias centrais. Tida como uma das principais economias emergentes, do Brasil se espera que continue mantendo a mesma linha de aumento de produção, generalização do consumo e do desperdício, apenas que isto aconteça em níveis um pouco menos perdulários. Ora, como pode ser rapidamente verificado, mitigação e adaptação não são e nunca foram termos neutros; pelo contrário, são conceitos que se alimentam de uma história concreta de diferenças e desigualdades, a qual continua sendo continuamente reforçada. Em outras palavras, mitigação e adaptação pressupõem, acima de tudo, que a geopolítica do carbono seja mantida inalterada.

**Segundo**, as energias renováveis estão diretamente ligadas à agenda contemporânea de desenvolvimento dito limpo ou sustentável. Sabemos que existe hoje um grande entusiasmo com as chamadas “tecnologias verdes”, que são defendidas segundo a perspectiva da modernização ecológica. A complexa relação entre modernização ecológica e conservação do meio ambiente – na prática, uma verdadeira mistura de renovação e continuidade – tem servido como linha mestra para muitas políticas ambientais, que incluem uma vasta gama de técnicas, incentivos econômicos, tarifas verdes, selos e certificados, comércio de licenças ambientais. As soluções que seguem a linha da modernidade ecológica facilitam ainda o surgimento de novas vertentes para a acumulação de capital baseadas em produtos ou serviços relacionados com a própria conservação ambiental. Como, por exemplo, o Protocolo Verde, lançado em 1995, que é um dispositivo que busca implementar mecanismos financeiros que complementam e, ao mesmo tempo, criam sinergias com a legislação ambiental existente (ALIMONDA e LEÃO, 2005). São todas alternativas que se baseiam, antes de mais nada, no conceito de escassez de recursos, o qual é obviamente também o princípio norteador da ciência econômica. Essa centralidade da noção de escassez para a introdução do novo marco regulatório e institucional não é mera coincidência, mas permite que toda a lógica de viés, ainda mais explicitamente econômica, seja sobreposta aos procedimentos de gestão ambiental anteriormente adotados. Fundamental notar que tais soluções economicistas têm tido um espaço privilegiado em um contexto de globalização dos mercados desde o final do século passado.



Uma das mais importantes facetas da globalização econômica tem sido a transformação da gestão ambiental de mera fonte de matérias primas e energia em um campo aberto para novas formas de circulação de capital (SMITH, 2007). A apropriação e a conservação de recursos naturais e ecossistemas preponderantemente segundo prioridades de acumulação privada de capital repercutem desigualdades e injustiças sociais historicamente estabelecidas. Tal conclusão é facilmente demonstrada na medida em que alguns grupos e localidades têm acesso e uso privilegiado à natureza, ao mesmo tempo que sofrem menos os efeitos negativos de impactos e degradação ambiental. Esse padrão desigual de acesso à natureza está relacionado à própria exploração do mundo natural pela sociedade humana. Ou seja, as bases do desenvolvimento ocidental – a *alma mater* da globalização contemporânea – estão assentadas nessa múltipla exploração entre grupos sociais (i.e., classes, raças, gêneros e gerações) que se projeta na degradação ambiental. A insustentabilidade ambiental nada mais é do que um capítulo específico de um procedimento injusto e autofágico de crescimento econômico e mesmo de relacionamentos interpessoais. Em particular, a demanda por segurança alimentar e por fontes seguras de energia faz parte de um problemática muito mais ampla de democratização de vantagens socioeconômicas e de riscos socioambientais. Da mesma forma, a falta de alimentos e de energia não é uma questão dissociada de tendências mais gerais de degradação ambiental e exclusão social. Conforme argumentado por Porto e Milanez (2009), “o modelo de desenvolvimento brasileiro, fortemente baseado na produção de *commodities* rurais e metálicas para o mercado internacional globalizado, pode ser considerado ambientalmente insustentável e socialmente injusto”. Os últimos autores ressaltam que, cada vez mais, a produção de agrocombustíveis caminha nessa mesma direção de insustentabilidade e ampla injustiça.

Em termos conceituais, as estratégias da modernização ecológica – foco central das respostas oficiais, que surgem voltadas para soluções de mercado e ganhos privados obtidos via conservação ambiental – partem da premissa de que a atividade econômica gera riscos e causa degradação, mas que os mesmos podem e devem ser contidos por meio de novas práticas e tecnologias. Em outras palavras, a modernização ecológica serviria como estabilizador (ou regulador, na linguagem econômica) dos impactos negativos da expansão econômica capitalista. Exemplo maior de esforços nessa direção foi o discurso do presidente Hu Jintao, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2009, quando afirmou que a China,

hoje o maior emissor de carbono do planeta, concorda em cooperar para a resolução dos problemas de mudanças climáticas, mas apenas por meio de uma modernização ecológica de sua economia – basicamente, da obtenção de níveis mais altos de eficiência – sem desviar os fundamentos políticos, econômicos e sociais do modelo produtivo. A posição filosófica mais associada a esse tipo de tratamento dos resultados negativos da atividade produtiva é o trabalho de Ulrich Beck (1992), que define o mundo contemporâneo como a sociedade do risco, risco esse que pode ser controlado (mas não totalmente revertido) desde que fazendo uso de técnicas adequadas. A consequência é que o potencial transformador das políticas ambientais tem sido contido por uma insistência tecnocrática na internalização de custos e otimização do uso de recursos naturais, ao passo que as responsabilidades pelos erros cometidos e pelas injustiças produzidas são sistematicamente deixadas de lado; a prioridade de afirmação de uma racionalidade econômica para a resolução de uma longa sequência de impactos e distorções tem levado à consolidação de uma abordagem socioambiental cada vez mais insustentável e excludente (IORIS, 2010).

Como pode ser facilmente percebido, as medidas de modernização ecológica, como de resto toda ortodoxia ambiental hegemônica, aceita que uma significativa quantidade de impactos e de degradação é inevitável, o que nos remete aos economistas utilitaristas do século XIX. Além disso, a advocacia da modernização ecológica geralmente ignora que as pessoas e os grupos sociais vivem em um contexto econômico e político específico, e que há desigualdades e diferenças concretas que inevitavelmente afetam a adoção ou não de determinadas tecnologias. Por exemplo, escassez e abundância de recursos não são conceitos absolutos, mas somente fazem sentido em uma situação social e cultural determinada. Portanto, é extremamente questionável se a modernização ecológica pode de fato contribuir para responder às falhas de um modelo de sociedade baseado na dupla exploração humana e ambiental. Também é preciso compreender que existem resistências à própria modernização ecológica em muitos ramos da economia, em particular no setor agrícola. Nos últimos anos, consolidou-se uma verdadeira dualidade no agronegócio, na medida em que tanto se anunciam restrições a atividades em uma dada área geográfica, quanto se estimulam as mesmas atividades em regiões onde a oposição seja mais débil. A franca expansão do agronegócio no norte de Mato Grosso talvez seja o melhor exemplo de tecnologias tidas como obsoletas, pelo seu alto nível de impacto

ambiental, mas ainda perfeitamente viáveis em uma economia cada vez mais globalizada e com baixa preocupação ética a respeito da forma como as *commodities* são produzidas. A modernização da agricultura brasileira, legado da chamada Revolução Verde, não apenas introduziu um padrão de produção menos autossuficiente e mais dependente de insumos externos, como resultou em significativos impactos ambientais e sobre comunidades de pequenos agricultores, particularmente aqueles com precária propriedade fundiária (GUTBERLET, 1999).

**Terceiro**, e relacionado com os últimos pontos, cabe agora perguntar quais são os compromissos de fundo do Estado brasileiro ao incentivar a adoção de energias renováveis. Em nome de que interesses ou relações de poder atuam as principais agências estatais? As estatísticas indicam que houve um crescimento de 1,9 milhão de hectares de cana em 1975 para 8,9 milhões de hectares em 2007, mas não mostram quais foram os ganhadores e perdedores nesse processo de expansão. Apesar da suposta “virtude política” por detrás das motivações do Estado, como definido por Montesquieu, as intervenções governamentais estão muito mais relacionadas ao que Gramsci descreveu como uma combinação entre hegemonia política e o comando sobre o Estado e o sistema jurídico por parte de certos grupos sociais. Não se pode, portanto, compreender a ação estatal isolada de confrontos entre membros da sociedade e áreas geográficas. Como enfatizado por Bob Jessop (2002), o Estado é uma relação social, ou seja, não é monolítico, nem totalmente racional, mas tem uma grande porosidade, pois apresenta contradições internas e está submetido a múltiplas influências.

Nos últimos 20 anos, o Estado nacional brasileiro passou por um processo de ajustes, partindo de uma lógica de intervenção direta na produção para uma situação onde há mais espaço para empreendedores privados. Exemplo disso é o avanço nos últimos meses de oportunidades de participação em empresas privadas de água e saneamento (inclusive com apoio do BNDES), assim como a solidez e a pujança do chamado agronegócio brasileiro. Um lado curioso da liberalização da economia no nosso continente é que isso tem acontecido juntamente com novas e antigas formas de populismo. No caso do Brasil, o populismo de viés neoliberalizante do presidente Lula se alimenta, mas também modifica, as práticas populistas inauguradas por Vargas e JK. Esse processo recente de ajuste do aparato estatal, apesar de um discurso de transparência e inclusão social, tem tido uma trajetória tortuosa e uma execução problemática,

uma vez que, por um lado, garante renda mínima a uma maior proporção da sociedade, mas ao mesmo tempo intensifica as pressões sobre o meio ambiente, por exemplo, em razão das grandes obras hidráulicas, das rodovias transcontinentais e da crescente contribuição de setores primários na pauta de exportações brasileiras.

Pode-se destacar que, em 2009, depois de 31 anos, o Brasil exportou mais *commodities* do que produtos manufaturados: de janeiro a agosto, as vendas externas de produtos básicos somaram 42,8%, acima dos 42,5% dos manufaturados. Além disso, diversos estudos da Cepal mostram que a liberalização econômica da década de 1990 aumentou a contribuição de indústrias ambientalmente sensíveis no total das exportações nacionais, incluindo a produção química, siderurgia e mineração e indústria papelreira, ao mesmo tempo em que diminuiu o nível de especialização tecnológica. Ou seja, exporta-se hoje uma maior porcentagem de mercadorias que causam poluição e degradação, mas que requerem menos tecnologia. Isto significa uma pior qualidade das exportações, o que, no nosso caso concreto, traz um grande ponto de interrogação: em que medida os biocombustíveis, produzidos em grandes unidades agroindustriais, dependem não apenas de incentivos e subsídios, mas da leniência dos reguladores ambientais acossados pelas pressões liberalizantes. Existe o perigo de que, sem um controle efetivo, particularmente em áreas de fronteira agrícola, possam se generalizar os impactos socioambientais, mesmo que em nome da redução do aquecimento global. À tolerância com formas difusas de degradação ambiental, soma-se uma aceitação tácita de impactos sociais, como mão de obra temporária e desalojamento de populações tradicionais. Pesquisas publicadas este ano [2009] demonstram como a produção de biodiesel no Piauí, apesar de incrementar a economia local, tem criado o efeito de enclave em que os benefícios ajudam a poucos, mas os efeitos negativos e impactos culturais são bem mais extensos (SANTOS e RATHMANN, 2009). Clancy (2008) deixa claro que os biocombustíveis, como alternativa técnica, não são por si só nem a favor, nem contra a diminuição de pobreza, mas sua contribuição depende do contexto político e das estruturas institucionais. Podemos perguntar, por exemplo, como fica a agricultura familiar – que faz parte do programa de biodiesel – quando a Petrobras descobre novas e extensas reservas de petróleo?

**Quarto** e último, por causa da racionalidade economicista da modernização ecológica e dos comprometimentos políticos do Estado nacional, é difícil esperar

algo realmente inovador quando se apostam todas as fichas das políticas agroenergéticas em ações setoriais ou tecnológicas, sem que se enfrentem os problemas de fundo de uma sociedade global baseada no consumo crescente e desigual. Em termos de inovação agrônômica, a cana-de-açúcar segue provavelmente sendo a melhor alternativa como biocombustível (mas não deixa de ser irônico que o Brasil tenha iniciado sua história cultivando cana para exportar para Europa, isso durante o mercantilismo escravocrata do século XVI, mas 450 anos mais tarde o etanol da cana seja ainda apresentado ao mundo como uma grande novidade tecnológica). Prova das insuficiências do que se obteve até agora no campo da bioenergia é que o avanço produzido pelos tratados internacionais é quase desprezível, quando comparado com o aumento das emissões de carbono devido ao crescente comércio internacional. Em outras palavras, busca-se reduzir as emissões, mas sem enfrentar o problema mais central da produção e consumo de mercadorias e serviços responsáveis pelas mesmas emissões. Da mesma forma, o Banco Mundial continua apoiando 25 vezes mais projetos que contribuem para aumentar as emissões de carbono do que projetos ligados a energias renováveis. Portanto, se não situarmos os biocombustíveis em processos mais amplos e profundos de transformação econômica, da reconquista popular dos fundos públicos e das políticas de desenvolvimento, de mudanças nos padrões de consumo e no fluxo de capital, nunca será possível evitar as tendências mais gerais de manutenção de impactos, riscos e crises recorrentes. Se refletirmos um pouco sobre o que aconteceu em 2008, podemos verificar que as causas da crise financeira nada mais foram do que uma aposta cega em um lucro de curtíssimo prazo. Isto deveria servir de alerta para as limitações de respostas convencionais aos problemas associados ao risco de mudanças do clima.

Uma visão apenas setorial ou tecnocrática geralmente leva a falsas expectativas e soluções paliativas. Por exemplo, as vantagens em termos de redução de gases de efeito estufa obtidos com a substituição de combustíveis fósseis por biocombustíveis, como o etanol da cana-de-açúcar, podem ser facilmente ultrapassadas pela expansão do transporte motorizado (MELLO *et al.*, 2009). Há estudos que demonstram que, mesmo que todo o milho e soja do mundo sejam empregados como biocombustível, somente se chegaria a 12% da demanda global de gasolina e 6% do diesel (HILL *et al.*, 2006). Ou seja, o problema de fato não é a forma de combustível, mas a dependência do carro

particular, o crescimento acelerado e excludente de grandes áreas urbanas e o consumo de mercadorias com alto valor de mercado, mas com um questionável valor concreto. É também duvidosa a viabilidade de longo prazo de projetos de expansão de biocombustíveis ligados a subsídios e ao oportunismo do mercado internacional de petróleo. Sem uma postura geopolítica mais firme, o Brasil, como de resto o Peru e a Bolívia, tende a se tornar algo parecido com uma colônia energética (considerando não somente biocombustíveis, mas petróleo, carvão, energia eólica etc.). Como comparação, podemos tomar a região de Aberdeen, centro da área produtora de petróleo do Reino Unido, um verdadeiro protetorado energético onde 20% da população trabalha na indústria petrolífera e que brevemente ficarão sem emprego, porque se trata de uma produção que tem seus dias contados. Mas o debate público e acadêmico tem grande dificuldade, também por lá, de incorporar essas questões mais centrais. Com os biocombustíveis, apesar de ser uma fonte renovável de energia, pode suceder algo parecido, se não houver uma atenção maior com os impactos socioambientais criados localmente e com as contradições socioeconômicas mais gerais.

Falta perceber que é justamente essa tendência econômica perversa, com ou sem mitigação das mudanças climáticas, que serve de barreira à formulação de soluções efetivas à dupla degradação ambiental e humana. Porém, as opiniões dominantes veiculadas na mídia e em grande parte da academia não aceitam que os países do Sul busquem outras alternativas, mas esses devem se submeter e aceitar o bônus e o ônus dos mercados globalizados. Aqui está a falácia fundamental, porque, na verdade, a dependência se dá exatamente ao contrário: é a expansão capitalista que não pode se manter sem uma constante incorporação da esfera não capitalista. O capital não pode prescindir do seu antípoda, qual seja, do mundo não capitalista. Esta é uma observação feita por Rosa Luxemburgo (1951) há quase um século atrás, mas que segue bastante relevante para se compreender que a vitalidade do capitalismo requer a apropriação de áreas e atividades que estão ainda além do circuito de acumulação. Mas essa expansão das relações de produção capitalista acontece com um alto custo socioambiental e cria sempre novas fontes de risco. No nosso caso, sem uma visão crítica dos propósitos e da distribuição de benefícios, alternativas tecnológicas como a produção de biocombustíveis podem rapidamente se restringir a apenas outra engenhosa fonte de acumulação de capital, com a vantagem marginal de que evita que se aumente ainda mais o nível de emissão de carbono. Mas em termos

concretos, deixa-se assim mantida a mesma estrutura produtiva, as mesmas relações interpessoais, os mesmos padrões de consumo e de transporte. Além disso, incorporam-se as vicissitudes agrícolas – uma longa lista de riscos, conflitos e incertezas – à geração e consumo de energia automotiva. Portanto, a questão central é: até que ponto a produção de biocombustíveis, sem uma apropriação política pelo conjunto da sociedade, não vem apenas reforçar e legitimar toda a realidade socioeconômica profundamente insustentável e desigual?

### **Conclusões e perspectivas**

Como conclusão, é evidente que não adianta apenas criticar, mas é necessário apontar alternativas de curto e longo prazo. É preciso reconhecer que soluções, como os biocombustíveis, podem ter um papel fundamental para se avançar na busca de respostas às mudanças climáticas, mas desde que adotadas como parte de uma estratégia político-econômica que confronte a lógica de crescimento a qualquer preço e o foco nos sintomas e não na doença. O problema é que, se fizermos as perguntas erradas, não vamos nunca chegar às respostas certas. A posição brasileira, nos fóruns de negociação de mudanças climáticas, será tanto mais forte e respeitável quanto mais igualitário e criativo for o processo de desenvolvimento nacional. Para isso é preciso fazer “o dever de casa”, não somente ter uma produção de biocombustíveis que seja social e ambientalmente consequente, mas que essa seja também ligada à conservação dos biomas e à reversão de tecnologias agrônômicas que fazem uso intensivo de fertilizantes e agroquímicos. Tais ações são importantes e necessárias para controlar não somente os processos que causam impactos ao ambiente, mas também aos grupos sociais mais vulneráveis. O futuro da bioenergia e da segurança necessita estar, dessa forma, ligado a uma profunda rearticulação do perfil da agricultura nacional, incluindo um enfrentamento efetivo da crônica questão agrária, das poucas oportunidades sociais que existem no meio rural e do não menos inconveniente imperativo de preservação ambiental.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Um exemplo emblemático foi a declaração da então ministra Dilma Roussef (conforme noticiado na imprensa nacional em 15.10.2009), que desautorizou metas de emissão de carbono que venham a prejudicar os níveis de crescimento econômico pretendidos. Quando isso acontece, não é somente a intenção brasileira de exercer uma liderança em Copenhague que sofre, mas fica claro que o pensamento dominante ainda percebe a preservação do meio ambiente como empecilho.

Em grande medida, a dificuldade em considerar os problemas energético-alimentares em termos de desenvolvimento nacional e globalização tem representado uma importante barreira para se entender as reais potencialidades agroenergéticas. De certa forma, níveis mais elevados de produtos agrícolas no Brasil correspondem às metas de diminuição de desnutrição e energias renováveis, que são legítimas aspirações em um País ainda com pobreza endêmica e comprometido em ajudar a minimizar as mudanças climáticas. Contudo, o agronegócio brasileiro é um componente central de um complexo mecanismo de crescimento econômico e democratização conservadora crescentemente sob influência de ideias neoliberais. Como enfatizado por Lara e López (2007: 21), o neoliberalismo tem se mantido “o paradigma dominante [na América Latina], apesar de estar em crise, e constitui o mais óbvio sinal do avanço contraditório de um capitalismo globalizado”. O processo de expansão e intensificação dos mercados globais tem não somente redefinido o panorama geográfico, mas aprofundado impactos negativos em áreas sociais, políticas e ambientais. A globalização dos mercados, como etapa mais recente da expansão capitalista, ao mesmo tempo que estimula respostas inovadoras, como no caso de novas técnicas agroenergéticas, também reforça tendências de exploração sociais e ambientais centrais ao processo capitalista de produção de valor e acumulação de capital.

Importante observar que, ao mesmo tempo, crescem as vozes de alerta que denunciam os riscos de conflitos e impactos negativos relacionados à aposta inconsequente em biocombustíveis, tal como o protesto dos movimentos sociais reunidos em São Paulo no ano de 2008 durante o primeiro seminário internacional “Agrocombustíveis como obstáculo à construção da soberania alimentar e energética”, que afirmaram:

Discordamos radicalmente da estratégia de promoção dos agrocombustíveis: entendemos que estes não são vetores de desenvolvimento, nem tampouco de sustentabilidade. Esta estratégia representa um obstáculo à necessária mudança estrutural nos sistema de produção e consumo, de agricultura e de matriz energética, que responda efetivamente aos desafios das mudanças climáticas.

Podemos terminar lembrando a geógrafa britânica Doreen Massey, para quem o espaço geográfico incorpora, de maneira dinâmica, a dimensão relacional



e a dimensão política. Segundo essa perspectiva (MASSEY, 2005), o mundo é formado por sistemas abertos que interagem continuamente e que abrem, como resultado dessa interação, as possibilidades para a ação transformadora. Portanto, o espaço geográfico e as relações socionaturais são, antes de mais nada, oportunidades para que a sociedade encontre, de forma democrática e mais igualitária, bases sólidas e viáveis de organização. Porém, sem uma compreensão ecológica da política e um entendimento político da ecologia, vamos apenas manter diferenças e injustiças sociais que são continuamente projetadas sobre a relação entre sociedade e natureza, a serviço de uma acumulação seletiva de capital. Se ignorarmos as bases históricas e civilizacionais dos problemas de mudanças climáticas, como de resto da agricultura e da degradação ambiental, restará apenas a insistência em soluções isoladas e insatisfatórias.

### Referências bibliográficas

ALIMONDA, H; LEÃO, S. As instituições financeiras federais e o Protocolo Verde. In: PARREIRA, C.; ALIMONDA, H. (Orgs.). *As instituições financeiras públicas e o meio ambiente no Brasil e na América Latina*. Brasília: FLACSO/MMA, 2005, p. 17-130.

BECK, U. *Risk society: towards a new modernity*. Tradução por M. Ritter. Londres: SAGE Publications, 1992.

BRENNER, N. Globalisation as reterritorialisation: the re-scaling of urban governance in the European Union. *Urban Studies*, v. 36, n°. 3, p. 431-451, 1999.

CLANCY, J.S. Are biofuels pro-poor? Assessing the evidence. *The European Journal of Development Research*, v. 20, n°. 3, p. 416-431, 2008.

ENES, C.C.; SILVA, M.V. Disponibilidade de energia e nutrientes nos domicílios: o contraste entre as regiões Norte e Sul do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, n°. 4, p. 1267-1276, 2009.

FURTADO, C. *A fantasia desfeita*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

GARCEZ, C.A.G.; VIANNA, J.N.S. Brazilian biodiesel policy: social and environmental considerations of sustainability. *Energy*, v. 34, p. 645-654, 2009.

GÓMEZ, J.J.; SAMANIEGO, J.; ANTONISSEN, M. Consideraciones ambientales en torno a los biocombustibles líquidos. *Serie Medio Ambiente y Desarrollo*, v. 137. Santiago de Chile: Cepal, 2008.

GOLDEMBERG, J.; GUARDABASSI, P. Are biofuels a feasible option? *Energy*

*Policy*, v. 37, p. 10-14, 2009.

GORE, A. *Uma verdade inconveniente: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global*. Barueri: Manole, 2006.

GUTBERLET, J. Rural development and social exclusion: a case study of sustainability and distributive issues in Brazil. *Australian Geographer*, v. 30, n.º. 2, p. 221-237, 1999.

HILL, J.; NELSON, E.; TILMAN, D.; POLASKY, S.; TIFFANY, D. Environmental, economic, and energetic costs and benefits of biodiesel and ethanol biofuels. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 103, n.º. 30, p. 11206–11210, 2006.

HIRA, A.; OLIVEIRA, L.G. No substitute for oil? How Brazil developed its ethanol industry. *Energy Policy*, n.º. 37, p. 2450-2456, 2009.

IORIS, A.A.R. The political nexus between water and economics in Brazil: a critique of recent policy reforms. *Review of Radical Political Economics*, n.º. 42, v. 2, p. 231-250, 2010.

JESSOP, P. *The future of the capitalist state*. Cambridge, UK: Polity, 2002.

LARA, J.B.; LÓPEZ, D.L. The harvest of neoliberalism in Latin America. In: DELLO BUONO, R.A.; LARA, J.B. (Orgs.). *Imperialism, neoliberalism and social struggles in Latin America*. Leiden e Boston: Brill, p. 17-35, 2007.

LIPIETZ, A. A ecologia política e o futuro do marxismo. *Ambiente & Sociedade*, v. 5, n.º. 2, p. 9-22, 2003.

LUXEMBURG, R. *The accumulation of capital*. Tradução por A. Schwarzschild. Londres: Routledge e Kegan Paul, 1951[1913].

MAPA. *Anuário estatístico da agroenergia*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2009.

MASSEY, D. *For space*. Londres: SAGE, 2005.

MAYUMI, K.; GIAMPIETRO, M. *Biofuel delusion: the fallacy of large scale agro-biofuels production*. Londres: Earthscan, 2009.

MELLO, A.Y.I.; ESPÍNDOLA, G.M.; ALVES, D.S. Perspectives on ethanol use by the transportation sector in Brazil. In: DIAS, P.L.S.; RIBEIRO, W.C.; SANT'ANNA NETO, J.L.; ZULLO JR, J. (Orgs.). *Public policy, mitigation and adaptation to climate change in South America*, São Paulo: IEA/USP, p. 103-116, 2009.

PORTO, M.F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, n.º. 14, v. 6, p. 1983-1994, 2009.

RIBEIRO, W.C. Políticas públicas ambientais no Brasil: mitigação das mudanças climáticas. *Scripta Nova*, v. 270, n°. 25, 2008.

SACHS, I. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. Tradução por R. F. d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, O.I.B.; RATHMANN, R. Identification and analysis of local and regional impacts from the introduction of Biodiesel Production in the state of Piauí. *Energy Policy*, v. 37, p. 4011-4020, 2009.

SARAMAGO, J. *A caverna*. Lisboa: Caminho, 2000.

SMITH, N. Nature as accumulation strategy. *In*: PANITCH, L.; LEYS, C. (Orgs.). *Socialist register: coming to terms with nature*. Londres: Merlin Press, p. 16-36, 2007.

URIARTE, M.; YACKULIC, C.B.; COOPER, T.; FLYNN, D.; CORTES, M.; CRK, T.; CULLMANM G.; MCGINTY, M.; SIRCELY, J. Expansion of sugarcane production in São Paulo, Brazil: implications for fire occurrence and respiratory health. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, v. 132, p. 48-56, 2009.



*Celso Furtado em conferência no ISEB, 19 de setembro de 1959. / Crédito: Almeida/ Última Hora/ Arquivo Público Estado de S. Paulo.*



## DOSSIÊ CELSO FURTADO



## ENTREVISTA A EDUARDO KUGELMAS

Amante de música clássica, Eduardo Kugelmas era de certa forma um homem-orquestra que exercia o raro dom de transitar com fina ironia e grande generosidade entre as diversas escolas da esquerda brasileira. Durante quatro horas, divididas em duas sessões de gravação, ele e Celso Furtado conversaram no salão de um hotel em São Paulo, em junho de 1993, sobre uma gama de temas, como os problemas econômicos do País, o fim da Guerra Fria, mas não das utopias, as questões ecológicas, Euclides da Cunha, o Nordeste e a política regional, a tibieza do governantes e as desesperanças do povo.

Naquele momento, fazia seis meses que Itamar Franco era o presidente do Brasil, depois do desgastante processo de *impeachment* de Fernando Collor. O País enfrentava uma grave crise econômica, a inflação em disparada atingiria no ano mais de 2000%, e prosseguia, embora em ritmo menos acelerado, o processo de privatização iniciado por Collor. Um ano antes, Celso Furtado lançara o livro *Brasil: a construção interrompida*,\* em que alertava para o perigo da sobrevivência do País como entidade política se a lógica da internacionalização prevalecesse em detrimento do mercado interno que sempre alavancara o desenvolvimento brasileiro. Esse pequeno livro, e a trilogia autobiográfica de Celso Furtado, serviram de fio condutor da conversa.\*\* Eduardo Kugelmas formou-se em direito pela faculdade do Largo São Francisco e em ciências sociais pela Universidade de São Paulo, onde iniciou sua carreira acadêmica no núcleo de pesquisa e ensino que constituiu a célula *mater* do atual departamento de ciência política da USP. Entre 1970 e 1973, exilado no Chile, fez um curso de pós-

---

\* *Brasil, a construção interrompida*, de Celso Furtado, São Paulo, Paz e Terra, 1992. (N. E.)

\*\* Ver, de Celso Furtado, *A fantasia organizada* (1985), *A fantasia desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1992), os três títulos publicados pela editora Paz e Terra, São Paulo. (N. E.)



graduação na Escola Latinoamericana para graduados em economia. Num segundo exílio, na França, estudou de perto a produção dos *Annales* e dos historiadores ingleses – um convívio que impulsionou sua trajetória de historiador da formação política e econômica brasileira. Sua tese de doutorado na USP, “A difícil hegemonia. Um estudo sobre São Paulo na Primeira República”, é a síntese dessa abrangente formação intelectual. Participou ativamente da Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), ajudou a consolidar o Grupo de Estudos sobre Democracia, no Instituto de Estudos Avançados da USP, e dirigiu a área de política e economia da Associação Brasileira de Ciência Política.

**Celso Furtado:** Hoje em dia vivemos em uma época marcada por perda total de rumo. Houve época em que existia uma utopia, o homem da civilização ocidental viveu sempre agarrado em alguma utopia, com a ideia de que o futuro pertence a um ser superior. Os gregos tinham uma ideia de futuro bem pessimista, consideravam que o passado é que era importante, e os mitos estavam no passado. A civilização ocidental é marcada por isso tudo, e a própria ideia de providência, que está no pensamento de todo cristão, liga-se a isso. Acontece que pela primeira vez nos encontramos diante de uma espécie de vazio. O futuro é um buraco negro que resulta, a meu ver, essencialmente do caminho que tomaram a ciência e a tecnologia. A ação do homem sobre o planeta, embora baseada no conhecimento científico, mudou a interpretação do mesmo planeta e levou a essa situação gravíssima de destruição da base de recursos naturais, à camada de ozônio, a toda a tragédia ecológica. Tudo isso nos leva hoje a uma situação de pessimismo, de incerteza com respeito ao futuro.

**Eduardo Kugelmas.** Quanto isso tem a ver com o fim da utopia socialista, mais especificamente com o fim do mundo soviético?

CF. Bem, é que a confrontação com a União Soviética foi algo muito artificial, como se pode ver, primeiro porque a União Soviética não dispunha de meios para fazer o que fez – tomou um caminho errado, que era feito de ilusão e levou a uma forma de dominação barata, de imposição ideológica, e mesmo de terror ideológico, pois quem saísse daquela linha ideológica estaria perdido. De toda forma, isso permitiu que se prolongasse por muito tempo a ideia de que o futuro, a segurança do Ocidente dependia dessa união entre os países ocidentais, confrontados com os da esfera soviética. Houve uma espécie de longo período

de estupidez, de não se enxergar o que estava passando no mundo, e foi isso que atrasou tanto a descoberta da tragédia ecológica. E quando se tomou conhecimento dela, já era muito tarde. Se tivéssemos tomado conhecimento desse quadro ecológico trinta anos antes poderíamos ter caminhado de outra forma.

EK. O senhor acha que é tão extensa assim essa tragédia ecológica? Que ela inviabiliza de alguma forma a utopia?

CF. Ela é a prova de que perdemos muito tempo, de que o homem tomou o caminho errado, de que a lógica do processo é autodestrutiva: você marcha cegamente para inviabilizar a vida no planeta.

EK. Será que a tecnologia de ponta, as pesquisas mais finas...

CF. Mas é que as forças não estão orientadas para isso. Dizia-se na minha época: a ciência vai resolver os problemas que ela mesma criou, a tecnologia vai resolver os problemas que ela mesma pode criar, como a poluição. Também se dizia que amanhã haveria combustíveis que não são poluentes. Hoje estamos percebendo que as forças que comandam a civilização vão numa direção destrutiva, e não é só a ciência, não. Por que se insiste em ter tantos poluentes, tanta queima de combustíveis nas cidades? Todo mundo sabe que isso é um dano tremendo que está se fazendo à própria população, mas se insiste nisso porque é a lógica do sistema. Então, essa compreensão que houve aqui [na conferência Eco-92] foi muito bonita porque é a primeira vez que a humanidade se reúne para decidir sobre o seu futuro, que estava sob ameaça, mas veja que as grandes potências não se comprometeram, o sistema político não se comprometeu.

EK. Depois da reunião não teve nenhum carro a menos saindo nas ruas.

CF. A reunião foi, de verdade, uma tomada de consciência da sociedade civil, e mostra que existem manifestações nesse sentido. Mas as forças políticas que mandam no mundo continuam a jogar cegamente na questão do crescimento. Veja a angústia que há hoje em dia porque o mundo está parado, não está crescendo, como se fosse preciso crescer. A margem de desperdício que se tem no mundo é tão fantástica, na Europa, nos Estados Unidos, que você poderia perfeitamente imaginar um mundo sem crescer, mas que melhorasse sempre, realocando recursos, ou seja, com o sistema econômico funcionando em outra direção. O objetivo não deveria ser o crescimento e sim a qualidade de vida. Mas não se consegue isso de nenhuma maneira, as forças todas pressionam no sentido de manter uma taxa alta de crescimento, 3%, 4%, 5%. Isso, na escala mundial

de hoje, primeiro leva a agravar a concentração de renda e riqueza no mundo; segundo, leva à depredação do planeta. Mas não se tem nenhuma força política hoje em dia que queira barrar isso.

EK. Tudo bem, mas o senhor não acha que dentro desse fenômeno universal existe um subfenômeno, ou pelo menos uma parte dele, que é muito caracteristicamente brasileiro? No sentido de que quando uma pessoa nasce num país feito, já construído, não precisa ter expectativas de futuro tão acentuadas quanto quem está em um país em construção. E sendo um país como o Brasil, tão grande – basta olhar o mapa –, populoso, com tanta coisa para fazer, mais que outros países na mesma condição, sempre houve essa expectativa de futuro, essa expectativa de que temos que fazer e vamos fazer, o que sempre foi um componente muito importante no Brasil. O que acha?

CF. Bem, acho que você está se referindo a uma certa fase da história do Brasil. Porque o Brasil até o começo do século XX era dominado por uma visão pessimista sobre o País, com toda aquela ideia marcada pela questão da raça inferior, dos subalternos. Silvio Romero, e mesmo Oliveira Vianna, que conheci pessoalmente, toda essa gente afirmava que o clima era inadequado, que o Brasil não tinha combustível líquido, que a mestiçagem degenerava a raça. E aí, veja que estranha coisa são *Os Sertões*, de Euclides da Cunha: é um livro que se baseou em erros completos e chegou a uma coisa muito bonita sobre o Brasil. Euclides foi levado a ter uma visão positiva do Brasil, mas, com todos os ingredientes...

EK. É verdade. Fazendo aqui um parêntese na sua exposição, esse livro me lembra outro paradoxo. É que Euclides parte de uma visão totalmente preconceituosa das pessoas, mas com um objetivo correto, que é, no fundo, o de dizer: essa gente não pode ser tratada da maneira como vocês estão querendo tratar, não estão traindo a pátria, não estão querendo investir contra a República, não é saudosismo, eles são o que são! Quer dizer, apesar de as premissas serem preconceituosas, a finalidade era positiva.

CF. Era positiva, e ele termina dizendo que “o sertanejo é um forte”, frase que ficou famosa. E ele realmente faz um quadro correto, com elementos todos errados, porque tinha a intuição de que o Brasil era uma força. O livro é positivo sobre o Brasil, não é um livro negativo. E toda a ciência da época era contra isso.

EK. Quando é que começa então a expectativa de futuro?

CF. Bem, começou um pouco com a antropologia. Gilberto Freyre trouxe

Boas dos Estados Unidos, saiu daquela ciência europeia da época, que falava de raça, clima. Trouxe outra visão do homem, antropológica e, portanto, cultural. Precisa-se saber o que é uma cultura, entender o que é a cultura para poder entender o homem. E Gilberto contribuiu muito para que se tivesse uma visão positiva do brasileiro. Porque a cultura brasileira tem valores, e a verdade é que essa cultura brasileira permitiu que surgisse a primeira grande civilização tropical. Mas antes eles partiam do princípio de que o trópico era negativo. Indubitavelmente, na minha geração Gilberto representou uma mudança muito grande, porque antes o que era positivo sobre o Brasil era aquela coisa pouco consistente, tipo Alberto Torres, com pouca base científica, era uma coisa mais sentimental. E todos os estudos que prevaleciam na época eram negativos. Quando os europeus chegavam aqui e viam a quantidade de mosquitos, de insetos em geral, diziam que isso não era lugar para o homem, e tudo levava um pouco a essa conclusão. É certo que havia também o eurocentrismo, com a Europa criando uma ciência para dominar o mundo, e nos consideravam da mesma forma que consideravam os “amarelos”, os asiáticos, como raça inferior. Portanto, éramos vítimas de um colonialismo cultural absoluto, que predominou no Brasil.

EK. O modernismo tem uma certa influência nessa virada, não tem?

CF. Tem. Pode-se dizer que o modernismo, em um plano completamente diferente, é também uma espécie de sucessor, uma tentativa de quebrar essas cadeias, de se sair dessa opressão, de se afirmar com valores próprios. Já havia muita coisa nesse sentido, mas me recorde que a visão do Brasil era muito pessimista, e a realidade brasileira era muito pobre. Eu estava lendo hoje no meu livro *A fantasia organizada* um trecho que eu gostaria de ler para você para ver o que é que se pensava. Isto aqui foi escrito em 1947: “verdadeira surpresa para mim foi descobrir o atraso brasileiro dentro da América Latina”.

EK. Eu trouxe anotado este trecho, também quero comentar com o senhor.

CF. Sim, claro. Eu digo: “fizemos uma estimativa da oferta de produtos manufaturados (produção e importação) referente a 1939 [que era o ano do censo], e os dados que obtivemos mostravam que a disponibilidade de tais bens por habitante, no Brasil, correspondia a 26% daquela da Argentina, e a 36% daquela do Chile”. O Brasil era muito pobre, muito atrasado.

EK. O engraçado é que o senhor chegou a essa conclusão ao chegar ao Chile, ao ver o Brasil de fora, mas de dentro o Brasil lhe parecia melhor.

CF. De dentro eu não enxergava que fosse tão ruim. Nessa época eu já tinha estado na Europa. Que a Europa fosse mais rica que o Brasil, está certo, a Europa era a Europa, mas o que me chocou foi descobrir que os nossos vizinhos da América Latina estavam muito à frente. A produção de cimento da Argentina era três vezes a do Brasil, cimento, que é tão essencial! O Brasil era muito atrasado. O extraordinário é que tivéssemos tomado conhecimento disso tão tardiamente, mas que ao tomarmos o Brasil já estivesse em transformação. E nesses 30 anos que decorreram desde então o Brasil deu um salto tão tremendo que poucos países do mundo deram, com um desenvolvimento material muito forte. Isso porque nos anos 1950, 60, 70, ou seja, nesses 30 anos, a produção brasileira multiplicou oito vezes, a renda *per capita* do País passou a crescer em torno de 7% ao ano, o que significa que duplicava a cada dez anos. E isso fez com que a situação do Brasil na América Latina mudasse completamente, e que o País, que era 1/3 da Argentina em certos itens, passasse a ser três vezes mais. Nós somos de uma geração que não só se livrou dos preconceitos negativos que havia sobre o Brasil com relação ao clima e à raça, mas também teve a consciência de que o País estava numa rápida transformação e que éramos as fronteiras do progresso no mundo. Quem viveu esses anos viveu isso, o que não deixa de ser uma experiência extraordinária. E depois, tudo isso se interrompe, nos anos 1980, e hoje isso é ainda mais forte pelo contraste extraordinário que se observa com relação a períodos anteriores.

EK. Isso que eu estou chamando de colapso da esperança – não sei se o senhor concorda em que há hoje um colapso da esperança – será um reflexo do colapso da governabilidade?

CF. É uma consequência. Primeiro, você tem esse fenômeno de que a civilização global está em crise. A civilização europeia e a norte-americana, particularmente, não a japonesa, não a oriental em geral. Ora, tudo o que nós lemos, tudo de que nos alimentamos, a cultura, a literatura, vem desse mundo que está em crise. Há uma crise séria nos Estados Unidos. Pesa muito o fato de que somos parte de um sistema global em crise. Segundo, a deslocação que existe na economia ocidental, com a transnacionalização do sistema econômico, afeta particularmente um país como o Brasil, que é um país ainda em construção, um país em que as coisas ainda estão se arrumando, a casa ainda está se arrumando. Então, é grave o que está se passando nos Estados Unidos, mas muito mais grave o que está se passando aqui. A nossa crise é muito parecida com a dos americanos, mas um pouco diferente do que aconteceu na Europa.

EK. Em que sentido?

CF. No sentido de que os Estados Unidos também eram uma civilização nova, em formação, se fundindo. O que vemos é que lá não caldeia mais. Eles perderam a ideia que tínhamos de que aquilo era um *melting pot*. Hoje, nos Estados Unidos, um turco quer ser turco, um japonês quer ser japonês. O processo da civilização cultural interna agora se perdeu, o processo de formação cultural parou. Não há nenhuma esperança de que por esse lado os Estados Unidos possam resolver seus problemas. Aqui tem-se o mesmo fenômeno, só que muito mais rápido, porque o País é demasiado heterogêneo nacionalmente. Os Estados Unidos eram bastante heterogêneos há 50 anos. O Brasil e os Estados Unidos conheceram, a partir dos anos 1930, um longo processo de homogeneização interna, de redução das disparidades internas, e isso consolida muito a unidade nacional. Mas hoje em dia isso também está parado lá, só que num estágio de homogeneização muito mais avançado que o nosso.

Para mim, as duas mudanças fundamentais no Brasil são, primeiro, essa que eu disse de tomarmos consciência de um grande desenvolvimento interno, de o País ter enfrentado os problemas de seu desenvolvimento. E, em segundo lugar, o Brasil ter enfrentado nesse período os problemas de suas desigualdades internas. Participei disso no Nordeste. Tenha em conta que, desde o início do século XX até aqueles anos da Sudene, a desigualdade econômica existente entre o Nordeste e o resto do Brasil vinha aumentando permanentemente, o Nordeste tinha perdido terreno em tudo. O Brasil se fazia com fortes concentrações geográficas de renda. No momento em que se criou um só mercado e se desmantelou o mercado do Nordeste, ele não teve capacidade de resistência frente ao Sul. Quando cheguei lá para criar a Sudene, toda a indústria têxtil do Nordeste estava se acabando. Portanto, até a primeira metade do século XX presenciamos um processo de agravamento das desigualdades internas no Brasil. E isso era uma ameaça grande para o País, como eu disse no livro *Formação econômica do Brasil*, se o desenvolvimento continuasse a se fazer com desigualdades crescentes, este País não teria futuro.

EK. O senhor acha que esse problema diminuiu nestes 30 anos?

CF. Nesses 30 anos, sim, porque houve um projeto para diminuir, com incentivos fiscais, por exemplo. O resto do Brasil tomou consciência da coisa e cooperou para que se reduzisse isso. A Sudene começa em 1958, mas os efeitos só surgem a partir dos anos 1960, e daí em diante, durante 20 anos o Nordeste

creceu mais que o Centro-Sul do Brasil. A solução desse problema estava sendo encaminhada, estava diminuindo esse foco de tensão. Sou de uma geração que, por um lado, viu o Brasil despertar para assumir essa vanguarda do desenvolvimento mundial da América Latina, do Terceiro Mundo. Depois, por outro lado, vi o Brasil enfrentar o seu maior problema, que era a desigualdade interna regional, geográfica. Fui um pouco o responsável pelo fato de o Nordeste começar seu desenvolvimento com projeto próprio, com seu quadro institucional. Posso dizer que foi uma época muito positiva e que, portanto, era natural que houvesse um élan, uma confiança no País muito grande. Eu me recordo de que nos Estados Unidos uma das críticas que faziam a meu livro *Formação econômica do Brasil* era que ele transpirava demasiado otimismo, como se isso fosse uma coisa grave. Mas não se vê em muitas partes do mundo essa confiança em seu país! Você consegue explicar a lógica disso? De que tudo dava certo no Brasil, em benefício do mercado interno? Eles ficavam admirados, mas isso é que marcava a mentalidade brasileira naquele período. Agora, vemos, por um lado, que o Brasil passa a crescer menos do que os outros países do Terceiro Mundo, a perder distância, e, por outro, que os problemas internos começam a se agravar, pois parou o crescimento ali onde a pobreza é maior. E a verdade é que o Nordeste nos últimos anos, nos anos 1980, andou para trás.

EK. Mais do que o País?

CF. Mais do que o País. Durante 20 anos ele creceu mais que o resto do Brasil, mas, perdeu um pouquinho disso nos anos 1980, as estatísticas da Sudene estão aí.

EK. Mas por que esse quadro teria se modificado de maneira tão radical? Como explicar isso?

CF. O Nordeste crescia à medida que havia incentivos fiscais. O crescimento do Nordeste foi em grande parte financiado com recursos do Brasil, do Sul do Brasil. Agora, como a indústria no Sul do Brasil deixou de ganhar, como se reduziu a rentabilidade econômica no Sul, os recursos para incentivos também diminuíram. Como o mercado do Sul era o grande mercado, o mercado dinâmico que absorveu o Nordeste, o Nordeste ia ganhando com esse intercâmbio. Mas à medida que o grande mercado do sul perdeu élan, o Nordeste também perdeu, e agora está buscando mercado fora do Brasil, com esse esforço tremendo para entrar nas plataformas de exportação, como se vê lá no Ceará.

EK. O senhor acha que a Sudene ainda tem um papel hoje? Ainda faz sentido?

CF. Bem, o problema do Nordeste continua a existir, se não for a Sudene vai ser outra instituição, porque as desigualdades internas do Brasil são muito grandes ainda. A Sudene reduziu isso durante 20 anos, mas depois essas desigualdades voltaram a crescer. Em segundo lugar, se não houver uma atitude, uma política de discriminação a favor do Nordeste, ele não se sustenta. A tendência é as águas correrem para o mar, quer dizer, os bons negócios são feitos no Sul. Se não houver um estímulo para se investir no Nordeste, o próprio capital nordestino vai investir no Sul, onde há mais possibilidades. Não se mantém um País heterogêneo como o Brasil sem uma política regional. Mesmo nos Estados Unidos houve uma política deliberada de apoio às regiões atrasadas, agora você pode imaginar no Brasil. Não há dúvida nenhuma de que para o Brasil manter sua unidade, manter-se como um sistema integrado, deverá ter políticas que atendam aos problemas regionais, às desigualdades regionais. O Nordeste tem muitas possibilidades se houver investimento adequado, até no plano internacional.

EK. Agora, falando do Brasil em geral, não especificamente do Nordeste, isso que eu estou chamando de crise da esperança tem também a ver com a crise de soluções. O senhor foi um dos maiores protagonistas, produtores de ideias para o Brasil, e viveu em uma época em que isso fazia parte do debate nacional, tinha uma grande influência nos meios acadêmicos. Os projetos nacionais eram algo que fluíam naturalmente. Por que hoje há o colapso do projeto brasileiro?

CF. Há uma transformação global da economia mundial e, nesse quadro global, o Brasil não encontrou o seu lugar exato. A economia mundial vem sofrendo mutação, uma crescente transnacionalização. Assim, os sistemas de decisão já não são mais nacionais, são globais. As empresas operam mundialmente, a dinâmica do sistema agora é outra, a difusão da tecnologia se faz em escala mundial. Mas se nos deixamos levar por isso, como estamos nos deixando levar normalmente, teremos dificuldades enormes, porque os problemas do Brasil não serão resolvidos por esse sistema, por essa planetarização.

EK. Qual é a nossa alternativa?

CF. Isso foi o problema que coloquei em *Brasil, a construção interrompida*. Ou você completa a construção do Brasil e luta contra as desigualdades regionais etc., e tem um projeto próprio, ou o futuro do Brasil é muito incerto.

EK. O senhor cita sempre as desigualdades regionais como um problema fulcral. Ao seu ver este é o maior problema?



CF. Exato, é o essencial. No caso do Brasil você tem problemas agrários, problemas de miséria rural. Quando se pega o Nordeste se vê que ele tem um atraso muito grande com relação ao resto do Brasil. Imaginar que isso possa ir se agravando, tomar esse rumo vai gerar um foco de tensões. Na época em que o País estava crescendo globalmente e, portanto, podia haver transferência de recursos entre a população, isso amortecia muito a tensão. Tinha-se a mobilidade de mão de obra, o pessoal que saía do Nordeste e ia para a Amazônia, ou saía do centro do Brasil e vinha para cá. Isso aliviava muito a situação geral da população. Suponhamos que se interrompa isso, como se está interrompendo porque não há mais de mão de obra no Sul do Brasil. Aí vai aumentar a tensão no Nordeste.

[...]

O estilo de desenvolvimento que vai prevalecer no mundo hoje é um estilo de desenvolvimento que não cria emprego ou que cria pouco emprego direto. Veja o que está acontecendo na Europa ou nos Estados Unidos: o sistema industrial americano já há dez anos não cria emprego, o grosso dos empregos criados é no terciário, e na Europa é mais ou menos a mesma coisa. Numa situação como a do Brasil, à medida que se queira fazer da dinâmica externa, isto é, da integração internacional o motor do desenvolvimento do País, vai se criar também menos emprego. Ora, numa fase dessas, criando-se menos emprego no Brasil vamos ter problemas sociais crescentes, como já os tem a Europa. E olhe que ela pode manter 30 milhões de desempregados com subsídios. Imagine o que será no Brasil. O estilo de desenvolvimento que prevalece hoje em dia em escala mundial não contribui para a construção do Brasil.

EK. Mas dá para ter um estilo diferente?

CF. Para se contornar a dificuldade que isso cria tem que haver um projeto político. Evidentemente, teremos de inventar formas de emprego no terciário, formas de distribuição de renda que faça com que essa tecnologia tão sofisticada não se traduza em uma concentração total de renda. E, para isso, teremos de politicamente enfrentar o problema que é criado, em parte, pela tecnologia. Só se tem uma maneira de reduzir as consequências negativas disso, que é através de um projeto político, que é o que nos falta.

EK. Por que é que isso nos falta?

CF. Começa porque hoje em dia prevalece em toda a parte uma espécie de cegueira, que vem de uma indigestão do liberalismo. Hoje, o mundo que é

liberal vai contra toda a presença do Estado. Acontece que em um país em construção como o nosso, o Estado é essencial. Se o Estado ainda é importante nos Estados Unidos, como eles estão redescobrimo agora, para enfrentar a concorrência japonesa e reduzir os problemas que têm, você pode imaginar no caso do Brasil. Estamos em uma época em que a ideologia dominante só nos cria problemas, não nos dá soluções. Na época passada, a do desenvolvimentismo, a ideologia dominante nos criava problemas também, mas nos dava soluções, fazia as duas coisas. Hoje em dia, se quisermos privilegiar a ideologia dominante, o liberalismo, a integração internacional, a indústria de ponta, a competitividade, enfim, vamos ter uma série de problemas que só podem ter solução política, solução essa que exige uma visão que não seja liberal.

EK. Esse não é o momento em que a descrença, ou pelo menos o ceticismo, mais alcançou o Brasil? Alguma vez em sua trajetória o senhor encontrou um momento tão forte de ceticismo?

CF. Esse é o maior porque o País está há dez anos, ou mais, parado, e isso nunca tinha acontecido no século XX. Na crise de 1929, que foi brutal, o PIB se reduziu por dois ou três anos, mas recuperou-se. Como mostrei em *Formação econômica do Brasil*, em 1935 nós já estávamos com um nível de investimento maior que em 1929, a economia brasileira crescia com suas forças próprias. O impressionante é que, no meio da crise, queimando café, o Brasil tinha se levantado.

EK. O senhor já viu alguma época em que a crise social fosse tão visível no sentido de que em cada esquina tem pobre pedindo esmola?

CF. Isso é completamente inédito porque é reflexo de uma crise que corresponde a uma sociedade ultra-urbanizada. No começo do século XX ou mesmo há 50 anos, digamos por volta de 1930, a população do Rio de Janeiro era muito menor e havia como que uma concentração de pequenas cidades dentro do Rio de Janeiro. Nos anos 1930, anos da crise, também havia uma visão muito pessimista porque se dizia que o Brasil tinha muito poucas chances. Quando eu era menino e ouvia meus tios conversarem, a possibilidade de arranjar emprego era muito rara, dependia-se muito de favores, tanta no emprego público quanto no privado. Fazer qualquer negócio era difícil, era difícil ter crédito para investir. Muitos parentes meus fizeram negócios e depois tudo veio abaixo, era um tal de desempregados de empresas grandes! Ao passo que na geração seguinte, a que pega a guerra e o pós-guerra, ninguém imaginava

que seu filho não tivesse uma chance, as possibilidades pareciam infinitas. Esse é um período da história nossa que não existia no passado.

EK. O senhor conheceu todos os presidentes com exceção dos generais...

CF. Alguns generais eu conheci. Conheci o Castelo.

EK. Em que circunstâncias o senhor conheceu o Castelo?

CF. O Castelo eu conheci antes de ser ele presidente, quando era comandante do 4º exército, eu até conto no livro como ele foi muito prestigiado por lá.

EK. Está certo. É importante a figura do presidente?

CF. No Brasil é muito importante, quer dizer, em qualquer país do mundo o presidencialismo é importante. O Clinton está enfrentando algumas dificuldades porque o presidente passou a ser muito mais importante nos Estados Unidos. No passado não era tanto, a administração americana andava sozinha, mas a partir da crise de 1929, com Roosevelt, o Estado passou a desempenhar um papel diferente nos Estados Unidos e a economia passou a depender, em grande parte, das iniciativas do Estado. E então houve uma mudança, o presidente passou a desempenhar um papel diferente, mas, ainda assim, o governo dos Estados Unidos tinha uma função muito pequena, exceto no que diz respeito à agricultura, e, no exterior, evidentemente à diplomacia e à segurança nacional.

EK. Mas o resto andava sozinho. Eu pergunto isso porque hoje em dia o noticiário político virou uma espécie de divã psicanalítico em que todo mundo fica analisando a cabeça do presidente. A nossa preocupação com os presidentes se tornou obsessiva.

CF. Aí há duas coisas a considerar. Primeiramente, a imprensa brasileira – como a norte-americana também e um pouco a europeia – é uma imprensa histórica, precisa de informação, de uma forma ou de outra. Em segundo lugar, este homem [o presidente Itamar Franco] é muito provinciano, ele se deixa envolver facilmente. Veja como fica preocupado com o que estão dizendo, de que custa muito caro o lugar onde está morando, aonde todo mundo quer ir.

EK. Mas vai virando mais ou menos uma regra, porque com o atual é essa a preocupação, com o anterior era a preocupação com a vida sexual, se ele era exibicionista. Acho que isso é mais ou menos universal, não é só no Brasil. E não é só também com relação aos presidentes. Margareth Thatcher, Felipe Gonzalez, todos são submetidos a um mesmo bombardeio.

CF. Isso acontece mais no presidencialismo, se bem que a imprensa inglesa também seja terrível nesse ponto de vista da vida pessoal. Tenho comigo que o

que acontece na Europa é que a vida política se empobreceu muito, o fato de que os países entraram nesse projeto de construção de uma civilização nova, que é a Comunidade Europeia, faz com que a atividade política nova seja pouco visível, não esteja ao alcance dos países. Fui embaixador em Bruxelas e pude ver que era lá que se resolviam as coisas, era tudo lá. Então, a vida política de países da comunidade, como a França, se esvaziou bastante, e aí a população tenta se agarrar em outras coisas menores.

EK. Nas suas análises, o seu método dá muita ênfase ao movimento social, à estrutura, e a pergunta que faço é a seguinte: a mentalidade do presidente, ou a psicologia do presidente, influi de uma maneira decisiva?

CF. Sabidamente, influi muito a psicologia presidencial. No caso do Brasil, a imprensa transforma um pouco o poder em espetáculo. Tudo o que acontece em Brasília tem que ser visto de modo teatral e isso modifica muito a ação do governo. Fora isso, em parte o Brasil entrou em uma fase de crise e a angústia generalizada faz com que o governo experimente certa ansiedade, como se pudesse sair dali algum milagre, como se o governo pudesse resolver esses problemas.

EK. E essa ansiedade é maior hoje do que foi no passado?

CF. Ah, sim. Mas também, nunca vivi uma crise tão prolongada.

EK. Voltando um pouco, uma observação que eu queria ter feito quando estávamos falando do Nordeste. Ao ler *A fantasia desfeita*, em que o senhor fez uma análise do Nordeste, que precede aos capítulos em que conta a sua experiência na Sudene, é espantoso ver como isso se parece com os dias atuais. Quando fala, por exemplo, da indústria da seca, da autorização da utilização do DNOCS para aquilo que se chama de utilização hídrica, para fins particulares, é tão espantoso que fico me perguntando: será que progrediu?

CF. É aí que os problemas que estavam praticamente fora da ordem do dia voltaram a ser cruciais. Fui seis anos responsável pela Sudene, gerenciando o problema do Nordeste. Naquele período chegamos a operar 60 empresas, porque tudo tinha que ser feito pelo Estado, não existia nada. Para ter sistema de armazenagem era preciso montar uma empresa estatal e depois passar para alguém, quer dizer, o Estado tinha de ter a iniciativa, ninguém queria entrar com coisa nenhuma, o dinheiro ia todo para o Sul do Brasil. Pois bem, em todos esses projetos que nós tínhamos com relação ao Nordeste nunca houve nenhum caso de denúncia de roubo, nenhum escândalo envolvendo uma dessas empresas.

EK. Será que não houve mesmo ou será que a vigilância era menor?

CF. Havia, sim, vigilância. Mas não passava na cabeça de ninguém que estivesse naquele sistema da Sudene fazer uma falcatrua, porque seria excluído, não conseguiria apoio interno dentro do órgão. Então, quem ia se meter num esquema desse tipo? Ninguém. Eu me recordo que só uma vez houve um caso interno lá no Maranhão, que eu mandei apurar para ver se não havia nenhuma desonestidade, e não era nada. Quer dizer, havia uma espécie de controle organizado espontaneamente.

EK. E será que isso se devia de certa forma ao entusiasmo, ao idealismo que havia ali, ou se devia ao governo?

CF. Havia o fato de que não existia politicagem. É porque a Sudene era uma causa, não era só uma repartição. Então, primeiro, não havia nenhum interesse político envolvido. Segundo, era tudo transparente. Como eram nove governadores, um olhava o outro, se houvesse um favor para um deles o outro logo reclamava. Eu tinha criado um sistema altamente transparente, digamos, que se autocontrolava; todas as reuniões com os governadores eram públicas, abertas, todos os processos eram publicados na imprensa. O resultado é que ou a pessoa compactuava com uma falcatrua muito bem escondida, que quando viesse à tona se tornaria um escândalo terrível, ou agia corretamente. Nunca houve escândalo, mas isso também se deve um pouco ao estilo da época.

EK. E em outros setores do governo que não fossem movidos por esse espírito que animava a Sudene, por exemplo, no Ministério da Viação, existia roubalheira?

CF. Existia, mas ali tinha espaço para a politicagem. Mas se você pegasse uma instituição como a empresa de energia elétrica lá no Nordeste, era algo administrado com uma seriedade muito grande. A Vale do Rio Doce também tinha a tradição de ser uma empresa pública séria, que vinha desde a época do Império. Para mim, o normal era isso.

EK. E como deixou de ser como era antes? Será que foi por causa do regime militar?

CF. Foi. Você só preserva a decência da coisa pública com um contrato de transparência, do contrário não vai. Ora, o regime militar fecha a transparência, corta a transparência de tudo, um pequeno roubo justifica outros, se você estiver num sistema corrupto é muito difícil evitar que a corrupção se propague.

EK. E na ditadura do Getúlio?

CF. Com Getúlio aconteceu uma coisa fantástica. A ditadura dele era uma ditadura da seriedade, só servia para isso. É evidente que na ditadura de Getúlio não havia um controle de imprensa como havia na ditadura militar, não se controlava tudo, o controle só se exercia em certas coisas, no mais, era aberto. Havia um controle por parte da própria sociedade. Se um governador brigasse com outro, saía na imprensa, não era tão fechado assim. Além disso, Getúlio era um indivíduo com a preocupação da seriedade. No serviço público havia concurso para tudo. Criou-se uma espécie de tecnocracia, evidentemente, esse é um aspecto do problema, há outros também. Tenho a impressão de que em uma sociedade muito pobre como era a do Brasil naquela época devia ser mais fácil controlar essas coisas.

EK. Era menos tentador também, não havia muito o que roubar.

CF. Havia o que roubar, a tentação talvez fosse muito maior, mas havia um respeito pela coisa pública, as pessoas levavam muito a sério isso.

EK. O fato é que no regime militar começa essa história, mas na redemocratização ela se intensifica. O que desandou na nossa redemocratização?

CF. O que aconteceu foi o seguinte: o regime militar permitiu o começo da corrupção no setor público, foi esse o começo de tudo. Mas então veio a ineficiência, a incompetência, o compadrio. E, aqui entre nós, isso se agravou muito porque no Brasil só se tem setor público, todos querem de certa forma trabalhar para o Estado, então todo mundo disputa a coisa pública. O regime militar fechou o processo de transparência e se iniciou um processo de apodrecimento, e simultaneamente um enriquecimento louco. Havia dinheiro para se fazer o que se quisesse e então toda uma geração foi contaminada. Fui ministro antes e depois da ditadura. Comparo esses períodos e para mim a diferença foi enorme. Quando fui ministro pela segunda vez, depois de 1985, o que me chamou a atenção foi a fragilidade do setor público, a qualidade das pessoas que ali trabalhavam, a impossibilidade de se fazer qualquer coisa, por falta de meios, e a desconfiança e a insegurança sobre o que estava acontecendo. Havia um temor enorme de que estivesse acontecendo alguma desonestidade e você não tivesse como saber.

EK. E aconteceu? No seu período no Ministério da Cultura aconteceu alguma irregularidade da qual o senhor tivesse conhecimento?

CF. Não aconteceu porque eu dava muita atenção a isso, gastava um tempo enorme com isso, qualquer coisinha que eu percebesse que pudesse deslizar para esse lado eu tratava de atalhar.

EK. Eu insisto na pergunta: por que nós ficamos tão cínicos?

CF. Houve uma degeneração do setor público, aquilo que antigamente só se conseguia através de métodos com certa transparência, passou a se conseguir por debaixo do pano.

EK. Mas, na redemocratização há transparência no sentido de que há vigilância da imprensa, do Congresso...

CF. Sim, mas, o sistema já estava corrompido, a qualidade do pessoal humano já era outra. Aquilo que se fez no passado na Sudene – um negócio daquele tamanho em que nunca houve escândalo – se deve ao fato de que o projeto virou quase uma espécie de religião, se deve ao respeito que havia, um amor por aquilo tudo. Eu vou lhe contar uma coisa, que já contei no livro. Fiquei um pouco chateado com o professor Gilberto Freyre, não sei se você se lembra.

EK. Do episódio das reuniões da Sudene?

CF. Exato. A verdade é que ele nunca quis se misturar, ficou fazendo um jogo próprio, e no final houve aquela história de dizer que tínhamos falsificado a assinatura dele. Foi uma coisa terrível para mim, era algum jogo da parte dele. Enviamos 100 assinaturas dele para São Paulo, para fazer perícia, e pude provar em um processo que a assinatura era dele, que ele tinha recebido o dinheiro. Dei, evidentemente, todas as chances para ele escapar e voltar atrás.

EK. Ele queria sabotar? Alguma coisa assim?

CF. A hipótese que existe no meu espírito é que ele, no fundo, queria provocar um escândalo para provar que a Sudene também roubava. É a única hipótese que vejo, porque havia tanta pressão contra a Sudene, tanta gente querendo destruí-la! Quando viu que eu tinha me cercado de todas as maneiras, recuou, mas nunca reconheceu que tinha mentido.

EK. Deixe eu mudar um pouquinho de assunto. Para o senhor, que a vida inteira se expôs tanto ao mundo, aos ares do mundo, expressão que lhe agrada, o que é que sempre foi ser brasileiro? O mundo era uma coisa que lhe provocava sentimentos de que tipo?

CF. Bem, tive muitas fases. Quando eu era adolescente, achava uma desvantagem ser brasileiro, comparando-se com o norte-americano e o europeu. Isso, sem nunca ter saído do Brasil. Quando entrei para o liceu, em João Pessoa, lendo, indo ao cinema, falando com pessoas que tinham viajado, descobri que o mundo era muito mais rico e que havia coisas extraordinárias fora do Brasil. Eu me recordo de falar com os amigos do liceu, até mesmo com um que vinha

de São Paulo, sobre isso. Uns diziam: até que no Brasil há muita coisa! Mas também diziam: o Brasil é isso mesmo, está vendo? Esse poste que você está vendo aí é importado, o Brasil não o fabrica aqui, o Brasil só tem cana, café. Ou seja, o Brasil não era nada, era um atraso. E eu pensava: você nasceu num País tão atrasado, o que vai fazer aqui? Isso foi na minha adolescência, que eu vivi no Nordeste, num local pobre, nos anos 1930. Eu tinha uma ideia do Brasil um pouco pobre, às vezes sentia vontade de ir embora, de viajar, de escapar pelo mundo. Depois houve aquele fantástico período de transformação do Brasil que eu vivi.

EK. A primeira vez que o senhor viajou para fora do Brasil foi pela FEB (Força Expedicionária Brasileira)?

CF. Exato. Com a FEB, fui para a Itália e comecei a ver o mundo. E como o mundo europeu se destruiu, a Itália, a Alemanha, a França! E diante de tudo aquilo, vi que o Brasil estava numa posição de vanguarda, era um País que funcionava. Quer dizer, comecei a formar uma opinião positiva, quase utopista, do Brasil. No fim dos anos 1940, quando fui fazer o doutoramento em Paris e viajei pela Europa, comecei a imaginar que aqui se podiam fazer coisas, comecei a mudar minha ideia do Brasil, a acreditar no País. Depois fui trabalhar na América Latina e fui vendo que nós tínhamos resolvido muitos dos problemas que outros países ainda estavam por resolver. Havia aqui coisas importantes que outros países não tinham. Comecei a admirar a cultura brasileira, o ser brasileiro. Mas, de fato, na fase anterior eu tinha uma visão pessimista do Brasil.

EK. O senhor frequentou ambientes sofisticados em universidades, governos, em países ricos, desenvolvidos. Nunca se sentiu constrangido pensando: “eu sou um brasileiro, será que tenho condições de dialogar com essas pessoas, com essas instituições?” Isso nunca lhe ocorreu?

CF. Bem, quando fui frequentar essas reuniões já eram os anos 1950, eu já era alguém equipado, tinha uma consciência crítica de tudo, já conhecia o lado positivo e negativo das coisas, então tentava dar a volta por cima, como você diz. Eu me recordo de que quando estava em Cambridge, fui convidado para aquela primeira reunião de economistas do Leste e do Oeste, que a Unesco organizou, com as grandes figuras, e me puseram para representar os países de Terceiro Mundo. Nos anos 1950 comecei a viajar pelos Estados Unidos e a ver também as diferenças entre Brasil e Estados Unidos. Ainda sou de uma época em que nos Estados Unidos o negro não podia se sentar num banco, entrar no ônibus, e se



entrasse sentava-se no fundo. E aí comecei a ver o lado positivo do Brasil, a comunicação fácil, um outro tipo de preconceito de raça, mas menos desumano. E comecei a abrir os olhos para muita coisa e fui ficando com uma espécie de orgulho porque o Brasil começou a aparecer como um País significativo em escala mundial.

EK. Uma coisa particularmente reveladora é que Roberto Campos batalhou a favor da Cepal nos anos 1950, algo que hoje surpreende muito, não?

CF. Campos desempenhou na época um papel muito importante nas Nações Unidas, já que ele foi daquele primeiro grupo de diplomatas brasileiros da ONU. As Nações Unidas se constituíram em uma espécie de ágora, um lugar em que os diplomatas se conheciam uns aos outros. Não era como estar dentro de uma embaixada trancado, você tinha o mundo inteiro ali, o que foi uma experiência extraordinária para os diplomatas da época. E então, essa geração brasileira começou a descobrir que o Brasil tinha peso. Lembro de um dia Jânio Quadros dizer: “basta olhar o mapa e você vê o que é o Brasil”. O fato é que o Brasil é grande, tem uma população enorme, e internacionalmente sempre teve peso, embora aqui dentro nós não tenhamos consciência disso. Os diplomatas que viviam trancados numa embaixada também não tinham muita percepção disso, já os que viviam naquele circuito de combinações, relações, trocas de experiência, tinham. Essa geração de diplomatas brasileiros foi a primeira que acreditou no Brasil, e se opunha ao pessoal do Itamaraty que acreditava, mas não tanto, sempre dizendo: “o Brasil está pobre, precisando de apoio externo”.

EK. Voltando à questão de ser brasileiro, inversamente – quer dizer, da parte dos outros –, o senhor se recorda de ter sentido algum tratamento diferente?

CF. O que eu estava dizendo há pouco, no sentido de que ia descobrindo o atraso do Brasil, responde a essa pergunta. A pobreza no Brasil, que eu estava descobrindo no início da Cepal, chocava-me, mas não parecia surpreender de forma especial a meus colegas. Só então me dei conta de quão pobre era a imagem do meu País no exterior. Eu ia pensando: como pode o Brasil ser tão atrasado? Os argentinos tinham um desprezo imenso pelo Brasil, essa raça inferior. Os mexicanos tinham um pouco de complexo por causa dos americanos, mas se refugiavam no seu passado cultural e nos olhavam de cima. Ou seja, era dentro da própria América Latina que havia más opiniões sobre o Brasil, que estava tão baixo na questão econômica. Isso nos anos 1947, 1948. Dez anos depois, já tinha havido um salto imenso. O Brasil tinha crescido, seu passado

atrasado estava longe, sem falar no dinamismo demográfico. O País chegava aos anos 1960 com 70 milhões de habitantes.

EK. O senhor estava falando da questão da raça. O fato de o Brasil ser um país multirracial ajuda ou atrapalha? Não é mais complicada a engenharia social aí?

CF. Hoje em dia não ajuda nem atrapalha. O que conta é o aspecto cultural. Parte do que se passa no Brasil deriva de que os aspectos negativos da questão racial vêm da herança cultural, do fato de que a camada cultural mais baixa acumula atraso. O sistema é concentrador também de cultura, não somente de renda. A camada cultural da população mais inculta, analfabeta, se distancia cada vez mais das outras. Então, há um permanente distanciamento entre as camadas que acumularam algum capital intelectual – grande ou não –, que tiveram uma boa escolarização, e as outras. É impressionante como se dá pouca atenção a isso no Brasil. Pelo contrário, se procura ocultar. Nesse livro de memórias que publiquei recentemente, *Os ares do mundo*, conto o que aconteceu quando me censuraram por um ensaio que escrevi para um jornal mostrando como o problema dos negros ia se agravar pela concentração de renda no Brasil. O capital que se investe na pessoa humana é o mais importante.

EK. Eu estive há algum tempo atrás na África do Sul e encontrei um cidadão branco que trabalhava junto à população negra, no treinamento de mão de obra. Ele dizia: “veja como são as pessoas, o negro trabalha na casa dos brancos e eles sequer sabem o nome dele, não sabem sequer como os negros se transportam”. E ao ouvir aquilo pensei que no meu país não é diferente, o mesmo se passa com a empregada doméstica que trabalha na casa dos mais ricos. Frequentemente os patrões também não sabem qual é o sobrenome dela, não sabem onde ela mora, têm apenas uma ideia vaga, não sabem como é viajar em trem do subúrbio, pegar dois ônibus, três ônibus. Se eu lhe dissesse que a conversa da África do Sul é a mesma de uma parte dos brasileiros o senhor não acharia exagero – ou acharia?

CF. Acharia, porque acontece o seguinte: quando há uma distância social grande entre as pessoas, isso tende a ser cumulativo, tende a se agravar. Não é algo que seja reversível, pelo contrário. Mas no Brasil as relações humanas são mais fáceis do que em muitos países em que há uma diferença cultural grande. Na África do Sul o problema é mais racial, menos cultural. Aqui a dona da casa pode fazer uma macumbazinha, pode se misturar um pouco no carnaval, pois uma grande parte do domínio cultural é comum, e as relações transitam por aí.

A diferença maior é econômica. Em outros países a diferença cultural é terrível. No nosso caso tenho impressão de que o grave é que o sistema econômico tende a concentrar renda, então aumentam essas distâncias, sim. E tem a dimensão cultural também.

EK. A quantidade pode acabar provocando uma diferença de qualidade.

CF. Mas aí não é só a quantidade de negros, pois a empregada branca também pertence à classe inferior.

EK. Também existem coisas mais específicas em que se nota a questão do preconceito. Por exemplo, o fato de que raramente no Brasil oferecem um emprego de garçom ou de caixa de banco – profissões expostas ao público – a negros. A intervenção legislativa que acompanhou a luta dos negros nos Estados Unidos obrigou essa coisa a acabar. No Brasil, como não há nenhuma interferência governamental nesse sentido, essas coisas tendem a se perpetuar. E as pessoas nem notam. É preciso alguém chamar a atenção para esse problema.

CF. É, mas o mais grave é que se o sistema econômico – que é mais impessoal – opera no sentido de concentrar renda, o grupo de baixo, que é mais negro do que branco, vai se distanciando. O problema cultural existe, mas se os negros tivessem alguma mobilidade social, se fossem às mesmas escolas que os brancos, se acumulassem o capital humano como o dos brancos, aí a diferença iria desaparecendo, porque no Brasil não há, como nos Estados Unidos, um preconceito tão profundo com relação ao negro e muito menos ao mestiço. A única coisa positiva no Brasil é que a mobilidade social favorece o mestiço, se ele tiver uma educação adequada, for bem educado, “doutor”, ninguém presta atenção, ninguém se preocupa. Pouca gente percebe essa questão de que a concentração de renda no Brasil agrava o problema social, porque a camada pobre é mais negra ou mestiça do que branca. Ou seja, no segmento de renda inferior, que representa mais da metade da população brasileira, o conteúdo de negros ou mestiços é maior do que no resto da população, e como ela vai se distanciando, vai se distanciando também o negro do branco.

EK. E essa história de separatismo existiria horizontalmente? Porque estamos falando no prisma vertical.

CF. Bem, isso é outra coisa. O separatismo existe em qualquer parte do mundo. Em qualquer parte do mundo existe patriotismo, em certas circunstâncias. Se há um interesse material em jogo, isso piora. Na França, por exemplo, quando a economia está crescendo não há esse problema,

estrangeiro e nacional são iguais. Mas quando você vê o estrangeiro com emprego e você não tem o seu, vem a raiva: “meu filho não consegue se empregar e este cara estrangeiro aí no lugar dele”. E o chauvinismo se agrava. Se no Brasil a situação econômica se agravar teremos algo semelhante. Veja que no sul as cidades pequenas não querem deixar que os estrangeiros e forasteiros apareçam. E, olhando bem, verá que são os nordestinos que estão “empurrando a porta”. O verdadeiro problema do Brasil é o da concentração de renda e do enfraquecimento da taxa de crescimento. Porque o Brasil não pode viver bem sem crescer, quando nada por causa do crescimento natural da população.

EK. Mas a inflação também tem um grande papel no sentido de ter nos desnordeado, não tem?

CF. É porque a inflação agrava todos os problemas econômicos. Se o Brasil para de crescer tudo se agrava, porque as desigualdades aumentam. Nestes últimos dez anos, nestes anos 1980, o único segmento que cresceu foi o das finanças. Mesmo numa crise grave como essa os mais ricos estão ficando cada vez mais ricos. Por isso é que se o Brasil ficar parado vai se concentrar ainda mais a renda, vão aumentar as desigualdades sociais, a mobilidade social ficará mais difícil. Mais que muitos outros, este País precisa crescer economicamente. Quando o Brasil estava crescendo bem até se conseguiu reduzir a distância entre o Nordeste e o Sul, foi um alívio tremendo. Hoje em dia isso parou, então todos os problemas se agravam.

EK. Vamos combinar, amanhã dá para voltar para terminarmos essa conversa?

CF. Dá. De uma forma mais ordenada, não é?

EK. O que eu gostaria de detalhar mais são períodos históricos específicos, principalmente os que o senhor viveu. E explorar essa questão da confiança.

[...]CF. No processo de industrialização, o Brasil tinha acumulado muito atraso, era um País muito à margem das coisas. Foi o que constatei, já no fim dos anos 1940, quando comecei a trabalhar com os países da América Latina. A industrialização não era fácil. Eu me recordo de uma conversa que tive com Macedo Soares. Ele me dizia que para construir Volta Redonda foi tudo muito difícil, pois conseguir equipamentos antes da guerra não era fácil. Os Estados Unidos tiveram sua indústria, em grande parte, devido à mão de obra especializada que importavam, cooptando trabalhadores.

EK. A imigração lá também foi outra história.

CF. Exato. Sabe que era proibida a emigração de mão de obra especializada até mesmo na Inglaterra? A história da industrialização americana está cheia de casos assim, de um fulano que conseguiu fugir, escapar da Inglaterra, levando o conhecimento, e com isso criava uma nova empresa. A indústria americana era muito artesanal no começo. O processo de tecnologia foi feito um pouco à socapa, escondido. Mas houve um processo de abertura enorme, durante a Segunda Guerra Mundial, e aí o Brasil entrou e cresceu rapidamente, atraindo capitais.

EK. Tenho a impressão, no meu pressuposto de que este é um país em que a esperança é extremamente forte na mentalidade nacional, de que dadas essas condições é que se forjou tal mentalidade. Eu nasci assim, me eduquei assim, com essa coisa de que este é um país que cresce muito, vai dar certo, Deus é brasileiro. Ou seja, havia uma certa convicção de que nem precisava muito esforço, as coisas iam por si mesmas melhorar.

CF. Mas, veja, isso foi um período. Eu me recordo de ver na literatura americana os americanos impressionados com o pessimismo brasileiro, um País com tantas possibilidades! Houve um período extraordinário, o começo dos anos 1930, em que o Brasil conseguiu se levantar da crise de 1929, mostrou uma taxa de crescimento bastante alta, um aumento de seus investimentos, embora os recursos fossem difíceis. Importavam-se equipamentos de segunda mão. As primeiras indústrias de cimento do Brasil foram com equipamentos importados de segunda mão. A produção de cimento do Brasil era a metade daquela da Argentina, mas o esforço que se fez foi grande. Neste País houve uma classe industrial de verdade, que contribuiu consideravelmente para o País avançar. Foi a geração de Roberto Simonsen. Havia um tipo de gente nos Estados Unidos que não acreditava no Brasil. Você é de uma época em que se acredita. Eu presenciei a mudança. Pude ver como este País se levantou sozinho, nos anos 1930, até que finalmente deu o salto. Este País, que tinha tanto atraso, acabou ficando entre os dez mais industrializados da América Latina.

EK. É impressionante a velocidade disso. Não tinha consciência do quanto de atraso havia. Em 1957 a situação, pelo menos quanto à América Latina, já tinha sido revertida.

CF. Quando fiz esses estudos, eu tinha também as estatísticas de antes da guerra. Os dados com que estávamos trabalhando eram mais concretos, mas ainda limitados. Mostravam que o Brasil ainda estava muito atrasado dentro da

América Latina. Em dez anos haverá um salto enorme, vamos ultrapassar os outros, o que é impressionante. E durante três decênios o País apresentará uma taxa de crescimento que atualmente só é ultrapassada pela China. Isso foi possível porque o País tem grande potencial e um Estado que assume responsabilidades. O segundo ponto fundamental é insistir na questão do Nordeste. Estou convencido – e foi uma das coisas a que me dediquei na vida – de que essa questão é essencial, pois se você permite que operem apenas as forças do mercado a situação tende a se agravar. Ela vinha se agravando quando idealizei a Sudene.

EK. E hoje estamos novamente numa fase de agravamento?

CF. Novamente. A Sudene ainda existe, mas não tem mais recursos.

EK. E não tem mais a vontade política.

CF. Não tem vontade política e não tem nem sequer recursos, porque se antes se investia no Nordeste era em razão dos incentivos fiscais das empresas do Sul, que percebiam a vantagem de se investir no Nordeste. Se a economia para, as desigualdades sociais e regionais se agravam, quer dizer, pioram as duas desigualdades que marcam no Brasil.

EK. E certamente elas caminham juntas porque as migrações provocadas pelas desigualdades regionais agravam as desigualdades sociais.

CF. Exato. Perdemos dez anos, durante os quais todos os problemas se agravaram seriamente. Os sociais, com a concentração de renda, os regionais, com a desigualdade regional. Se contarmos mais dez anos em cima disso, vai ser muito grave. Há agora o desejo de receber capital estrangeiro para que o Nordeste, com a mão de obra barata, se especialize em linhas de exportação, como o Sudeste da Ásia. Se saírem nessa direção, o corporativismo do Sul também vai operar. Mas o Brasil não é uma constelação de países, é uma nação com uma história própria, é uma nação com base real no século XVI. Depois do século XIX, ela se ampliou, se modificou, enriqueceu, mas as populações concentradas em certas áreas empobreceram. Contudo, a melhora do País se manteve e é difícil encontrar outro que tenha essa nossa homogeneidade de língua, cultura. E temos também instituições com tradição em defesa, como o exército que protegeu fronteiras vazias, legitimado pela ideia de que, no século XIX, o País era frágil.

EK. Hoje parece haver uma síndrome muito grande no sentido de o Brasil falar mal de si mesmo.

CF. Voltando ao que era. Até os anos 1920 era corrente falar-se mal do Brasil no Brasil. É curioso. O País tinha um complexo de inferioridade e alegava ter sido colonizado pelos portugueses, que eram apresentados como o povo mais atrasado da Europa. Mas após a Segunda Guerra Mundial se superou isso completamente e nasceu quase que um orgulho de ser brasileiro.

EK. Hoje em dia costuma-se dizer: “ah, o Brasil é assim mesmo”, ou outras expressões que qualquer homem da rua usa. É paradoxal, não é?, pois ao mesmo tempo que o Brasil teve esse desenvolvimento, teve também essa autoflagelação muito acentuada. Separei alguns pontos tirados de seu livro. Este aqui, em que o senhor escreve que Eugenio Gudín tinha um “fino ceticismo que se prolongava em pessimismo quando se tratava de observar a realidade econômica brasileira, como se tivesse dúvidas profundas sobre a firmeza de caráter da gente deste País.” Isso é muito impressionante, quer dizer que havia uma desconfiança com relação ao homem brasileiro.

CF. Ao povo brasileiro. Em Gudín isso se fundava numa desconfiança, primeiramente, com o clima, depois, com a raça. Ele é um homem do século XIX. Quando ia para a prática, deparava-se com coisas diferentes, pois havia muitas coisas positivas, mas quando pensava no Brasil tinha essas ideias de que o País estava condenado a viver da agricultura.

EK. Aqui há outra observação sobre o que o Roberto Campos pensava da Petrobras. O argumento dele não é contra ou a favor da estatização, mas “o problema é que nós não temos capacidade para instalar e dirigir essa indústria”.

CF. Soube que, quando publiquei o livro, ele comentou com alguém: “O que o Celso disse é correto”. Ele de fato não acreditava que o Brasil fosse capaz de fazer uma grande empresa como seria a Petrobras, para competir com os gigantes do mundo. E essa descrença na capacidade do Brasil era difundida. No passado se dizia: “o Brasil não tem garra”, “não tem vontade”, e se atribuía isso à mestiçagem. Lembro-me de que quando o Brasil ganhou o primeiro campeonato mundial de futebol tinha gente que falava em milagre. A Copa de 58 serviu para que muitos adquirissem confiança.

EK. Hoje voltamos a não ter confiança, por outras razões: não mais a questão da mestiçagem mas a questão da desonestidade.

CF. Exato. Mas convém que se diga que muitos de minha geração se revoltaram contra a visão pessimista de Gudín e de Campos. Eu fui, provavelmente, o primeiro economista que fez uma medição de produto nacional

do Brasil, quando eu estava fora do País. A Fundação Getúlio Vargas vivia tentando uma medição da renda nacional, mas as estatísticas eram insuficientes para se medir. Eu me recordei que, falando com Richard Lewinsohn, da Fundação Getúlio Vargas, ele me dizia: “Celso, nós vamos medir, e de todas as formas”. Ele queria medir a renda nacional por meio da arrecadação dos impostos – imposto de vendas e consignações – que eram uma indicação indireta. Quando cheguei a Santiago, conversando com Prebisch vi que se podia tentar medir a produção de bens e não a renda, nem o produto. Porque para o produto precisaríamos medir todas as atividades econômicas. Foi Prebisch quem inventou esse conceito de disponibilidade de bens: formação de capital, produção de cimento, produção de aço, alguns manufaturados. E assim fomos medindo, medindo, e chegamos a uma primeira medição de produto nacional. Para o produto mesmo, se fazia no âmbito do censo, para se ver se o produto crescia ou não crescia, e se podia fazer por esse fluxo de bens de exportação e importação.

EK. Esse foi o critério usado?

CF. Foi o critério usado. Se você pegar o trabalho da Cepal de 1948, 1949, ali se diz que medimos bens e serviços. E então começamos a ver que o Brasil tinha a economia mais dinâmica da América Latina. Ou seja, alguma coisa estava se passando ali. No início dos anos 1950, o Brasil tinha realmente embarcado no caminho da industrialização, tinha dado um salto enorme. Durante a crise dos anos 1930 cortou-se pela metade as importações e então este País inventou todo tipo de técnicas e de indústrias; depois importou equipamentos de segunda mão, dos americanos, dos cubanos. E surgiu essa onda de confiança, de fé no Brasil. A verdade é que quem mais acreditava no Brasil era a gente de esquerda, mas essas pessoas não acreditavam no governo, e portanto ficavam num imobilismo completo, não participavam de nada: “não me meto com isso”, “não me envolvo nisso”. Em meu livro *A fantasia organizada* eu conto, até de propósito, a discussão que nos anos 1940 tive com um grupo ligado ao partido comunista, com quem eu ia para um concerto em Niterói. Eles diziam: “não confio nesse governo”, e Arnaldo Estrela, em particular, me interpelava por eu acreditar nas estatísticas oficiais, que seriam preparadas para enganar o povo. Portanto, se caía na ideia de Gudín, de que “este país não leva a nada”, ou se caía na esquerda, que acreditava que o governo não conseguia fazer nada. E então se ficava de braços cruzados. Eu achava isso horrível, e foi o que me induziu a sair do Brasil.



EK. Eu queria tratar agora de alguns períodos específicos. Em *A fantasia organizada* o senhor escreve que, ao voltar da Itália, em meados de 1945, “a sociedade brasileira estava possuída de grande elã, como se um futuro pleno de promessas radiosas se houvesse descortinado.” Isso em 1945. Em 1948, as ilusões sobre a rápida reconstrução da economia haviam se dissipado, “predominava o sentimento de que nada havia a fazer, tudo dependendo da evolução internacional, vale dizer, da confrontação das duas grandes potências. A Guerra Fria penetrava nos espíritos como um veneno paralisante”. Como explicar que isto tudo tenha se dado em tão pouco tempo?

CF. Primeiro houve a questão da redemocratização. Foi fantástico. Imagine um País que ficara afogado no fascismo por tanto tempo! Com a redemocratização surgiu um grande elã, até porque o País tinha participado da guerra. Mas o fato é que os americanos não deram a menor bola para o Brasil, preocupados que estavam com a Europa e depois com o Japão. A verdade é que em 1948 o País estava em situação muito difícil, tinha gasto – gasto mal – suas reservas congeladas. A elevação dos preços nos Estados Unidos depreciara as reservas em dólares do Brasil, e as libras esterlinas, que eram mais importantes, não serviam para nada, pois estavam congeladas. O País entrou numa fase de dificuldades sérias. O que nos salvou – não enxergamos isso de forma explícita, mas implícita – foi o choque da elevação do preço do café em 1949. Nos anos 1930 o preço do café ficara congelado, miseravelmente baixo, e em dois anos os preços tinham caído de 22,5 centavos para 8 centavos de dólar por libra-peso, o que reduziu brutalmente a capacidade de importação do Brasil. Quando veio a guerra, os americanos administraram os preços do café, do cobre etc., e fixaram em 11 centavos de dólar a libra-peso, o que era um preço muito baixo. O Brasil ainda mantinha seus grandes estoques, mas não havia demanda. A Europa, grande consumidora, não podia importar, pois estava em processo de recuperação. Em 1949 a Europa começa a se recuperar e se evaporam os estoques de café: o Brasil volta à antiga dinâmica do café e o preço dá um salto. Ou seja, por três anos, digamos até 1951, o País pôde voltar a respirar. Houve um aumento de 60% na capacidade de importação, sobretudo de equipamentos, e o Brasil teve o primeiro surto industrial do pós-guerra, feito com esforço próprio. E esse surto interno fez com que os de fora – as empresas internacionais que estavam aqui – passassem a acreditar no País. Para completar o quadro, tenha em conta que o dólar ficou muito barato para o importador, pois

para defender o preço do café o Brasil manteve o dólar baixo. Assim, aumentou a demanda de importação de equipamentos, o Brasil começou a investir, e houve uma melhora sensível em relação à indústria, que se pôs a atrair capital externo.

EK. Esse período está especificamente ligado a uma ressaca das expectativas.

CF. Exato. Saímos da guerra com grande expectativa. É sempre a mesma coisa, a gente sai da ditadura com grandes expectativas, que se gastam em dois ou três anos. E se gastam principalmente porque o grupo de esquerda, que obviamente apostava na liberdade, vê-se acuado num momento em que chega a Guerra Fria. E o sentimento de revolta, de desconforto se manifesta de novo. Mas não se esqueça desse balão de oxigênio que foi a recuperação do café, e que dura três anos.

EK. O engraçado é que no comentário sobre o extravio do livro *Formação econômica do Brasil*, o senhor diz “mais do que dos anos de observação e estudo, aprendi com esse episódio o que é o subdesenvolvimento, essa manifestação de idiotice alastrada no organismo social”. Esse é um momento de grande desilusão.

CF. É, aquilo foi um choque para mim.

EK. Uma violência pessoal. E o curioso é que foi na democracia.

CF. Em outra época, tive acesso aos arquivos do Conselho de Segurança Nacional. Não sei se você já passou por isso. É um choque. O meu foi quando vi que tinham contra mim as acusações mais graves. Queria me investigar, mas o fato é que eu não era uma pessoa fácil de ser “controlada”, porque morava fora. Tinha feito um curso de marxismo no Instituto de Ciências Políticas em Paris e essas coisas assustavam os militares. Então, quando o pessoal se voltava contra mim por outras razões tinha sempre um que dizia: “pergunte se ele fez curso de marxismo”.

EK. Mas tinham raiva por quê?

CF. Tinham raiva porque eu era considerado uma das pessoas mais influentes do pensamento de esquerda. Havia uma campanha tremenda contra uma pessoa que era considerada nacionalista, como eu era. Sempre defendi a indústria do petróleo no Brasil, sempre fui a favor da industrialização, certo de que ou nos industrializávamos ou permanecíamos um País de segunda classe. Gudin ou mesmo o professor Jacob Viner, como eu cito no livro, vinham com os argumentos mais falaciosos, do tipo: “se exportar produtos primários é ruim, por que não nos apiedamos de Iowa? Ou Iowa não é desenvolvida?”. Ora, Iowa não

é um país, é uma região em um país rico. Tínhamos de promover a industrialização, encontrar o caminho. Se eu tivesse o pensamento de Gudin, que alegava obstáculos como a raça, o clima, talvez tivesse cruzado os braços, porque mudar o clima não está ao alcance do homem. Mas minha visão era histórica, eu sabia que o atraso do Brasil era uma questão histórica, que, portanto, se podia mudar.

EK. Havia dificuldades, preconceitos, mas era uma época extremamente fértil no campo da discussão. Via-se o mundo com mais clareza do que se vê hoje?

CF. Tínhamos uma fé demasiadamente grande. Achávamos que o crescimento, o desenvolvimento da economia era uma condição fundamental, e que resolvendo isso seria muito mais fácil resolver os outros problemas. Não havia exemplos de países que tivessem se desenvolvido industrialmente e não tivessem superado os outros obstáculos. Hoje em dia é diferente, pois não é a industrialização que se difunde mundo afora, ao contrário, a industrialização hoje gera muito pouco emprego. Então tem que se buscar outra forma de desenvolvimento. Mas naquela época, quem tinha ideias avançadas não era sequer visto como brasileiro, esse era o pensamento da classe dominante da época: manter o *status quo*.

EK. O grande salto que eu pude ver aqui foi, evidentemente, o de Juscelino, em 1958. O senhor diz: “o Brasil que encontrei ao regressar da Europa em agosto de 1958 era um país em extraordinária efervescência [...], com uma enorme vaga de confiança. A ideia antiga de que algo está errado com o Brasil e de que isso se deve à omissão do governo arrefeceu com a construção de Brasília. [...] O problema não era abordado desse ângulo – indisponibilidade de recursos financeiros, pressão sobre balança de pagamentos. Tratava-se de aceitar ou não o ‘desafio’ de mudar o destino do Brasil, abrindo-lhe novos horizontes”. Isso é extraordinário, essa noção de que se tratava de mudar o destino do país, acho que é inédito na história do Brasil, não se repetiu.

CF. Para mim o Brasil nessa época eram Villa-Lobos, Guimaraes Rosa, Oscar Niemeyer, Glauber Rocha. Eu os conheci pessoalmente, eram gênios indiscutíveis que representavam a cultura nacional. Poderia citar mais alguns, que davam a impressão de que o Brasil produzia gênios autênticos. Eu vivia no estrangeiro, e quando citavam lá fora um homem como Villa-Lobos, todo mundo tirava o chapéu. Ele era considerado, como Bartok, um dos poucos

gênios do século XX. Havia esse elã, essa confiança enorme no País. Juscelino, que era uma mistura de tcheco com brasileiro, contribuiu muito para a boa imagem do Brasil.

EK. Hoje o julgamento que faz de Juscelino é inteiramente favorável ou o senhor tem alguma restrição? O negócio de Brasília...

CF. As consequências negativas de Brasília... O Brasil não era só Juscelino, bastou que ele saísse e surgiu o Brasil real, mais pessimista. Os aspectos negativos da nova capital se fizeram sentir rapidamente. O lado negativo de Juscelino é que ele quis fazer Brasília na carreira, às caneladas, como disse numa reunião. Ele às vezes marcava reunião para de manhã bem cedo, passava a mão ao telefone e perguntava: “o que vocês estão fazendo aí? Dormindo?”. Era um trator.

EK. O senhor disse que ele não era muito brasileiro.

CF. Não era um típico brasileiro.

EK. Outra coisa que chama muita atenção na sua descrição de Juscelino é que ele era decidido. Nós vemos hoje nossos dirigentes tão débeis em tomar atitudes! E ele não era assim, era de uma rapidez, de uma firmeza!

CF. Ele era brasileiro e mineiro. Mineiro tem fama de precavido, de se cobrir de todos os lados. Mas Juscelino não tinha muito esse lado, e não se parecia com o brasileiro típico. Era um homem excepcional. Fez coisas positivas e fez também coisas que tiveram consequências negativas, avançou em muita coisa, mas deixou muita coisa desajustada. No governo seguinte, o de Jânio Quadros, o País estava muito desajustado.

EK. O senhor diz do ponto de vista financeiro?

CF. Exato. Construir uma capital do tamanho de Brasília a mil quilômetros da civilização, em um País sem estruturas, fez com que todos os recursos fossem desviados para lá, e o resto do País ficou abandonado, com consequências negativas enormes. Mas agora é difícil julgá-lo, porque Juscelino deu um solavanco tremendo com Brasília, e ao mesmo tempo desajustou o Brasil. Posteriormente foi preciso todo um processo de acomodação de forças, de estruturas, um *rafistolage*. Minha impressão é que o golpe militar nasceu ali, quando houve desajustamentos tremendos nas classes dirigentes, as pressões sociais começaram a se manifestar brutalmente, a inflação começou a fugir dos parâmetros que se conheciam.

EK. O senhor conviveu com Juscelino depois que ele saiu do governo. Em algum momento ele se mostrou crítico com relação à sua obra?

CF. Nunca, pelo contrário, estava sempre reforçando seus pontos de vista anteriores. Evidente que se você fosse conversar, ele diria: “vamos adiante, temos que repensar muita coisa, Celso”. Ele me procurava muito, nos Estados Unidos foi conversar comigo, estava pensando em assumir novamente, queria retomar as coisas. Encontrei-o em Paris também. Não tinha consciência da gravidade da situação no Brasil, acho que quase ninguém tinha naquela época da construção de Brasília. Brasília se fez à matroca. O fato é que para modificar a aplicação de recursos naquela escala, como se o País estivesse na guerra, teria que se reformular tudo depois. Foi o que os militares fizeram, com a ideia de pôr o País para funcionar novamente, agora rebaixando os salários brutalmente e criando miséria.

EK. O senhor foi encarregado de um dos setores estratégicos daquele momento, com o programa Nordeste. Isso criou uma grande reação das oligarquias nordestinas, que o acusaram de comunista. O senhor traz no livro *A fantasia desfeita* uma citação do senador Argemiro de Figueiredo, chamando-o de “astuto economista empenhado em bolchevizar o Nordeste”. Aliás, tinha a história de que em Campina Grande ele recebeu uma casa de presente, o que foi extraordinário. Mas, ao mesmo tempo que havia esses dissabores, e que o senhor causava toda essa reação, o senhor observa que “todos no Conselho Deliberativo, quando completamos o trabalho [o I Plano Diretor], estávamos cheios de alegria. Tínhamos o sentimento de haver dado um passo firme na caminhada que levaria a mudar o curso da história na região. Pensávamos: dez anos de esforços, com a intensidade prevista no Plano Diretor, e o novo Nordeste estará vindo a superfície.”

CF. O entusiasmo estava nas ruas. Argemiro de Figueiredo não pôde desembarcar no Recife, fizeram um comício contra ele. Houve uma mobilização popular muito grande. É que se juntaram muitas circunstâncias. Havia todo um movimento de esquerda que andava atrás de uma bandeira, e o que era essa bandeira? Era uma doutrina vaga, distante, que muitos nem sabiam o que era. Então, quando puderam empunhar uma bandeira concreta, real, assim como tinham empunhado a do petróleo, da criação da Petrobras, trabalharam muito bem. E empunharam a bandeira da Sudene para me ajudar. Curioso, a opinião pública nordestina jovem, da esquerda progressista, era toda do nosso lado. Já os mais velhos estavam contra mim, me chamavam de “O homem de Wall Street”. Você pode imaginar? Ao mesmo tempo, todos os governadores estavam

conosco, nenhum se atreveria a não estar. Criou-se um espírito de entusiasmo tal, que estava a nosso alcance dar o melhor ao Nordeste. A isso se juntou o fato de que havia nos Estados Unidos muito medo do castrismo.

EK. Se bem que a política da Aliança para o Progresso fosse meio ambígua, conforme transparece.

CF. E fica mais ambígua depois. Naquele começo todo mundo sensato dizia: esse pessoal que está com o Celso é uma alternativa honesta. Foi por isso que John Kennedy aceitou me receber, na Casa Branca, porque nos Estados Unidos havia muita gente interessada em que houvesse uma mudança no Brasil, e uma mudança feita por gente progressista e não pela direita. Isso entusiasinou os *frontier men*.

EK. Serviu inclusive para neutralizar a direita nesse período.

CF. Naturalmente. E foi preciso que viesse Jango, com sua inépcia, para levar o Brasil à situação que levou. Claro que os problemas vinham de antes, com todos os desequilíbrios deixados por Juscelino.

EK. Engraçado que o senhor sustenta uma audaciosa tese de que Jânio se suicidou politicamente. Mas sua tese sobre Jango é essa de que ele chamou o golpe, de que essa era uma saída que ele aventava.

CF. Porque ele não via outra saída senão Lacerda. Como eu conto no livro, uma vez lhe perguntei: “o senhor está preparado para entregar o governo a Lacerda?”. E ele ficou meio assim e disse: “Não, Celso, esse aí é o assassino do doutor Getúlio”. E abriu o jogo e me disse que não estava preparado para entregar o governo a Lacerda. A meu ver, quando viu que o perigo que Lacerda representava era crescente, preferiu uma saída não ortodoxa, como em 1945. Mas a história tinha mudado muito, o mundo era outro, os americanos eram outros.

EK. Agora vem a fase da ditadura, fase de desânimo, evidentemente, e aqui em *Os ares do mundo* tem um trecho interessante: “Não achava eu propriamente que constituíssemos uma ‘geração perdida’, e tampouco admitia que nossos esforços houvessem sido inteiramente inúteis. Algo sobraria de significativo do que havíamos feito. Mas como desconhecer que a nossa geração logo seria visto como superada? Nossa esperança de que o quadro da dependência que nos constringia pudesse ser rompido, o que havia ocorrido no caso do Japão no curso de uma geração, de que nosso desenvolvimento viesse a ser mais e mais fruto de decisões internas, de que nossa política daria prioridade ao social, de que escaparíamos da armadilha do subdesenvolvimento sem exigir da população

pobre sacrifícios adicionais – nossa esperança seria agora vista como devaneio idealista, hipótese sem substância, doutrina anacrônica.”

CF. Isso decorria de que, quando recomecei a vir ao Brasil, passados uns anos no exílio, encontrei o mundo universitário dominado pela própria crise, até porque nas universidades brasileiras todo o pensamento tinha origem nas universidades americanas, correspondia mais ou menos à linha do Fundo Monetário Internacional. E isso me chocou muito. Eu tinha passado muitos anos sem vir ao Brasil, e quando vim foi o que encontrei.

EK. Hoje não vemos essas paixões, enfim, não vemos o acirramento da luta ideológica que havia naquela época. Mas o senhor não concordaria que houve certas linhas gerais mantidas, e que o planejamento, a industrialização foram em frente? Contribuíram para que o País fosse em frente?

CF. É evidente que, se olhando de fora, intensificar o crescimento era importante. Mas se você intensificava o crescimento em prejuízo do desenvolvimento político e social do País, como aconteceu, iria criar problemas para o futuro, porque não há nada mais difícil do que o desenvolvimento político e social. Pode-se conseguir o desenvolvimento econômico com abrangência, mas a verdade verdadeira é que um País é uma cultura, uma civilização, e é, portanto, uma sociedade. O difícil desenvolvimento é o político e o social, e foi isso que eu percebi que tinha desaparecido, porque toda a *intelligentzia* estava voltada para a economia, os economistas mais competentes, das gerações mais novas, toda essa gente estava pensando como se o Brasil fosse um País em que a política não interessa, o que interessa é a gerência das coisas, é ser eficiente. Não havia sensibilidade nenhuma para os problemas sociais, e eu estava vendo que a situação social no Brasil ia mal, os problemas estavam se acumulando em outras áreas. Era a percepção de que o Brasil estava pagando um preço enorme, e eu não estava nem sequer considerando a acumulação da dívida. Eu já tinha escrito sobre isso, mas ali estava, principalmente, preocupado com o atraso social, com o Nordeste, que tinha uma situação anacrônica, estava parado no tempo.

EK. No mesmo período o senhor faz outra observação muito interessante: “minhas longas conversas com José Medina Echevarría contribuíram para moderar meu otimismo congênito”, O otimismo congênito já é curioso, já é sintomático, não é? O senhor escreve também: “Havíamos sido incorporados ao processo de globalização da história aos empurrões e perdêramos a inocência dos

que são protegidos pela ignorância. Ora, quem supera a ignorância ganha graus de liberdade. O aprendizado podia ser longo mas, cedo ou tarde, uma nova geração terá de perceber que o Brasil fora arrastado a uma guerra errada”. Essa percepção de guerra errada é que eu acho que é a chave dessa história toda.

CF. A guerra a que eu estava me referindo era a Guerra Fria. O Brasil entrou com os americanos na Segunda Guerra Mundial, portanto tivemos de ir depois para a Guerra Fria. Eu sabia que era uma farsa, que essa guerra não existia, que decorria da burrice da União Soviética e dos Estados Unidos, da inépcia completa deles. Mas foi um grande negócio para muita gente nos Estados Unidos.

EK. Eu acho que ainda hoje não se digeriu isso, não se fez uma reflexão sobre o que foi a Guerra Fria e, portanto, sobre as consequências de seu fim. Isso incrementa nossa confusão.

CF. Nos Estados Unidos já se pensou um pouco nisso, em como essa guerra danificou o país, deformou sua economia, porque todo o seu desenvolvimento passou a ser condicionado por essa competição internacional, que era uma falsa competição, e por isso eles foram acumulando atraso em muitas áreas e se acostumando a um mundo em que mandavam e os outros obedeciam, ou faziam de conta que obedeciam. E quando os americanos abriram os olhos, os japoneses, os europeus já estavam longe.

EK. Talvez isso se deva também aos investimentos em defesa.

CF. Exato. Eles só se preocuparam em manter a autoproteção, o que beneficiava um segmento importante da indústria. Mas foram perdendo consciência da dependência em que estavam da poupança externa. Faz mais de dez anos que os Estados Unidos vivem se endividando permanentemente, sabendo que emitem a moeda que todo mundo usa. Portanto, podem se endividar. Mas os Estados Unidos são hoje em dia um país deformado gravemente.

EK. De certa forma, também à luz da Guerra Fria pode se compreender, por exemplo, certos processos políticos paralelos, como o italiano, porque foi ela que forjou esse sistema, foi o medo de aceitar o Partido Comunista Italiano que forçou essa estranha aliança na Itália, que ia da máfia ao Vaticano, ao Papa, e explodiu em um escândalo. É consequência da Guerra Fria.

CF. Exato. O mundo se deformou completamente com isso, e dentro deste mundo deformado que lugar é o nosso, se não temos projeto próprio? Tenha em



conta que o Brasil é um País com imensas possibilidades, que vinha crescendo bem, se desenvolvendo, e aí de repente parou e se desviou, estancou todo o desenvolvimento político e social, as instituições, os marcos institucionais, e se transformou em uma velha arregimentação da sociedade, o que, no futuro, só poderia levar ao pior, a um país que foi – e vai – agravando suas desigualdades sociais. Os militares entenderam a coisa do desequilíbrio geográfico interno, compreenderam que o Nordeste devia ter prioridade, mas jamais compreenderam que a pobreza era o maior problema do Brasil.

EK. Outro momento de sua percepção pessoal sobre os acontecimentos ocorridos no Brasil está neste trecho, muito sintomático, quando o senhor chega à Universidade de Yale, em 1965: “a boa verdade é que me sentia exausto e desorientado, como alguém que despertasse de súbito sem o sentido da vista ou da audição. Sem saber bem por quê, desejava isolar-me, poder caminhar dias inteiros sem encontrar um qualquer conhecido. Será que perdera a confiança em minha capacidade de julgar, que começava a descobrir falhas, desacertos no que fizera? Sobretudo, não queria conversar sobre os acontecimentos recentes do Brasil; evitava que me pedissem explicações e odiava a peroração: agora, o que se pode esperar, ou, o que se deve fazer?”

CF. Esse era um quadro diferente, em 1964-1965. Este era o meu estado de espírito, de horror pelo que acontecera no Brasil, porque eu não queria explicitar tudo e ficara muito descontente com atitude de Jango.

EK. Em que momento achou que o Jango tinha desabado? Em que momento deu para perceber o problema da sucessão dele? Mais ou menos em 1963?

CF. Quando ficou claro que Lacerda tinha grandes chances, ele perdeu o rumo. Eu me recordo que coloquei o problema de Juscelino, que ele não apoiava diretamente. Ele não queria correr o risco de ver Lacerda no poder, pois achava que estaria traindo Getúlio se abrisse caminho para ele. E Lacerda estava entrando exatamente porque se colocou na posição oposta à dele, quando começou a surgir o grande movimento contra Jango, como foi aquela marcha em São Paulo.

EK. Eram a marcha, o comício na Central, as rebeliões militares, enfim, dava para prever que o final seria preto.

CF. Era muito claro. Jango provavelmente pensava em 1945, mas eu não, sabia como os militares estavam se preparando para governar o Brasil, estavam querendo um projeto, era visível quando me chamaram para fazer conferências

na Escola Superior de Guerra. A coisa estava por um fio, aquele negócio ia quebrar.

EK. Então parecia também que sua sorte pessoal estava sendo lançada ali.

CF. É, mas o que se podia fazer? O que era certo é que de nenhuma maneira eu iria colaborar com um governo autoritário.

EK. É impressionante que, várias vezes, reiteradamente, o senhor descreve situações em que a sua tese contraria a de interlocutores que diziam: daqui a pouco o governo militar desmorona, não tem sustentação, não tem base popular. E o senhor sempre defendia a tese de que não, de que aquilo vinha para durar muito, daí dizer que ia se preparar para ficar dez, 15 anos fora no Brasil.

CF. É porque eu conhecia a dinâmica histórica do Brasil, o ritmo do processo. Tomar decisões no Brasil não é brincadeira, tendo em vista a fragilidade do País, o sistema de tomada de decisões é muito lento.

EK. Será que isso não prolonga essa nossa dificuldade em achar um caminho depois da ditadura, essa lentidão paquidérmica em que se move o País?

CF. Bem, nós estamos há dois ou três anos parados porque tomamos o caminho errado, tivemos um presidente que não tem partido, que não passou por prova nenhuma, que era capaz de qualquer coisa, e foram três anos, quatro já, de tempo perdido. Tenho consciência de que para colocar o País nos eixos – para conseguir colocar o Brasil no caminho do desenvolvimento – demora muito. No passado, geralmente, quando o País entrava num bom caminho havia um quadro internacional desfavorável. A chegada de Fidel Castro teve consequências sérias na América Latina, aquela pequena ilha abaixo dos Estados Unidos, desafiando os norte-americanos! E o temor de que a União Soviética seria capaz de qualquer coisa! Ao mesmo tempo, aqui, antes de 1964, a gente começava a acreditar no Brasil, nos nossos artistas, nos nossos cientistas, um Leite Lopes, um Lattes. Você me perguntava sobre desenvolvimento econômico, sobre nível de desenvolvimento: pois bem, eu tinha a impressão de que éramos número um mundial. Escrevi um artigo sobre o desenvolvimento, que foi publicado em muitos países, em inglês, e que era a expressão do pensamento ordenado sobre tudo isso.

EK. Jânio Quadros lhe dava uma impressão de desequilíbrio?

CF. De ser desequilibrado, não, dava a impressão de ser, às vezes, um alucinado, um vidente. Era um cara de uma inteligência extraordinária, de muita perspicácia, mas a gente sentia que havia um processo por baixo, por

detrás daquilo tudo, mais profundo, e que se viesse à tona, estourasse... Tínhamos tido o suicídio de Vargas poucos anos antes. Tenha em conta que hoje em dia estamos muito distantes de tudo isso, mas a verdade verdadeira é que havia um profundo conflito ideológico no Brasil baseado na simples ideia de que grande parte da classe dirigente não aceitava a industrialização brasileira. Foi essa gente que fez campanha contra Volta Redonda, e até mesmo contra a hidrelétrica de Paulo Afonso, inclusive o próprio Gudin. É curioso como havia uma forte resistência à mudança no Brasil, à mudança social de qualquer tipo. É como se tudo fosse demasiadamente frágil, como se, tirando uma peça, o País desmantelasse. O que eu pensava, ao sair em 1964, era que não caberia à minha geração fazer algo contra esse desmantelamento, que acabou acontecendo, ela teria cumprido sua missão. Vinte anos depois, quando cheguei de volta, vi uma inteligência nova formada, tecnocrática, um pessoal modernizado, mas sem mais nenhuma ideia de Brasil, dos problemas sociais do País. O Brasil era outro.

EK. Vai ver que é isso. Talvez o senhor esteja fazendo uma relação com este trecho aqui, que é de 1971, quando visita o Brasil: “o ambiente que encontrei no Rio de Janeiro fez-me pensar que o dano causado pela ditadura militar a nosso País ainda era maior do que eu havia suposto. O clima era de neurose coletiva, sendo imprevisível o comportamento de pessoas dos mais diversos tipos. Nas praias e em logradouros públicos, eu encontrava indivíduos que tudo faziam para evitar serem por mim abordados. Referi esse fato a uma pessoa amiga e ela me esclareceu: ‘Não é por maldade, é que temem que você esteja sendo seguido’. Daí, comecei a espreitar para ver se efetivamente era seguido, o que certamente modificou o meu comportamento, afugentando mais ainda as pessoas de mim”.

CF. Quem viveu na insegurança sabe o que é isso, qualquer coisa você já fica neurótico. Foi essa coisa que contei em algum lugar, quando quis tirar documentos.

EK. E o secretário do Itamaraty em Nova York? A Dora Vasconcelos era a cónsul. O senhor não cita o nome dele, mas houve um segundo secretário que lhe disse: “o seu passaporte é só para voltar para o Brasil” e o senhor argumentou: “eu não posso voltar, vou para a França”. E ele rebateu: “guardei para o senhor o passaporte, não o destruí, não.”

CF. Isso mesmo. Para não complicar a vida dele eu não o citei, mas foi feito assim. Ele me protegeu, por conta própria. A Dora fugiu.

EK. O senhor se lembra dele?

CF. Eu me lembro dele, e tenho o nome dele anotado nos meus arquivos, só consultando. Depois, teve também uma carta que recebi dele em Paris, quando me mandou o passaporte.

EK. Foi um belo gesto, não foi?

CF. Sim. Havia sempre alguém que fizesse alguma coisa. Mas é estranho, não é? Porque depois da ditadura o Brasil se modificou e o choque, para mim, quando aqui estive umas poucas vezes, foi muito grande. Havia poucas pessoas interessadas no que realmente importava, no que me interessava. De um lado, havia um pequeno grupo tentando a guerrilha, o que me parecia uma loucura neste País e que não levaria a lugar nenhum. Mas, havia, de outro lado, acomodação e medo, as pessoas estavam instaladas no medo. E eu pensava: isso vai levar a quê? A mais 20 anos de agravamento dos problemas? Era muito triste. Isso tudo me fez pensar que o Brasil já era um outro país.

EK. Eu agradeço muito esse tempo que o senhor me dedicou.

CF. Foi um prazer.



# ENCANTOS E DESENCANTOS DE CELSO FURTADO COM A RACIONALIDADE DO PLANEJAMENTO ESTATAL

JOSÉ ELESBÃO DE ALMEIDA\*

*Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser.*

*(Celso Furtado, 1999)*

**Resumo:** O artigo discute a visão de Celso Furtado sobre o papel do Estado no planejamento e desenvolvimento da economia brasileira durante a segunda metade do século XX. O propósito é demonstrar que até meados dos anos 1960 ele confiava ao Estado um papel excessivamente transformador das estruturas atrasadas, condição necessária para superar o subdesenvolvimento e acicatar o processo de desenvolvimento capitalista. Não obstante, na segunda metade da década de 1960, antes da mudança operada no paradigma de desenvolvimento, com a ascensão dos militares ao poder, verifica-se um desvanecimento dessa concepção. A partir daí, passou a criticar visceralmente a forma de intervenção do Estado e atribuir ao mesmo a responsabilidade pelo aumento das distorções sociais e pela concentração de renda em favor das classes mais abastadas.

**Palavras-chave:** Estado, planejamento econômico e desenvolvimento.

**Abstract:** The article discusses the vision of Celso Furtado on the state's role in planning and in the development of the Brazilian economy during the second half of the twentieth century. The purpose is to demonstrate that by mid-1960 he confided to the State a too large role to transform structures, as a necessary condition to overcome underdevelopment and foster the process of capitalist development. Nevertheless, in the second half of the 1960s, before the change wrought in the development paradigm, with the rise of the military rule in Brazil, there is a fading of this conception. From there, he began to criticize the form of state intervention and assign to it the responsibility for the increasing of social distortions and for the concentration of income in favor of the wealthier classes.

**Keywords:** State, economical planning and development.

---

\* Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professor do Departamento de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. E-mail: jose.elesbao@uol.com.br

## Introdução

O artigo discute a visão de Celso Furtado sobre o papel do Estado no planejamento do processo de desenvolvimento da economia brasileira na segunda metade do século XX. A ideia é demonstrar que até mais ou menos meados dos anos 1960 ele delegava ao aparelho estatal um papel excessivamente transformador das estruturas atrasadas, cujas funções planificadoras consubstanciadas em métodos científicos e técnicas adequadas impunham racionalidade aos investimentos, necessários para superar o subdesenvolvimento e acicatar o processo de desenvolvimento capitalista.

Esse papel era reservado ao Estado em razão de alguns condicionamentos econômicos e sociais, dentre os quais se destacam a singularidade do capitalismo periférico, a heterogeneidade e falta de espírito empresarial dos grupos que representavam a burguesia industrial brasileira, além da instabilidade causada pelas forças espontâneas das economias de mercado, notadamente nas economias subdesenvolvidas. A esses aspectos se adiciona ainda a persistência de valores tradicionais, cuja consequência refletiu-se diretamente na atrofia de uma ideologia empreendedora capaz de nortear a ação dos grupos em função de um projeto de desenvolvimento em bases eminentemente nacionais e em favor dos interesses da coletividade.

A despeito das expectativas transformadoras, na segunda metade da década de 1960, depois da mudança operada no paradigma de desenvolvimento comandado pelos militares, Furtado mudou suas ideias em relação ao papel dinamizador do Estado como agente transformador e impulsionador do desenvolvimento econômico brasileiro. A partir daí, passou a criticar visceralmente sua forma de atuação, cujas políticas corroboraram diretamente para o aumento das disparidades econômicas e sociais e para o aprofundamento da concentração dos níveis de renda em favor das classes mais abastadas. Para isso, também concorreu o impulso dado pela presença crescente do capital estrangeiro na economia nacional, sem a exigência de nenhuma contrapartida e nenhum critério de seletividade na concessão dos incentivos fiscais e financeiros por parte do poder público.

Se por um lado Furtado reconhece que a engrenagem do aparelho estatal sofreu uma transformação estrutural qualitativa em suas funções com a ascensão de novas forças tecnocráticas ao poder a partir de 1964 – a qual imprimiu uma maior racionalização ao processo de acumulação privada de capital e contribuiu

para acelerar o crescimento econômico em novas bases —, por outro lado percebe também que a base da pirâmide social manteve-se à margem das políticas públicas e o crescimento se fez à custa de um endividamento externo galopante, combinado com um aumento exponencial das desigualdades sociais e aprofundamento do subdesenvolvimento e da dependência externa.

O texto está organizado em quatro seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na seção seguinte faz-se um preâmbulo sobre a intervenção do Estado na economia brasileira a partir da década de 1950. A segunda seção trata da reversão do padrão estatal-desenvolvimentista a partir de meados dos anos 1960 e dos desencantos de Furtado em relação à forma de atuação do setor público na economia, cuja intervenção, em vez de corrigir, aprofundou as distorções econômicas e sociais e a concentração dos níveis de renda em favor das classes mais ricas. Finalmente, nas considerações finais, apresenta-se uma síntese da atuação do aparelho estatal na economia brasileira à luz do pensamento furtadiano.

### **O chamamento ao Estado para ativar o desenvolvimento brasileiro**

Antes de adentrar no objetivo central do texto, é oportuno destacar que no caso brasileiro, à semelhança de muitos outros países, a história da intervenção do Estado para regular a economia é muito antiga e transcende os limites deste trabalho. Importa registrar apenas que, no início do século XIX, e, sobretudo, a partir da segunda metade deste, o poder regulamentador do Estado já se fazia presente, mediante a instituição de políticas protecionistas e de subvenções fiscais e creditícias, seja para assegurar interesses particulares de determinados grupos, seja para amparar atividades econômicas em dificuldades ou mesmo por meio da criação de empresas estatais.<sup>1</sup> No entanto, até 1930 essas intervenções se deram de forma eventual, muitas vezes por meio de medidas paliativas (de caráter monetário, cambial e fiscal) e nem sempre voltadas para a industrialização ou mesmo para o crescimento e/ou desenvolvimento econômico do País.

A partir dos anos 1930, particularmente com a instauração do Estado Novo, em 1937, a despeito de o governo Vargas não ter apresentado um plano econômico (documentado no papel) com metas e objetivos preestabelecidos, a intervenção estatal acentuou-se e a busca do desenvolvimento passou a constituir

---

<sup>1</sup> Sobre a intervenção estatal entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do seguinte, ver estudo de Luz (1975).



a pedra de toque da política oficial. Para isso, diversos órgãos considerados estratégicos foram criados, dentre os quais se destacam: o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), a Comissão do Vale do Rio Doce, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), além da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, para ficar apenas com estes. Na década de 1950, a presença do Estado tornou-se ainda mais ativa, primeiramente, com a volta de Vargas à presidência da República, para um segundo mandato (1951-1954), ocasião em que vários outros órgãos reguladores foram criados para dar sustentação à política perseguida no exercício de seu primeiro governo.<sup>2</sup> A continuidade do intervencionismo estatal seria dada pelo governo Kubitschek – com o Plano de Metas –, período em que o planejamento econômico passou à ordem do dia e se tornou prática comum dos governos seguintes.

A verdade é que a partir dos anos 1930, e sobretudo da década de 1950 em diante, o Estado brasileiro assumiu funções essenciais para acelerar o processo de acumulação de capital no País. O Estado cumpriu um papel elementar na sustentação de políticas econômicas voltadas para o setor industrial, atuando não só como fornecedor de infraestrutura (energia, transportes e comunicações etc.), mas também na criação de um aparato institucional (órgãos, departamentos, ministérios, leis e normas), além do suprimento de crédito, proteção de setores industriais (por meio da política cambial) e inclusive como produtor de mercadorias e serviços. Adicionalmente, foi responsável pela regulação do mercado de trabalho, mediante a promulgação da legislação sindical e trabalhista.

Cabe ressaltar que até a metade da década de 1950, a despeito de o Estado ter desempenhado um papel fundamental na coordenação de medidas econômicas, reformas administrativas e institucionais, com a criação de inúmeras leis e normas legislativas, essas medidas não foram resultado de uma ação programada, consubstanciada em um plano de governo sistematizado no aparelho estatal. A propósito, Lafer (1978) afirma que até 1956 as tentativas de planejamento levadas a cabo na economia brasileira caracterizam-se muito mais como propostas, diagnósticos e medidas setoriais do que propriamente como uma política efetiva de planejamento.

---

<sup>2</sup> No que tange aos diversos organismos criados no primeiro e segundo governo de Vargas, ver Fonseca (1989, 2003).

No Brasil, o planejamento econômico, no sentido moderno da palavra – com metas e objetivos previamente definidos – existiu apenas a partir do governo Kubitschek, com a execução do Plano de Metas (1956-1960) e os projetos de desenvolvimento regional, aos quais se seguiram vários outros planos econômicos. Em relação à questão regional, convém destacar a criação do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), em 1956, e a Operação Nordeste, em 1959, os quais foram elaborados por Celso Furtado e deram origem à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em 1959, cujo objetivo precípuo era coordenar uma política de desenvolvimento para o Nordeste. No último dos dois estudos antes referidos, nosso autor explicita enfaticamente que o desenvolvimento de um País como o Brasil, em meados do século XX, deixado à revelia das forças espontâneas do mercado, tenderia a acarretar distorções que poderiam comprometer a própria formação da nacionalidade.

Furtado entendia que o tipo de capitalismo *sui generis* que havia se desenvolvido no Brasil exigia não apenas um esforço teórico original para sua compreensão, mas também um *approach* metodológico próprio. Em seu ponto de vista, o desenvolvimento deveria se assentar na industrialização, na acumulação interna de capital e na incorporação de técnicas racionais, as quais não poderiam ser deixadas à revelia da economia de mercado. Para isso, fazia-se necessária a ação racional de uma *intelligentsia*, a qual deveria se valer das técnicas de planejamento e do aparato do Estado na regulação e orientação dos investimentos, além da indispensável colaboração dos países desenvolvidos, em matéria de financiamento e de acesso à tecnologia de vanguarda.

A hipótese de Furtado era que, em decorrência das especificidades das economias subdesenvolvidas, o avanço do desenvolvimento nessas áreas não poderia prescindir do controle de decisões burocráticas, centralizadas no aparelho estatal. Esta convicção funda-se no princípio de que a economia capitalista como um todo não poderia e nem poderá operar à margem de um corpo racional centralizado no Estado. Na verdade, as ideias de planejamento e racionalização já se faziam presentes no pensamento de Furtado desde os tempos de sua formação em direito, em 1944, na Universidade do Brasil (depois, UFRJ), onde ele, em lugar dos conhecimentos jurídicos, mostrou preferência pelo estudo de administração pública, caminho que o levaria mais tarde a se interessar pela economia.

Em alguns de seus artigos publicados na *Revista do Serviço Público*, entre 1944 e 1946, fica evidente a preocupação de Furtado com a eficiência e a democratização na atuação do setor público, cujo planejamento, racionalização e centralização das decisões eram indispensáveis para que as ações públicas fossem acompanhadas de mudanças sociais qualitativas. Nesses artigos, ele demonstra a importância do aparelhamento administrativo e da técnica de programação econômica seguida pelo governo dos Estados Unidos. Com isso, queria chamar a atenção para a necessidade urgente de uma reforma administrativa no Brasil, no sentido de aperfeiçoar a atuação da esfera governamental.<sup>3</sup> Objetivamente, a pretensão era fazer com que o planejamento fosse colocado no centro do pensamento e da prática política dos governos. Essas ideias tomaram forma ao longo do aprofundamento dos estudos de Furtado sobre economia brasileira nos anos 1950, nos quais ele reserva uma participação ativa do poder público em áreas estratégicas que apresentavam maior necessidade de capitalização e elevado grau de acumulação de capital, convicções essas que foram defendidas de forma contundente durante sua atuação na Cepal.

No início da década de 1950, Furtado reclamava a necessidade de programação econômica para impulsionar o desenvolvimento da economia brasileira, o qual não podia se assentar em princípios de fé ou em um suposto progresso espontâneo das forças cegas do mercado. Em seu modo de ver, sem um adequado manejo de técnicas racionais de planejamento, sob rígido controle de uma *intelligentsia* humana, não seria possível evitar que os recursos da coletividade se perdessem em formas de consumo supérfluo. Nesse particular, argumentava que a experiência nacional demonstrava que o desenvolvimento sem plano, com a função de consumo prevaiente à época, criava fortes tendências inflacionárias.

Para Furtado (1953), não havia como “combater essas tendências [inflacionárias] sem determinar todos os fatores que [entram] no problema e sem acompanhar a ação de cada um deles, o que evidentemente [exigia] uma orientação geral do processo econômico” (p. 15). Esta constitui a razão principal

---

<sup>3</sup> A respeito da preocupação de Furtado com o planejamento e racionalização concernente à atuação da esfera pública devem-se consultar os seguintes artigos do autor: “A estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos” (1944a), “Notas sobre a administração de pessoal no governo federal americano” (1944b), “Teoria da estrutura em organização” (1946a) e “Teoria do Departamento de Administração Geral” (1946b), ambos publicados na *Revista do Serviço Público*.

de sua argumentação em favor da programação, cujo sentido visava exatamente propiciar maior eficiência na utilização dos recursos para acelerar o desenvolvimento. Esse raciocínio fundamenta-se no princípio de que a “programação do desenvolvimento econômico baseia-se na regra geral de que da teoria econômica é possível derivar princípios normativos, ou seja, guias para a ação prática” (FURTADO, 1958, p. 39). Em suma, estava claro que o desenvolvimento nas condições predominantes no Brasil, nos anos 1950, não passaria ao plano prático sem planejamento racional e forte intervenção estatal na economia.

É oportuno sublinhar que a concepção furtadiana de Estado difere da definição de Keynes e se relaciona estreitamente com a ideia de estabilidade da produção capitalista, mediante um processo de acumulação de capital permanente, isto é, de longo prazo, o qual é considerado como uma condição necessária ao desenvolvimento, embora não suficiente. Para Furtado, a materialização do desenvolvimento depende de um projeto social subjacente, cuja melhoria das condições de vida da população é determinante para que o crescimento se transforme em desenvolvimento econômico, social e humano. Ele assinala que uma sociedade só pode ser considerada desenvolvida quando ocorre uma melhoria na qualidade de vida dos seus cidadãos. Assim concebido, o desenvolvimento econômico é considerado como um meio para desenvolvimento humano e não um fim em si mesmo.

Todavia, para Furtado o desenvolvimento não ocorre espontaneamente, de forma inercial ou automática, mas deriva de uma ação planejada racionalmente por um corpo técnico-burocrático e consubstanciada em um programa consciente e intencionalmente orientado pelo Estado, cuja implementação pressupõe um entendimento entre as classes sociais. Em outros termos, esta é a base sobre a qual se funda a definição de Estado no pensamento de Furtado, para quem a racionalidade superior que está na própria natureza desse agente torna-o imprescindível para a execução de um projeto de desenvolvimento nacional nas economias subdesenvolvidas.

Na concepção furtadiana, diante das condições peculiares ocupadas pelas economias subdesenvolvidas e, dentre estas, a brasileira em particular, o Estado teria de agir não apenas como interventor e regulador do mecanismo econômico, mas também como produtor direto de bens e serviços no sentido de impulsionar a acumulação de capital e influir no curso do desenvolvimento. Também era

dever do Estado procurar equacionar as contradições e as demandas sociais para assegurar sua autonomia e sustentabilidade. É esse o sentido da intervenção governamental que aparece na obra *A economia brasileira*, de 1954, e, posteriormente, em *Formação econômica do Brasil*, de 1959, em que o problema da superprodução de café passa a ser regulado pelo governo federal para assegurar o fluxo de renda monetária, com o que se mantinha o nível de emprego e da demanda interna.

A propósito da política seguida pelo governo Vargas na década de 1930 para proteger a renda dos cafeicultores, Furtado (1954) subscreve que ao “garantir preços mínimos de compra, remuneradores para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade mantendo o nível de emprego para a economia exportadora e, indiretamente, para os setores produtores ligados ao mercado interno” (p. 128). Em seu ponto de vista, ao “evitar-se uma contração de grandes proporções na renda monetária do setor exportador, reduziam-se proporcionalmente os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia” (p. 128).

Para Furtado (1954), a política governamental de retenção dos estoques de café nos anos que se seguiram à crise de 1929 foi de importância fundamental na medida em que impediu uma redução significativa da renda do produtor, a qual poderia ter ocasionado consequências perniciosas para a economia brasileira, caso os produtores tivessem sido abandonados à própria sorte. Ou seja, uma retração do nível de renda do exportador cafeeiro teria influência negativa sobre a renda global da sociedade. Nesse particular, escrevera: ao “receberem menos dinheiro por suas vendas ao exterior, os exportadores e produtores ligados à exportação reduzem suas compras dentro do país e no exterior. Os primeiros produtores internos afetados por essa redução, ao verem comprimir-se sua renda, também reduzem suas compras, e assim por diante” (p. 129). Em seu modo de ver, chegou-se “a praticar no Brasil, *inconscientemente*, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industriais” (p. 131).

Em *Formação econômica...*, ainda que Keynes seja citado apenas uma vez ao longo da obra, Furtado (2007) defende explicitamente a política keynesiana de destruição dos estoques de café adotada pelo governo Vargas nos anos 1930, cuja preocupação era garantir a lucratividade dos produtores e, por conseguinte, manter o nível de emprego e da renda nacional. A esse respeito, vejamos: o

“que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruía era muito inferior ao montante da renda que se criava. Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes” (p. 271). Em seguida, completa que “a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional” (p. 271-2). Mais à frente enfatiza a relevância da política oficial de apoio à economia cafeeira nos seguintes termos: é “perfeitamente claro que a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo, e sim à política de fomento seguida *inconscientemente* no país e que era um subproduto da defesa dos interesses cafeeiros” (p. 272-273). É oportuno enfatizar que a política executada por Vargas e avalizada por Furtado constituía uma política de demanda efetiva e, portanto, de curto prazo, não de desenvolvimento econômico.

O que Furtado (2007) tem em mente é que a intervenção do governo com medidas de suporte ao setor cafeeiro por meio da política cambial (mediante a depreciação do valor da moeda nacional), com vistas a favorecer a lucratividade dos produtores e exportadores de café terminava por incentivar a indústria local, ainda que não fosse essa a pretensão do governo. Do seu ponto de vista, foi como subproduto da política de fomento à renda dos produtores de café que a produção industrial se expandiu em “cerca de cinquenta por cento entre 1929 e 1937, e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de quarenta por cento no mesmo período” (p. 281).

Embora não seja propósito deste artigo polemizar com Furtado, sobre a consciência ou não da autoridade governamental em relação às medidas em favor da indústria, é conveniente assinalar que há controvérsia em relação à ideia de que não havia clareza nas medidas do governo (Vargas) no tocante à intencionalidade da industrialização, na década de 1930. Sobre essa polêmica, particularmente em referência às afirmações de Furtado e ao entendimento de que havia intencionalidade industrializante na política executada pelo governo nos anos 1930, Fonseca (1989) assegura a existência de uma opção consciente do governo no que tange à industrialização. Para este autor, “é indiscutível a consciência de Vargas no que diz respeito à necessidade da industrialização” (p. 362). Em outro estudo, reafirma que a consciência industrializante do governo Vargas nos anos 1930 pode ser constatada pelas instituições criadas no período. A propósito disso, assevera: “pode-se demonstrar que as instituições criadas

e/ou modificadas na década de 1930 pelo governo brasileiro evidenciam sua opção industrializante, pois representam mecanismos, regras, arenas e espaços para, dentro do aparelho estatal e sob sua influência, reorientar a economia, definindo nova relação estado/empresariado/mercado/trabalhador” (FONSECA, 2003, p. 135).

Na convicção de Furtado (1962), o afago do Estado era importante para afiançar o desenvolvimento brasileiro, em decorrência do anacronismo em que o País se encontrava com insuficiência de poupança, dificuldade de acesso à tecnologia avançada, pouco conhecimento técnico e apatia das elites empresariais. Na ausência desses elementos, o Estado deveria ocupar essa lacuna. A propósito, escrevera: “em face da debilidade da classe empresarial numa economia subdesenvolvida, é possível que a ação supletiva do Estado deva ser muito ampliada” (p. 75). Isto significa que a atuação estatal não poderia se limitar apenas ao aporte financeiro, mas deveria assumir também a responsabilidade pela orientação dos investimentos e pela “educação dos dirigentes empresariais” com o fim de prepará-los para uma rápida acumulação de capital, para a qual o planejamento constituía peça indispensável.

Percebe-se claramente a preocupação de Furtado (1962) com a atuação do Estado na condução dos investimentos, os quais deveriam, em uma primeira fase, se concentrar no setor de infraestrutura, onde dificilmente se poderia contar com a iniciativa privada. A outra frente de ação consistia em estimular e reorientar as inversões privadas para aumentar sua eficiência. No entanto, ele entendia que à época o Estado ainda não estava devidamente aparelhado para exercer as funções básicas de uma política de desenvolvimento na dimensão requerida, razão pela qual preconizava que nenhuma tarefa era tão urgente quanto a de equipar o Estado com os instrumentos necessários para acelerar o desenvolvimento.

Destarte, tendo em conta as peculiaridades da economia brasileira, era indispensável prover o Estado e sua tecnocracia com as ferramentas necessárias e colocá-lo à frente como guia do desenvolvimento. Dotar o Estado dos instrumentos técnicos e financeiros para a promoção do desenvolvimento capitalista foi uma preocupação permanente de Furtado. Ele entendia que, na ausência de uma classe dominante com mentalidade empresarial e franca consciência de seu papel na sociedade, necessária para levar adiante um projeto de desenvolvimento autônomo e autossustentado, essa tarefa teria de ser

reservada, por excelência, ao Estado. Ou seja, este teria de desempenhar o papel que os representantes do capital não estavam em condições de empreender sob suas próprias condições e hegemonia.

Em síntese, nos textos escritos nos anos 1950, fica evidente para Furtado que a obsessão pelo lucro fácil e imediato, obtido na maior parte das vezes por meio da utilização de práticas de produção rotineiras e ultrapassadas, às quais os empresários brasileiros recorriam amiúde e de forma abusiva, encerrava um obstáculo desmedido à formação e disseminação de uma cultura favorável ao desenvolvimento nacional. Daí o chamamento ao Estado para interceder e cumprir a função de parteiro do processo de acumulação de capital na economia brasileira, cujos governos teriam que dedicar um esforço enorme na elaboração de políticas macroeconômicas, no planejamento e na criação de infraestrutura adequada.

### **3. O ocaso do padrão estatal-desenvolvimentista**

Se durante os anos 1950 e princípio da década seguinte Furtado imaginava que a atuação decisiva do Estado na captação de recursos, no planejamento, na orientação e regulação dos investimentos seria suficiente para destravar o processo de desenvolvimento brasileiro via industrialização, a partir de fins da década de 1960, e principalmente no decênio subsequente, verifica-se um claro desvanecimento dessa concepção. A rigor, nosso autor tornara-se mais cético em relação à possibilidade de materialização do desenvolvimento em face da preeminência dos conglomerados internacionais na economia brasileira sem uma contrapartida proporcional na internalização do efeito renda-emprego e na melhoria das condições de vida do conjunto da população. Não obstante, manteve a crença no papel determinante do Estado como agente estimulador do desenvolvimento, embora reconhecesse que os interesses clientelísticos de determinados grupos se sobrepuseram aos interesses mais gerais e a ação do poder público, em vez de corrigir, reforçou a tendência concentracionista dos níveis de renda, cujo resultado mais visível foi o aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais e o aumento da dependência externa.

A percepção de que a industrialização não eliminaria as amarras do subdesenvolvimento e da dependência externa obrigou Furtado a fazer uma autocrítica, levando-o a repensar a industrialização e à realização de um esforço teórico-metodológico obstinado para explicar para si mesmo e para a



comunidade acadêmica em geral as razões do ocaso do desenvolvimentismo no Brasil. O resultado dessa reflexão foi a publicação de dois livros eminentes: *Dialética do desenvolvimento* (1964) – que marca uma virada em seu pensamento – e *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966), dentre outros não menos importantes.

No primeiro dos dois livros mencionados acima – apesar do forte viés político –, o autor faz uma rigorosa investigação científica sobre os obstáculos estruturais e políticos que freavam o avanço da industrialização brasileira e conclui que as transformações ocorridas na estrutura produtiva da economia nacional, durante o período antecedente ao Golpe Militar de 1964, não haviam produzido uma correspondente mutação nas estruturas sociais, mas ao contrário, engendraram uma série de obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Entre os principais obstáculos à transição para o desenvolvimento Furtado destaca a persistência de formas anacrônicas de distribuição de renda, as quais contribuíram para reduzir a demanda final por investimento e bens de consumo. Como diz o autor: nas “economias subdesenvolvidas [a] penetração da nova tecnologia no sistema produtivo, ao desorganizar uma faixa da economia artesanal preexistente, cria de imediato um problema de excedente de mão de obra sem viabilidade de absorção” (FURTADO, 1964, p. 30). A ideia é que esse excedente de força de trabalho recorre a formas artesanais de economia de subsistência, gerando uma dualidade no próprio sistema econômico e condicionando todo o processo social subsequente. A consequência imediata desse dualismo estrutural refletir-se-ia negativamente em duas frentes, por um lado, atuando no aumento da desigualdade na distribuição da renda e, por outro, na redução da demanda de bens finais.

A razão do “fracasso” da industrialização aparece de forma ainda mais explícita em *Subdesenvolvimento e estagnação...*, onde Furtado (1966) ironicamente define o processo substitutivo de importações como um “ensaio” de industrialização. Nessa obra, o autor assinala que, não obstante algumas modificações importantes ocorridas nas estruturas econômicas de alguns países latino-americanos, a “tecnologia que a América Latina teve de assimilar na metade do século XX [era] altamente poupadora de mão de obra e extremamente exigente no que respeita às dimensões do mercado” (p. 39).

Assim, diferentemente do otimismo atribuído à industrialização e às ações estruturantes do poder público, na década de 1950, o quadro delineado por

Furtado nos anos 1960 é completamente diverso e chega a transparecer um excesso de pessimismo e desilusão com relação às possibilidades de transformações estruturais qualitativas na economia brasileira. A propósito, escreveu: diante das “condições presentes da América Latina a regra tende a ser o monopólio ou o oligopólio e uma progressiva concentração da renda, a qual, por seu lado, ao condicionar a composição da demanda, orienta os investimentos para certas indústrias que são exatamente as de elevado coeficiente de capital” (FURTADO, 1966, p. 39). Em seu ponto de vista, a experiência já havia demonstrado sobrejamente que esse tipo de industrialização tendia a perder fôlego à medida que se esgotava a fase das substituições fáceis.

Frente a uma série de obstáculos à transição para o desenvolvimento Furtado asseverou enfaticamente que uma política de desenvolvimento instituída com a finalidade de modificar uma estrutura econômica e social só poderia ser operacionalizada de forma efetiva em uma sociedade com plena consciência de seus reais problemas e que fosse capaz de executar, sob sua própria hegemonia, um projeto de desenvolvimento autônomo e autossustentado. Na ausência dessas precondições, como era o caso do Brasil (nos anos 1960), a possibilidade de o desenvolvimento vir à tona ficava cada vez mais remota.

Na década de 1970, o pessimismo em relação às mudanças advindas da industrialização e à atuação do poder público na modificação das estruturas sociais passou a pesar mais notavelmente no pensamento furtadiano. A propósito, escreveu: a “tese que prevaleceu imediatamente após a guerra, de que a industrialização constitui razão suficiente para a absorção do subdesenvolvimento, está certamente desacreditada” (FURTADO, 1972, p. 8). De igual forma, em relação aos efeitos da propagação do progresso técnico, as desilusões não são menos visíveis, como demonstram as palavras do nosso autor: a “penetração do progresso técnico acarreta, via de regra, a destruição de fontes de emprego que não são substituídas por outras de importância similar, dando origem à marginalização de uma parcela crescente da população” (p. 14). Para Furtado, a razão desse fenômeno reside no fato de que não houve uma correlação entre os aumentos de produtividade – engendrados pela elevação da relação capital-trabalho e pela adoção de novas técnicas de produção – e a elevação da massa salarial (p. 27).

Em meados dos anos 1970, depois do cataclisma anunciado pelo estudo *The limits to growth*, do Clube de Roma, e da tomada de consciência dos

danos causados ao meio ambiente pela irracionalidade do modelo de crescimento industrial a qualquer custo, Furtado (1974) chegou à melancólica conclusão de que o estilo de vida criado pela civilização industrial foi e sempre seria privilégio de uma minoria. Essa conclusão demasiadamente sombria foi justificada da seguinte forma: o “custo em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida, é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana” (p. 75). Com isso, concluiu que o desenvolvimento econômico era simplesmente um simples mito.

Desencantado com os resultados da industrialização, Furtado (1972) escrevera que o Brasil, a despeito de ter construído o mais moderno e diversificado parque industrial do Terceiro Mundo, no período de apenas duas décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, continuava com uma agricultura de baixa produtividade, a qual ainda respondia por metade da ocupação da força de trabalho. Do seu ponto de vista, a raiz do problema consistia no seguinte: como o processo produtivo era condicionado pela tecnologia (capital-intensiva) importada dos países desenvolvidos, cujos bens a serem produzidos eram previamente definidos, tudo concorreu para que os centros internos de decisões nos países subdesenvolvidos não tivessem o controle do que acontecia em seu território. Por essa razão, a intensificação da capitalização não gerou emprego na proporção esperada, significando, ao contrário, maior concentração da renda adicionada. Por outro lado, o progresso tecnológico, em vez de se difundir pelo conjunto da economia, restringiu-se a um pequeno segmento da indústria, servindo mais para modernizar os hábitos de consumo de uma minoria – a qual antes se satisfazia com importações – do que para a transformação dos processos produtivos.

A ideia de Furtado (1972) é que o estilo de desenvolvimento adotado pelo capitalismo no Brasil, a partir da segunda metade da década de 1950, tendeu a direcionar-se para a diversificação dos padrões de consumo das classes de altas rendas, para as quais se voltaram os benefícios do progresso tecnológico, **cuja tendência, em vez de ser corrigida, foi reforçada pela atuação do Estado.** Em termos simples, isso significa que o rápido processo de acumulação de capital que se engendrou no País, se por um lado permitiu instalar um sistema

industrial relativamente diversificado, por outro lado operou como um mecanismo de concentração da renda e da riqueza.<sup>4</sup>

Cabe assinalar que esse processo foi reforçado pela ação do Estado mediante a execução de políticas de contenção dos salários reais dos trabalhadores e de reorientação do progresso tecnológico em favor das classes de rendas mais elevadas, em benefício de quem também recaíram os aumentos de produtividades, os quais, por sua vez, encontravam sua *raison d'être* na diversificação do consumo dos ricos. Nas palavras de Furtado (1983), “o principal fator causante da elevação de produtividade na economia periférica industrializada parece ser a diversificação dos padrões de consumo das minorias de altas rendas, sem que o processo tenha necessariamente repercussões nas condições de vida da grande maioria da população” (p. 182). Em seu juízo o desenvolvimento brasileiro passou a ser confundido com a modernização dos estilos de vida de uma minoria, cujo padrão era ditado pelos países centrais, onde o desenvolvimento se baseou desde o início no progresso tecnológico e na distribuição mais equitativa da renda.

Em suma, a conclusão de Furtado é que o crescimento econômico brasileiro foi possível à custa da concentração dos níveis de renda e da diferenciação dos produtos em favor de um mercado de consumo cada vez mais restringido, cuja expansão foi impulsionada pelo aumento das desigualdades econômicas e pela penetração das empresas estrangeiras que detinham o controle da difusão das novas técnicas. Ao lado disso, contribuiu diretamente a atuação cada vez mais poderosa e indestrutível do Estado, que em vez de colocar-se como árbitro dos conflitos sociais e a eles suplantar-se pôs-se a serviço da burguesia internacional, mediante a implementação de políticas de contenção da massa salarial, de

---

<sup>4</sup> De acordo com as estatísticas divulgadas pelo IBGE (1990), entre 1960 e 1970 houve uma forte concentração da renda em benefício dos grupos mais ricos. Tomando como referência apenas o 1% de renda mais elevada, verifica-se que este aumentou enormemente sua participação na renda total do País, passando de 11,7% para 17,8%, enquanto a grande maioria, representada pelos 80% da população mais pobre, teve sua participação reduzida de 45,5%, em 1960, para 36,8%, em 1970, ou seja, sofreu uma queda de 19%, sendo que a queda foi mais acentuada no extrato dos 50% de renda inferior (22,6%), relativamente aos 30% com renda mais baixa (17%). Ademais, é oportuno destacar que, a despeito do forte crescimento da economia verificado na década de 1970, o quadro das desigualdades não sofreu muita alteração, pois a participação dos 50% mais pobres na renda total havia caído de 17,7%, em 1960, para 13,7%, em 1970 e para 12,6%, em 1980, enquanto os 5% mais ricos elevaram sua participação de 27,3%, em 1960, para 36%, em 1970, e 38%, em 1980.

modernização tecnológica e de concentração da riqueza. Com efeito, engendrou-se um estilo de desenvolvimento associado, em que o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro assumiram o controle do processo. Nesse sentido, o Estado não aparece como árbitro do equilíbrio social, mas surge como agente modernizador e repressor, contrário a qualquer movimento redistributivo e de defesa dos direitos civis.

Sob a perspectiva de Furtado (1980), o processo de industrialização instaurado nos países periféricos – sendo o Brasil o exemplo mais evidente – sob a égide das empresas multinacionais debilitou os Estados nacionais como centros de decisões importantes e abortou a formação de um sistema econômico articulado em função dos interesses nacionais. Além disso, também não conduziu à autonomia tecnológica como se imaginava nem eliminou a dependência externa, como bem exemplifica o caso brasileiro, no qual o desenvolvimento das forças produtivas assumiu a forma de assimilação do progresso tecnológico irradiado nas economias centrais, cuja imitação dos padrões de consumo passou a condicionar os investimentos e o desenvolvimento do País.

Dessa forma, pode-se concluir que a industrialização substitutiva de importações, longe de constituir um subproduto do nível de acumulação de capital alcançado pelas forças produtivas, assumiu a forma de um processo adaptativo em que o papel diretor coube não aos agentes locais, mas a forças estranhas ao sistema brasileiro. Essas forças, por sua vez, definiram o perfil da demanda final, a qual condicionou a orientação dos novos investimentos e a introdução da técnica a ser adotada, cujo coeficiente de capital utilizado era determinado, dentro de certos limites, pela qualidade do produto.

Em outras palavras, a industrialização assumiu a forma de fabricação local de produtos que antes eram importados para atender às necessidades dos grupos de rendas mais elevadas. Destarte, como o poder de captar recursos estava nas mãos do aparelho estatal, era de esperar que a evolução das estruturas tendesse a ser influenciada pela orientação dada pelo mesmo na aplicação dos recursos que estavam sob seu controle. Ou seja, sendo o Estado apropriado por frações dos grupos dominantes era natural que as políticas executadas por ele tendessem a favorecer aos interesses daqueles.

Embora Furtado (1983) compreendesse o papel imperativo exercido pelo Estado na geração de infraestrutura e na coordenação dos investimentos em setores básicos da indústria nacional, por outro lado estava plenamente

convencido de que sua atuação na economia brasileira fora incapaz de introduzir modificações substantivas na estrutura do sistema produtivo no sentido de assegurar modificações no perfil da demanda e gerar emprego em nível satisfatório. A propósito disso, assinalou que se em alguns países subdesenvolvidos a atuação do Estado conseguiu alterar de forma significativa as tendências antes apresentadas, “seria difícil desconhecer que o caso geral, pelo menos na América Latina, corresponde a uma ação estatal que não modifica a tendência básica referida, e em alguns casos tende a agravá-la” (p. 182).

Furtado (1980) concorda que a intervenção do Estado na criação de indústrias de base corroborou para fortalecer o desenvolvimento da atividade industrial no Brasil, mas não produziu as modificações qualitativas necessárias para eliminar as características que atuavam na retroalimentação das condições de subdesenvolvimento e dependência externa. Essas características eram basicamente as seguintes: *i*) dependência em relação à exportação de alguns poucos produtos primários; *ii*) dependência crescente da tecnologia importada; *iii*) demanda diversificada em comparação com o nível de acumulação prevalecente; e *iv*) pouco aproveitamento da capacidade da tecnologia instalada (p. 131). A atuação conjunta desses fatores engendrou uma contradição entre a diversificação do sistema produtivo e o nível de acumulação requerido para assegurar o processo de desenvolvimento de forma autossustentada. Em termos simples, isto significa que, se por um lado manteve os níveis de produtividade em baixa, por outro lado concorreu para reduzir a competitividade externa da indústria nacional, ao mesmo tempo que conservou a estreiteza do mercado, permitindo às empresas multinacionais o controle do mercado, uma vez que as mesmas eram as únicas com capacidade para operar no sistema.

A contradição anteriormente apontada resolvia-se mediante a concentração da renda, por um lado, e por outro pela intervenção do Estado solidarizando perdas e concedendo subvenções fiscais e creditícias aos capitais privados internacionais. No ponto de vista de Furtado (1980), a “ação do Estado pode corrigir certos efeitos dessa tendência estrutural, mas não modifica o quadro de base, no qual se integram dois traços característicos da industrialização periférica: a primazia da tecnologia do produto e a subutilização da capacidade produtiva, ou deseconomias de escala” (p. 132). Em decorrência desses condicionamentos, as corporações estrangeiras puderam assumir o comando do processo de industrialização das economias periféricas, dentre estas, a brasileira em particular,

as quais evoluíram como caudatárias das modificações estruturais ocorridas na economia mundial, cuja consequência mais penetrante foi o reforço da condição de dependência em relação aos centros do capitalismo mundial.

Destarte, contrastando com as expectativas iniciais de Furtado (1980), a atuação do Estado operou no sentido de reforçar a tendência descrita nos parágrafos anteriores, isto é, reproduzindo as manchas de desigualdades e reforçando a tendência do desenvolvimento mimético. A propósito disso, asseverou: “não imaginemos que a ação do Estado faz-se em contradição com a modernização, ou se apresenta como uma opção a ela” (p. 139). À frente complementa: “o Estado intervém para ampliar as avenidas de uma industrialização que tende a perder fôlego quando apoiada apenas na modernização” dos padrões de consumo (p. 139).

A rigor, deve-se ressaltar que essa mudança de posição não significa que Furtado condene a intervenção do setor público em si, mas a forma privatista como se interpôs o poder central. Sua hipótese é que em decorrência de pressões sociais de grupos organizados, os resultados das iniciativas do Estado foram desviados de seu curso inicial. Esse processo, com efeito, fez com que nosso autor passasse a defender uma ampla reforma no aparelho estatal, a partir dos anos 1990, no sentido de torná-lo mais eficaz e de fazer com que a coletividade participasse mais diretamente das decisões tomadas pela autoridade governamental e delas pudesse tirar partido.

Em razão das distorções causadas pelo desenvolvimento mimético, Furtado salienta que o Estado deveria ter uma atuação muito mais abrangente para permitir uma descentralização da riqueza e da renda gerada em favor do conjunto da população. Para isso, defendia a necessidade de reformar a engrenagem da burocracia estatal, no sentido de torná-la mais eficiente e fazer com que suas ações não se limitassem aos interesses corporativos de determinados grupos, à revelia do aumento da miséria da grande maioria da população.

#### **4. Considerações finais**

Conforme indicamos no início deste texto, o propósito era discutir as ideias de Furtado sobre a importância e necessidade do apoio do Estado para dar dinamismo ao processo de desenvolvimento capitalista da economia brasileira, na segunda metade do século XX. A ideia central era demonstrar que

inicialmente nosso autor reservava à intervenção do setor público um papel determinante na transformação das estruturas atrasadas e, inclusive, como agente estimulador do desenvolvimento, a despeito de que depois tenha mudado de ponto de vista e passado a criticar visceralmente a atuação governamental. Em termos simples, a visão furtadiana resumia-se no seguinte: diante da ausência de uma burguesia hegemônica e consciente de seu papel na sociedade, além da enorme dificuldade de acesso às fontes de recursos financeiros e tecnológicos, o Estado teria de cumprir uma ação ativa para estimular o processo de acumulação de capital, funções essas que em condições normais teriam de ser executadas pelos empresários capitalistas.

Não obstante, ante o quadro econômico que se descortinou nos anos 1960, com a internacionalização da economia e a tutela brasileira à comunidade financeira internacional, ao que se seguiu um modelo político de desenvolvimento com endividamento externo crescente na década de 1970, Furtado (1992) passou a alertar para a gravidade das novas tendências do capitalismo, as quais viriam debilitar os sistemas econômicos nacionais. A propósito disso, assinalou que em um país ainda em construção, como era o caso do Brasil, a hegemonia das “empresas transnacionais na ordenação das atividades econômicas conduzirá quase necessariamente a tensões inter-regionais, à exacerbação de rivalidades corporativas e à formação de bolsões de miséria, tudo apontando para a inviabilidade do país como projeto nacional” (p. 35).

Na perspectiva de Furtado (1987), o processo de internacionalização dos mercados sob a tutela política e militar dos Estados Unidos permitiu que se intensificasse a concentração do poder econômico e financeiro nas mãos das empresas originárias daquele país, o que resultou na formação de centros de ação transnacional com crescente autonomia em relação aos Estados nacionais da periferia. Em suas palavras, “as atividades econômicas se foram internacionalizando em seus segmentos mais dinâmicos, o que se traduziu em declínio da capacidade dos Estados nacionais para coordená-las” (p. 265). Com isso, concluiu que a crescente autonomia das empresas transnacionais *vis-à-vis* o enfraquecimento dos Estados nacionais engendrou um quadro de grandes incertezas com respeito ao futuro do Brasil.

Do ponto de vista de Furtado, além de debilitar a capacidade do Estado no controle dos agentes econômicos, intensificar o mimetismo cultural e enfraquecer a correlação de forças do trabalho em relação ao capital, a



transnacionalização econômica ainda concorreu para enfraquecer as bases dos centros internos de decisão, cujo resultado mais patente foi o aumento da distância entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos em matéria de desenvolvimento. Para ele, as atividades das empresas transnacionais engendraram problemas de regulação que fugiu à capacidade operativa dos já combalidos sistemas nacionais de decisão dos países subdesenvolvidos, nos quais a perda de autonomia do Estado frente ao fortalecimento das grandes companhias criou com frequência situações conflitantes com os objetivos da política nacional. Daí, a necessidade de reformar o Estado no sentido de aumentar sua capacidade de financiamento e equipá-lo com instrumentos eficazes de comando para impor maior disciplina aos fluxos monetários e financeiros internacionais.

### Referências bibliográficas

FONSECA, P.C.D. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. *Revista de Economia Política*, vol. 23, n.º 1. Rio de Janeiro, jan.-mar. 2003.

FURTADO, C. A Estrutura da Comissão do Serviço Civil dos Estados Unidos. *Revista do Serviço Público*, ano VII, vol. 1, n.º 2. Rio de Janeiro, fev. 1944a.

\_\_\_\_\_. Notas sobre a administração de pessoal no governo federal americano. *Revista do Serviço Público*, ano VII, vol. 3, n.º 1. Rio de Janeiro, jul. 1944b.

\_\_\_\_\_. “Teoria da estrutura em organização”. *Revista do Serviço Público*, ano IX, vol. 1, n.º 2. Rio de Janeiro, fev. 1946a.

\_\_\_\_\_. Teoria do Departamento de Administração Geral”. *Revista do Serviço Público*, ano IX, vol. 2, n.º 2. Rio de Janeiro, mai. 1946b.

\_\_\_\_\_. A programação do desenvolvimento econômico. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, vol. 2, n.º 19-20. Rio de Janeiro, nov.-dez. 1953.

\_\_\_\_\_. *A economia brasileira: contribuição à análise do seu desenvolvimento*. Rio de Janeiro: A Noite, 1954.

\_\_\_\_\_. Fundamentos da programação econômica. *Econômica Brasileira*, vol. 4, n.º 1 e 2. Rio de Janeiro, jan.-jun. 1958.

\_\_\_\_\_. *A Operação Nordeste*. Rio de Janeiro: ISEB, 1959.

- \_\_\_\_\_. *A pré-revolução brasileira*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.
- \_\_\_\_\_. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- \_\_\_\_\_. *Análise do “Modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- \_\_\_\_\_. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Editora Nacional, 1980.
- \_\_\_\_\_. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- \_\_\_\_\_. *Transformação e crise na economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Brasil: a construção interrompida*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Formação econômica do Brasil*. 34ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1ª edição em 1959).
- GTDN. *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste*. 2ª. ed. Recife, 1967.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD*. Rio de Janeiro, 1990.
- LAFER, C.. Planejamento no Brasil – Observações sobre o Plano de Metas (1956-61). In: MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LUZ, N.V. *A luta pela industrialização do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Alfa Ômega, 1975.